



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 027 - QUINTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE		4ª SECRETÁRIA
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE		
Serys Slhessarenko - (PT-MT)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO		1º - César Borges - (PR-BA)
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO		3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

<p>Maioria (PMDB/PP) - 18</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7) Neuto De Conto</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p>Líder do PR - 3 João Ribeiro</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28</p> <p>Líder Raimundo Colombo - DEM (1)</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p>Líder do DEM - 14 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,9) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes</p> <p>Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>
	<p>PV - 1</p> <p>Líder Marina Silva - PV</p>	
<p>PDT - 6</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p>	<p>PSC - 1</p> <p>Líder Mão Santa - PSC</p>	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09, conforme Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09.
9. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.

EXPEDIENTE	
<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 27ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE MARÇO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010. 06596

1.2.2 – Comunicação

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais – ONGs, e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs. (Ofício nº 10/2010, de 10 do corrente). Designação do Senador Tasso Jereissati, como titular, para compor a referida Comissão. 06596

1.2.3 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 2, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Sadi Cassol, que *estabelece como princípio do sistema remuneratório do servidor público a observância do piso salarial nacional das diversas categorias, nos termos da lei federal.* 06596

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 192, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2001, além das comissões constantes do despacho inicial. 06601

Nº 193, de 2010, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Previdência Social. 06601

1.2.5 – Pareceres

Nº 138, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2009 (nº 2.506/2007, na Casa de origem), de autoria da Deputada Gorete Pereira, que *denomina Rodovia Luiz Otacílio Correia o trecho da rodovia BR-230, entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará.* 06602

Nº 139, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009 (nº 6.327/2005, na Casa de origem), de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, que *denomina a nova refinaria de petróleo de Pernambuco Refinaria Abreu e Lima.* 06611

Nº 140, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009 (nº 4.488/2008, na Casa de origem), de autoria do Deputado Alexandre Silveira, que *denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais.* 06619

Nº 141, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção.* 06628

Nº 142, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 2009 (nº 3.165/2008, na Casa de origem), de autoria do Deputado José Otávio Germano, que *denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.* 06635

Nº 143, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2009 (nº 3.687/2004, na Casa de origem), de autoria do Deputado Rubens Otoni, que *denomina Viaduto Governador Henrique Santillo o viaduto localizado no Km 432 da BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.* 06643

Nº 144, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que *altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas.* 06649

Nº 145, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009 (nº 1.643/2007, na Casa

de origem), de autoria do Deputado Carlos Melles, que *cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo*..... 06658

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei da Câmara n°s 178, 213 e 308, de 2009; o Projeto de Lei do Senado n° 264, de 2009; os Projetos de Lei da Câmara n° 261 e 208, de 2009; o Projeto de Lei do Senado n° 337, de 2006; e o Projeto de Lei da Câmara n° 114, de 2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. (Ofícios n°s 5 a 12, de 2010, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte) 06665

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n° 42 de 2008, a chamada PEC da Juventude, e do Estatuto da Juventude. Registro da realização, no dia 5 de abril, de sessão do Senado em homenagem à Juventude. 06668

SENADOR TIÃO VIANA – Cumprimentos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela aprovação de projeto de autoria de S. Ex^a que proíbe o uso de cigarros ou de qualquer produto fumífero em ambiente fechado público ou privado. Levantamento de números relacionados aos problemas do consumo do fumo no Brasil e no mundo. 06674

SENADORA MARISA SERRANO – Manifestação sobre a educação, brasileira, destacando resultado de pesquisa do PNUD que revelou que 21% da população citaram como prioridade a educação. 06677

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Cumprimentos aos vereadores do Estado do Pará presentes na tribuna de honra do plenário da Casa. Preocupação com a violência no Estado do Pará e a falta de gestão no que se refere à segurança pública estadual, criticando o fato de que dos 21 milhões destinados ao Estado pelo programa Pronas, para combater a violência, foi aplicado 1,8 milhão e o restante devolvido. 06679

SENADOR PAPALÉO PAES – Defesa do cumprimento do Regimento Interno do Senado Federal, principalmente no que toca ao tempo do uso da palavra. Relato dos números do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC relativos aos investimentos que deveriam ter sido feitos no Amapá 06682

SENADOR GERSON CAMATA, como Líder – Defesa das ações do governo do Estado do Espírito Santo, um dos estados da federação que mais tem realizado investimentos no sistema prisional, rebatendo denúncias de maus tratos aos presos, veiculadas no exterior e reproduzidas pela imprensa brasileira. 06684

SENADOR SADI CASSOL – Sugestão à Casa acerca do envio de materiais, ao invés de recursos financeiros, aos países vitimados por catástrofes. Comentários sobre matéria publicada na revista de bordo da TAM acerca do crescimento das vendas de carros flex no Brasil, em fevereiro..... 06685

SENADOR GEOVANI BORGES – Voto de louvor à iniciativa dos Ministros da Saúde e da Educação de distribuírem mil bolsas para estudantes e profissionais de saúde, para a produção de pesquisas na área de vigilância em saúde..... 06686

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Comentários sobre o aumento da alíquota do trigo importado dos Estados Unidos, implementado pelo governo brasileiro, em função do subsídio à cultura do algodão pelos Estados Unidos, contestando a notícia de que haverá aumento do pãozinho, de massas e biscoitos tendo em vista a grande produção brasileira de trigo que abasteceria o mercado interno..... 06688

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Reflexões sobre o momento que se aproxima de eleições gerais no Brasil, destacando a necessidade de um grande trabalho para conscientizar a sociedade para o exercício de votar. 06690

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários sobre o 4° Seminário Nacional do PT, oportunidade em que setores do Partido incluíram medidas como a censura aos meios de comunicação, a redução da jornada de trabalho e a taxaço sobre grandes fortunas, ao programa de governo da pré-candidata Dilma Rousseff. 06692

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Defesa da democracia, da liberdade, do respeito aos direitos humanos para todos os povos, destacando a luta do povo cubano, de irlandeses e de Nelson Mandela. 06696

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item extrapauta

Parecer n° 1, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem n° 290, de 2009 (n° 1.026/2009, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Almirante-de-Esquadra Alvaro Luiz Pinto, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do Almirante-de-Esquadra José Alfredo Lourenço dos Santos que irá se aposentar em 1° de março de 2010. Aprovado.* 06699

1.3.2 – Item extrapauta

Parecer 2, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem n° 291, de 2009 (n° 1.027/2009, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do General-de-Exército Antônio Aparício*

Ignácio Domingues que irá se aposentar em 4 de fevereiro de 2010. Aprovado, tendo usado da palavra os Senadores Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo e Eduardo Suplicy..... 06702

1.3.3 – Item extrapauta

Mensagem nº 256, de 2009 (Nº /2009, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). **Aprovado o Parecer nº 146, de 2010-CRE**..... 06706

1.3.4 – Item extrapauta

Mensagem nº 208, de 2009 (nº /2009, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Flávio Hugo Lima Rocha Junior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia. **Aprovado o Parecer nº 147, de 2010-CRE**..... 06708

1.3.5 – Item 47

Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2009 (nº 666/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007. **Aprovado**. À promulgação..... 06711

1.3.6 – Item 48

Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2009 (nº 1.053/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios. **Aprovado**. À promulgação..... 06712

1.3.7 – Item 83

Requerimento nº 8, de 2010, do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (regulamenta a profissão de motorista). **Aprovado**..... 06713

1.3.8 – Item 84

Requerimento nº 9, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja

ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado**..... 06713

1.3.9 – Item 85

Requerimento nº 10, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. **Aprovado**..... 06713

1.3.10 – Item 86

Requerimento nº 92, de 2010, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (cumprimento de pena privativa de liberdade). **Aprovado**..... 06714

1.3.11 – Item 87

Requerimentos nº 97, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Aprovado**..... 06715

1.3.12 – Item 88

Requerimento nº 98, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado**..... 06715

1.3.13 – Item 89

Requerimento nºs 93, de 2010, do Senador Adelmir Santana, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (regulamenta o exercício da atividade de gastrólogo). **Aprovado**..... 06716

1.3.14 – Item 90

Requerimento nºs 94, de 2010, do Senador Adelmir Santana, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. **Aprovado**..... 06716

1.3.15 – Item 91

Requerimento nº 95, de 2010, da Senadora Rosalba Ciarlini, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2009, além da Comissão

constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (disciplina a cremação de cadáveres). **Aprovado**..... 06717

1.3.16 – Item 92

Requerimento nº 120, de 2010, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (limitar as contribuições pelo uso de obras musicais ou lítero-musicais). **Aprovado**..... 06717

1.3.17 – Item 93

Requerimento nº 168, de 2010, do Senador Marcelo Crivella, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (contribuições pelo uso de obras musicais ou lítero-musicais). **Aprovado**..... 06718

1.3.18 – Item 94

Requerimento nº 121, de 2010, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (dispõe sobre a profissão de Compositor). **Aprovado**..... 06718

1.3.19 – Item 95

Requerimento nº 122, de 2010, da Senadora Fátima Cleide, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 196, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (dispõe sobre a profissão de Pedagogo). **Aprovado**..... 06719

1.3.20 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Leitura do requerimento

Nº 194, de 2010, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando o sobrestamento do Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009. 06737

1.4.2 – Discursos

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Referências às denúncias sobre corrupção na Cooperativa Habitacional dos Bancários – Banco-op publicadas na revista **Veja** e no jornal o **Estado de S.Paulo**. Crítica ao Partido dos Trabalhadores pela ação movida contra o Promotor de Justiça José Carlos Blat, que está investigando o caso da Cooperativa. 06740

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Solicitação de apoio pela obtenção de recursos para a ampliação e melhoria da infraestrutura aeroportuária de João Pessoa. Apelo ao governo federal, para a inclusão do Aeroporto Internacional Presi-

dente Castro Pinto no Programa de Aceleração do Crescimento. 06751

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Congratulações ao governo brasileiro pela decisão de elevar impostos de importação para produtos norte-americanos. 06753

1.4.3 – Ofícios do Supremo Tribunal Federal

Nºs 11, 13, 15 e 18/2010, de 8 do corrente, comunicando que foi declarada a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar nº 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012. 06753

1.4.4 – Discursos (continuação)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Voto de pesar pelo falecimento de Claudio Barbosa de Araújo. Apelo à população brasileira para que fique atenta aos prazos de vacinação e se imunize contra a Gripe A. 06754

SENADOR JOSÉ NERY, como Líder – Comemoração pela instalação, hoje, da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo. Leitura de manifestação da Deputada Iriny Lopes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. 06758

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Apresentação de proposta para que o Padre Roberto Landell de Moura tenha seu nome inscrito no *Livro dos Heróis da Pátria*. 06762

SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Comemoração pela ampliação da rede de agências do INSS em Alagoas. 06764

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Satisfação pela aprovação hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de dois projetos em favor da saúde dos brasileiros: a regulamentação do fornecimento de medicamentos especiais, e a proibição do uso de cigarros em recinto coletivo, privado ou público..... 06766

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Preocupação com as rodovias de Rondônia, em especial a BR-364, em razão do péssimo estado de conservação. Sugestão da realização de um concurso regional pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal para aumentar o contingente desses profissionais em Rondônia..... 06767

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Satisfação em apresentar o resultado da auditoria do Tribunal de Contas da União realizada nas obras de pavimentação e recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, solicitada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado. 06769

SENADOR MÃO SANTA, como Líder – Crítica ao presidente Lula, com base em matéria publicada no jornal **O Globo** intitulada “Sete minutos de

inspeção e duas horas de palanque”. Apelo para que o Governo Federal conclua obras no Estado do Piauí..... 06771

1.4.5 – Leitura de requerimentos

Nº 195, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009.* 06773

Nº 196, de 2010, de autoria da Senadora Marisa Serrano, *solicitando oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009.* 06773

Nº 197, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, *solicitando voto de felicitação ao Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais – ILECE.* 06774

Nº 198, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à jovem Laura Corrêa Cavalcante Leite.*..... 06774

Nº 199, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso para artistas plásticas de Brasília Marlene Godoy, Dilza Gomes, Nelci Baltah, Zelina Ventura, Nair Andrade, Tuca Morhy e Ambrozina Coradi, todas classificadas e premiadas na 8ª Biennale Internazionale Di Roma.* 06774

Nº 200, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à equipe de jiu-jitsu do SESI/AM, pela conquista do Ouro no 8º Amazon Open.*..... 06775

1.4.6 – Leitura de parecer

Nº 148, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2010 (nº 5.883/2009, na Casa de origem), que *reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores da Câmara dos Deputados, revoga o art. 4º da Resolução nº 28, de 1998, e o art. 1º da Resolução nº 39, de 2006, ambas da Câmara dos Deputados, e dá outras providências.* 06775

1.4.7 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2010, cujo parecer foi lido anteriormente. 06780

1.4.8 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 3, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Acir Gurgacz, que *acrescenta o art. 178-A à Constituição Federal, para prever um percentual mínimo de aplicação de recursos federais em programas de infraestrutura de transportes.* 06781

1.4.9 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2010, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que *estabelece condições de transparência pública na internet para a realização de transferências voluntárias e constitucionais às unidades federais.* 06786

1.4.10 – Leitura de requerimentos

Nº 201, de 2010, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2004, para que tenha tramitação autônoma, dos Projetos de Lei do Senado nºs 9 e 61, de 2004; 40 e 253, de 2006; e 45, 112, 223 e 739/2007, que tramitam em conjunto.* 06787

Nº 202, de 2010, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Claudio Barbosa de Araújo.* 06787

Nº 203, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando voto de aplauso à Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – AVAO.* 06787

Nº 204, de 2010, de autoria do Senador Jefferson Praia, *solicitando voto de aplauso ao Ministério Internacional em Manaus, instituição religiosa descendente da 1ª Igreja Batista da Restauração, em Manaus.*..... 06787

Nº 205, de 2010, de autoria do Senador Raimundo Colombo, *solicitando que o Ministro da Previdência Social determine à Superintendência Nacional de Previdência Complementar o envio de cópia dos relatórios de fiscalização no fundo de pensão da Companhia de Desenvolvimento dos vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), elaborados entre 2003 e 2009.* 06788

1.4.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MARCONI PERILLO – Necessidade de se discutir a exploração da camada do pré-sal, dentro de uma agenda voltada à segurança energética do Brasil, com foco no desenvolvimento sustentável..... 06788

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “De Olhos Bem Fechados”, publicada na revista **Veja**, edição de 03 de março corrente..... 06790

1.4.12 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 11, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 06791

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES

Ata da 246ª Sessão, Não Deliberativa, em 14 de dezembro de 2009, publicada no **Diário do Senado Federal nº 200**, de 15 de dezembro de 2009..... 06808

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 10-3-2010

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 27ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de março de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Marconi Perillo, da Srª Serys Slhessarenko, e dos Srs. Mão Santa, Gerson Camata, Eduardo Azeredo e Jefferson Praia

(Inicia-se a sessão às 14 horas, e encerra-se às 21 horas e 34 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/3/2010 07:37:32 até 10/3/2010 21:37:43

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PT	RO	ACIR GURGACZ	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCLIDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
PTB	MA	EPITACIO CAPETEIRA	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GABRIEL DI ALVES FILHO	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INACIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X
PT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
SDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
SDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
SC	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
EM	PE	MARCO MACIEL	X	X
SDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
EM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
V	AC	MARINA SILVA	X	
SDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
SDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PT	PR	OSMAR DIAS	X	X
SDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PT	CE	PATRICIA SABOYA	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
VDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
EM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
VDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
Bloco-PT	TO	SADI CASSOL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 73 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2009*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria encontra-se incluída na Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência designa o Senador Tasso Jereissati para integrar, como titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais – ONGs, e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCPIs; nos termos do expediente encaminhado pela Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira.

É o seguinte o ofício encaminhado:

Ofício nº 10/10-GLPSDB

Brasília, 10 de março de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex^a, o Senador TASSO JEREISSATI, como titular, para a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais – ONGs, e para organização da sociedade civil de interesse público – OSCPIs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Álvaro Dias**, Líder do PSDB em Exercício

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2010

Estabelece como princípio do sistema remuneratório do servidor público a observância do piso salarial nacional das diversas categorias, nos termos da lei federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 39 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de inciso IV, com a seguinte redação:

“Art. 39.

§ 1º
.....

IV – o piso salarial das diversas categorias profissionais, fixado por lei federal, na forma do art. 7º, V.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O § 1º do art. 39 da Constituição Federal relaciona os princípios a serem observados na fixação dos padrões de vencimento e dos demais

componentes dos sistemas remuneratórios a serem instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. O objetivo desta proposta é a inclusão, entre tais diretrizes, da obrigação de ser observado o piso salarial nacional das diversas categorias profissionais, conforme fixado nas correspondentes leis federais.

Com isso, pretende-se superar uma injustiça inaceitável, sofrida pelos profissionais cuja categoria tem piso salarial fixado em lei, que vêem esse direito desprezado solenemente pelo Poder Público. Ou seja, exatamente aqueles de quem se deveria esperar a conduta exemplar no cumprimento da legislação, infelizmente, não levam em consideração o piso salarial ao abrirem os editais dos concursos públicos.

Assim, por exemplo, os profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Química e Veterinária têm a profissão e a remuneração regulamentada por meio das Leis nºs 4.950-A, de 22 de abril de 1966, e 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Não obstante, essas normas não têm sido observadas, especialmente, quando se abrem concursos nas prefeituras e nos Estados brasileiros. Esses profissionais são muitas vezes, então, recrutados com salário muito menor que o piso salarial, às vezes em valor equivalente até mesmo à metade dele.

Não é justo que haja decréscimo na remuneração de um desses profissionais simplesmente porque ele resolveu seguir o serviço público. O trabalhador deve receber um salário digno, pelo que ele se propôs a cursar o nível superior, e deve ter uma retribuição à altura da qualificação que obteve. É, portanto, um equívoco se imaginar que o Poder Público esteja economizando ao não pagar o piso salarial. Ao contrário, essa postura leva ao desestímulo do profissional, que deixa de prestar um bom serviço e pode, até mesmo, procurar outra atividade para complementar a renda, o que resultará na diminuição de sua dedicação e na queda da qualidade de sua produção.

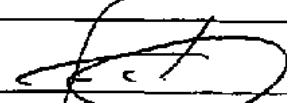
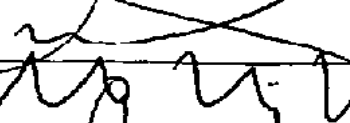
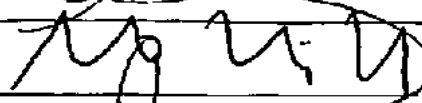


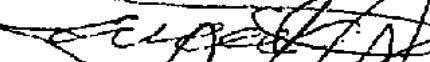

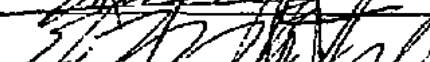

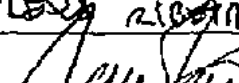
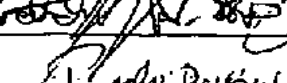

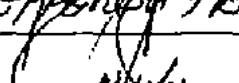
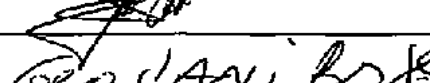




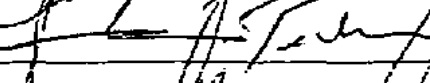

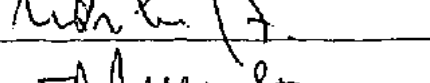
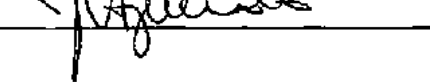
Por essas razões, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010.



Senador SADI CASSOL

PEC Nº , DE 2010 - Para estabelecer como princípio do sistema remuneratório do servidor público a observância do piso salarial nacional das diversas categorias , nos termos da lei federal.

Nº	NOME	PART.	UF	ASSINATURA
01	SADI CASSOL	PT	T.O.	
02	HERÁCLITO	DEM	PI	
03	FLÁVIO ARNS	PSDB	PR	
04	ROBERTO CAVALLANTI	PRB	PB	
05	CESAR BORGES	PR	BA	
06	SATUBACHAIA	PMDB	RJ	
07	Paulo P. Souto	PR	RS	
08	Eduardo W. M. Silva	PT	SP	
09	FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA	
10				
11	JEFFERSON PEREIRA	PDT	AM	
12		PMDB	AP	
13		DEM	RN	JOE AGUIPINO
14		PR	ES	MARCO ALTA
15				
16	JOÃO PEDRO	PT		
17	SERYS SLUSSARENKO	PT		
18	CRISTOVAN	PDT		
19	JOSE NEY	PSOL	PA	

Nº	NOME	PART.	UF	ASSINATURA
20	Nelson de Canto	PRO	SC	
21	Moço Neto			
22	Raposo Var.			
23	AUGUSTO BELLI			
24	OSMAR DIAS	PDT.	PR	
25	MOZAMILDO	PTB	RR	
26	ALVARO DIAS			
27	ERITACIO CRYSTELIA			
28	inguir Canto			
29	JOSÉ VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	

Seção II
DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS
DOS SERVIDORES PÚBLICOS
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho. (Vide Lei nº 8.448, de 1992)

§ 2º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. (Vide ADIN nº 2.135-4)

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - os requisitos para a investidura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - as peculiaridades dos cargos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**Emendas Constitucionais****Emendas Constitucionais de Revisão****Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**

Título II**Dos Direitos e Garantias Fundamentais****Capítulo II****Dos Direitos Sociais**

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 192, DE 2010

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o **Projeto de Lei da Câmara Nº 132, de 2001**, que “dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material diático-escolar e determina outras providências”, seja apreciado, também, pela Comissão de Direitos Humanos – CDH, além das comissões constantes do despacho inicial.

Justificação

Uma discussão sobre o turismo no Brasil, hoje, não deve ser traduzido apenas em informações sobre as indiscutíveis belezas do país, nem sobre sua potencialidade comercial. Muitas ações estão sendo equivocadamente concretizadas dentro do mundo do turismo, especificamente quando se trata da diversidade cultural e das diferenças sociais e econômicas constantes no cotidiano de nossa sociedade, onde a exploração do turismo, muitas vezes, dispensa um tratamento equivocado a tais características.

Quando falamos em “equivocos” estamos nos referindo especialmente a situações incentivadas dentro da exploração do turismo brasileiro, como pedofilia, prostituição, exploração sexual e comercial de crianças e jovens, discriminação e preconceito com relação ao grupo LGBT e tantas outras situações similares que exigem um debate mais demorado sobre o tema, para que o coloquemos no material didático para compor o conteúdo dos livros escolares.

Diante do exposto fica evidente a necessidade de que a matéria seja melhor discutida especialmente na Comissão de Direitos Humanos, além da educação, sua comissão de mérito.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído na Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 193, de 2010

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social sobre a aplicação de recursos de fundos de pensão de estatais na BANCOOP – Cooperativa Habitacional dos Bancários, do Estado de São Paulo:

1. A Secretaria de Previdência Complementar foi informada sobre o grande volume de recursos injetados pelos fundos de pensão de estatais na Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo – Bancoop?

2. A Secretaria de Previdência Complementar recebeu alguma informação contendo argumentos que justificassem a aplicação desse grande volume de recursos por parte de fundos de pensão de empresas estatais na Bancoop?

3. A Secretaria de Previdência Complementar assegurou aos participantes e assistidos de planos de benefícios operados por esses fundos de pensão de empresas estatais o pleno acesso às informações sobre a aplicação desses recursos?

4. Os fundos de pensão de empresas estatais sofreram algum prejuízo em razão da imprudente aplicação de recursos na Bancoop?

5. A Secretaria de Previdência Complementar determinou abertura de investigação ou instaurou inquérito para identificar possíveis responsáveis pelos prejuízos causados aos participantes e assistidos de planos de benefícios operados por fundos de pensão de empresas estatais em função da imprudente aplicação de recursos na Bancoop?

Justificação

A revista **Veja**, em sua edição de 10 de março deste ano, publicou matéria intitulada “A casa caiu”, mostrando que o Ministério Público, após quase três anos de investigações, apurou que dirigentes da BANCOOP – Cooperativa Habitacional dos Bancários, do Estado de São Paulo, lesaram milhares de associados para montar um esquema de desvio de recursos que pode ter carreado dinheiro para financiamento de campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores, além de ter servido para atender a interesses particulares de dirigentes do partido.

Ainda segundo a matéria, a Bancoop teria captado cerca de R\$26 milhões de fundos de pensão de empresas estatais controlados pelo PT, e mais R\$10,9 milhões de outros fundos de estatais.

O presente requerimento se apresenta plenamente justificado, tanto em razão de ser a Secretaria de Previdência Complementar o órgão de fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar quanto à luz da necessidade de preservar os recursos públicos aplicados pela União nos fundos de pensão,

preocupação que se coaduna com a função fiscalizadora deste Senado Federal.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 138, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2009 (PL nº 2.506/2007, na origem, da Deputada Gorete Pereira), que denomina Rodovia Luiz Otacílio Corrêia o trecho da rodovia BR-230, entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará.

RELATOR: Senador INÁCIO ARRUDA

RELATOR “AD HOC”: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

I – RELATÓRIO

De iniciativa da Deputada Gorete Pereira, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 178, de 2009 (PL nº 2.506, de 2007, na origem), tem por objetivo denominar “Rodovia Luiz Otacílio Correia” o trecho da rodovia BR-230 entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará.

A autora do projeto justifica a proposta ao destacar a importância do homenageado para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Nascido em 29 de março de 1917, na cidade de Várzea Alegre, Luiz Otacílio Correia desempenhou inúmeras funções importantes, seja na condição de empresário, seja no exercício de cargos públicos. Vereador em Várzea Alegre por três legislaturas, de 1947 a 1959, quando assumiu o cargo de prefeito da cidade, Otacílio Correia elaborou e executou diversos projetos e obras relevantes para a região, destacando-se a construção do Açude Público Estadual de Várzea Grande, concluído em 1998.

Sempre comprometido com o bem comum e a justiça social, elegeu-se deputado estadual por duas legislaturas, entre 1978 e 1987, tendo exercido também o cargo de diretor da Companhia de Água e Esgotos do Estado do Ceará (CAGECE). Com o mesmo dinamismo que emprestou à vida pública, exerceu importantes atividades empresariais nas áreas de transporte e turismo.

Ainda segundo a autora da proposição, a vida do homenageado, falecido em 8 de dezembro de 2002, foi de grande importância não apenas para Várzea Alegre, mas também para muitas outras cidades cearenses, razão pela qual pretende apor o nome de Luiz Otacílio Correia ao trecho rodoviário que liga, no sul do Estado, as cidades de Várzea Alegre e Lavras da Mangabeira.

Na Casa de origem, o projeto mereceu a aprovação unânime das Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, foi distribuído exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa. Não houve oferecimento de emendas.

II – ANÁLISE

A proposição encontra apoio constitucional no âmbito da competência da União, ente ao qual compete, nos termos do art. 22, XI, legislar privativamente sobre “trânsito e transporte”. De outra parte, atende aos requisitos para a iniciativa legislativa, estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Carta Política, não incidindo no campo reservado ao Presidente da República.

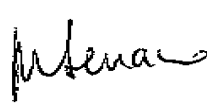
Verifica-se igualmente a adequada observância dos critérios fixados na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite a atribuição, a vias e terminais integrantes do Sistema Nacional de Transportes, de “designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação”, supletivamente às de caráter oficial. No mesmo sentido, a proposição observa o disposto na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que veda a atribuição de “nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”.


No mérito, adoto os argumentos do autor e considero a homenagem justa e merecida. De fato, Luiz Otacílio Correia legou ao Estado do Ceará e ao Brasil um exemplo edificante de empreendedorismo e de dedicação à causa pública.

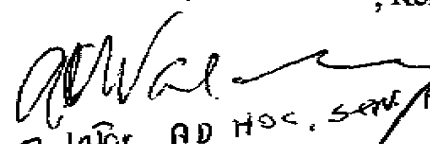
III – VOTO

...te o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 178, de 2009.

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.

 ^{Vice}
, Presidente

 ^{, Relator}


Relator AD HOC. SEN. ANTONIO C. VALADARES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 18 (dezoito) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator, ad hoc, o Senador Antônio Carlos Valadares.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2009.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidenta no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 178/09 NA REUNIÃO DE 24/03/2010
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Wlmaro. SEN. MARISA SERRANO*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDEI SALVATTI <i>Ideli</i>	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto</i>	2- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos</i>
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima</i>	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM <i>Paulo</i>	4- JOSÉ NERY <i>João Nery</i>
INÁCIO ARRUDA	5- GIM ARGELLO
RELATOR	
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto</i>	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES	3- PEDRO SIMON <i>Pedro</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL <i>Marco</i>	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba</i>	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS <i>Efraim</i>
JOSÉ AGRIPIANO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS <i>Flávio</i>	8- MARCONI PERILLO <i>Marconi</i>
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i>	9- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio</i>	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA <i>Romeu</i>	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam</i>	1- JEFFERSON PRAIA
------------------------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLC 178/09

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
FÁTIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM	X				JOSÉ NERY	X			
INÁCIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO PECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMON	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERÁCLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CICERO LUCENA				
FLAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALÉO PAES				
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 19 SIM: 18 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: OL

SALA DAS REUNIÕES, EM 2 / 3 / 2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XI - trânsito e transporte; II - desapropriação;

.....

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977.

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979.

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

Of. nº 05/2010/CE

Brasília, 02 de março de 2010.

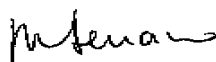
A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2009, de autoria de Sua Excelência a Senhora Deputada Gorete Pereira, que “Denomina Rodovia Luiz Otacilio Correia o trecho da rodovia BR-230, entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará.”

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER

Nº 139, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009 (nº 6.327/2005, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota), que denomina a nova refinaria de petróleo de Pernambuco Refinaria Abreu e Lima.

RELATOR: Senador MARCO MACIEL

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009 (Projeto de Lei nº 6.327, de 2005, na origem), de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, é composto de dois artigos: o art. 1º denomina Refinaria Abreu e Lima a nova refinaria de Petróleo de Pernambuco; o art. 2º

determina a entrada em vigor da nova lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da proposição destaca a relevante atuação do General José Ignacio Abreu e Lima na libertação das antigas colônias ibéricas, ao lado de Simon Bolívar, e no registro da história do Brasil. Desse modo, de acordo com o autor, o projeto visa a homenagear *um homem cosmopolita que nunca deixou de ser um grande brasileiro e defensor da América do Sul*.

A proposição foi apresentada, na Câmara dos Deputados, no dia 6 de dezembro de 2005. Nos termos do que dispõe o art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), o projeto foi submetido, em regime de apreciação conclusiva, às Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Aprovado em ambos os colegiados por unanimidade, o projeto foi encaminhado a esta Casa Legislativa, no dia 15 de outubro de 2009, e seguiu para esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que deve se manifestar em caráter terminativo.

A proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

De acordo com o que já foi salientado em pareceres emitidos pelas Comissões que apreciaram a

matéria no âmbito da Câmara dos Deputados, a proposição sob exame tem o propósito de consignar em lei uma realidade já anunciada. A unidade de refino, que se encontra em construção no Porto de Suape, em Pernambuco, já é amplamente conhecida pela denominação Abreu e Lima.

É, de fato, muito oportuna a referência ao ilustre General em um momento em que são envidados esforços para a aproximação com os outros países que compõem a América do Sul. Homenagear Abreu e Lima é, por extensão, lembrar da luta libertária de Simon Bolívar e de sua importância para a construção de nações fortes e independentes em nosso continente.

A adoção da denominação Abreu e Lima para a nova refinaria sediada em Pernambuco configura, também, uma manifestação pela liberdade e pela autonomia dos povos, princípios basilares da nossa formação, e inscritos em nossa Carta Magna.

Nesse sentido, consideramos a proposição meritória e oportuna.

Relatar esta matéria me traz peculiar satisfação, pelo esforço que desenvolvi, quando governava Pernambuco para a implementar o Porto de Suape, a despeito de críticas diversas, e pela ação decorrente do tempo que ocupei a Vice-Presidência da República agindo no sentido de alocar recursos no orçamento da União para manter, ampliar e drenar nosso porto.

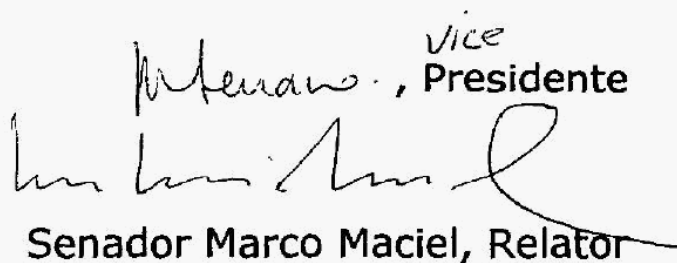
Registre-se, por fim, que a proposição não apresenta óbices no que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade. Apresenta-se,

também, redigida conforme a adequada técnica legislativa.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009 (PL nº 6.327, de 2005, na origem).

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.

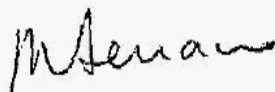
 ^{vice} Presidente
Senador Marco Maciel, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 16 (dezesseis) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator, o Senador Marco Maciel.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2010.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 213/09 NA REUNIÃO DE 02/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Marcelo - Sen. MARISA SERRANO*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- GIM ARGELLO
ROBERTO CAVALCANTI	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU
RELATOR	3- JAYME CAMPOS
ROSALBA CIARLINI	4- EFRAIM MORAIS
HERÁCLITO FORTES	5- ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	6- MARIA DO CARMO ALVES
ADELMIR SANTANA	7- CÍCERO LUCENA
ALVARO DIAS	8- MARCONI PERILLO
FLÁVIO ARNS	9- PAPALÉO PAES
EDUARDO AZEREDO	10- SÉRGIO GUERRA
MARISA SERRANO	

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLC 213 / 07

TITULARES BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
FATIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM	X				JOSÉ NERY	X			
INÁCIO ARRUDA					GIM ARCELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO LUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMON	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERACLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CÍCERO LUCENA				
FLÁVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO					PAPALEO PAES				
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA					MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 17 SIM; 16 NÃO; - ABS; - AUTOR; - PRESIDENTE: 01

M. Serrano

SALA DAS REUNIÕES, EM 2 / 3 / 2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Ofício nº 6/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: **Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Gonzaga Patriota, que “Denomina a nova refinaria de petróleo de Pernambuco Refinaria Abreu e Lima.”

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER

Nº 140, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009 (nº 4.488/2008, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

I – RELATÓRIO

A proposição, de autoria do Deputado Alexandre Silveira, visa homenagear o cidadão Sebastião da Cunha e Castro, nascido no distrito de São Sebastião do Herval, posteriormente Município de Ervália, localizado na Zona da Mata mineira.

Conforme a justificação que encaminha o preito, Tatão da Cunha, como era conhecido o homenageado, com sua visão progressista participou ativamente da vida social, econômica e política da região. Seu empenho na construção da estrada entre Herval e Muriaé, para a qual chegou a utilizar recursos próprios, possibilitou o acesso dessas cidades a regiões de fácil comércio e aos portos do Rio de Janeiro e de Vitória.

Além disso, destaca o autor, Tatão da Cunha foi grande incentivador da vida social, esportiva e cultural da cidade em que viveu. Como tal, fundou a banda de música de Herval e organizou o primeiro time de futebol profissional do interior de Minas Gerais, arcando com todas as despesas para o desenvolvimento dessas iniciativas.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado e aprovado por unanimidade nas Comissões de Viação e Transportes (CVT), de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, onde foi distribuído com exclusividade para esta Comissão, o projeto não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

A competência para legislar sobre trânsito e transporte – matéria do projeto de lei em epígrafe – é privativa da União, a teor do disposto no art. 22, XI, da Constituição Federal, e cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias sujeitas a essa reserva, nos termos do art. 48, também da Carta Magna.

A proposição encontra ainda amparo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que “dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação” e estabelece que, mediante lei especial, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente à terminologia oficial, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade. Destaque-se, por oportuno, que o trecho em questão é referido tão somente a partir da nomenclatura constante do Plano Nacional de Viação, não tendo recebido qualquer denominação suplementar.

O texto do projeto está redigido consoante as normas da boa técnica legislativa expressas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, não tendo sido observada necessidade de reparos.


Nesse sentido, a proposição em exame atende satisfatoriamente aos princípios de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa requeridos.

Finalmente, o projeto é adequado no que tange ao mérito, uma vez que Sebastião da Cunha e Castro, além de dedicar a força de seu trabalho ao desenvolvimento da região, teve participação definitiva na construção da rodovia para a qual se quer atribuir seu nome.

III – VOTO

Pelo exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009 (Projeto de Lei nº 4.488, de 2008, na Casa de origem).

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.

 , Vice
Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 17 (dezessete) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator, o Senador Eduardo Azeredo.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2009.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidenta no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 308/09 NA REUNIÃO DE 02/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Marisa Serrano* SEN. MARISA SERRANO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDEI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- GIM ARGELLO
ROBERTO CAVALCANTI	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPIANO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	9- PAPALÉO PAES
RELATOR	10- SÉRGIO GUERRA
MARISA SERRANO	

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLC 308 20/0

TITULARES* BLOCO DE VOTO/ AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PC/GO B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE* BLOCO DE VOTO/ AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PC/GO B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
FÁTIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM	X				JOSÉ NERY	X			
INÁCIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES* MAIORIA* (PMDB* PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE* MAIORIA* (PMDB* PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO PECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMÓN	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES* BLOCO DAMINORIA* (DEM* PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE* BLOCO DAMINORIA* (DEM* PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERÁCLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CÍCERO LUCENA				
FLÁVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALEO PAES				
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULARES* PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE* PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMÉU TUMA					MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULARES* PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE* PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 2 / 3 / 2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XI - trânsito e transporte;

.....

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~**X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;**~~

~~**XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;**~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979.

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Ofício nº 7/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: **Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Alexandre Silveira, que “Denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais.”

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER

Nº 141, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção.

RELATOR: Senador JOSÉ NERY

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 264, de 2009, de autoria do Senador FLEXA RIBEIRO, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, no Município de Redenção, *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) do Pará.

Para tanto, autoriza o Poder Executivo a criar cargos e funções e a dispor sobre a organização, as competências e outras atribuições necessárias à implantação da escola (art. 2º).

De acordo com o art. 3º da proposição, o *campus* destina-se à formação e qualificação de profissionais de nível superior, para atender às necessidades socioeconômicas e de desenvolvimento tecnológico dos Estados do Pará, Mato Grosso e Tocantins.

Pelo art. 4º, o projeto em apreço estabelece que a lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o proponente destaca algumas razões que justificam a atenção especial dos governantes para com a educação profissional e tecnológica, entre as quais inclui a importância desse tipo de formação para a inserção de trabalhadores qualificados no mercado de trabalho, e o impacto que a reserva desses profissionais tem no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Destaca, também, as peculiaridades do Município de Redenção, que, localizado no Sudoeste do Pará, próximo às fronteiras com os Estados do Mato Grosso e Tocantins, apresenta-se como um dos mais dinâmicos e de maior potencial econômico da região.

À proposição, que deve ser analisada em caráter terminativo por esta Comissão, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

A matéria se enquadra entre aquelas passíveis de apreciação pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), segundo o qual a ela compete opinar sobre o mérito de proposições que envolvam, entre outros assuntos, normas gerais sobre educação, cultura, ensino e esporte, diretrizes e bases da educação nacional, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, instituições educativas e outros temas correlatos.

Com relação ao mérito, a iniciativa reveste-se de grande importância e oportunidade, tendo em vista não apenas o papel que as instituições de ensino do porte dos Institutos Federais desempenham para o desenvolvimento socioeconômico do País, mas também o cenário delineado para a educação profissional pelo governo brasileiro, estruturado em medidas e metas estabelecidas na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mais conhecidos como Institutos Federais.

Permeando esse cenário está a ideia de expansão e de interiorização da educação profissional, mediante a criação dos Institutos Federais em centros urbanos estratégicos, vinculados a diversos *campi*, e especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Dessa forma, a iniciativa do Senador Flexa Ribeiro chama a atenção do Ministério da Educação para a região Sudoeste do Pará, mais especificamente, para o Município de Redenção, que tanto necessitam do apoio federal para fazer desabrochar todo o seu potencial de crescimento.


Devemos relembrar, contudo, a inexistência de entendimento pacífico no Congresso Nacional a respeito de proposição autorizativa. Não obstante o juízo prevalecente na Câmara dos Deputados de que projetos autorizativos apresentados por deputados ou senadores são inconstitucionais, sendo, por isso, com frequência, arquivados, o Senado Federal os considera legítimos. A base para esse juízo encontra-se no Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo o qual uma lei autorizativa tem como *efeito jurídico sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência*.

Sendo assim, e uma vez redigida em boa técnica legislativa, concluímos que a proposição não apresenta óbices de natureza constitucional ou jurídica que dificultem a sua tramitação.

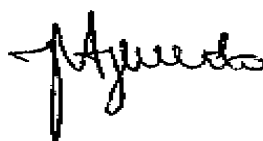
III – VOTO

Pelo exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009.

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.



Vice
, Presidente




, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 15 (quinze) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator, o Senador José Nery.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2009.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidenta no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 264/09 NA REUNIÃO DE 02/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Marisa Serrano* - SN - MARISA SERRANO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	RELATOR
ROBERTO CAVALCANTI	5- GIM ARGELLO
SADI CASSOL	6- JOÃO RIBEIRO
	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	9- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 264 / 09

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATTI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
FÁTIMA CLEIDE					EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM	X				JOSÉ NERY	X			
INÁCIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMON				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBAO FILHO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERÁCLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CÍCERO LUCENA				
FLAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALEO PAES				
MARISA SERRANO					SERGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA					MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

M. Serrano

SALA DAS REUNIÕES, EM 2 / 3 / 2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Legislação citada anexada pela Secretaria Geral da Mesa.

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

.....

Of. nº 008/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Flexa Ribeiro, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção”.

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

.....

PARECER

Nº 142, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 2009 (nº 3.165/2008, na Casa de origem, do Deputado José Otávio Germano), que denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador PEDRO SIMON

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 261, de 2009 (PL nº 3.165, de 2008, na origem), de autoria do Deputado José Otávio Germano, tem o propósito de denominar “Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker” o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Parlamentar exemplar, Júlio Redecker teve sua brilhante carreira brutalmente interrompida, no dia 17 de julho de 2007, pelo acidente com o avião que realizava o voo 3054 da TAM, que decolara de Porto Alegre com destino ao aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e não conseguiu frear durante a aterrissagem. Como bem lembra o autor da proposição, Júlio Redecker morreu trabalhando, pois se dirigia aos Estados Unidos, onde acompanharia o presidente da Câmara dos Deputados em palestra no Parlamento em Washington.

Filho de um taxista e de uma cozinheira, Júlio Redecker nasceu em Taquari, no Rio Grande do Sul, deslocando-se ainda jovem para Porto Alegre, onde, na política estudantil, deu os primeiros passos em sua profícua trajetória de participação política.

Após duas disputas eleitorais – em 1982, para o cargo de prefeito de Taquari, e em 1986, para um mandato de deputado estadual –, nas quais não obteve êxito, a despeito de haver logrado expressiva votação, Júlio Redecker elegeu-se para a Câmara dos Deputados em 1994. No exercício desse primeiro mandato, sua destacada atuação não apenas propiciou sucessivas reeleições, mas tornou-o o quinto candidato mais votado do Estado no pleito de 1998, o segundo em 2002 e o mais votado na eleição de 2006.

Em seu último mandato na Câmara, destacou-se como um dos mais combativos parlamentares nas CPIs do Mensalão e dos Sanguessugas, tendo sido, inclusive, o relator desta última. Tornou-se também líder da Minoria, tendo também integrado o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

O autor da iniciativa justifica a homenagem proposta ao pôr em relevo o legado de seriedade e ética deixado por Júlio Redecker.

Na Casa de origem, o projeto mereceu a aprovação unânime das Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, foi distribuído exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para decisão terminativa. Não houve oferecimento de emendas.

II – ANÁLISE

A proposição encontra apoio constitucional no âmbito das prerrogativas da União, ente ao qual compete, nos termos do art. 22, XI, legislar privativamente sobre “trânsito e transporte”. De outra parte, é lícita a iniciativa parlamentar, uma vez que o projeto atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Carta Política, não incidindo no campo reservado ao Presidente da República.

Verifica-se igualmente a adequada observância dos critérios fixados na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite, mediante lei específica, a atribuição a vias e terminais integrantes do Sistema Nacional de Transportes de “designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação”, supletivamente às denominações de caráter oficial.

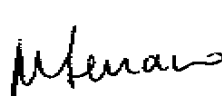
“No mesmo sentido, a proposição observa o disposto na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que veda a atribuição de “nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”.


No mérito, adoto os argumentos do autor e considero justa e merecida a homenagem proposta a Júlio Redecker, parlamentar cujo exemplo honrou o Rio Grande e o Brasil.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 261, de 2009.

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.

 *Vice-*
, Presidente, no exercício da
Presidência

 , Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 17 (dezessete) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator, o Senador Pedro Simon.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2010.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 261/09 NA REUNIÃO DE 22/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Marcos Vinícius Siqueira

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- GIM ARGELLO
ROBERTO CAVALCANTI	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	RELATOR
GERSON CAMATA	4- NEUTO DE CONTO
(VAGO)	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	9- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLC 261/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PGO, B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PGO, B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
FÁTIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM	X				JOSE NERY	X			
INÁCIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES - MAIORIA (PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEÓVANI BORGES	X				PEDRO SIMON	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES - BLOCO DAMINÓRIA (DEM, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DAMINÓRIA (DEM, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLONBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KÁTIA ABREU				
ROSÁLIA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERÁCLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CÍCERO LUCENA				
FLÁVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO					PAPALEO PAES				
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 17 SIM: 17 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/03/2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XI - trânsito e transporte;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979.

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977.

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

.....

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Of. nº 09/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.


A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado José Otávio Germano, que “Denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.”

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER

Nº 143, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2009 (nº 3.687/2004, na origem, do Deputado Roberto Otoni), que “denomina Viaduto Governador Henrique Santillo, o viaduto localizado no Km 432 da BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás”.

RELATOR: Senador MARCONI PERILLO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 208, de 2009, de autoria do Deputado Rubens Otoni, objetiva denominar Viaduto Governador Henrique Santillo o viaduto localizado no km 432 da rodovia BR-153, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

Os méritos do homenageado justificam a proposição. Homem público honrado e idealista, Henrique Santillo destacou-se na luta contra a ditadura militar. Médico por formação e compromisso, foi vereador e prefeito na cidade de Anápolis, deputado estadual e senador, governador, secretário de Estado e presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, mandatos que exerceu em prol do desenvolvimento das políticas de saúde, da garantia dos direitos sociais e da consolidação da democracia.

Na Câmara dos Deputados, o PLC nº 208, de 2009, foi aprovado, sem ressalvas, nas Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Submetido à revisão do Senado no último 14 de outubro, o projeto foi submetido, com exclusividade, à decisão terminativa desta Comissão. Não foram de 1978, que trincaram as expectativas continuístas do regime militar, sagrou-se Senador da República.

Nessa vitoriosa trajetória, foi eleito governador de Goiás em 1986, cargo que exerceu até o ano de 1991. Entre 1993 e 1995, foi ministro da Saúde do presidente Itamar Franco. Ao deixar o cargo, a despeito de encontrar-se em destacada posição política, voltou para Anápolis a fim de trabalhar em prol da população mais carente por meio do exercício da medicina, atitude que demonstra o caráter humilde e solidário de sua personalidade.

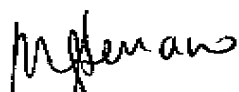
Em 1999, Henrique Santillo concedeu-me a honra de aceitar o convite para integrar meu governo, que se iniciava, ao assumir o comando da Secretaria de Saúde, de onde saiu, no mesmo ano, para exercer o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Em 2002, enquanto exercia o mandato de presidente daquela Corte, veio a falecer.

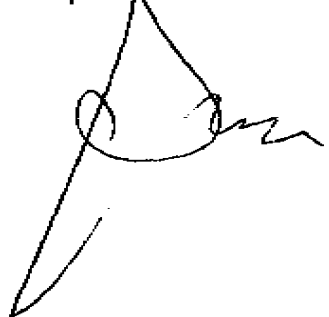
Não há dúvida, portanto, de que o extenso currículo de serviços prestados por Henrique Santillo a Anápolis, ao Estado de Goiás e à nação brasileira justifica a singela e significativa homenagem sobre a qual nos compete deliberar.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do PLC nº 208, de 2009.

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.

 Vice -
Presidente, no exercício da
Presidência

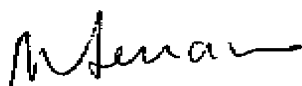
, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 17 (dezessete) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator, o Senador Marconi Perillo.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2010.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 208/09 NA REUNIÃO DE 04/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Marisa Serrano* (Marisa Serrano)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- GIM ARGELLO
ROBERTO CAVALCANTI	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	RELATOR
MARISA SERRANO	9- PAPALÉO PAES
	10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLC 201 / 2009

TITULARES BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PC/PP/DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PC/PP/DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATTI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
FÁTIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM	X				JOSÉ NERY	X			
INACIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES MAIORIA (PMDB/PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE MAIORIA (PMDB/PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMON	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBAO FILHO				
TITULARES BLOCO DAMINORIA (DEM/PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DAMINORIA (DEM/PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERACLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRUPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CICERO LUCENA				
FLAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALEO PAES				
MARISA SERRANO					SERGIO GUERRA				
TITULAR PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA					MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 4

SALA DAS REUNIÕES, EM 22/03/2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Marisa

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Ofício nº 10/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Rubens Otoni, que “Denomina Viaduto Governador Henrique Santillo o viaduto localizado no Km 432 da BR-153, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás.”

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER Nº 144, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino que altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas.

RELATORA: Senadora ROSALBA CIARLINI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 337, de 2006, do Senador Roberto Saturnino, institui, no ensino da arte, a obrigatoriedade de desenvolvimento de conteúdos alusivos à música, às artes plásticas e às artes cênicas, em todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica (art. 1º). Para tanto, o projeto modifica o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, chamada de Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB), mediante inserção de dispositivo específico.

De acordo com o art. 2º do projeto, os sistemas de ensino ficam obrigados a cumprir a inovação no prazo de cinco anos, e, ainda, a tomar todas as providências necessárias à consecução desse fim. Entre tais medidas, o dispositivo menciona expressamente a formação de professores em número suficiente para a tarefa do ensino de artes nos moldes previstos.

Pelo art. 3º, a lei em que o projeto se transformar terá vigência a partir da data de sua publicação.

Para o autor, a iniciativa se presta, precipuamente, a resgatar o valor da arte na formação integral do ser humano. Em adição, os objetivos explícitos de garantir o contato sistemático do alunado com a prática das artes e o apoio de

professores especializados, cuja formação é determinada pela nova lei, criam, indiretamente, a oportunidade de ocupação para profissionais atuantes ou interessados em atuar na área, mas sem respaldo no espaço institucional da escola.

A proposição, que tem decisão terminativa desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), não recebeu emendas no prazo regimental.

Importa ressaltar, por fim, que a matéria já tramitou em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2006, que deu origem à Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, a que nos reportaremos, oportunamente, no decorrer deste relatório.

II – ANÁLISE

O PLS nº 337, de 2006, envolve matéria de natureza educacional, sujeitando-se, portanto, à apreciação desta Comissão, por força do disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

O mérito e a relevância social da proposição já foram exaustivamente afirmados nos debates realizados no Congresso Nacional a respeito do assunto, tanto na perspectiva de inovações curriculares voltadas para a formação integral do aluno, quanto sob a ótica de valorização social dos profissionais com formação na área artística. A corroborar essa assertiva, valemo-nos da recente sanção da mencionada Lei nº 11.769, de 2008, que elevou a música à condição de conteúdo privilegiado do estudo das artes, em ambiente escolar formal.

Portanto, no que respeita a esses aspectos, nada há a obstar a tramitação e a aprovação do projeto. A nosso juízo, caberia tão somente a sua adequação em face das mudanças já carreadas ao texto da LDB por meio da norma acima mencionada.

A propósito, parece-nos adequado harmonizar a proposição com o texto do § 6º, recém introduzido na LDB, segundo o qual *a música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º do art. 26* dessa norma. Essa solução, além de preservar o intento original do PLS nº 337, de 2006, e valorizar a mudança decorrente da Lei 11.769/2008, permite a manutenção do prazo determinado aos sistemas de ensino para o desenvolvimento da temática musical, que foi de três anos.

De resto, nada há a comprometer a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 337, de 2006. Por essas razões, uma vez efetuados os aprimoramentos aventados, cumpre-nos tão somente afirmar a sua pertinência e oportunidade, e, por deve de ofício, reputá-lo digno de aplauso e acolhida desta Casa e do Congresso Nacional.

III – VOTO

Pelas razões expostas, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 26.

§ 6º A música, as artes plásticas e as artes cênicas constituem conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º. (NR)”

EMENDA Nº 2 – CE

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, a seguinte redação:

Art. 2º O prazo para que os sistemas de ensino implantem as mudanças decorrentes da aplicação desta Lei relativamente ao ensino de artes plásticas e artes cênicas, incluída a formação dos respectivos professores em número suficiente para atuar na educação básica, é de cinco anos.

Sala da Comissão, 2 de março de 2010.

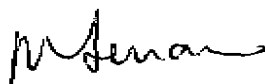
Atenano, Vice
Presidente

Paralby Clarling, Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 16 (dezesseis) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relatora, a Senadora Rosalba Ciarlini, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE e nº 02-CE aprovadas por 15 (quinze) votos favoráveis.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2009.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidenta no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 337/06 NA REUNIÃO DE 02/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Minares* - Sr. MARISA SERRANO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- GIM ARGELLO
ROBERTO CAVALCANTI	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- JAYME CAMPOS
RELATOR	4- EFRAIM MORAIS
HERÁCLITO FORTES	5- ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	6- MARIA DO CARMO ALVES
ADELMIR SANTANA	7- CÍCERO LUCENA
ALVARO DIAS	8- MARCONI PERILLO
FLÁVIO ARNS	9- PAPALÉO PAES
EDUARDO AZEREDO	10- SÉRGIO GUERRA
MARISA SERRANO	

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 337 / 06

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
PÁTIA CLEIDE					EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM					JOSÉ NERY	X			
INACIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA	X				ROMERO IUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMON	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERACLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CICERO LUCENA				
FLAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALEO PAES				
MARISA SERRANO					SERGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMÉU TUMA					MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

Marisa

SALA DAS REUNIÕES, EM 2 / 3 / 2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 337 CG

EMENDAS
EM 61060

TITULARES=BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE=BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
FÁTIMA CLEIDE					EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM					JOSÉ NERY	X			
INÁCIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES=MAIORIA(PMDB & PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE=MAIORIA(PMDB & PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA	X				ROMERO JUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMON	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
					LOBÃO FILHO				
TITULARES=BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE=BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLÔMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					JAYME CAMPOS				
HERÁCLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSE AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CÍCERO LUCENA				
FLÁVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALÉO PAES				
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR=PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE=PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA					MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR=PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE=PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: -- ABS: -- AUTOR: -- PRESIDENTE: 01

Mafena

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/03/2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2006

Altera os §§ 2º e 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os §§ 2º e 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a ter a seguinte redação:

Art. 26.

§ 2º O ensino de Artes, compreendendo obrigatoriamente a música, as artes plásticas e as artes cênicas, constitui componente curricular de todas as etapas e modalidades da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos estudantes.

.....
§ 6º A música, as artes plásticas e as artes cênicas constituem conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º. (NR)''

Art. 2º O prazo para que os sistemas de ensino implantem as mudanças decorrentes da aplicação desta Lei relativamente ao ensino de artes plásticas e artes cênicas, incluída a formação dos respectivos professores em número suficiente para atuar na educação básica, é de cinco anos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 02/03/2010

M. Ferraro ^{Viu}
Presidente
Sen. Roberto Carlos
Relator
Sen. Roberto Carlos

Legislação citada anexada pela Secretaria Geral da Mesa.

LEI Nº 11.769, DE 18 DE AGOSTO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

.....

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Of. nº 011/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: **Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Roberto Saturnino, que “Altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas.”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECER

Nº 145, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009 (nº 1.643/2007, na Casa de origem, do Deputado Carlos Melles), que cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo.

RELATORA: Senadora **KÁTIA ABREU**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 114, de 2009, de autoria do Deputado Carlos Melles, cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo, a ser concedida, anualmente, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, às pessoas físicas ou jurídicas que tenham se destacado por ações em prol do agronegócio e dos produtores rurais.

Em sua justificação, o autor argumenta que a criação da comenda tem por objetivo homenagear a figura do engenheiro agrônomo Antônio Ernesto Werna de Salvo, que foi presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) por dezessete anos, e que sempre trabalhou pelo fortalecimento da agropecuária nacional.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 1.643, de 2007, foi aprovado, sem emendas, pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), e de Educação e Cultura (CEC). Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a proposição foi aprovada com emenda suprimindo o parágrafo único do art. 1º, por conter vício de

inconstitucionalidade. Nos termos dos arts. 54 e 24, II, do Regimento Interno daquela Casa, foi dispensada a apreciação pelo Plenário.

No Senado Federal, nos termos do art. 91, § 1º, IV, e do art. 122, II, c, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o PLC nº 114, de 2009, será apreciado, em sede de decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, II, do RISF, compete à CE opinar sobre o mérito de matérias que versam sobre homenagens cívicas, objeto do projeto de lei em análise.

Sem dúvida, não se pode negar que a agropecuária, que constitui um dos mais importantes setores da economia nacional, merece ser reconhecida e valorizada por meio da homenagem às pessoas que realizam ações em prol do desenvolvimento do setor.

Da mesma forma, é inegável a importância do trabalho que Antônio Ernesto Werna de Salvo realizou em prol do fortalecimento do agronegócio. O Sr. Antônio de Salvo dedicou toda a sua vida ao trabalho de organização e desenvolvimento do setor agropecuário. Com sua atuação desde a fundação do Sindicato Rural de Curvelo, e da fundação da Associação Mineira dos Criadores de Zebu, ele conseguiu unir os diversos setores da agricultura e pecuária do País em torno do objetivo de fortalecer e desenvolver o agronegócio.

Antônio Ernesto Werna de Salvo nasceu em 06/07/1933, em Curvelo - Minas Gerais. Foi engenheiro-agrônomo, formado pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil, em 1955, no Rio de Janeiro. Fazendeiro em Curvelo - MG administrou a Fazenda Canoas, onde foi criador reconhecido pela excelência do rebanho da raça Guzerá. Seu conhecimento a respeito do assunto tornou-o membro do Colégio Brasileiro de Juizes e do Conselho Técnico do Serviço de Registro Genealógico da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), com sede em Uberaba (MG). Foi vice-presidente e presidente da Associação dos Criadores de Guzerá do Brasil, Membro da diretoria do Conselho Deliberativo da ABCZ, recebeu o Mérito Pecuário, em 1987, oferecido pela entidade.

Foi presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA por quase duas décadas, além de também ter sido presidente do Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil - Rural Brasil, do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, e da Confederación Interamericana de Ganaderos y Agricultores (CIAGA), que reúne as entidades representativas de produtores rurais das três Américas.

Elaborou vários trabalhos técnicos na área de zootecnia, publicados pela Escola Veterinária da Universidade de Minas Gerais. Entre eles, o livro Guzerá 50 Anos – Fazenda Canoas – Curvelo - MG. Por sua atuação na liderança do setor agropecuário, foi condecorado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário, do TST, e a Comenda da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

Falecido em 29 de junho de 2007, Antônio Ernesto Werna de Salvo representou uma das figuras mais representativas na história do setor agropecuário nacional.

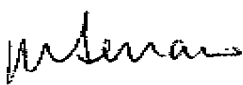
Trata-se de uma reconhecida homenagem a quem dedicou sua vida ao agronegócio, e pelo seu exemplo de vida e abnegação, pelo seu compromisso com a vida pública, com honestidade e seriedade.

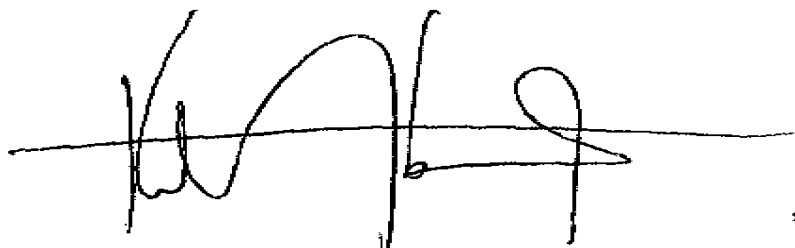
Sendo assim, é justa e meritória a iniciativa de criar uma comenda com o nome de Antônio Ernesto Werna de Salvo para homenagear pessoas que estejam trabalhando em prol da agropecuária em nosso País.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do **Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009**.

Sala da Comissão, 8 de dezembro de 2009.

 , Vice
Presidente

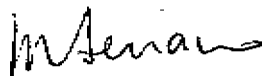
 , Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 17 (dezessete) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relatora, a Senadora Kátia Abreu.

Sala da Comissão, em 02 de março de 2010.



SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 114/09 NA REUNIÃO DE 02/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Marisa Serrano (SEN. MARISA SERRANO)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- GIM ARGELLO
ROBERTO CAVALCANTI	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU RELATOR
ROSALBA CIARLIN	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPIÑO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	9- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLC

114 / 09

TITULARES BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/FG do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/FG do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
FÁTIMA CLEIDE					EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM	X				JOSÉ NERY	X			
INÁCIO ARRUDA					GIM ARGELLO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINÁ SILVA				
TITULARES MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GEOVANI BORGES	X				PEDRO SIMON	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA	X				VALDIR RAUPP				
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES BLOCO DAMINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE BLOCO DAMINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				KATIA ABREU	X			
ROSÁLIA CIARLINI	X				JAYME CAMPOS				
HERÁCLITO FORTES					EPRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					CÍCERO LUCENA				
FLÁVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO	X			
EDUARDO AZEVEDO	X				PAPALÉO PAES				
MARISA SERRANO					SERGIO GUERRA				
TITULAR PTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 19 SIM: 18 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

Marisa

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/03/2010

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO

ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF

Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Of. nº 12/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010.

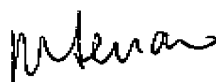
A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: **Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Carlos Melles, que “Cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo.”

Atenciosamente,



SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os pareceres que acabam de ser lidos irão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 5 a 12, de 2010**, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, respectivamente, das seguintes matérias, cujos pareceres foram lidos anteriormente:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2009;**
- **Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009;**
- **Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009;**
- **Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009;**
- **Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 2009;**
- **Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2009;**
- **Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006; e**
- **Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009.**

Com referência aos expedientes recebidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

São os seguintes os ofícios recebidos:

Of. nº 5/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2009, de autoria de Sua Excelência a Senhora Deputada Gorete Pereira, que “Denomina Rodovia Luiz Otacílio Correia o trecho da rodovia BR-230, entre as cidades de Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre, no Estado do Ceará”.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**,
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 6/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matérias

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Gonzaga Patriota, que “Denomina a nova refinaria de petróleo de Pernambuco Refinaria Abreu e Lima”.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**,
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 7/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Alexandre Silveira, que “Denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais”.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**,
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 8/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Flexa Ribeiro, que “Au-

toriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção”.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 9/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado José Otávio Germano, que “Denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente – Senador **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 10/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termo dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 208, de 2009 de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Rubens Otoni, que “Denomina Viaduto Governador Henrique Santillo o viaduto localizado no km 432 da BR-153, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás”.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Of. nº 011/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Roberto Saturnino, que “Altera o § 2º o art. 26 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir no ensino de Artes a obrigatoriedade da Música, das Artes Plásticas e das Artes Cênicas.”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

OF. Nº 12/2010/CE

Brasília, 2 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Carlos Melles, que “Cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo.”

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É apenas para solicitar a V. Exª, nos termos do art. 14, a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Pela ordem, eu sou o segundo para uma comunicação inadiável.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senador Geovani Borges.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu sou a terceira para uma comunicação inadiável, Senadora Serys.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senadora Fátima Cleide, para uma comunicação...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Olhe para a sua esquerda. Olhe para a sua esquerda. Só está olhando para a direita. Olhe para a esquerda.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mário Couto, com a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela Liderança do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela Liderança, Senador Mário Couto, o primeiro inscrito.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senadora Serys, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Gerson Camata, segundo inscrito pela Liderança do PMDB.

Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Sem revisão da oradora.) – Eu não sei se tem suplente para comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Tem suplente. Se um dos três não estiver presente quando for chamado, a senhora estando presente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Está certo. Eu queria inclusive, Senadora, dar-lhe uma boa notícia: acabamos de aprovar, na Comissão de Assuntos Sociais, dois projetos de sua autoria, com relação ao trabalho das domésticas.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Que boa notícia!

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Aprovado por unanimidade.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Que boa notícia, Sr^a Presidente. Eu a admiro. Inclusive, esses dias já dei um depoimento sobre como a senhora está fazendo a Comissão andar realmente.

Muito obrigada pela notícia.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Hoje nós tivemos 25 projetos analisados, dos quais 19 terminativos. Isso foi realmente um resultado muito bom. E um detalhe para a senhora como participante, que já presidiu a Frente Parlamentar das Mulheres: hoje, na nossa reunião, colocamos em pauta todos os projetos que estavam na Comissão e que tinham alguma relação de trabalho, algum direito para as mulheres.

Então, foi aprovada a licença gestante às estudantes que são estagiárias. Foram aprovados todos os projetos, com exceção de um das trabalhadoras domésticas, porque a Senadora não pode estar presente, que era Lúcia Vânia, mas já ficou pra próxima reunião. E muitos outros projetos que são de uma maneira geral para os trabalhadores, mas a gente não pode esquecer que vão beneficiar a mulher no seu direito a ter o seu trabalho sendo remunerado da mesma forma como o dos homens.

Então, obrigada. Mais uma vez, parabéns, Senadora Serys. Seus projetos da empregada doméstica foram aprovados. Agora, vão para a Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr^a Presidenta, pela ordem. Na sua esquerda também. Nós estamos aqui na esquerda.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero parabenizar também V. Ex^a. O projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais. Parabéns a V. Ex^a. E pergunto qual é a minha colocação na ordem dos inscritos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Papaléo Paes, o primeiro inscrito é o Senador Paulo Paim, a segunda é a Senadora Marisa Serrano e o terceiro é o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys Slhessarenko, quero cumprimentar V. Ex^a, que liderou e coordenou a sessão de ontem, em homenagem às mulheres.

Senadora, nesta semana em que o mundo todo homenageia as mulheres, quero, no dia de hoje, também homenageá-las. Quero falar dos filhos dessas mulheres. Quero falar dos nossos filhos. Eu vou falar sobre a nossa juventude.

Sr^a Presidente, nós todos temos pensado muito, trabalhado muito e, por isso, construímos o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nós todos trabalhamos muito e, por isso, construímos o Estatuto do Idoso. Mas, neste momento, Sr^a Presidente, eu quero falar de uma parcela significativa da nossa população, que são os nossos jovens. Todos nós já fomos jovens e sabemos da ansiedade que é típica dessa idade. As ideias fervilham na mente. Pensar, sentir, agir é tudo uma coisa só. Tudo é muito intenso na nossa juventude.

Mas, Sr^a Presidente, eu completo 60 anos no dia 15 de março. Da minha juventude, eu trago as melhores recordações, desde a tranquilidade até a coragem e a rebeldia, que marcaram as nossas vidas, que fomos os jovens de ontem. Repito: jamais deixarei morrer dentro de mim, mesmo à caminhada lenta dos anos que se aproximam, a coragem e a rebeldia que conduziram nossos passos desde a década de 60 até hoje.

O corpo um dia passa, mas as ideias continuarão fazendo sua caminhada rumo ao infinito.

É exatamente por isso, Senadora Serys, que venho à tribuna defender a Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 – a chamada PEC da Juventude –, apresentada na Câmara, à época, pelo Deputado Sandes Júnior (PP-GO), Partido Progressista de Goiás, e demais signatários desta PEC.

A PEC da Juventude veio com o objetivo de dialogar com a sociedade. Vocês jovens que estão neste momento assistindo a TV Senado ou ouvindo essa minha fala sabem que essa PEC é importante para o futuro de todos vocês.

Tenho certeza, Senadora, que essa moçada tem claro o quanto é importante políticas voltadas para o seu tempo. E o tempo do jovem é hoje, o tempo de jovem é agora. A PEC olha para o horizonte de olho no hoje e no amanhã.

A PEC é universal, não importa se o jovem é pobre, da classe média, ou é rico; se é negro, é branco, é índio, é cigano. Não importa, a PEC busca garantir políticas públicas para todos.

A PEC da Juventude, Sr^a Presidente, altera o Capítulo VII do Título VIII da nossa Constituição Federal, fazendo inserir nela referências contundentes de interesse da nossa juventude. Também pretende modificar a redação do art. 227 da Lei Maior, para estender aos jovens a proteção e os direitos consagrados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Senador Camata, a Deputada Rita Camata – eu estava lá – foi a grande articuladora, a grande mentora do Estatuto da Criança e do Adolescente. Como gosto de dizer, e gosto, com satisfação, que sou o autor do Estatuto do Idoso, quando lembro do Estatuto da Criança e do Adolescente – eu estava lá, eu vi –, lembro da sua esposa a Deputada Rita Camata. Meus cumprimentos a ela.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES. Fora do microfone.) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, é preciso que cada vez mais a gente entenda a importância de políticas para a juventude.

Uma das grandes ações inovadoras, trazidas pela Constituição de 1988, foi a proteção constitucional ao adolescente, ao idoso. Essa proteção levou à adoção de diversos diplomas legais, mas ficou uma imensa lacuna na Constituição brasileira naquilo que se refere à proteção da juventude.

Concordo com os argumentos apresentados na proposta – que é de um Deputado Federal do PP cujo nome já citei –, ou seja, a maioria dos jovens ainda não conhece seus direitos e deveres, capacidades, importância e papel social. Sem esse conhecimento, como é que eles podem construir um projeto mais arrojado de vida?

A sociedade é dinâmica, é movida por mecanismos dos quais os jovens muitas vezes estão distantes, e isso pode fazer com que eles se sintam excluídos – a PEC é a inclusão. Desta forma, você, jovem, pode estar-se distanciando da participação política e social. Muitas vezes, deixam de utilizar suas energias na realização de ações que poderiam ser transformadoras pela sua força. É importante que vocês, jovens que estão vivenciando este momento, contribuam para a renovação, por exemplo, de quadros de lideranças, mas, sem essa participação, isso fica difícil. Aí está, com certeza, o futuro do nosso País.

O jovem, Sr. Presidente, e as jovens têm seu próprio modo de ver as coisas, têm seus interesses e ponto de vista, e a PEC da Juventude abre caminho para que se garanta a representação desses pontos de vista na vida social e política do nosso País.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite-me, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou passar, em seguida, a V. Ex^a ao concluir esse primeiro raciocínio.

A juventude tem que ser sujeito da sua própria história, e nós precisamos construir possibilidades para que isso aconteça. Podemos fazer isso ampliando o acesso à educação, à qualificação profissional, à cidadania, aumentando, assim, as oportunidades de

acesso e direito à saúde, ao mercado de trabalho, ao crédito, à renda, aos esportes, ao lazer, à cultura, ao bem-estar social.

Acredito muito nessa PEC da Juventude. Por essa razão, gostaria de pedir a todos os meus colegas do Parlamento que votem pela aprovação dessa matéria, porque ela pode mudar o cenário brasileiro.

A PEC está aqui no plenário do Senado. Hoje à tarde, a partir das 16h, calculo que cerca de 200 jovens estarão aqui fazendo o apelo aos Senadores e serão recebidos pelo Presidente da Casa, e nós, com certeza, vamos acompanhá-los.

Quero passar agora para outro projeto, Senador Gerson Camata, que trata do Estatuto da Juventude, do ex-Deputado Benjamin Maranhão, do PMDB. Mas, antes de passar à discussão desse outro projeto importante de política pública para a juventude, faço questão de receber o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Primeiro, nobre Senador Paulo Paim, quero dizer que V. Ex^a, com esse vibrante discurso, me convenceu a votar pela PEC da Juventude. Vejo em V. Ex^a, tanto no Estatuto do Idoso, como na luta pelos aposentados, sempre uma atuação humanística, dirigida ao ser humano. Para alguns, a grande riqueza do Brasil são as lavou-ras, os campos, a agricultura pujante do Brasil; para outros, são as grandes fábricas, as pontes, as minas. Para V. Ex^a, pelo contrário, a grande riqueza do Brasil são os brasileiros que moram no Brasil, e V. Ex^a tem dedicado o seu mandato a eles. Por isso, V. Ex^a merece voltar aqui para que essa luta que V. Ex^a tem travado com tanto carinho, com tanto cuidado, não perca o seu horizonte. Muitos cuidam das ferrovias, das rodovias, dos campos, das fábricas. V. Ex^a não. V. Ex^a cuida dos brasileiros, que são a grande riqueza do Brasil. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata. Eu também gostaria de dizer que, quando eu era Deputado, ouvia falar do seu trabalho. Mas, aqui no convívio e no dia a dia, pode saber V. Ex^a que fiquei muito feliz com seu aparte. V. Ex^a conseguiu tocar-me no fundo, porque é exatamente assim que vejo o mandato.

Muito obrigado, Senador.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois, não, Senador Cassol.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Quero parabenizar V. Ex^a por mais esse trabalho em defesa dessa PEC da Juventude e dizer que talvez seja hoje o dia mais feliz da minha estada temporária no Senado da República, porque hoje protocolei também uma PEC

que determina que os Estados e Municípios cumpram o piso salarial das categorias. A nossa juventude e os nossos acadêmicos que estão nas universidades não sabem, quando saírem de lá, o que vai acontecer. Por exemplo, no caso de um arquiteto que participa de um concurso público no Município e o Prefeito abre um edital com R\$2 mil o salário, quando o piso da categoria regional é R\$4 mil, nossa PEC prevê que não se possa mais fazer nenhum concurso neste País sem que haja o respeito ao piso salarial da categoria. Então, juntamente com mais essa da juventude e tudo o que V. Ex^a está fazendo em benefício do povo, acredito que cada vez mais vamos acertando e trazendo qualidade de vida e dignidade principalmente aos nossos jovens, que, com um bom trabalho e um bom salário, também não se percam facilmente na prostituição e no tráfico. Os bandidos estão de olho na juventude por ser o lado mais frágil e inseguro, como uma presa fácil. Com certeza, se nós cuidarmos bem do trabalho, do salário, nós evitamos muita coisa de ruim neste País. Parabéns e muito obrigado pela sua defesa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Cassol, V. Ex^a apresentou essa PEC, de fato, e eu tive a alegria de ser um dos Senadores que apoiaram a sua iniciativa. A sua PEC visa a garantir que se respeite o piso. Por exemplo, fala-se tanto em defesa da mulher, e eu, ontem, protestei, e protesto de novo, porque cinco Governadores entraram com ação no Supremo contra o piso – vergonhoso eu diria – de R\$950,00, dos professores.

Por isso, a sua PEC vem nesse sentido. Meus cumprimentos.

Sr^a Senadora, o Estatuto da Juventude, repito, do ex-Deputado Benjamin Maranhão, do PMDB, que está ainda na Câmara dos Deputados, é um outro instrumento importantíssimo. Ele é resultado de um intenso trabalho desenvolvido por parlamentares que atuam nas questões da juventude, a começar pela formação da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude, que fez gestões visando à criação inclusive de uma comissão especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude.

Essa comissão foi instalada ainda em 7 de maio de 2003. Após a instalação, a comissão iniciou várias atividades no sentido de apurar as questões, os problemas e os anseios dos jovens brasileiros. Para isso, foram realizadas audiências públicas temáticas, bem como criados grupos de estudo sobre os seguintes temas: educação, cultura, trabalho, saúde, sexualidade, desporto, lazer, família, cidadania, consciência religiosa, exclusão social, violência, minorias, deficientes, afro-descendente, mulher, índio, orientação sexual, jovem do semiárido e rural.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Paulo Paim, gostaria de um breve aparte de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou só concluir o raciocínio e faço questão de ter o aparte de V. Ex^a que está aqui à minha esquerda.

Quero dizer ainda que foram realizados muitos eventos. Lembro-me aqui da Semana do Jovem, tendo como ponto alto o Seminário Nacional da Juventude, em Brasília, que reuniu 700 jovens de todo o Brasil, além de especialistas na questão juvenil e gestores públicos.

Essa comissão ainda foi à França, à Espanha, a Portugal, a fim de verificar as experiências positivas desses países na implantação e execução de políticas públicas para a juventude.

Nos dias 16 e 18 de julho de 2004, foi realizado, no Minas Brasília Tênis Clube, em Brasília, a Conferência Nacional da Juventude, que contou com a participação de dois mil jovens de todo o País, representando diversas organizações culturais, estudantis e partidárias.

Entre os assuntos debatidos estavam meio ambiente, geração de emprego e renda, educação. Ao final do evento, foi elaborado um documento com proposta dos jovens sobre políticas públicas, que também serviram de subsídio na elaboração da proposição chamada PEC da Juventude e no Estatuto da Juventude.

Sr^a Presidente, o Estatuto da Juventude é um documento que abarca todas essas demandas apresentadas pelos jovens brasileiros. Foram eles que construíram a PEC e o Estatuto. Eles foram ouvidos e suas reais necessidades colocadas no papel.

A justificativa do projeto esclarece ainda que um dos pontos mais controvertidos, por exemplo, foi a conceituação do termo juventude. Porém, não foi encontrado outro caminho que não fosse o aspecto cronológico para que ficasse bem claro o que foi feito por meio da fixação de uma faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos.

Essa escolha, todavia, não conflitará com aquilo que eu destacava antes, a história bonita do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a proteção do adolescente definido como pessoas de 12 a 18 anos de idade, na medida em que não estabelece um mesmo tratamento dado nesse diploma.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto será aprovado na Câmara e, tenho certeza, será aprovado também aqui no Senado. Todos sabem que tenho muita alegria de ter sido o autor do Estatuto do Idoso, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Projeto Cantando as Diferenças, da política de valorização do mínimo, como também dos aposentados.

São projetos que têm o viés social, mas projetos que tratam da nossa juventude, como essa PEC e o Estatuto, devem ter o apoio de toda a sociedade e do Congresso Nacional.

Sr^a Presidente, quero concluir dizendo que foi com muito orgulho que nesse viés apresentei o projeto do Fundep, que vai gerar R\$9 bilhões para investimento no ensino técnico, para viabilizar um futuro promissor para a nossa juventude.

Essas propostas, Sr^a Presidente, voltam seu olhar para as pessoas que podem estar aí completamente sem rumo na expectativa de uma oportunidade, e nós podemos ajudá-las, temos instrumentos para isso e, com certeza, vamos fazer isso acontecer.

Sou daqueles que diz: pobre daquele país que não se preocupa com os idosos, com as crianças e também com seus jovens.

Sr^a Presidente, quero destacar que, amanhã, dia 11, haverá na Comissão de Direitos Humanos, por nossa iniciativa, um debate sobre políticas públicas para a juventude. Foram convidados, para tanto, o Deputado Sandes Júnior; o Deputado Reginaldo Lopes; o Deputado Lobbe Neto; a Deputada Manuela D'Ávila; Maurício Piccin, Secretário da Juventude; Augusto Chagas, Presidente da UNE; Davi Barros, Presidente do Conselho Nacional da Juventude; Beto Cury, Secretário Nacional da Juventude, e outros que a comissão também indicou.

Quero destacar, ainda, que a nova diretoria do Conselho Nacional da Juventude toma posse neste momento, às 14h30. Seu novo presidente será Danilo Moreira da Silva. Desejo ao Danilo e a toda a diretoria que ora assume, que vai coordenar o Conselho Nacional da Juventude, um sucesso absoluto nessa nova empreitada.

Quero também destacar, Sr^a Presidente, e concluo...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS) – ...que, no dia 5 de abril, teremos aqui neste plenário, por iniciativa minha e de outros Senadores, uma sessão de homenagem à juventude.

Teremos aqui representantes nacionais dos jovens, da CNBB, dos evangélicos, do movimento negro, do movimento sindical, da Cobap, da UNE e outros segmentos. No dia 28 de maio, haverá esse mesmo debate público, lá em porto Alegre, no auditório Dante Barone.

E por fim, Sr^a Presidente, quero aqui mais uma vez insistir da importância de esta Casa aprovar a PEC da Juventude.

Sr^a Presidente, nós todos estamos vivendo esta fase muito especial da vida, em que gerações estão a caminhar juntas, a juventude e os idosos. Eu quero aqui – não vou ler, só citarei o nome, registrado nos Anais da Casa uma canção que mexeu muito comigo na década de 1980. Uma canção de Milton Nascimento, que se chama “Coração de Estudante”.

Senador José Nery, se V. Ex^a neste um minuto puder...

Não vai permitir...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não é questão de não permitir. É que o senhor fala há 20 minutos, e eram dez. Os Senadores estão aflitos, e outros que estão inscritos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como disse, não vou ler, mas gostaria de ler a letra da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento. Todos conhecem essa belíssima letra que marcou época entre nós. Essa música, tenho certeza, que é conhecida por todos, vai ajudar que aproveemos aqui o Estatuto da Juventude e a PEC da Juventude.

Meu abraço a todos, jovens, moços e moças, que têm uma vida pela frente. Se Deus quiser, vão alcançar seus ideais e vão transformar tudo aquilo que sonharam em realidade.

Senadora, muito obrigado. Fiz um apelo a V. Ex^a e fui atendido.

Peço a V. Ex^a que meu pronunciamento seja publicado na íntegra.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta semana em que o Congresso Nacional e a sociedade no mundo fazem homenagens às mulheres, quero falar dos filhos e filhas dessas mulheres, dos nossos filhos.

Vou falar sobre a juventude. Falar sobre os nossos jovens é falar sobre as mulheres.

Nós temos pensado muito nas crianças, nos adolescentes e nos idosos e isso é muito importante, mas não podemos esquecer uma parcela significativa da nossa população, que também exige cuidados e atenção.

Todos nós já fomos jovens e sabemos da ansiedade que é típica dessa idade. As idéias fervilham na mente. Pensar, sentir, agir é tudo uma coisa só. Tudo é muito intenso.

Este mês completo 60 anos. Da minha juventude trago a tranquilidade, a coragem e a rebeldia dos melhores anos de nossas vidas.

Repito, jamais deixarei morrer dentro de mim, mesmo com a caminhada lenta dos anos que se aproximam, a coragem e rebeldia que conduziram meus passos desde a década de 60 até os dias de hoje.

O corpo um dia passa, mas as idéias continuarão fazendo sua caminhada rumo ao infinito.

É exatamente isso que a Proposta de Emenda a Constituição de nº 42/2008, apresentada pelo Deputado Sandes Junior (PP-GO), do Partido Progressista de Goiás, e demais signatários, quer garantir.

A PEC da Juventude veio com o objetivo de dialogar com vocês, jovens que estão me ouvindo ou assistindo e que vão dirigir nossas vidas no futuro.

Vocês, nossa moçada de hoje, precisam de políticas voltadas para o seu tempo. Esse tempo é hoje, é agora.

A PEC olha para o horizonte de olho no hoje e no amanhã.

Ela é universal. Não importa se o jovem é pobre, da classe média ou rico. Se é negro, branco, índio, cigano.

Ela busca garantir políticas públicas para todos.

Sr. Presidente, a PEC pretende alterar a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição fazendo inserir nela, referência ao jovem. Também pretende modificar a redação do art. 227 da Lei Maior para estender aos jovens a proteção e os direitos já consagrados às crianças e aos adolescentes, além de prescrever a elaboração do estatuto e do plano nacional da juventude.

Uma das grandes ações inovadoras trazidas com a Constituição de 80 foi a proteção constitucional ao adolescente e ao idoso. Essa proteção levou à adoção de diversos diplomas legais, mas ficou uma imensa lacuna na Constituição brasileira, aquela que asseguraria proteção à juventude.

Concordo com os argumentos apresentados na proposta, ou seja, a maioria dos jovens não conhece seus direitos, deveres, capacidades, importância e papel social. Sem esse conhecimento, como é que eles podem construir um projeto de vida?

A sociedade é dinâmica, ela é movida por mecanismos dos quais vocês, jovens, muitas vezes estão distantes e isso pode fazer com que se sintam excluídos. Desta forma, vocês se distanciam da participação política e social e deixam de utilizar suas energias na realização de ações transformadoras.

É importante que vocês, que estão vivenciando a juventude, contribuam para a renovação de quadros e lideranças, mas sem essa participação isso fica bastante difícil e aí está em jogo o futuro do País.

Os jovens, Sr. Presidente, têm seu próprio modo de ver as coisas, tem seus interesses e pontos de vis-

ta e a “PEC da Juventude” abre caminho para que se garanta a representação desses pontos de vista nas instituições sociais e políticas.

A juventude tem que ser protagonista da sua própria história e nós precisamos construir possibilidades para que isso aconteça. Podemos fazer isso ampliando o acesso à educação, à qualificação profissional e à cidadania, aumentando assim as oportunidades de acesso à saúde, ao mercado de trabalho, ao crédito, à renda, aos esportes, ao lazer, à cultura e ao bem-estar social.

Acredito muito nos benefícios que a PEC da Juventude pode trazer. Por esta razão gostaria de pedir a todos os meus colegas de Parlamento que votem pela aprovação dessa matéria, porque ela pode mudar o cenário brasileiro.

Nós temos nas mãos a oportunidade de fazer algo concreto e positivo pelos nossos jovens, pelo bem deles e pelo bem do Brasil.

Outro projeto muito importante para vocês, jovens que estão me escutando ou me vendo pela televisão, está na Câmara e foi apresentado pelo Ex-Deputado Benjamin Maranhão (PMDB – PB), é o Estatuto da Juventude.

O Projeto de Lei 4529 de 2009 é, na verdade, o resultado de um intenso trabalho desenvolvido pelos parlamentares que atuam nas questões juvenis, a começar pela formação da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude que fez gestões visando à criação da Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude, instalada em 7 de maio de 2003.

Após sua instalação, a Comissão iniciou várias atividades no sentido de apurar os problemas e os anseios dos jovens brasileiros. Para isso, foram realizadas inicialmente audiências públicas temáticas, bem como criados grupos de estudos sobre os temas: educação e cultura; trabalho; saúde e sexualidade; desporto e lazer; família, cidadania, consciência religiosa, exclusão social e violência; minorias: deficiente, afrodescendente, mulher, índio, homossexual, jovem do semi-árido e rural.

Em seguida, realizou-se a Semana do Jovem, tendo como ponto alto, o Seminário Nacional de Juventude, em Brasília, que reuniu mais de 700 jovens de todo o Brasil, além de especialistas na questão juvenil e gestores públicos.

Essa Comissão ainda realizou viagens de estudo ao exterior, precisamente na França, na Espanha e em Portugal, a fim de verificar *in loco* as experiências desses países na implantação e na execução de políticas públicas para a juventude.

Em seguida, nos dias 16 a 18 de junho de 2004, foi realizada, no Minas Brasília Tênis Clube, em Brasília, a Conferência Nacional de Juventude, que contou com a participação de cerca de 2.000 jovens de todo o País, representando diversas organizações culturais, estudantis e partidárias.

Entre os assuntos debatidos estavam o meio ambiente, geração de emprego e renda, e educação. Ao final do evento, foi elaborado um documento reivindicatório com propostas dos jovens sobre políticas públicas, específicas e de qualidade, que, também, serviram de subsídio à elaboração dessa proposição.

Sr. Presidente, o Estatuto da Juventude é um documento que abarca todas essas demandas apresentadas pelos jovens. Eles foram ouvidos e suas reais necessidades colocadas no papel.

A justificativa do projeto esclarece ainda que, um dos pontos controvertidos, por exemplo, foi a conceituação do termo juventude. Porém não foi encontrado outro caminho que não fosse o aspecto cronológico para caracterizá-la, o que foi feito por meio da fixação de uma faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos. Essa escolha, todavia, não conflitará com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre a proteção de adolescente, definida como pessoa entre 12 e 18 anos de idade, na medida em que não estabelece o mesmo tratamento dado nesse diploma para a faixa etária contemplada no ECA, o Estatuto da Juventude disporá sobre direitos suplementares ainda não assegurados aos jovens entre 15 e 18 anos.

Espero, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esse projeto seja aprovado na Câmara e venha para esta Casa a fim de ser aprovado também, que é o que eu acredito que irá acontecer.

Vocês, jovens, vocês sabem que eu sou autor do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do projeto Cantando as Diferenças, da política de valorização do salário mínimo estendida aos aposentados, e de outras propostas que envolvem causas sociais pelas quais tenho lutado muito, mas sempre tive preocupação com o rumo que a vida de vocês pode tomar. Já falei sobre isso diversas vezes nesta Tribuna. Tenho filhos jovens e quero o melhor para eles, como acredito que todos os pais querem.

Deixar os filhos à deriva não é intenção de nenhum pai. Sei que a população também espera que nós pensemos propostas que possam auxiliar nossos jovens a não serem caminheiros errantes por esse mundo.

Tenho frisado sempre que apresentei o FUNDEP justamente para abrir perspectivas para eles. As es-

colas técnicas podem viabilizar um futuro promissor para os jovens.

O Governo Lula criou um grande número de escolas técnicas e o FUNDEP poderá ajudar a criar muitas mais.

Essas propostas, Sr. Presidente, voltam seu olhar para pessoas que podem estar por aí completamente sem rumo. E nós podemos ajudá-las. Nós temos instrumentos para isso, então: vamos fazer isso!

Eu sou daqueles que diz; “pobre daquele país que não se preocupa com seus idosos e com seus jovens”.

Como autor do Estatuto do Idoso, estou cada vez mais ouvindo e vendo a capacidade dos nossos jovens de elaborar propostas para nossa gente, nosso País.

Por isso reafirmo que nesse dia 11 agora, teremos na Comissão de Direitos Humanos, debate sobre políticas públicas para a juventude. Devendo ser convidados para tanto o Deputado Sandes Junior, Deputado Reginaldo Lopes, Deputado Lobbe Neto, Deputada Manuela D’ávila, Maurício Piccin – Secretário da Juventude PT/RS, Augusto Chagas – Presidente da UNE – União Nacional dos Estudantes, Davi Barros – Presidente do Conselho Nacional da Juventude, Beto Cure – Secretário Nacional da Juventude e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Vale salientar que a nova Diretoria do Conselho Nacional da Juventude toma posse hoje às 14 horas. Seu novo Presidente será Benilo Moreira da Silva. Desejo sucesso à nova Diretoria.

No dia 5 de abril teremos uma sessão especial no Senado para homenagear a juventude. Teremos aqui representantes nacionais dos jovens, da CNBB, dos evangélicos, do movimento negro, do movimento sindical, da Cobap e da UNE.

E, no dia 28 de maio teremos uma audiência pública também para debater políticas públicas voltadas para os jovens, a ser realizada no Auditório Dante Barone em Porto Alegre, com a nossa participação.

E é por tudo isso que tenho certeza que a PEC da Juventude, sobre a qual discorri nesse pronunciamento, será aprovada.

Para vocês, que estão vivendo essa fase muito especial da vida, a juventude, eu deixo uma música para finalizar. Ela é da década de 80 e é de Milton Nascimento, chama-se “Coração de Estudante”.

“Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos
A folha da juventude

É o nome certo desse amor
Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Tantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor e fruto
Coração de estudante
Há que se cuidar da vida
Há que se cuidar do mundo
Tomar conta da amizade
Alegria e muito sonho
Espalhados no caminho
Verdes, plantas, sentimento
Folha, coração, juventude e fé.”

Essa música tenho certeza de que é conhecida por todos vocês e deve ter um lugar especial em seus corações.

Meu abraço a todos vocês, jovens moços e moças que tem uma vida pela frente e que, se Deus quiser vão alcançar seus ideais e transformar em vida os seus sonhos mais acalentados.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a será atendido. Obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Para uma comunicação inadiável, com a palavra o Senador Tião Viana.

Pela ordem, Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, na impossibilidade de apartear o nobre Senador Paulo Paim, já pedindo desculpas ao Senador Tião Viana que se dirige à tribuna, na verdade, gostaria de fazer um rápido convite a V. Ex^a e ao Plenário, no sentido do comparecimento agora, às 15 horas, na sala 19 da Ala das Comissões, onde será instalada a Frente Parlamentar Mista de Deputados e Senadores pela Erradicação do Trabalho Escravo. Neste momento, dirijo o convite a todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras e os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas do Congresso Nacional de modo que possamos fortalecer essa Frente Parlamentar, que será instalada hoje, daqui a pouco, às 15 horas, em prol da erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Agradeço a V. Ex^a e a todos e a todas que comparecerem a essa importante reunião.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador José Nery.

A instalação dessa Frente mista para combate ao trabalho escravo é da maior relevância. Não tenho dúvida disso.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Serys Slhessarenko, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago os cumprimentos à Comissão de Constituição e Justiça, que, no dia de hoje, tomou uma decisão da maior importância porque diz respeito às responsabilidades com o processo legislativo e com a saúde pública brasileira e a saúde pública global.

Hoje, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça um projeto de lei de minha autoria que altera a Lei nº 9.294/96, que diz, entre outras coisas, o seguinte. no seu art. 2º: “É proibido o uso de cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbos ou qualquer outro produto fumífero derivado ou não de tabaco, em ambiente fechado público ou privado”.

Esta matéria teve um ajuste legislativo por parte da ilustre Senadora Marina Silva em relação ao que a Lei se refere como ambiente privado. Então, em nada fere o mérito e a dimensão do projeto.

É uma matéria que tem todo o apoio da sociedade militante na saúde pública brasileira, de todas as organizações não governamentais que atuam preocupadas com a saúde pública brasileira e têm como pauta de prioridade da agenda da Organização Mundial de Saúde o avanço legislativo em todos os países em relação ao tema. Dr^a Margaret Chan tem trabalhado muito com isso; como também o Dr. Diego Victoria, representante da Organização Panamericana de Saúde. Aqui no Brasil também se tem tido grande preocupação com isso. O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, tem militado nessa área e é aliado, até por ser de origem funcional do Instituto Nacional do Câncer.

O Instituto Nacional do Câncer, o Instituto A. C. Camargo, a Sociedade Brasileira de Pneumologia, a Associação Médica Brasileira, todas as entidades de saúde que têm preocupação com a saúde coletiva apresentaram forte pressão para esta matéria legislativa de minha autoria ser apresentada no dia de hoje. E não é por menos, Sr^a Presidente; nós estamos falando da primeira causa de morte neste Planeta. É uma doença que mata mais que a Aids, a malária e a tuberculose juntas. As doenças decorrentes do cigarro matam 5,4 milhões de pessoas, todos os anos, em nosso Planeta; 100 mil crianças e pré-adolescentes passam a se tornar envolvidas com o ato de fumar, todos os dias, neste Planeta, sobretudo nos Países asiáticos como Índia e

China que são, hoje em dia, as grandes vítimas dessa situação. Uma situação que envolve, como dependentes, 1,3 bilhão de pessoas no mundo que passam a ter dependência com relação à nicotina. Então, vejam os dados para que se justifique a decisão tomada hoje na Comissão de Constituição e Justiça.

O fumo é uma das principais causas de morte. Mata entre 1/3 a 50% dos usuários, em média de 15 anos, prematuramente. Mata mais do que a Aids, a tuberculose e a malária juntas. Cerca de 5,4 milhões de pessoas morrem todos os anos, o que corresponde a quase 15 mil mortes ao dia.

Se medidas urgentes não forem adotadas, a previsão é de que esse número aumentará para 8 milhões de mortes anuais num futuro não distante.

No mundo, temos 1,3 bilhão de pessoas que fumam, 1/3 da população mundial adulta, e a cada dia, como eu disse, 100 mil crianças tornam-se fumantes em todo o Planeta. Quarenta e sete da população masculina e doze por cento da população feminina fazem uso de produtos derivados de tabaco.

Países em desenvolvimento têm fumantes que somam 48% dos homens e 7% das mulheres, enquanto, nos Países desenvolvidos, a participação do sexo feminino é mais que o triplo.

No Brasil, 18,8% da população brasileira, 22,7% dos homens e 16% das mulheres, são envolvidos com o hábito do tabagismo, segundo o Ministério da Saúde.

Enquanto os fumantes enfrentam proibições no mundo desenvolvido, o consumo do setor de tabaco está se reorganizando, a fim de se concentrar em Países pobres e escapar de possíveis processos em Países ricos e mais favoráveis a litígios.

O relatório da Organização Mundial de Saúde revela que a China e a Índia figuram entre os Países mais afetados por esse aumento de consumo. Os mais pobres serão as vítimas mais numerosas, afirma o Dr. Douglas Bettcher, Diretor de Iniciativa para um Mundo sem Tabaco, da Organização Mundial de Saúde.

As somas gastas por certos agregados familiares na compra do tabaco podem representar em torno de 10% das despesas familiares. Certas famílias de Bangladesh mesmo gastam dez vezes mais com tabaco do que com a educação. O cigarro, junto com o álcool, é uma das drogas mais conhecidas e populares em todo o mundo, talvez por ser lícita, e muitas vezes não ser reconhecida como droga.

Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer, vinculado ao Ministério da Saúde, o resultado de pesquisa realizada com base nos atendimentos dos quatro primeiros meses de 2009 mostram o seguinte: a maior busca por atendimento vem de pessoas entre 18 e 24 anos; é alto o número de fumantes entre 12 e

17 anos; a faixa etária entre 30 e 39 anos representa 15% dos atendimentos; e aí vai.

E hoje, Sr^a Presidente, nos principais jornais, temos uma divulgação que corresponde a dados da Universidade de Waterloo, que, entre outras coisas, diz que 91% dos fumantes estão preocupados com a saúde; 82% dizem ter tido problemas de saúde relacionados ao cigarro; para largar o vício, 51% planejam deixar o cigarro nos próximos seis meses; 82% acham que o Governo deveria ser mais parceiro no envolvimento na luta contra o tabagismo.

O Governo sai de um universo de 600 Municípios envolvidos com políticas diretas de freio e combate à dependência em relação ao cigarro e alcançará, nos próximos meses, mais de 1,2 mil Municípios com políticas específicas. Ele está fazendo a sua parte e agora tem a oportunidade de ver o Congresso Nacional tomando uma medida legislativa do porte dessa medida que nós estamos votando.

V. Ex^a teve a sensibilidade que teve na Comissão de Constituição e Justiça; todos os Senadores daquela Comissão concordando, ou não, apresentaram muito respeito ao mérito da matéria e agora ela está se dirigindo à Comissão de Assuntos Sociais, onde a Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, médica, já assumiu o compromisso de levar, em regime de urgência, para votação um assunto de tal relevância, que é terminativo naquela Comissão.

Então, estou muito feliz pela conquista, pela maturidade política e de saúde pública que teve o Senado brasileiro nesta matéria. Espero que a Câmara dos Deputados possa dar a resposta necessária para a votação, em definitivo, dessa lei.

A aliança para o combate ao tabagismo também foi muito importante nesse processo, com todas as organizações não governamentais.

Era o que eu tinha a dizer.

Meus cumprimentos, mais uma vez, à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Tião Viana.

Eu, como membro titular dessa Comissão, a primeira a votar em caráter terminativo, voto nominal, votei a favor do seu projeto de lei. Eu diria que hoje o Brasil viu essa votação na CCJ como um grande salto para contribuir, realmente, com a saúde de homens e mulheres do nosso País.

Com a palavra, pela inscrição, a Senadora Marisa Serrano e, logo após, pela Liderança, o Senador Mário Couto.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Boa-tarde, Sr^a Presidente. É bom a gente estar aqui

hoje discutindo questões importantes para a sociedade brasileira. Eu vim falar hoje sobre uma dessas questões, talvez a maior delas: a educação.

O Pnud, órgão das Nações Unidas, acaba de lançar o resultado de uma pesquisa interessantíssima. Nessa pesquisa, foi feita uma pergunta diferente à sociedade brasileira. Era: “O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?” Então, o que precisamos mudar no Brasil para melhorar a vida da população. Por incrível que pareça, a população respondeu que o primeiro item para mudar a vida dela seria o Brasil trabalhar melhor a educação; 21% colocaram a educação como o fator que poderia mudar a sua vida. A questão, portanto, não é perguntar se está bom ou se está ruim. É o que pode mudar a vida de uma pessoa. E a população brasileira acredita que é a educação. O segundo item, políticas públicas; o terceiro, a violência; e o quarto item, valores. E é interessante que o Pnud está fazendo novas pesquisas sobre essa questão dos valores para discutir que tipo de valores a sociedade brasileira acredita que é necessário que se trabalhe mais. O que é necessário resgatar na sociedade brasileira para fazer com que as pessoas possam viver melhor?

A mesma pesquisa foi feita em todos os Estados do país, os 27 Estados, e, no meu Estado, Mato Grosso do Sul, não foi diferente. O primeiro item, a educação, com 19%; depois, políticas públicas, com 12%; violência, com 13%; e valores, com 6%. Então, a sequência da pesquisa nacional foi a mesma sequência para o meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Portanto, eu vim falar aqui da educação. Vim falar da educação também porque o nosso Ministro da Educação, Fernando Haddad, fez um levantamento, um balanço, apresentando relatório do Governo Federal sobre o desempenho da educação brasileira na última década. Isso porque, em 2001, nós votamos aqui no Congresso Nacional – eu era Deputada federal na época – o primeiro Plano Nacional de Educação do Governo Fernando Henrique Cardoso. Após votarmos esse primeiro Plano, em que muita gente não acreditava, que não quiseram participar, que boicotaram, a partir daí nós tivemos, pelo menos, um planejamento daquilo em que o País poderia avançar, isto é, metas para serem cumpridas.

Em 2001, o Relator foi o então saudoso Deputado Nelson Marchezan, do Rio Grande do Sul. E votamos o Plano Nacional de Educação. O primeiro. Bom, aí nós temos metas. Bom saber o que é que nós precisamos fazer neste País para melhorar a educação nos próximos dez anos.

Estamos chegando ao fim desses dez anos do primeiro Plano Nacional de Educação. E, com a pro-

posta do Ministério da Educação de fazer esse relatório do que mudou, do que melhorou, que metas foram alcançadas e quais metas não foram alcançadas, nós chegamos à conclusão de que só 33% das metas foram alcançadas. É um número muito baixo para quem sonhou com uma educação de melhor qualidade, uma educação mais inclusiva, uma educação que desse ao povo brasileiro condições de realmente ter as oportunidades a que tem direito e que merece.

E aí chegamos à seguinte conclusão: se nós não cumprimos aquilo que o Plano Nacional de Educação tinha estabelecido por dez anos, temos de analisar se as metas foram colocadas muito acima daquilo que era possível executar ou se o País não teve capacidade e condições de executar as metas propostas pela sociedade naquela época.

Eu queria discutir alguns dos itens que nós não cumprimos nesses dez anos. Um deles foi a matrícula de crianças de até três anos. Não cumprimos isso. Mas houve um aumento significativo. Nós tínhamos 9% há dez anos; hoje, temos 18%. Dobramos. Mas ainda está muito aquém, porque nós colocamos na Constituição brasileira – os Parlamentares que estavam nestas Casas, tanto aqui quanto na Câmara –, em 1988, que era obrigação do Poder Público oferecer a creche e a pré-escola às famílias que quisessem.

Não é obrigatório a mãe, o pai, a família de uma criança de um ano de idade colocar o filho na escola. Mas o Poder Público tem a obrigação de oferecer um lugar se ela precisar. Sou uma pessoa que precisa trabalhar fora, meu marido também trabalha, não tenho com quem deixar minhas crianças, não tenho com quem deixar meu bebê de um ano, de dois anos; onde vou deixar para poder trabalhar? Eu tenho que deixar numa creche. Então, o Poder Público tem obrigação de oferecer e a família de escolher se coloca ou não a criança pequena nas creches e pré-escolas. Mesmo assim, não dobramos, como previa o Plano Nacional de Educação de 2001, mas melhoramos bem o índice.

A meta, em 2001, também era diminuir em 5% ao ano a evasão no Ensino Médio, e isso não foi cumprido. Não conseguimos estancar a evasão do Ensino Médio. Hoje de manhã, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, tivemos uma audiência pública para discutir o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), com a presença do Presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), para discutirmos a questão do Ensino Médio.

O Ensino Médio é um gargalo que temos na educação brasileira. Ele não é nem profissionalizante, pois não ajuda as pessoas a escolherem um mercado de trabalho e a terem competência para entrar nesse mer-

cado de trabalho, nem as prepara significativamente para o Ensino Superior.

O Senador Cristovam Buarque hoje estava comentando que, na UnB, os professores e alunos da área tecnológica – se não me engano, Engenharia – disseram que os alunos tinham que aprender novamente Matemática. Nem de Matemática os alunos que fazem Engenharia têm conhecimento suficiente.

Então, estamos no Ensino Médio sem orientar direito os adolescentes para o conhecimento que eles têm obrigação de ter. E também continuamos com uma enorme evasão no Ensino Médio. Os alunos saem do Ensino Fundamental, entram no Ensino Médio e se evadem. Não vêem a escola como atrativa. Não interessa a eles ficar em uma escola que não lhes dá o que querem. A escola não atrai os alunos. A escola não faz com que os alunos permaneçam lá.

Ou seja, essa é uma questão que tem que ser discutida no próximo Plano Nacional de Educação, para debatermos como melhorar esse problema.

Outro item não cumprido no Plano Nacional de Educação nesses últimos dez anos: erradicação do analfabetismo. Já ouvimos falar que iríamos erradicar o analfabetismo do País, que ficaríamos sem analfabetos no Brasil, enfim, são coisas que ouvimos a vida inteira. Sou professora e há 40 anos falo de educação, mas mesmo assim esse é um calo que temos e que não estamos conseguindo superar. Ainda temos hoje, no Brasil, 10% de analfabetos. Essa é a pesquisa efetuada no País. São 19 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever, analfabetos. Não são analfabetos funcionais, pois os analfabetos funcionais são aqueles que mal sabem escrever o nome e fazer um bilhete mínimo. Os analfabetos funcionais são 21 milhões. Assim, somados os 21 milhões de analfabetos funcionais mais os 10 milhões de analfabetos totais, temos aí 30 milhões de brasileiros que não são incluídos, que não conseguem atender os requisitos de um mundo moderno, que não estão aparelhados para enfrentar este mundo, que não têm como buscar novas oportunidades, porque a educação não lhes deu condições de abrir espaço no mercado de trabalho. Então, nós podemos dizer: não conseguimos erradicar o analfabetismo, continuamos aqui com 10% de analfabetos no País.

O que mais não conseguimos fazer nesses dez anos? Muitas coisas não conseguimos fazer. Por exemplo, hoje temos 14% dos jovens no Ensino Superior, nas universidades. São 26 milhões de jovens no Ensino Superior. Só que, há dez anos, quando organizamos e aprovamos o Plano Nacional de Educação, a nossa meta era chegar, Senador Marco Maciel, com 30% dos jovens no Ensino Superior. Estamos chegando com 14%. Menos da metade daquilo que prevíamos

há dez anos. Quer dizer que não abrimos universidades suficientes para os nossos jovens.

Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante.) – Nobre Senadora Marisa Serrano, quero, inicialmente, cumprimentá-la por ferir aqui a questão da educação e, sobretudo, no enfoque à educação em nosso País. Devo mencionar que certa feita Francis Bacon disse que *saber é poder*. Se desejamos realmente ser o país que estamos fadado a sê-lo, desenvolvido, culto, com menos injustiças sociais e assimetrias econômicas, certamente precisamos investir mais em educação. Não há outra saída.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Ainda recentemente, numa entrevista do economista José Márcio Camargo, ao jornal *O Globo*, há três dias, dizia que, no Brasil, se fala muito num Estado forte. O que precisamos não é de um Estado forte, mas eficiente, que assegure ao cidadão as conquistas básicas, elementares, para que possa se realizar na sociedade em que vive. E, aí, mais uma vez, num mundo que se globaliza, que vive neste terceiro milênio da Era Cristã, num grande momento de transformações tecnológicas, com acesso a tecnologias virtuais, temos de ter presente sempre a necessidade de investir em educação. Se não o fizermos, vamos continuar distantes do chamado Primeiro Mundo. Norberto Bobbio afirmou que o mundo vai se dividir entre os que sabem e os que não sabem, e sentimos isso claramente. Ele sempre lembrava: há países ricos e pobres, fortes e fracos, mas o mais grave são aqueles países que sabem e os que não sabem. Esse é o problema. Então, felicito-a pela colocação que faz sobre a questão da educação brasileira, V. Ex^a que é uma grande especialista no assunto, não somente por ser professora, mas também pela opção feita, na vida pública, em diferentes funções na área da educação, e, no Senado, fertiliza o debate com uma notável contribuição a esse tema. Portanto, felicito-a e desejo que nos conscientizemos da importância da educação, porque sem fazer da educação uma obsessão, se assim posso dizer, não vamos ser o País que podemos e devemos ser.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Muito obrigada, Senador Marco Maciel. Como V. Ex^a disse, tem que ser uma obsessão do povo brasileiro e de todos os Governos nos três níveis: municipal, estadual e federal. Veja V. Ex^a que nós hoje aplicamos 5% do PIB em educação. Acabamos o Governo Fernando Henrique aplicando 4,8%; subimos muito pouco em dez anos, praticamente. A ideia era que tivéssemos um recurso maior para a educação. E a ideia, e esta Casa assim o

fez, era trabalhar para aumentar o volume de recursos para a educação. Não é possível fazermos educação de qualidade sem ter condições de oferecer um espaço adequado para os nossos alunos, para os alunos que vivem hoje, que têm as expectativas de hoje, e sem recursos para garantir aos professores e professoras brasileiros condições de ministrarem bem os seus ensinamentos, de terem uma boa capacitação, uma boa formação e, além disso, de terem um bom salário.

Ninguém mais quer ser professor hoje, Senador Marco Maciel. Não é uma carreira que atrai. Nossos filhos não querem ser professores, porque o que pagamos para eles não é atrativo, e uma carreira atrativa faria com que, talvez, melhores cabeças viessem para a educação.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr^a Presidente, mais um pouquinho, só para terminar. *(Intervenção fora do microfone.)*

Quero dizer que, quando a gente analisa o Plano Nacional de Educação nesses últimos dez anos, encontramos, como eu disse, dois parâmetros: um é se sonhamos demais há dez anos. Como eu disse, eu era Deputada Federal nessa época e trabalhei muito no primeiro Plano Nacional de Educação. Será que sonhamos tanto? Acho que fomos irrealistas em muitas coisas. Acho que acreditávamos que o Brasil fosse dar um salto maior do que deu, e as metas que colocamos não foram suficientes para serem contempladas.

Quero pedir aqui, para terminar minha fala, responsabilidade para Deputados e Senadores, agora que vamos analisar o segundo Plano Nacional de Educação; vamos elaborar o segundo Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos. Que a gente liste e brigue pelas prioridades, por aquilo que é importante para a educação nacional, e não simplesmente que a gente coloque no Plano tudo aquilo que queremos para engessar possíveis governos.

Hoje, estive em um almoço na Câmara dos Deputados, a convite do Sistema CNC, Sesc/Senac, com a iniciativa da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Eles lançaram a revista *Uma Nova Educação para um Novo Brasil*. A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, com seus diversos Presidentes de todos os Partidos que passaram por lá, andou pelo País discutindo nas Assembleias Legislativas que educação queremos para os próximos anos – aliás, uma das reuniões foi na terra da Senadora Serys, em Cuiabá. Isso é importante. Porém, mais importante do que ter um livro – e depois de ouvir toda a sociedade – é conseguirmos, realmente, depurar as milhares de propostas que existem para o

Plano Nacional de Educação e colocar as prioridades que o País tem de alcançar objetivamente.

Conforme eu disse, como situação primeira, para que a gente possa alcançar a melhoria da educação, temos de colocar as prioridades, e não as milhares e milhares de propostas. São belíssimas, interessantes, inteligentes, mas o Brasil não vai estar apto a fazê-lo nos próximos anos. É preferível haver menos metas, menos propostas, mas que apresentem, principalmente, aquelas que vamos poder alcançar.

Progressivamente a isso, todos temos de lutar por um orçamento maior para a educação. Sem isso, vamos continuar falando depois de dez anos. Os oito anos do Governo Lula não deram conta de mudar muito a feição do que tínhamos há dez anos. O que queremos é mudar mais, fazer mais, fazer melhor. Isso acredito que vamos conseguir, se todos pensarmos com seriedade que estamos fazendo um Plano Nacional não para um governo, mas para um país, para o País que queremos.

Se a senhora me permite, Sr^a Presidente, eu gostaria de dar um aparte à Senadora Fátima Cleide.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Marisa, eu gostaria muito de apartear-la, mas estou sentindo o desespero da Presidência da Mesa. O Senador Mário Couto quer falar também. Só quero pedir a palavra, pela ordem, para fazer um registro, porque me trouxe uma informação agora o Senador Valdir Raupp. Num outro momento, discutiremos mais, Senadora Marisa, mas dou toda a razão à senhora: precisamos ter um Plano Nacional de Educação para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Após a fala da Senadora Marisa Serrano, concederei a palavra, pela ordem, imediatamente, ao Líder do PSDB... Pela liderança do PSDB.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Sr^a Presidente.

Para concluir minha fala, quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que me ouviram, mas, principalmente, fazer um pedido especial. Estamos discutindo aqui casas, estamos discutindo infraestrutura, estamos discutindo saúde, estamos discutindo ciência e tecnologia. Tudo é importante. Mas nada disso pode ser feito e pode ser mais importante do que garantir uma educação de qualidade para todos os brasileiros. Essa é a porta de saída, essa é uma questão de cidadania, é questão de liberdade do nosso povo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senadora Marisa Serrano.

É para uma questão de ordem?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – É pela ordem, Senadora Serys.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pedindo um pouco a compreensão do Senador Mário Couto, porque tenho que sair imediatamente, Senadora Serys, eu gostaria de fazer um registro importante para o meu Estado.

Eu, o Senador Valdir Raupp e o Senador Acir Gurgacz estamos apresentando uma emenda para resolver um problema que é muito importante no nosso Estado, que é o limite da Floresta Nacional do Bom Futuro. Chegamos a um acordo com o Governo, um texto que contou com a participação do Ministério do Meio Ambiente, dos moradores lá da Floresta Nacional do Bom Futuro. E o que vai acontecer? Vamos modificar os limites da Floresta Nacional para excluir a área já antropizada. Em compensação, Senadora Serys, ampliaremos a área do Parque Mapinguari e também a da Reserva Ecológica de Cuniã.

Então, gostaria de informar que estamos apresentando uma emenda para a qual esperamos ter do Senado Federal – a emenda está assinada pelos três Senadores da Bancada de Rondônia – aceitação por parte de todos. Estamos apresentando emenda à Medida Provisória nº 470, que deverá ser votada no dia de hoje.

Queria também informar, Senadora Serys, que hoje de manhã estivemos no Ministério do Planejamento, conversando com o Secretário de Recursos Humanos, Dr. Duvanier, sobre a questão da regulamentação da Emenda Constitucional nº 60, que trata da transposição dos servidores de Rondônia para a União. Ele nos informou que, brevemente, por volta de vinte dias, o Ministério encaminhará ao Congresso Nacional a Mensagem Presidencial que trata da regulamentação da Emenda Constitucional nº 60.

Muito obrigada, Senadora Serys. Muito obrigada, Senador Mário Couto.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide.

Boas notícias, Senador Raupp e Senadora Fátima Cleide, para o Estado de Rondônia.

Com a palavra, pela Liderança do PSDB, o Senador Mário Couto. Logo após, pela inscrição, Senador Papaléo Paes.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, daqui a pouco, vou abordar um tema amplamente divulgado pela revista *Veja*, que mostrei no dia de ontem e sobre o qual meu

nobre companheiro Alvaro Dias fez vários comentários. Mas vou iniciar falando do meu Estado.

Primeiro, quero cumprimentar os Vereadores do meu Estado que estão aqui, que me dão a honra de, neste momento, estarem presentes nesta sessão. Vereadores de Paragominas.

Vereadores, quando vejo pessoas do meu Pará, fico tão feliz! Eu me sinto sensibilizado e preocupado com o nosso Estado. Já, já vou falar do nosso Estado.

Vereadores de Paragominas: Robertinho Nagibão, AD Santos, Brasilino, Pixilinga – descendente de índio. Ulianópolis, o Jean e o Daniel. Sintam-se como se estivessem lá na Câmara de Paragominas e de Ulianópolis. Um grande abraço àquelas duas cidades maravilhosas.

Vereadores, há semanas em que procuro vir a esta tribuna para falar da educação; para falar, Senador Presidente Marco Maciel, das mulheres brasileiras – agora mesmo, lia em um **blog** que foram colocadas no orçamento verbas muito menores do que as do ano passado para os programas das mulheres –, mas decido, finalmente, Senador Papaléo e nobres Vereadores, falar da situação do meu querido Estado do Pará.

Na semana passada estive aqui e falei que tomaram a cidade de Baião. Os bandidos tomaram a cidade de Baião, a sexta cidade a ser tomada no meu Estado pelos bandidos. Naquela ocasião, eu dizia que coisas piores poderiam acontecer.

Ontem e hoje estão acontecendo. Eu fazia uma reflexão, quando a Senadora Kátia Abreu pediu a intervenção no meu Estado. Puxa, intervenção! Intervenção é uma coisa muito dura para o meu Estado, um Estado progressista, um Estado de gente pacata, ordeira, hospitaleira, um Estado produtor de minério, um Estado que produz na agricultura, na agropecuária! Um Estado maravilhoso! Quem vai ao Pará se encanta. Sinceramente, para mim, é o melhor Estado do Brasil. Eu amo o meu Estado.

Por isso, sou obrigado a vir aqui todas as semanas, Senador Valdir Raupp, a falar, a me preocupar e a pedir providências às autoridades. Não tenho nada contra a Governadora Ana Júlia. Outro dia, pedi à ex-Senadora e Governadora Ana Júlia que tivesse um pouco mais de ética. Eu não falava das mulheres. Eu falava da Governadora e dizia a ela para ter uma postura melhor, que não bebesse mais nos bares. E ela mandou os Deputados da Assembleia me chamarem de contraventor, pilantra, bicheiro, mafioso. E eu resolvi não falar mais nisso. Não vou mais falar. Não vou mais dar sugestão nenhuma à Governadora.

Mas tenho a impressão, Senador Valdir Raupp, que alguma providência precisa ser feita em relação

ao povo do meu Estado. Senador, olhe para mim, Senador! Duvido que no seu Estado morram cinco pessoas baleadas, por dia, na capital! Em lugar nenhum do mundo isso acontece, Senador! Em lugar nenhum do mundo isso acontece!

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES. Fora do Microfone.) – Em Bagdá.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Que Bagdá! Que Bagdá! Que Bagdá! Põe Bagdá nisso!

Senador, são 16 pessoas em cada final de semana que morrem na grande Belém. Olhe, Senador, precisa ser tomada alguma providência. Nós conseguimos aqui, Vereadores... Olhem, é a coisa mais esdrúxula que já vi na minha vida pública! São 18 anos de vida pública, e nunca vi uma coisa tão esdrúxula como esta que vou falar agora! Brasil, nós conseguimos, por meio do Ministério da Justiça, no programa Pronasci, 21 milhões para combater a violência no Estado do Pará. Acabou o prazo da prestação de contas desse dinheiro, aplicaram 1,8 milhão e devolveram o resto. Devolveram o resto, Pará! E as pessoas morrem no meio da rua, assassinadas à bala.

Olhem o que aconteceu ontem: a população... TV Senado, mostre para o Brasil. Eu gosto de comentar e gosto de mostrar, sabem por quê? Porque o País pode dizer: “Aquele Senador é doido. Não é possível que isto aconteça no Estado dele. Ou é doido ou é mentiroso, aquele Senador Mário Couto. Isso é papo furado dele! Isso não acontece no Estado dele. E impossível acontecer isso no Estado dele”. É verdade.

Ana Júlia! Ana Júlia! Ana Júlia, se tu não estiveres me vendo, peça para um assessor teu. Além de tu seres incompetente, Ana Júlia, tu és azarada: toda semana acontece alguma coisa no Estado do Pará. Acho que é Cristo que não está mais te escutando, eu acho que as tuas orações não fazem mais efeito, porque as pessoas estão morrendo barbaramente no meio da cidade. As pessoas estão...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...sendo trucidadas. A população, ontem, resolveu fazer justiça com as próprias mãos *(Fora do Microfone.)* em Tracuateua, uma cidade próxima a Belém. Mortes e destruições em Tracuateua. O povo resolveu invadir a delegacia de Tracuateua porque uma senhora foi assaltada e morta a pauladas. Sabem o que os ladrões queriam da senhora? Uma sacola de compras que ela tinha acabado de fazer num supermercado. Como nada foi feito pela polícia, a população resolveu, então, invadir a delegacia para pedir providências. Sabe o que aconteceu, Brasil? Os policiais atiraram no meio

da população. Duas pessoas foram atingidas e mortas: um rapaz de 18 anos e um rapaz de 19 anos.

Paralelo a isso, senhores e senhoras, os bandidos invadiam um banco em outra cidade, a cidade de Jacundá, e levavam tudo o que tinha no banco.

Os bandidos tomaram conta. Os bandidos sabem que no Pará não tem governo. Os bandidos estão-se transferindo de outras capitais para a minha. Os bandidos estão vindo de outros Estados para o meu. “Onde é mais fácil roubar?”, devem perguntar eles. “No Pará, vamos para lá!”. É preciso tomar alguma providência. Presidente Lula, olhe para sua Governadora. É do PT, do mesmo partido seu, Presidente. O Estado do Pará votou em massa em V. Ex^a. O Estado do Pará clama, pede socorro. O povo daquele Estado está abandonado. O Pará está largado! Vai continuar.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – (Fora do Microfone.) Eu sei que na próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispunha de cinco minutos, já falou sete. Contra o Regimento e contra minha vontade, dar-lhe-ei mais um minuto. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu já estou batendo aqui há um minuto e meio, então desconte. Já estou batendo aqui há um e meio, e V. Ex^a não abriu a... Desconte um e meio... Eu só quero alertar V. Ex^a, pelo respeito que tenho a V. Ex^a, que aqui, antes de mim, falaram dois oradores, e eu contava com o senador Papaléo: um falou 20 minutos, e eram 10 minutos; outro falou 17 minutos, e eram cinco minutos. Mas eu não vou criar questão.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Ambos descumpriram o Regimento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu não vou criar questão com V. Ex^a. Não vou. Só quero lhe alertar! Porque, se é para um...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Um erro não justifica outro, Excelência.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Justifica sim! Se é para um, tem de ser para todos! É isso o que eu não gosto aqui nesta Casa. É isso o que eu não gosto nesta Casa.

Se é para eu sair da tribuna agora, eu saio! Eu saio agora se V. Ex^a quiser! Eu saio da tribuna, não me traz problema nenhum! Agora, faça isso para todos, não faça só para mim!

Quando um Senador chegar aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Fora do Microfone.) – ...e falar 20 minutos, cobre dele. Não cobre

só de mim! Tenho profundo respeito por V. Ex^a, mas não faça isso comigo!

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, a Sra. Serys Slhessarenko, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata, Suplente de Secretário.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este é um momento em que eu vou, mais uma vez, reiterar à Casa, àqueles que presidem a Mesa, como V. Ex^a: eu sou regimentalista, sou pelo cumprimento rigoroso do Regimento. Mas volto a dizer: que seja esse Regimento cumprido por todos. Que o Senador Mão Santa, quando estiver presidindo, cumpra o Regimento. Assim também o Senador Gerson Camata, a Senadora Serys.

V. Ex^a está cumprindo rigorosamente o Regimento, neste momento em que dirige esta sessão. O que não pode acontecer... Os menos tradicionais da Casa são sempre discriminados, não por V. Ex^a, mas vemos aqui muitos casos. Se vai um mais tradicional, que tem três ou quatro mandatos, usar da tribuna, permitem que fale por uma hora, uma hora e meia, duas horas. Se vai um novato, cortam o som. Não falo de V. Ex^a que é rigoroso, tanto...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – É comigo?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não! Não é com V. Ex^a. V. Ex^a é extremamente rigoroso e correto, corretíssimo. Até quando V. Ex^a está falando para uma comunicação inadiável e lhe pedem um aparte, V. Ex^a logo diz: “O Regimento não permite”. Isso é bonito; isso é correto. Estou apenas dizendo que eu queria que outros Senadores seguissem rigorosamente a sua conduta como Presidente.

Eu não estou de forma nenhuma o reprovando, muito pelo contrário, estou aprovando a sua ação e reprovando aqueles que não cumprem o Regimento quando estão dirigindo as sessões.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Eu sempre disse... eu participei de uma comissão, presidida pelo Senador Marco Maciel, para reformar o Regimento e, na primeira reunião, eu disse: se o atual fosse obedecido – e V. Ex^a estava lá –, não precisava fazer um Regimento novo, aliás, não adianta fazer um Regimento novo se não o obedecerem. Até uma reu-

não de condomínio, de prédio, tem hora para começar e hora para acabar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Regimento Interno do Senado, a liturgia do cargo de Senador exige o cumprimento pelo bem de todos e pelo bom funcionamento da Casa; que todos obedeçam àquilo que está no Regimento. Se nós não obedecemos ao nosso Regimento, a que vamos obedecer?

Senador Valdir Raupp, com a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu até ia pedir a palavra para uma questão de ordem a fim de fazer um comentário sobre um assunto, mas nem vou fazer isso porque o Regimento não permite. Vou pedir para que V. Ex^a me inscreva pela Liderança da Maioria. É verdade mesmo, porque a gente sempre faz comentários aqui fora de hora, de uma coisa ou de outra. Eu falo pela Liderança da Maioria na hora em que V. Ex^a bem entender.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a.

Senador Papaléo Paes é o próximo orador inscrito, tem o tempo de dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Espero que V. Ex^a permita que eu faça.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em qual artigo V. Ex^a vai se basear?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não quer que eu fale? Não quer que eu fale? Eu não falo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Não, pode falar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a quer cercear o meu direito de ser Senador da República, de falar?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES. *Fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a não quer que eu fale?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Regimento diz que, ao solicitar uma questão de ordem, o Senador deve dizer o...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a não quer que eu fale? Eu não falo. Eu vou aceitar, com obediência, o que V. Ex^a quiser.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Se não for uma questão de ordem, eu vou casar a palavra de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu estou pedindo pela ordem, como todos pedem e todos falam. Ainda há pouco, a Senadora me pediu, pediu para o Presidente, falou, falou dez minutos. Eu esperei bem ali, atentamente.

Senador Mão Santa, eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Regimentalmente, eu aqui, membro da Mesa, a assumo, e a Bandeira tem “Ordem e Progresso”. A nossa cabeça tem os neurônios para termos bom senso, bom senso em tudo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Se V. Ex^a estivesse ainda na Presidência, eu teria terminado o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pode usar da palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mas não tem problema. Amanhã, eu termino. Depois de amanhã, eu termino. Temos tantos dias neste ano, temos tanta coisa para falar. Não vou deixar de falar sobre o assunto da *Veja*. Vou falar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de comunicar que já protocolamos à Mesa, com base no que preceitua o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, votos de congratulações ao povo do Município de Salvaterra, no Estado do Pará, pelo transcurso de mais um aniversário de fundação.

Localizado às margens da Baía do Marajó, no rio Paracauari, Salvaterra limita-se, ao norte, com o Município de Soure – o divisor entre esses Municípios é o rio Paracauari – e, ao sul, sudeste e oeste, limita-se com o Município de Cachoeira do Arari, tendo como divisores desses dois Municípios os rios Camará e São Miguel.

Salvaterra era um povoado de Soure e foi elevado à vila através da Lei nº 758, de 27 de fevereiro de 1901, instalado pelo Decreto nº 993, de 9 de abril do mês seguinte. Porém, na divisão territorial fixada no Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, estabelecida para o período de 1944 a 1948, Salvaterra já aparece como Distrito de Soure. Em 29 de dezembro de 1961, por meio da Lei nº 2.460, finalmente foi desmembrado. Isso durante o Governo de Aurélio do Carmo. Seu território constituiu-se pelas terras dos Distritos de Salvaterra, a sede, Condeixa, Joanes, Jubim, Monsarás, que permanecem até hoje.

Salvaterra é hoje uma cidade próspera, que contribui com a produção do Pará nos setores de turismo, agricultura e, principalmente, pesca. Desse modo, quero me confraternizar com a minha cidade-mãe, onde proponho-lhe o presente voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário da municipalidade. É, sem dúvida, valorizar sua cultura, sua raiz, o povo amazônico, sempre guerreiro na busca por melhores condições de vida.

Sr. Presidente, ante a importância do tema, solicito de V. Ex^a que seja inserido nos Anais da Casa esse importante registro do aniversário da terra onde nasci.

Muito obrigado.

O Sr. Gerson Camata, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Papaléo Paes. Ele representa o PSDB do Amapá.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, aos presentes eu quero aqui reafirmar o meu apoio ao cumprimento mais rigoroso do Regimento desta Casa, porque se nós estivéssemos cumprindo rigorosamente o Regimento – e falou um inscrito; um “pela ordem”; um inscrito, uma “comunicação inadiável”; um inscrito; “uma Liderança” –, eu estaria aqui discursando às 14h30min. Ou seja, tem 45 minutos a mais. É bom para quem está passando o tempo aqui. Mas os outros Senadores que se inscrevem e poderiam programar uma audiência num ministério, ou um outro compromisso em seus gabinetes, eles ou deixam de falar ou ficam sem ir às suas audiências nos ministérios. Por isso, sempre falei aqui que pode ser o assunto mais importante do mundo, mas que se cumpra rigorosamente o Regimento.

O Senador Mário Couto, quando foi falar, era Presidente o Senador Gerson Camata, que é rigoroso com o Regimento. Ou seja, ele cumpre o Regimento, Senador Mário Couto. Agora, antes de V. Ex^a, outros Senadores ultrapassaram mais de cem por cento a sua hora. Então, aí passou a ser injusto com V. Ex^a. Então, se fosse o mesmo Presidente, eu não sei se daria o tempo suficiente para V. Ex^a falar proporcionalmente aos outros.

Mas essa desigualdade não pode haver aqui dentro. Aqui dentro, todos nós somos iguais. Nossos votos são iguais, nossas opiniões são independentes. Nós temos os mesmos direitos. Não é porque um é mais rico...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me dá um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não é porque um é mais rico do que o outro que tem mais direito. Não é porque um tem mais idade do que o outro que tem mais direito. Não! Nós somos todos iguais.

Então, é isso aí. Eu quero ser solidário a V. Ex^a...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Dê-me só um minuto.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Com seu direito adquirido do início da sessão até a hora de V. Ex^a falar. E quero também reconhecer no Senador Gerson Camata um cumpridor do Regimento.

Assim, eu peço ao Senador Mão Santa que cumpra rigorosamente o Regimento. Eu, por exemplo, já estou há um minuto e meio aqui e quero fazer um discurso.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Papaléo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a está há três minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Três minutos?

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Papaléo...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Quinze... Não, não, não, não. Eu peço uma confirmação. Três minutos. Pronto. Não tem problema. Obedeço a V. Ex^a.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Papaléo, eu acho que o Regimento tem que ser um documento que logicamente ponha as regras necessárias nesta Casa. Eu respeito o Regimento. Eu acho que não tem que ter...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, eu peço que anote o meu tempo, que é para, justamente, eu controlá-lo.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Eu acho que não tem...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Ele está falando porque V. Ex^a deu o aparte e está valendo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Está valendo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está aqui anotado pela secretária: Papaléo Paes, 15 e 15.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Mas eu quero acompanhar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pode acompanhar. Não tem problema, não. V. Ex^a está com 4 minutos.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Acho que nós não temos que ter... É um exagero! É um exagero. Eu acho que o exagero não deve existir em nada. Eu estava pra encerrar o meu pronunciamento. Eu esperei 20 minutos mais 15. V. Ex^a estava do meu lado. Senador Papaléo, eu pedi um minuto só pra dizer o seguinte: ontem... Olhe como são as coisas nesta Casa. V. Ex^a falou uma coisa interessante. Aqui tem o baixo clero e o alto clero. Tem Senador a, b, c. Tem uma série de classes dentro desta Casa. É impressionante. Eu passei um tempo sem vir a esta Casa, meditando se ainda deveria voltar a ela. As pessoas disseram: “Você estava ausente”. Eu estou lhe confessando agora, publicamente, Senador. Eu sinceramente pensei em não voltar mais a esta Casa, decepcionado com este Senado. Ontem eu vi uma cena ridícula aqui, com relação a isso, no Dia das Mulheres, vivida pelo Senador ex-Presidente da República Marco Maciel. Todo mundo falou. A Dilma fez um palanque ontem, aqui, nesta tribuna, um palanque eleitoral. Todo mundo falou. O PT inteiro falou, elogiando a Dilma. Deixaram aquele homem ali, Marco Maciel, ex-Presidente da República, sem a voz. Sem a voz, Senador! Quando saiu todo mundo, desfeita a Mesa, aí deram a palavra para o Marco Maciel. Que Casa é esta, Senador? É preciso, Senador, haver homens como eu – como eu! – aqui nesta Casa, com M de Macho maiúsculo, para, num momento desses, dizer o que sente, mas dizer na cara. Eu digo, enquanto tiver voz aqui e mandato, eu digo na cara. Pode ser que este Senado mude.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, Sr. Senador Mário Couto, V. Ex^a não pense em se afastar daqui, não. Eu quero lhe dizer que não me sinto nem maior, nem menor do que ninguém aqui. Não me submeto à determinação de ninguém aqui. Submeto-me à determinação do meu Estado do Amapá. Por isso, quando eu uso a tribuna... Eu já fui da Base do Governo. Mas nunca, Senador Mário Couto, eu me submeti a qualquer votação aqui, contrária ao meu Estado, porque era da Base do Governo. Nunca me submeti a qualquer votação aqui porque, sendo da Base do Governo, sempre o Senador ou Deputado, seja lá quem for, tem um carguinho aqui, um carguinho ali, para lhe agradar. E se falar mal do Governo, ou se falar contra alguma ação que vá prejudicar seu Estado, vai perder o cargo, vai ficar com medo e não fala mal.

Então, eu hoje aqui, nesta tribuna, iria falar sobre o PAC lá no Amapá. E digo, Senador Mário Couto, que eu tenho a felicidade de poder falar a favor do meu Estado, contrariando o Governo Federal. Por quê? Eu sou da Oposição, posso falar. Se eu falar não vou perder nada. Muito pelo contrário, vou ganhar com a minha consciência, pelo dever de defender o meu Estado do

Amapá. E é isso que eu faço aqui. Continue aqui para defender o seu Estado do Pará. Cada um tem a sua vida aqui, cada um tem a sua conduta, mas o que interessa é a nossa, a consciência de cada um.

Vou fazer este meu pronunciamento na semana que vem, mas quero deixar registrados dados aqui do meu pronunciamento sobre o Amapá. Eu não ouço nada disso lá, não ouço em lugar nenhum a queixa que eu vou deixar registrada aqui.

Em relatório com dados da execução orçamentária do PAC deste ano, somos informados de que há oito programas para o Amapá, quatro de alçada do Dnit e quatro do Ministério das Cidades. O total da dotação do Orçamento é de 80 milhões de reais.

Sabe quanto foi empenhado, Senador Mão Santa, para esses programas no Amapá, do PAC? Zero centavo, zero cruzeiro, zero real. Nenhum real foi alocado para os oito programas no Amapá. Em 2009, foram empenhados R\$11 milhões, mas nenhum real foi liquidado. Eu queria ouvir essa notícia no meu Estado, e não ouço isso lá. Ou seja, esse PAC é muito mal gerido e não tem trazido benefícios para o meu Estado do Amapá. E, não é incorreto afirmar, tem feito muito pouco pelo País, ao contrário do que alardeiam os marqueteiros da Casa Civil.

Ou seja, o povo já está impregnado com essa história de PAC, para ele tentar eleger a Sr^a Dilma. Impregnado! Ninguém sabe o que é PAC. “Ah! PAC... O que é PAC? Não sei o que é.”

O PAC é nada mais, nada menos que todas as obras que o Governo Federal sempre fez e apelidou de PAC para poder ter um impacto eleitoral, ou eleitoreiro, durante a campanha da Ministra Dilma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos agora o Líder – estamos alternando – Gerson Camata.

Quanto a essas discussões sobre Regimento, eu aqui estou e quis Deus eu estar neste momento. Mas tem o Marco Maciel. E Deus é a inspiração de tudo, e quando o seu filho passou no mundo, houve uma complicação pior do que essa. Foram apedrejar uma mulher que dizem que tinha cometido adultério. Foram e Ele, que disse: “Atire a primeira pedra quem nunca pecou.” Então, atire a primeira pedra quem nunca falou mais do que o tempo determinado. Eu estou aqui todos os dias e vejo. Tudo é importante, mas eu sempre penso em Deus e, professor de fisiologia, tenho uma consciência. Esse é o Regimento que Deus imprimiu na nossa cabeça, no nosso cérebro. Então, aqui eu tenho deixado que cada um use o regimento que Deus deu, a sua consciência, para ver o tempo da conveniência.

Com a palavra este extraordinário Líder, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Mussolini dizia o seguinte: “Não é difícil governar a Itália; é inútil.” Eu vou dizer uma coisa: presidir a sessão do Senado e cumprir o Regimento não é difícil não; é inútil.

Sr. Presidente, os jornais, nesses últimos dias, publicaram que, em uma reunião de um órgão das Nações Unidas, seria focalizado o problema penitenciário do Espírito Santo. É claro que isso é notícia plantada. São certas ONGs, certas falsas organizações de direitos humanos que pegaram umas fotografias de uma rebelião muito menos grave do que aquele fuzilamento de 100 bandidos e 200 policiais em São Paulo, que ocorreu há dois anos, e publicaram essas fotografias logo no início do Governo Paulo Hartung. Entretanto, eles se esqueceram de dizer que é o Estado que mais aplicou recursos no sistema penitenciário.

O Governador Paulo Hartung pegou o Estado cujo sistema penitenciário tinha cerca de três mil presos. Hoje, são onze mil presos. Ele abriu, então, nove mil vagas. É o único Estado considerado pelo Ministério da Educação com o maior número de presos inscritos em programas de alfabetização. É o Estado que mais investe no sistema prisional, proporcionalmente à sua população. Em valores absolutos de investimentos, estamos atrás apenas de São Paulo. O Estado que mais investe é São Paulo, Unidade mais rica da Federação, e o segundo que mais investe é o Estado do Espírito Santo. Dezesseis unidades prisionais foram construídas desde 2003, entre elas as mais modernas do Brasil em Cachoeiro, Serra e Viana, três Municípios do Espírito Santo.

No biênio de 2009/2010, estão sendo investidos R\$200 milhões no sistema penitenciário, tudo recurso do Governo do Estado, com a criação de mais 3.122 novas vagas em unidades prisionais e, até o final de 2010, serão criadas outras cinco mil vagas. Somente em 2009, foram inauguradas nove unidades prisionais.

O Governo do Espírito Santo, Sr. Presidente, é o que mais investe no sistema prisional do País e, segundo relatório do Ministério da Educação, é o Estado que tem percentualmente mais presos estudando. O Estado também foi destaque no Manual de Boas Práticas do Sistema Penitenciário Brasileiro, elaborado pelo Depen, Departamento Penitenciário Nacional.

Depois de todos esses investimentos... Tenho aqui fotografias de penitenciárias monitoradas, modernas, novas, onde os presos praticam esportes, trabalham em fábricas, lá dentro, freqüentam escolas e têm celas dignas. Entretanto, na verdade, tentam desmoralizar

o Brasil e o Estado do Espírito Santo com fatos que aconteceram há muitos anos.

No tempo do Governo de Vítor Buaiz, do PT, os presos – os chefes – tinham a chave da prisão. Eles saíam na hora em que queriam, matavam, voltavam e tinham um álibi perfeito. Matavam, não estavam na cadeia, estavam na rua, matando. Os chefões de cada cela tinham a chave para sair da penitenciária na hora que quisessem.

Então, o Governador Paulo Hartung moralizou, acertou, abriu nove mil vagas novas e construiu todas essas unidades prisionais modernas. O Espírito Santo é considerado um Estado modelo pelo Depen do Ministério da Justiça. Tudo com recursos do Governo do Estado do Espírito Santo. O Governo Federal investiu, nesses oito anos, apenas R\$23 milhões; o Estado, mais de R\$300 milhões.

Depois disso tudo, em vez de haver um elogio, a consideração e o respeito pelo trabalho que esse Governador tem feito, essas ONGs mal-intencionadas, que recebem recursos do Governo Federal, deixam de fazer uma análise para corrigir e acertar e vão à ONU – aqui não conseguiram repercussão, porque tudo era mentira –, usando fotografias antigas e tentando desmoralizar um trabalho feito pelo Governador e pelo Roncalli, Secretário de Justiça do Estado do Espírito Santo.

É difícil exercer uma função pública, Sr. Presidente, em cargo executivo quando se recebe uma maldade dessa contra o Governo do Espírito Santo e o Governador, tentando envolvê-lo pessoalmente. Isso é uma injustiça que se pratica contra o Governador. Então quero hoje dizer que sou do Espírito Santo, conheço o Espírito Santo, conheci o Espírito Santo e nunca se investiu tanto em recursos, em dignidade para os presos, em recuperação dos presos.

Senador Marco Maciel, lá, agora, todas as empresas e empreiteiras que trabalham para o Estado, por decreto do Governador, são obrigadas a admitir nos seus quadros 6% de presos – que saem de manhã, trabalham e voltam para dormir – ou de ex-presos. É o único Estado em que acontece isso no Brasil. Com um índice maravilhoso de recuperação. Então, entre trinta mil, quarenta mil pessoas que trabalham em empresas ligadas ao Estado, 6% têm que ser ou de ex-presos ou de presos que saem da penitenciária de manhã, trabalham e se recuperam.

Outro problema que o Governador enfrenta é o atraso na Justiça. Mais de dois mil presos que já cumpriram a sua prisão estão lá, presos, porque a Justiça demora nos atos de soltura, nos julgamentos; inclusive os presos provisórios. Isso provoca rebelião, porque o preso cumpre e, um ano depois, ele não foi solto e

começa a promover rebelião, desgostoso por ter cumprido a sua pena e não estar solto ainda.

De modo que quero cumprimentar o Governador. Conheci o Estado, conheço o Estado. Esse esforço enorme que ele faz não merecia uma injustiça dessas. E o pior, praticada a solapa, lá pelos fundos, lá fora do Brasil. Não é contra o Governo do Espírito Santo, é contra o Brasil, e é uma vergonha que brasileiros se disponham a isso.

Sr. Presidente, V. Ex^a generosamente me deu dez minutos, mas eu só tenho direito a cinco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu dei dez, porque a minha consciência mandou eu dar uma nota para V. Ex^a. Então, não foi infringindo o Regimento. Foi em obediência a minha consciência. V. Ex^a merece dez. Cinco é nota que, no meu tempo, pegava pau quem tirava. Mas V. Ex^a é aprovado.

Felicidades.

Estamos alternando, como pactuamos aqui. Não está no Regimento; isso foi um pacto, um entendimento. Gerson Camata falou como Líder, está aqui o documento dele. Outro dia me exigiram que eu estivesse com todos os documentos. Este está.

Voltamos aos oradores inscritos: Sadi Cassol.

E quero agradecer a esse extraordinário Senador. Nunca, em tão pouco tempo, se trabalhou tanto. Ontem mesmo – não está no Regimento –, tive que me ausentar por compromissos, mas o meu dever era estar aqui, eu pedi, e ele não me substituiu, não; ele me superou. Quero agradecer. Não está no Regimento, mas o bom senso me dizia, ele ficou, e eu agradeço a normalidade da sessão.

V. Ex.^a, regimentalmente, tem dez, mas jamais cortarei a palavra de V. Ex.^a porque seria um desrespeito ao Tocantins, grandioso e pujante Estado.

Peço permissão para anunciar o próximo orador para uma comunicação inadiável, Senador Geovani Borges. É bom porque desperta logo o Amapá para ouvi-lo.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Quando a gente recebe elogios de um Senador do quilate de V. Ex.^a, qualquer um de nós fica satisfeito. Obrigado pelos elogios e quero dizer da importância que é, cada vez mais, olharmos para o crescimento do nosso País.

Antes de registrar alguns números aqui, quero levantar uma sugestão à Casa, uma questão que poderia ser debatida no decorrer do tempo. Quando, infelizmente, acontecem essas tragédias como no Haiti e no Chile, os países que ajudam, e falo do nosso Brasil, o Brasil poderia como sugestão, Senador Marco Maciel, V. Ex.^a que foi Presidente por mais de oitenta

vezes neste País como vice-Presidente da República, geralmente os países enviam recursos a esses nossos amigos e vizinhos no sentido de ajudar. Por que não enviarmos a eles os materiais necessários? Ficaria um comércio interno mais forte no País e, ao mesmo tempo, não se correria o risco de desvio de recursos até o destino final.

No Chile, por exemplo, um país tão vizinho nosso aqui, o País, em vez de mandar dólares ou mandar reais, mandaria casas pré-moldadas, dez ou vinte mil casas pré-moldadas, hospitais de campanha, ambulâncias, medicamentos. O Governo faria as licitações aqui mesmo, a empresa vencedora faria a entrega desses materiais e a construção desses bens. Seria uma maneira de, cada vez mais, fortalecer a nossa economia interna e, ao mesmo tempo, facilitar a implantação naqueles países que necessitam de ajuda. Vale uma sugestão e uma questão para ser pensada. Tomara que não aconteçam essas catástrofes com ninguém, mas, no momento em que for necessário utilizar desse expediente, teríamos uma legislação que permitiria esse tratamento.

Eu estava vindo anteontem do Tocantins e, em um dos informativos que acompanham a aeronave da TAM, embora a TAM nem sempre cumpra seus horários, havia uma matéria que eu gostaria de trazer à tribuna nesta tarde. É sobre a nossa economia. E hoje veio com mais uma notícia do IBGE. Com essas duas matérias, completo meu pronunciamento e meu tempo aqui nesta tribuna.

Vendas de carros flex em fevereiro sobem 7,13% em relação a janeiro

As vendas de veículos flex no Brasil, em fevereiro, corresponderam a 184.303 unidades, ante 172.030, em janeiro (alta de 7,13%), informou a Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores). No mesmo período do ano anterior, a comercialização tinha totalizado 166.812.

A participação de mercado de veículos bicombustíveis no total das vendas do mês foi de 87,2%, ante 85,3% em janeiro e 87,2% em fevereiro de 2009.

As saídas de veículos a gasolina no país representaram 17.137 unidades, ante 18.414 – isso quer dizer que estamos baixando a produção de carros a gasolina e aumentando os flex, que vêm beneficiar também a nossa produção do combustível limpo, que é a cana e outros combustíveis, biodiesel e outros – um mês antes 16.499 em fevereiro de 2009.

Já a produção de veículos subiu 2,8% em relação a janeiro, para 253,2 mil unidades.

Na comparação com o primeiro mês do ano passado, a produção teve uma expressiva alta de 23,9%.

As importações corresponderam a 18,3% das vendas internas. Foram importados 40,5 mil veículos com uma queda de 5,9% contra janeiro, mas uma expansão de 31,7% ante fevereiro de 2009. As exportações mostraram forte recuperação, totalizando 57,5 mil veículos.

Nós importamos 40 mil e exportamos 57 mil veículos. Isso demonstra que a qualidade do nosso produto, os nossos preços ainda são competitivos, apesar da oscilação do dólar. Mas faz com que o País possa manter suas exportações.

Hoje, o IBGE publicou, Sr. Presidente, números que realmente nos deixam satisfeitos, por ver o nosso País andando bem.

A produção industrial subiu em treze das quatorze regiões pesquisadas em janeiro e uma ficou estável, na comparação com o mês anterior, informou nesta quarta-feira o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Na média nacional, a indústria apresentou um avanço de 1,1% na mesma base de comparação.

As principais altas foram verificadas em Espírito Santo, com 5,6%; no Ceará, 5,4%; Pernambuco, 5,4%; Paraná, 4%; Nordeste, 3,7%. Ainda houve crescimento acima da média nacional na produção do Rio Grande do Sul, com 3,2%; São Paulo e Paraná com 3%; Bahia, 2,5%; Goiás, 2,2% e Minas Gerais, 1,7%.

Ao mesmo tempo, a única região que indicou instabilidade foi o Amazonas.

Na comparação com janeiro de 2009, a atividade industrial subiu em todas as catorze regiões analisadas. Na média nacional, a indústria teve uma alta de 16% na mesma relação. Nesse sentido, os principais avanços foram notados no Espírito Santo, com 48,5%; Amazonas, com 33,9%; Minas Gerais, com 28,8%; na Bahia, com 23,6%; Rio Grande do Sul, com 20,9%; Goiás, com 19,8%; e Ceará, com 16,7%.

Esses números são de hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e demonstram que o País superou a crise globalizada, a crise mundial que nos afetou no ano passado. E estamos conseguindo sair dela. Por isso, quero parabenizar as nossas autoridades da área econômica, que conseguem levar adiante o nosso desenvolvimento, mantendo os nossos empregos, mantendo a renda dos nossos trabalhadores e conse-

quentemente mantendo o País sempre competitivo lá fora, na economia mundial, em que os nossos produtos mantêm qualidade, mantêm exportação, e isso faz com que nossos empregos não caiam internamente. Por isso, quero parabenizar o Governo Federal, toda a equipe da área econômica e as nossas indústrias que estão conseguindo a superação dessa crise que se abateu ano passado no mundo todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O nosso Sadi Cassol falou como orador inscrito. Agora concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, como já tinha anunciado, ao Senador Geovani Borges, do PMDB do Estado do Amapá.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da TV e rádio Senado, venho a esta tribuna para registrar votos de louvor à iniciativa lançada, na última semana, pelos Ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Educação, Fernando Haddad, prevendo a distribuição de mil bolsas para estudantes, professores de ensino superior e profissionais de saúde, para a área de vigilância em saúde.

Na verdade, eu tenho a convicção de que a saúde é, cada vez mais, a pauta principal dos clamores sociais, expondo-se em carências e necessidades em todas as cidades brasileiras. Guardadas as proporções em investimentos, renda, recursos e demandas, a população de todas as cidades ergue a voz em favor de melhorias na área de saúde. As bolsas serão distribuídas a estudantes, professores de ensino superior e a profissionais do Sistema Único de Saúde, o SUS, para a produção de pesquisas em saúde e formação de médicos.

Até então, o Programa de Educação para o Trabalho em Saúde (PET-Saúde) era focado na estratégia Saúde da Família, e agora será ampliado para Estudos de Vigilância em Saúde. Desse Programa, faz parte ainda o Apoio ao Internato Médico em universidades federais (Pró-Internato), sendo que este entrará em vigor para qualificar formandos em Medicina. O recurso total destinado aos dois projetos é de R\$7 milhões, investidos pelo Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PET-Saúde – Vigilância em Saúde vai conceder bolsas a estudantes que desenvolvam trabalhos sobre o perfil da saúde no Brasil, de acordo com os princípios e as necessidades do SUS. As pesquisas devem analisar a incidência de doenças, causas de mortes e problemas decorrentes da violência, in-

cluindo os acidentes de trânsito. Esses alunos serão acompanhados por professores, também denominados tutores acadêmicos, e por profissionais de saúde, os preceptores. São aproximadamente setecentas bolsas por mês, com um investimento anual estimado em R\$4 milhões. Os projetos deverão ser apresentados por instituições públicas e privadas de ensino superior sem fins lucrativos, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Saúde.

É por isso que eu faço este registro, inclusive destacando o papel que o Ministério da Saúde vem exercendo nos últimos anos para melhorar a qualidade da formação de profissionais em saúde.

Dentro desse plano de ações, observa-se que a parceria com o MEC é fundamental e estratégica. O que se avizinha é o estímulo, por meio da oferta de bolsas, para a formação adequada de profissionais da saúde.

O Ministro José Gomes Temporão, acertadamente, destacou que a visão do hospital, como centro do sistema de saúde, é equivocada – e vários estudos confirmam isso. O hospital é fundamental, mas não basta. A rede de saúde é sólida se contar com a Atenção Básica qualificada, integrada com a Vigilância em Saúde, com a educação e a formação.

O Ministro citou ainda a importância do Pró-Residência, programa do Ministério da Saúde que prevê melhor distribuição de especialistas no País. Este ano, serão 473 novas vagas para o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste.

É preciso dar destaque às boas iniciativas. É preciso abastecer, com notícias alvissareiras, a esperança cansada de nossa gente. É por isso que faço este registro, inclusive destacando o papel que o Ministério da Saúde vem exercendo nos últimos anos para melhorar a qualidade da formação de profissionais em saúde.

Não é tudo, não resolve tudo. Mas cada passo, no meu entender, precisa ser celebrado e levado com entusiasmo ao conhecimento popular. Isso corresponde a darmos respostas às demandas na área de saúde e assim, quem sabe, desenhar um futuro mais próspero, mais eficaz e positivo para a nossa população no que se refere à qualidade de vida, à saúde e ao bem-estar.

Sr. Presidente, antes de concluir o nosso pronunciamento, quero dizer que hoje, no meu gabinete, tivemos uma reunião de bancada com a Deputada Dalva Figueiredo, Deputada Lucenira Pimentel, Deputada Fátima Pelaes, Deputado Feijão, Deputado Evandro Milhomen e Deputado Sebastião Bala Rocha com a Prefeita Euricélia Melo, do Laranjal do Jari; o Prefeito Luiz Beirão, de Vitória do Jari; os Vereadores do Laranjal do Jari – que também acompanharam em uma

comitiva a Prefeita, buscando recursos e soluções para o Município do nosso Estado: o Edvaldo Pena dos Santos, o Manoel Carvalho, o José Antônio B. de Sousa, o Walber Queiroga de Souza, Presidente da Câmara, nosso amigo, e também o Erivan Gomes da Silva e a Nazilda Fernandes Rodrigues, a Secretária da Prefeitura de Laranjal do Jari, a nossa Maria Madalena G. Gomes. E também registro a presença do Prefeito Rildo Gomes de Oliveira, do Município de Tartarugalzinho, Presidente do PMDB, Presidente da Associação dos Prefeitos do meu Estado; e da Deputada Francisca Favacho, minha querida Líder do PMDB do meu Estado do Amapá; acompanhada do Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Jorge Amanjás, do PSDB.

Antes de concluir meu pronunciamento, quero dizer que continuo, Sr. Presidente, recebendo muitos *e-mails* em relação àquela PEC sobre a qual V. Ex^a fez brilhantes colocações, mostrando seus pontos de vista aqui. Quando V. Ex^a estava presidindo, eu não podia, regimentalmente, apartear V. Ex^a, mas, no calor da emoção, da paixão, eu extrapolei um pouco e peço aqui desculpas a V. Ex^a, porque V. Ex^a é um grande Presidente, um grande Senador, um democrata, um filósofo, um homem de sensibilidade impressionante. Eu queria registrar aqui minhas desculpas a V. Ex^a, naquele momento, porque eu não tive intenção alguma de interromper as brilhantes colocações que V. Ex^a estava fazendo na troca de experiências sobre a PEC nº 01, de 2010, sobre o exame da Ordem dos Advogados.

Recebi aqui vários *e-mails* e destaquei alguns – ainda tenho dois minutos. Ontem eu recebi, às 17h32min, o seguinte *e-mail* do Luis Alberto Silva Caldas (Beto), assim encaminhado a mim:

Sr. Senador Geovani Pinheiro Borges

Pela atitude corajosa de V. Ex^a, lhe remeto cópia do e-mail que enviei a todos os Senadores.

Vivemos um momento delicado no Brasil, onde é hora de os legisladores mostrarem que este país é sério com gente séria e corajosa, e que deve ser levado a cabo os direitos constitucionais do cidadão brasileiro.

O texto aponta também algumas sugestões sobre o provimento que regulamenta a inscrição de advogados na Ordem dos Advogados do Brasil.

O que me chamou a atenção, Sr. Presidente, é que um juiz federal, o Juiz Carlos Humberto de Sousa, tem lido várias sentenças considerando inconstitucional esse exame da Ordem. Ele é conhecido pelas liminares que já concedeu, visando à quebra desse exame da Ordem. Inclusive inovou ao defender mais uma tese: indenização para os advogados que forem

impedidos pela OAB de terem seus registros por não terem feito o exame.

Expõe, na decisão, o juiz federal:

Se a OAB está impedindo o registro profissional de um estudante que regularmente submeteu-se à universidade, recebendo de quem de direito, legalmente, a outorga do respectivo grau acadêmico, deve suportar, por óbvio, uma indenização, por dano material e moral, examinando-se caso a caso.

Chamaram-me a atenção várias observações.

E quero agradecer a contribuição do Beto, a qual destaquei hoje. Em todos os pronunciamentos, eu terei a oportunidade de manter informada esta Casa sobre esse assunto. Isso chegou a todos os gabinetes de todos os Senadores. Sob este ponto de vista, é inconstitucional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado pela generosidade do tempo. V. Ex^a administra, com muita competência, com muita equidade, as sessões que preside.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC - PI) – Este foi o Senador Geovani Borges. Nunca em tão pouco tempo um Senador teve tão brilhante atuação como Geovani Borges, do PMDB do Estado do Amapá.

Agora, vamos chamar um Líder. Líderes inscritos: Francisco Dornelles não está; Osmar Dias não está; José Nery não está; Valdir Raupp não está; Mão Santa está, mas cedo a palavra para Colombo. Osmar Dias chegou, e é Líder.

Em seguida, vamos chamar um orador inscrito, o Mozarildo Cavalcanti, depois do Líder. Mozarildo Cavalcanti está em permuta com Sérgio Zambiasi.

Então, Roraima já está atenta. Agora, o Paraná e o Brasil estamos atentos para aprendermos com Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o noticiário de ontem foi bastante didático em relação àquilo que pode acontecer com o preço do pãozinho. Todos os jornais disseram o seguinte: “Agora, vai subir o preço do pão, porque o Brasil aumentou de 10% para 30% a alíquota para o trigo americano”.

Há uma lista que foi feita – que tem vários produtos, cerca de 30 produtos –, aumentando a alíquota de 10% para 30% em alguns e de 10% para 40% em outros, em função daquilo que aconteceu com o algodão: o subsídio exagerado dos Estados Unidos ao algodão americano, quebrando praticamente a indústria de algodão brasileira e os produtores de algodão de todo País.

Retaliação – essa é a palavra que foi utilizada pela imprensa. Mas eu não consigo entender essa notícia, Presidente. E não consigo entender o Governo brasileiro. Por que, ao aumentar a alíquota, o Governo diz que o pão vai subir, se só no Paraná tem 800 mil toneladas de trigo, da safra passada, que os produtores não conseguem sequer vender?

O Governo estabeleceu para o trigo um preço mínimo de R\$32,00. O trigo atravessou o ano passado a R\$24,00 a saca – R\$32,00 e os produtores vendendo a R\$24,00. De repente, o trigo brasileiro ficou sem mercado. Só no Paraná – vou repetir – 800 mil toneladas de trigo não encontram comprador. As cooperativas não compram. Os moinhos não compram, porque os moinhos querem mesmo é trazer farinha pronta da Argentina, que tem incentivos determinados pelo Tratado do Mercosul – e até hoje não foram analisadas as irregularidades praticadas pelos argentinos, quando eles fazem uma mistura e essa mistura acaba sendo contemplada praticamente na alíquota zero na importação.

O Brasil importa farinha, gerando emprego nos moinhos argentinos, gerando emprego nos campos argentinos, que aumentam a produção de trigo; e o Paraná, que é o grande produtor de trigo do Brasil, acaba sendo desestimulado e não planta trigo. Outros Estados, igualmente.

E o Brasil, que já alcançou auto-suficiência em 1988... Eu lembro, eu era Secretário de Agricultura do Senador Alvaro Dias, que era Governador. E o Paraná foi o responsável pela produção de 60% do trigo nacional. E nós estabelecemos uma meta no Paraná: nós queremos ajudar o Brasil a alcançar a auto-suficiência. Em 1988, alcançamos a auto-suficiência. O Brasil consumia, naquela época, sete milhões de toneladas. Produzíamos 7,4 milhões de toneladas.

Hoje o consumo brasileiro é de 900 mil toneladas por mês aproximadamente, o que vai dar em torno de 10 milhões de toneladas. O Brasil vai produzir seis. Tem que importar no mínimo quatro; o Brasil tem que importar no mínimo quatro. E aí eu não encontro explicação junto ao Governo brasileiro.

O Ministro Stephanes tem feito um esforço para liberar os recursos para o AGF, para o PEP, para aqueles programas do Governo Federal que dinamizem a comercialização, agilizem o processo de comercialização e escoamento da safra. Mas há trigo. E não é só da safra de 2009, não. Há trigo da safra de 2008 nos armazéns que os produtores não conseguiram vender,

Então, o Governo brasileiro não pode aceitar que o pão suba, que o macarrão suba, que os derivados de trigo subam, porque não há razão para isso. Os consumidores estão sendo avisados de que não há

razão para o aumento dos preços desses produtos – e se fala em ameaça do índice da inflação – porque há trigo estocado e trigo brasileiro. E não venham com conversa fiada que o trigo brasileiro não tem qualidade para fazer massa para pão, para fazer macarrão, para outros derivados. A qualidade é a mesma praticamente do trigo argentino.

Aliás, nós precisamos rever os critérios de qualificação. Temos que ir até a Argentina e ver quais os critérios deles, porque os critérios argentinos estabelecem que aquele trigo de lá tem qualidade para tudo e que o nosso não tem. Aí os moinhos vão e usam essa alíquota diferenciada, privilegiada, importam a farinha, jogam o emprego do Brasil para a Argentina, tanto na indústria quanto no campo, e nós vamos reduzindo a cada ano a área plantada de trigo.

É preciso, primeiro, estabelecer preço de garantia, cumprir o preço de garantia, porque, se o Governo tivesse comprado o estoque que está nas mãos das cooperativas dos moinhos hoje e dos produtores, o Governo poderia agora, sim, praticar a política de regulação de preços. Como? Aumentando a alíquota para o trigo importado, mas colocando o trigo brasileiro ao mesmo preço que ele próprio estabeleceu como preço de garantia. Mas preço de garantia no Brasil virou uma coisa de ficção. Não existe. O Governo estabelece e não cumpre. Não cumpre o preço de garantia para o trigo, não cumpre o preço mínimo para o feijão, não cumpre o preço mínimo para o leite, Deputado Chico da Princesa, e aí o produtor fica entregue ao mercado e é um mercado que, muitas vezes, é direcionado não por brasileiros, mas por interesses de indústrias estrangeiras, como é o caso desse de que estou falando, do trigo, porque muitos moinhos tem capital estrangeiro e conseguem manter o mercado sob controle, nas suas mãos.

Então é conversa mole essa conversa de que tem que subir o preço do pão, tem que subir o preço da farinha, tem que subir o preço do macarrão para o consumidor porque a alíquota do trigo está sendo aumentada. Não vai, de jeito nenhum, ser necessário aumentar, se o Governo brasileiro tirar o trigo que está nos armazéns, ou com os produtores, ou com as cooperativas, ou com os moinhos, e colocar esse trigo no mercado.

Vou repetir: só no Paraná, são 800 mil toneladas. Se o consumo nacional de um mês é de 900 mil toneladas, isso significa que só o Paraná tem o consumo de um mês, praticamente, do Brasil, para abastecer.

E nós vamos começar a plantar a nova safra agora, em abril, maio, junho. Em algumas regiões, começam em abril, em outras, em maio, outras, em junho. Então, depende do Governo Federal, neste momento,

signalizar aos produtores o seguinte: plantem que vocês vão ter a garantia do preço mínimo, para não ficar dependendo do trigo importado. Eu já falei mil vezes aqui que, enquanto o Governo não estabelecer uma política nacional de trigo, vai continuar dependendo do trigo importado; e depender do trigo importado é pagar o preço que aqueles que produzem vão querer receber. Aí, sim, vai ter que aumentar o preço do pão. Hoje, não; se o Governo não comprar esse trigo que está estocado, os brasileiros não vão plantar o trigo na nova safra.

Aí, no futuro, pode o Governo brasileiro esquecer de colocar uma alíquota maior, porque vai ter que comprar trigo para abastecer o mercado brasileiro. Se hoje está precisando importar quatro, daqui a pouco vai ter que importar tudo, porque o produtor que está plantando hoje a um custo de produção de R\$30,00 a saca para receber R\$24,00 não vai querer pagar R\$6,00 por saca para plantar. Então, que me desculpe o Governo brasileiro, mas o que está acontecendo é falta de visão de futuro, é falta de consciência de que o trigo é um alimento nobre, que está na cesta básica, que precisa ser produzido em nosso território, até para garantir a nossa soberania.

Nós não podemos mais continuar dependentes do trigo importado, de produtos que são importados e o Brasil paga o preço por não produzi-los aqui dentro.

Não vamos, neste momento, sacrificar os consumidores. Vamos ajudar os produtores, tirando o trigo que está no estoque, colocando-o no mercado e fazendo com que o mercado seja regulado; e o preço do pão, do macarrão, continue sem esse aumento que está sendo previsto pela imprensa e pelo próprio Governo.

O Governo está errando, e eu estou alertando.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É com grande satisfação e com muita honra que anunciamos a presença aqui de dois extraordinários Líderes do nosso Piauí, dois Prefeitos extraordinários: o Prefeito da cidade de Bom Princípio, Marcelo, que é do PTB e está acompanhado do seu filho Lucas; e o Prefeito de Beneditinos, Dr. Aarão Mendes, que é do PSDB. Duas encantadoras cidades que vivem os melhores momentos pelas suas administrações competentes. Quero dizer que a Vice-Prefeita de Bom Princípio é do meu Partido, o Partido de Jesus, Partido Social Cristão. A eles as boas-vindas.

Agora, alternando a lista de oradores inscritos, é a vez de Mozarildo Cavalcanti, que permutou com o Senador Sérgio Zambiasi. Mozarildo Cavalcanti é Senador do Estado de Roraima e representa o PTB. Ele dignifica a classe médica do nosso País e é um dos maiores líderes maçônicos do Brasil. É uma continua-

ção do entusiasmo de Gonçalves Ledo, que tanto fez na história da Independência do Brasil.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelas palavras generosas. V. Ex^a se caracteriza exatamente por ser um colega amável com todos.

Hoje, estamos a 206 dias das eleições gerais, que vão acontecer no País. Elegeremos o Presidente da República e seu Vice, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal e seus Vices, dois terços do Senado – já que um terço, no qual me incluo, tem mandato até 2014 – e a totalidade da Câmara dos Deputados, da Câmara Distrital, do Distrito Federal, e das Assembleias Legislativas dos Estados. As vagas da Câmara Distrital, das Assembleias Legislativas e da Câmara dos Deputados serão disputadas. Alguns vão para a reeleição, serão reeleitos ou não, e novos disputarão uma primeira legislatura. No Senado, apenas 27 Senadores não vão disputar a eleição, porque foram eleitos há quatro anos, em 2006. Vamos eleger também todos os Governadores e o Presidente da República.

É um momento cívico da maior importância. Quem vai eleger? Todos nós. Mas principalmente a grande massa de brasileiros que não tem mandato eletivo, mas elege representantes. Esse voto é a grande arma da democracia. Então, é muito importante que tenhamos um trabalho. Aqui, tenho dito que não pode ser um trabalho só dos partidos políticos, embora até devesse ser, porque os partidos políticos existem exatamente para expor as suas doutrinas, mostrar os seus programas e aplicá-los depois da eleição dos seus governantes ou parlamentares.

No entanto, infelizmente, o Brasil, se olharmos desde o início, na história do Brasil não existem realmente partidos doutrinariamente consistentes ou partidos programaticamente consistentes. Portanto, infelizmente, não pode ser um papel só dos partidos, tem que ser um papel de toda a sociedade, da família, do pai, da mãe, que têm que ensinar.

Hoje há uma reação violenta da sociedade contra políticos corruptos. Aí eu pergunto: só existe corrupção na política? Não existe corrupção, por exemplo, nas igrejas, na polícia, na medicina? Infelizmente eu sou médico. Não existe corrupção na escola? Quando um pai vê um filho chegar em casa, por exemplo, com um lápis que não é dele e não diz nada, o que esse pai está ensinando para o filho? Que ele pode roubar! Quando o pai vê um filho chegar em casa com uma borracha, um caderninho que não é dele e não diz nada, ele está avalizando um futuro corrupto.

A mesma coisa na escola: se o professor, a professora não diz para aquela criança que furar a fila da

merenda escolar é um ato errado, portanto, um ato de corrupção, o que esse professor, essa professora está fazendo? Está dando incentivo para que esse jovem, amanhã, seja um corrupto realmente.

Então, é preciso que haja um grande trabalho da família, da escola, das entidades da sociedade, como, por exemplo, as igrejas, os clubes de serviços, o Lions, o Rotary, e outras instituições como a Maçonaria, as igrejas, todas deveriam se empenhar, nesses 206 dias que faltam, em falar, em alertar o eleitor que ele não pode desvalorizar o seu voto, votando em pessoas que, de antemão, já sabem que são corruptos.

Diz-se: temos que baixar uma lei para proibir que o corrupto possa se candidatar. E por que o eleitor não faz esta seleção não votando em quem sabe que é corrupto? Esse voto, essa arma é secreta; ele é digitado em uma urna eletrônica. O eleitor pode, sim, votar de maneira a fazer a limpeza que todos anseiam.

E essa revolução democrática vai estar à disposição de todos os milhões de eleitores e eleitoras no Brasil afora. Eu tenho repetido, e já falei algumas vezes aqui da tribuna, que fiquei estarecido com uma pesquisa feita pelo Instituto Datafolha, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, quando foram entrevistados vários eleitores, milhares de eleitores no Brasil todo e foram feitas várias perguntas. Uma coisa que foi dita por cerca de 75% dos eleitores é que eles acreditam que não é possível fazer política sem um certo grau de corrupção. Ora, se o eleitor aceita isso, se acha normal isso, fica complicado mudar as coisas.

Por outro lado, mais ou menos 69% dos eleitores também afirmaram que, de alguma forma, ou deram ou mudaram o voto por causa de um favor, por causa de um cargo, por causa de uma conta de luz paga, por causa de uma conta de telefone, por causa de algum outro tipo de bem material. Então, o eleitor que faz isso não pode depois reclamar, porque ele fez um ato de corrupção. Ele elegeu, portanto, um corrupto, já que quem corrompe o eleitor é corrupto, e já está sabendo disso.

Nós deveríamos fazer essa pregação, fazer uma verdadeira operação mãos limpas neste País. Os jornais, as revistas e a televisão publicam a toda hora sobre pessoas que fizeram isso, fizeram aquilo, mas, na hora da eleição, vão uns marqueteiros e colocam o fulano como o cara que faz muito e, daí, vem aquele velho ditado de antigamente: “O cara rouba, mas faz”. Se isso vale, fica difícil pensar que queremos ter pessoas honestas no comando do País ou dos Estados.

Conversei recentemente com um candidato a Governador que me disse assim: “Rapaz, eu já tenho R\$50 milhões para a minha campanha, e eleição se ganha é com dinheiro, com poder. Portanto, estou

despreocupado”. Se um cidadão desses tem R\$50 milhões, de onde ele tirou esta quantia? Será que foi do trabalho dele? E vai usar esses R\$50 milhões de que forma?

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Permite-me um aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Em seguida, com muito prazer.

Será que é só com o que é normal, ou seja, publicar os cartazes com o seu nome, o número, com o programa de televisão? Não, é corrompendo. Olhe, não é corrompendo... Não pensem que é corrupção desse nível de pessoa estar necessitando. Não é só o pobre que se deixa corromper, não. São os ricos também, e em grande monta. Pessoas que se dizem poderosas e, portanto, dizem que têm domínio sobre os eleitores, esses se vendem até muito mais caro, porque querem um troco depois. Então, temos que fazer esse trabalho de faxina eleitoral. E quem pode fazê-lo? É o eleitor. O candidato, duvido que tenha um candidato que vá aparecer na televisão, no rádio ou no palanque, dizendo que é corrupto, dizendo que rouba, mas faz. Duvido que vá aparecer dizendo. Ele não vai dizer. Ao contrário! Ele vai vender uma imagem de bom-mocismo e, depois que ele gastou R\$30 a R\$50 milhões, como a espécie de candidato a governador com quem falei, e for eleito, ele vai fazer o quê? Ele vai se ressarcir de mais outros R\$50 milhões, ou multiplicado por várias vezes.

Então, aqui tenho meu cacoete de médico: é o momento de evitarmos que essa doença se alastre. E como é que evitamos? Aplicando o remédio certo. Qual é o remédio certo nesta hora? É o voto. É o voto dado de maneira consciente. É o voto dado em quem presta. É o voto dado em quem você conhece. Não vote em pessoas por causa de um bom programa eleitoral. E aí fica aquela história: junta-se a um monte de partidos para ter mais tempo de televisão e, portanto, fazer mais propaganda, e o eleitor não se debruça para analisar realmente quem é aquele sujeito, como é a vida dele, o que ele já fez na vida, o que ele tem de errado no seu comportamento. Isso é muito importante que façamos.

Então, quero fazer este apelo a toda sociedade brasileira, a todo eleitor, desde a pequenina vila até os maiores centros: vamos votar em gente de bem, porque só assim o Brasil muda.

Senador Augusto Botelho e, depois, o Senador Sadi Cassol, com muito prazer.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, o discurso de V. Ex^a é um discurso de convocação para que se faça uma mudança neste País, principalmente no nosso Estado, onde este hábito está muito arraigado. A gente sabe

do uso de recurso público para corromper as pessoas na hora do voto. E tenho certeza de que as pessoas não aceitam aquela história do “rouba, mas faz”. Não existe ladrão bom. Bandido é bandido, e homem que trabalha é homem que trabalha. E eu tenho certeza de que o povo de Roraima vai saber distinguir. É bom lembrá-los que um voto de uma pessoa é que coloca um Senador nesta Casa, que tira um Senador desta Casa. Por isso, eles têm que saber que o voto deles vale muito do ponto de vista moral e do ponto de vista do seu futuro. Também, como V. Ex^a falou aqui, aquele que rouba o dinheiro público para comprar votos nunca aparece, eles botam um preposto. Aquele que vai oferecer dinheiro para o eleitor não é um candidato, é mandado por ele. Eu dou até um conselho para as pessoas lá de Roraima: “Olha, quando for oferecido dinheiro, você tem que pegar, porque aquele dinheiro é seu, que ele está devolvendo. Com certeza ele roubou aquele dinheiro de ti, porque não é o dinheiro dele que está dando para comprar voto, gastando assim”. E já perguntei a um padre e a um pastor se não estou cometendo alguma heresia, algum pecado mandando que o trabalhador pegue o seu dinheiro de volta quando esses corruptos vão oferecer. Aliás, eles não, os prepostos deles, que também estão ganhando para fazer isso. Eu acho que está na hora de darmos uma arrumada nesta Casa, neste País todo, porque as cenas vergonhosas se sucedem. É um escândalo abafando outro. Estou aqui há sete anos ouvindo e vendo isso. Espero que este País mude.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senador Augusto, quero agradecer o aparte de V. Ex^a. Não é porque V. Ex^a é meu colega de Bancada e não é porque é meu colega médico, mas eu o conheço há muito tempo. Conheço a vida de V. Ex^a e sei que é um homem íntegro. Não existe contra V. Ex^a nenhuma condenação, não; não tem nenhuma denúncia contra V. Ex^a, tal a retidão da vida de V. Ex^a. Portanto, espero que o eleitorado de Roraima saiba reconhecer isso, reconhecendo o trabalho bom que V. Ex^a aqui desempenha, e possa reconduzi-lo nas próximas eleições.

Senador Cassol, com muito prazer.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Quero parabenizar V. Ex^a por tratar de um assunto tão importante como esse, num ano eleitoral. É propício, é o momento. Precisamos cada vez mais fechar o círculo de toda a forma, por meio de informações...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – ...no sentido de se evitar que essa corrupção eleitoral continue no nosso País. Veja bem, Senador, sempre que se fala num grupo político para ganhar uma eleição num

Estado ou Município, comenta-se – e é lamentável ter que ouvir isto: “Não tem estrutura, porque não tem um governo.” Mas, espera aí, o governo ganha quanto? Um governador, um prefeito, ganha quanto? Não ganha o salário dele? Como que se comenta que, havendo governo, há estrutura? Quer dizer, então, você rouba o dinheiro do governo para fazer a estrutura, não é isso? Então, quero conclamar a Polícia Federal e o Ministério Público para que peguem essas ondas que aparecem por aí – “não, mas só tem estrutura se é o governo” – e que vão lá, num comício grande, numa carreato grande. Quem está pagando isso tudo? De onde veio esse dinheiro? Porque senão...

(Interrupção do som.)

O SR. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – ...a estancar a corrupção neste País; e corrupção eleitoral, que é uma das mais graves. Por quê? Porque, no momento em que você elege o corrupto, depois ele será corrupto naquilo em que administra também. Então, se conseguirmos estancar a corrupção eleitoral, estaremos acabando também com os corruptos das obras, os que desviam dinheiro, e de forma vergonhosa, como vemos alguns casos acontecerem nos Estados deste País. Muito obrigado pelo aparte. Parabenizo-o mais uma vez por levantar uma questão tão importante.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu lhe agradeço, Senador Cassol.

Quero dizer que tenho vindo várias vezes à tribuna abordar este tema. E, a partir de hoje, faltam 206 dias, Senador Mão Santa, para a eleição. Então, é muito pouco tempo. Portanto, é muito importante que cada eleitor medite sobre isso. Desde agora. Não vá deixar para decidir seu voto na hora em que for à urna, não. Comece a meditar desde agora, quando os candidatos aparecerem. Quem são? Esse e esse.

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Qual é o passado dele? O que ele já fez e o que poderá fazer? Ele tem qualificação para fazer?

Então, isso é muito importante, mas, principalmente, que ele tenha, realmente, um passado honesto, um presente honesto e que, portanto, possa ter um futuro honesto.

Quero finalizar, Senador Mão Santa, dizendo que, nos dias 13 e 14 deste mês, vamos realizar, em Roraima, o primeiro seminário do PTB, o primeiro seminário político. Aliás, será o primeiro seminário político realizado naquele Estado, em que vamos debater exatamente: eleições, democracia e trabalhismo, o que não poderia deixar de ser. O PTB é o Partido de Getúlio Vargas, Partido que foi feito para defender o trabalhismo, isto é, a relação entre o trabalhador e o empregador, para

que o trabalhador tenha seus direitos garantidos. Está aí a CLT, criada também por Getúlio Vargas.

E eu espero que nós possamos estar juntos com o PSC nessa campanha...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ...lá em Roraima, em outros Estados e, quiçá, no Brasil. Tenho certeza de que, somente, realmente, juntando todas as pessoas de bem, poderemos fazer a mudança que este País quer.

Como médico, tenho sempre esperança de que, mesmo desenganado, o paciente pode ser recuperado e salvo. Da mesma forma, tenho muita fé neste País e neste povo. Podemos mudar, e a hora da mudança é no voto, no dia 3 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Senador Mozarildo Cavalcanti, chamando a atenção do País para a ética nas próximas eleições.

Mozarildo, o Partido Social Cristão tem como símbolo o peixe; o *slogan* é ética na democracia. O programa é o homem em primeiro lugar e a doutrina cristã. É uma boa companhia para a campanha de V. Ex^a.

Agora, vamos chamar um orador inscrito para uma comunicação inadiável. Então, vamos chamar – Fátima Cleide não está presente, Rosalba Ciarlini não está presente – Flexa Ribeiro, que está presente.

Encerrada a lista de oradores para uma comunicação inadiável. De acordo com o Regimento, são três. Depois da Ordem do Dia, não há mais.

Ele estava no banco de reserva e entrou em campo, esse grande atleta do Estado do Pará, do PSDB, que é o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, o Robinho também estava no banco de reserva, foi convocado pelo Dunga e está resolvendo aí o problema da Seleção Brasileira. Espero que a gente comemore a Copa agora, na África do Sul.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, dóceis e em silêncio, após sete anos usufruindo as benesses das verbas públicas, os setores radicais do Partido dos Trabalhadores voltaram à ofensiva para tentar emplacar suas velhas e carcomidas teses.

No 4º Congresso Nacional do PT, realizado agora em fevereiro, em Brasília, esses setores incluíram, nas diretrizes do programa de governo da pré-candidata Dilma Rousseff, medidas como a censura aos meios de comunicação, a redução da jornada de trabalho – na marra – e a taxação sobre grandes fortunas – sem que ninguém saiba, ao certo, o que é uma “grande fortuna”.

Impresso no papel, preto no branco, nas tais diretrizes, está o que a Ministra Dilma pretende oferecer ao País. Ninguém poderá argumentar, mais tarde, que não sabia das reais intenções petistas. Está tudo, lá no documento, impresso, que se originou no 4º Encontro Nacional do PT, aqui, em Brasília.

Espertamente, porém, a candidata-Ministra – não sei se posso denominá-la, Senador Alvaro Dias, candidata-Ministra ou Ministra-candidata – cuida de amenizar, em sua fala, o que o papel, de bom grado, aceitou. Ou seja, aquilo que foi definido como diretrizes do PT para o governo, a Ministra-candidata procura amenizar nas suas falas. O mistério é saber em qual lado do pêndulo ela fica de fato.

O documento possui nome pomposo, Senador Marco Maciel: “A Grande Transformação.” Lembra um texto petista de quase uma década atrás – e o Senador Suplicy deve se lembrar bem –, chamado “A Ruptura Necessária”, convenientemente varrido para debaixo do tapete. A tal ruptura nada mais era do que a pregação pela implantação de um regime socialista no Brasil. Antes, como agora, os programas preconizam um governo autoritário, no qual um Estado poderoso dá todas as cartas.

O Estado forte, defendido pela Ministra Dilma no 4º Congresso do PT, na verdade, nada mais é que uma opção por um governo autoritário. Vejam o exemplo do Programa Nacional dos Direitos Humanos, que ofende, sem o menor pudor, a liberdade de expressão e a democracia representativa. Quem é o responsável por dar o formato final aos atos submetidos à assinatura do Presidente da República? Não é a Chefe da Casa Civil? Quem é a Chefe da Casa Civil? A Ministra Dilma.

Tentamos ouvir a Ministra Dilma sobre o programa, mas a Base do Governo, numa manobra inconstitucional jamais vista nesta Casa e que desmoraliza ainda mais o Senado, “desconvocou” a Ministra Dilma, trocando o seu nome – aprovado duas semanas antes, em requerimento – pelo do Ministro Paulo Vanucchi. Como bem disse o Senador Tasso Jereissati, essa manobra coloca em xeque toda a segurança jurídica do processo legislativo no Senado, pois até mesmo o ofício convocando a ministra já havia sido expedido e recebido por ela com o devido aceite, tornando a convocação um ato jurídico perfeito.

Qual é o problema? – pergunto eu. A presença da Ministra nesta Casa quebra toda essa estratégia de *marketing* que a envolve? Ela não pode dialogar com o Congresso Nacional? Que autoridade frágil é essa que foge do debate, mas que pretende disputar a Presidência da República?

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ainda ontem, Senador Mão Santa, quando o Congresso Nacional fazia uma sessão em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a Ministra Dilma esteve aqui, no plenário do Senado, usou da palavra e fez das suas palavras uma pregação política. E não pode vir aqui para conversar com os Senadores nas comissões, porque, todas as vezes que ela é convidada ou mesmo convocada, a Base do Governo impede a sua presença.

Repito: quem é o responsável por dar o formato final aos atos submetidos à assinatura do Presidente da República? Não é a Chefe da Casa Civil, a Ministra Dilma? Onde está a competência gerencial da ministra, que deixou o Presidente da República assinar um absurdo desses? Quem é essa pessoa que não quer se expor mas almeja ocupar o maior cargo político do País?

Portanto, o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos é um marco emblemático, pois não só mostra o viés autoritário que se tenta implementar, a qualquer custo, mas também a incapacidade gerencial da candidata, a Ministra Dilma.

O editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, datado do último dia 14 de janeiro, dá essa exata medida:

Com esse escorregão, a Ministra Dilma Rousseff demonstrou de forma irrefutável seu despreparo para mais um cargo federal. Já havia mostrado sua inépcia ao chefiar o Ministério de Minas e Energia, onde sua gestão foi abaixo de inexpressiva. Chamada para a Casa Civil, foi desde o início poupada, pelo presidente, de toda a responsabilidade pela articulação política. Foi-lhe atribuída [...] a coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Mais que isso, ele a nomeou ‘mãe do PAC’. Mais uma vez, a ministra demonstrou a sua inépcia gerencial, desmentido novamente sua injustificável fama de executiva.

Diz o editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 14 de janeiro.

Convenientemente, a ministra emite sinais contraditórios. Nas entrevistas, busca amenizar sua histórica simpatia por políticas e regimes totalitários. Em reuniões fechadas, porém, agradece o apoio dos radicais e troca afagos com os emissários do Chávez e dos governos de Cuba e Coreia do Norte. É o movimento pendular que visa preencher todos os espaços sem dizer ao certo em qual deles estará.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Em outro sinal de que se enamora do estatismo, a candidata-ministra manifestou a sua disposição de continuar “o

reaparelhamento do Estado”. Faltou apenas dizer que, no atual Governo, quem se beneficiou do tal reaparelhamento foram apenas seus companheiros petistas.

Senador Valdir Raupp, a realidade nos mostra, desde 2002, Senador Mão Santa, que a quantidade de funcionários do Palácio do Planalto cresceu 150%, mas o número de servidores da saúde só aumentou em 0,5%, como mostrou **O Globo**.

Se alguém tem dúvida sobre o lado para o qual pendente a Ministra Dilma, uma pista: um dos participantes mais aclamados no encontro do PT foi José Dirceu...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI. Fazendo soar a campainha.) – V. Ex^a já aumentou em 100% o seu tempo na tribuna.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

...o mentor do mensalão e um dos coordenadores da campanha da ministra. Dirceu foi a segunda personalidade mais aplaudida no evento. Depois de Dilma? Não. Depois do Presidente Lula. Afinal, quem mandará no Governo se o Brasil – e não vai acontecer – elege-se Dilma Rousseff, Presidente? Quem está disposto a eleger esse lobo em pele de cordeiro?

E em falar de mensalão e corrupção, a revista **Veja** nos trouxe, esta semana, um novo escândalo, o caso da Bancoop. E hoje, na CCJ, novamente a Base do Governo impediu o convite ao promotor para que ele viesse aqui ao Senado trazer suas explicações.

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Para acabar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Informa a revista:

Na semana passada, chegaram às mãos do promotor José Carlos Blat mais de 8.000 páginas de registros de transações bancárias realizadas pela Bancoop entre 2001 e 2008. O que elas revelam é que, nas mãos de dirigentes petistas, a cooperativa se transformou num manancial de dinheiro destinado a encher os bolsos de seus diretores e a abastecer campanhas eleitorais do partido. A Bancoop é hoje uma organização criminal cuja função principal é captar recursos para o caixa dois do PT e que ajudou a financiar inclusive a campanha de Lula à presidência em 2002.

O promotor pediu à Justiça o bloqueio das contas da Bancoop e a quebra de sigilo bancário daquele que ele considera ser o principal responsável pelo esquema, seu ex-diretor financeiro e ex-presidente João Vaccari Neto. Vaccari acaba de ser nomeado o novo

tesoureiro do PT e, como tal, deve cuidar das finanças da campanha de Dilma.

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Para concluir, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concluo em um minuto.

Definitivamente, o caminho que o Brasil precisa seguir não é esse proposto pela candidata Dilma e sua equipe.

Para finalizar, Sr. Presidente, vou abrir aspas para o texto postado pelo ex-Deputado Roberto Jefferson, em seu **blog**:

Passada a ressaca da festa de lançamento da candidatura de Dilma Rousseff, os governistas se deparam com a dura realidade: Dilma terá só 40 dias para fazer ‘campanha’ [Senador Valter Pereira] ao lado de seu padrinho, o Presidente Lula. Até três de abril, a ministra (Casa Civil) terá que se desincompatibilizar do cargo, e não poderá mais participar de inaugurações, lançamento de projetos (os PACs da vida), nem rodar o País ao lado do presidente.

Hoje, Dilma é uma bicicleta com rodinha; vamos ver se, tiradas as rodinhas (Lula), ela passa da segunda pedalada.

Agora tenho dúvida se Dilma será uma bicicleta de rodinhas, na definição de Roberto Jefferson, ou o que ela aparenta desejar, ser um Hugo Chávez de saias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O orador da vez é Eduardo Suplicy. Enquanto ele chega V. Ex^a quer usar da palavra?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ele anda devagar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Enquanto chega à tribuna, pela ordem o Senador Magno Malta, que também está inscrito aqui como Líder.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador, é só para comunicar – o Senador Tuma está aí – que nós acabamos de fazer a oitiva na CPI de uma mãe que teve o filho abusado pelo próprio pai, o que é uma prática desgraçada, e o Senador Tuma se emocionou muito. A psicóloga que serve a CPI acabou de ouvir a criança, um depoimento muito dramático, como nós não estamos acostumados, porque ninguém se acostuma com uma desgrça dessas.

Amanhã nós temos uma oitiva às 11 horas com o Sr. Flávio Pereira, diretor de arrecadação do Flamengo.

Eu recebi, Sr. Presidente, um comunicado hilário dele e do advogado, dizendo que só hoje, às 14 horas, ele tomou conhecimento pela mídia – a mídia está falando disso há um ano. E ele coloca aqui, Senador Tião Viana, um quarto item dizendo: “Por oportuno [esse é o Sr. Flávio Pereira, Diretor de Arrecadação do Flamengo], declara o requerente que não possui condição financeira de arcar com a passagem do Rio para Brasília”. Me engana que eu gosto!

A CPI manda passagem, a CPI tem orçamento para isso. Para todo convocado, para todo convidado, vão as passagens e são pagas as diárias aqui em Brasília. Então, diante disso, dessa piada, o Senador Tuma resolveu propor a quebra do sigilo fiscal dele nos últimos oito anos. Se ele é diretor do Flamengo e não pode comprar uma passagem, alguma coisa errada tem. Então, hoje à tarde, a CPI quebrou o sigilo fiscal do Sr. Flávio.

Espero que ele compareça amanhã. Temos comprovação de que ele foi notificado na segunda-feira. Não comparecendo amanhã, nós reiteraremos coercitivamente a convocação dele. Isso nada tem a ver com a instituição Flamengo; a situação é semelhante à situação de um padre que abusa de uma criança na igreja, de um pastor abusa de uma criança ou de qualquer indivíduo que, do alto da sua consciência, abusa de uma criança. Nada tem a ver com a Igreja, com a instituição, e nem com o Flamengo. É um indivíduo que está sendo acusado de abusar de uma criança. Infelizmente, é o diretor de arrecadação do Flamengo.

Então, não tem bom, não tem branco, não tem doutor, não tem rico, não tem pobre. Abusou de criança, vamos agir da mesma forma. Foi acusado de abusar de criança, vamos ouvir da mesma forma. Então, está mantida a oitiva dele para amanhã e, caso não compareça, será conduzido coercitivamente. Ele vai ter de vir. A Polícia Federal vai trazê-lo. Estamos simplesmente cumprindo o nosso papel, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Na tribuna, Eduardo Suplicy, orador inscrito que representa o PT de São Paulo e já é candidato, já se apresentou ao seu partido em São Paulo, como manda a lei, com o número de assinaturas de filiados necessário. Isso dá uma perspectiva de grandeza ao partido de S. Ex^a, que chegou a esta Casa com quase dez milhões de votos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, hoje eu estou aqui na qualidade não apenas de Senador pelo Partido dos Trabalhadores de São Paulo em terceiro mandato, com a responsabilidade de quem teve 8.896.803 votos, mas

também com a responsabilidade de ser Vice-Líder do PT no Senado.

Como o meu amigo, companheiro e Líder, Senador Aloizio Mercadante, encontra-se em repouso, recuperando-se – felizmente, está bem – de uma cirurgia na semana passada, estou no exercício da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Nessa qualidade, com todo companheirismo, carinho e respeito, quero transmitir ao meu querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o respeito que ele ressaltou ter pela determinação da Justiça e do Governo cubanos não deveria excluir a possibilidade, com toda a sinceridade, de um verdadeiro amigo poder dizer, construtivamente, aos Presidentes Raul e Fidel Castro – este, ex-Presidente, mas considerado o Comandante Maior da Revolução Cubana – da importância de se respeitar os direitos humanos, de se respeitar as liberdades democráticas, sobretudo as liberdades de expressão em todo e qualquer país.

Em janeiro de 1998, uma pessoa que demonstrou ser um amigo extraordinário de Cuba – refiro-me ao Papa João Paulo II – foi muito bem recebida pelo Presidente Fidel Castro e carinhosamente recebida pelo povo cubano. Durante todos os dias que ali estive, falou para milhões de cubanos e soube expressar com muita franqueza o quão importante seria que se acabasse com qualquer cerceamento de vínculos a outros povos e, portanto, que se encerrassem o bloqueio, o embargo, dos Estados Unidos contra Cuba. Igualmente, ressaltou que Cuba deveria criar um ambiente de maior liberdade e de pluralismo. Naquela oportunidade, o Papa João Paulo II, na Praça José Martí, diante de centenas de milhares de pessoas que o assistiam e aplaudiam, ressaltou como seria importante que houvesse a combinação de justiça com liberdade.

Eu gostaria que o Presidente Lula se recordasse de algumas das pessoas da história da humanidade pelas quais, em outras ocasiões, ele demonstrou o maior respeito, pessoas que realizaram greves de fome para alcançar objetivos importantes na história dos povos. Dentre esses, claro, vem à mente de todos nós a imagem de Mahatma Gandhi, que foi o grande propugnador da ideia de que as transformações na sociedade devem ser realizadas através da não-violência, através dos meios persuasivos e, em algumas ocasiões, através da desobediência civil e de meios como os que inspiraram Martin Luther King Junior à realização de grandes marchas, como aquelas que culminaram, em 28 de agosto de 1963, com mais de duzentas mil pessoas diante do Memorial de Abraham Lincoln em Washington D.C., com o seu histórico discurso **I have a dream**.

Mas não apenas Mahatma Gandhi. Nelson Mandela inspirou-se em Bobby Sands, líder irlandês do IRA que morreu após 66 dias da greve de fome que iniciou como forma de protesto para que fosse reconhecido como prisioneiro político, chamando a atenção dos povos do mundo para a sua causa.

As autoridades da África do Sul haviam recusado a possibilidade de Nelson Mandela ver seus filhos pequenos, inclusive seu filho de três anos. Ele, então, pouco depois daquele episódio, na prisão onde ficou por 27 anos, realizou uma greve de fome até conseguir seu intento seis dias depois, para que seu filho pudesse, aos três anos de idade, visitar o pai.

Cesar Chavez, no México, foi uma das pessoas que comoveu o mundo com sua greve de fome.

No caso de Bobby Sands, o próprio Presidente Fidel Castro fez uma observação assinalada pelo jornalista inglês Denis O'Hearn, em 6 de maio de 2006, quando escreveu em **The Nation** "A Fome de Justiça". Ali ele disse, em 6 de maio de 2006:

Vinte e cinco anos atrás, em 5 de maio de 1981, prisioneiro do IRA, Bobby Sands morreu depois de sessenta e seis dias em greve de fome. Ele protestava contra a ser reconhecido como um prisioneiro político, chamando a atenção do mundo para umas das mais terríveis condições de nunca experimentada por prisioneiros. Ele e uma centena de seus companheiros – presos em H notório da Grã-Bretanha Bloco de prisão da Irlanda do Norte – havia passado anos em bloqueio total, nu, com nada além de cobertores para se cobrir, sem material de leitura ou mesmo a simples confortos da vida.

Nos últimos dias de agonia de sua vida, Bobby Sands viu deliciosa ironia ao ser eleito como deputado britânico, um membro da "mãe de todos os parlamentos", o coração do inimigo estava morrendo de vontade de vencer. Ele nunca se queixou, mesmo quando todos os tipos de políticos e clérigos entraram em sua cela do hospital isolado, onde seus amigos não foram autorizados a visitar, e tentou persuadir e enganá-lo fora de seus protestos. Margaret Thatcher, que finalmente realizou sua vida em suas mãos, havia dito: "a senhora não é para transformar". Então Bobby Sands sabia que ele iria morrer. Ele sabia que outros se seguiriam. No final, dez grevistas irlandeses morreram naquele verão de 1981.

Em Havana – assinala O'Hearn – Fidel Castro colocou os grevistas de fome da Irlanda em companhia bastante alta, quando ele

afirmou: 'Os tiranos tremem na presença de homens que são capazes de morrer por seus ideais, após 60 dias de greve de fome! Próximo a este exemplo, quais foram os três dias de Cristo no Calvário, como um símbolo ao longo dos séculos de sacrifício humano?'

(Interrupção do som.)

Será que o Senador Mão Santa, realmente, deu-me o tempo necessário, porque não é uma comunicação inadiável. Eu sou orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a começou o discurso às 16 horas e 42 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a terá o tempo necessário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero aqui recordar, Sr. Presidente, que nos documentos de fundação do Partido dos Trabalhadores, nós fizemos questão de ali colocar o quão importante para nós era a democracia e a liberdade.

No manifesto de fundação do PT, de 10 de fevereiro de 1980, estava li registrado: O PT lutará pela...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar o povo explorado e suas lutas. E, assim, também aqui se dizia não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora da sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os policiais populares são alvo permanente de repressão policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, e assim por diante.

Com toda amizade ao Presidente Lula, quero aqui dizer que nós defendemos que o socialismo, a maior igualdade entre todos os seres humanos e o direito pleno à cidadania devem ser acompanhados da ampliação da liberdade e da justiça; e assim como João Paulo II disse com muita clareza e assertividade pe-

rante Fidel Castro e o povo cubano que as liberdades deveriam estar acompanhadas dos movimentos em favor da justiça, é importante que nós aqui digamos, com toda amizade, ao reconhecer o progresso social da educação, da eliminação do analfabetismo, dos progressos na área da saúde, que ao lado de objetivo tão importante de acabar com o bloqueio econômico, cultural e comercial que os Estados Unidos impõem a Cuba, também queremos que haja ampliação das liberdades.

Inclusive, Sr. Presidente, quero aqui concluir que, ao final do ano passado, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por requerimento do Senador-Presidente, Demóstenes Torres, aprovou requerimento para que venha visitar o Senado a blogueira da *Generación Y*, Yoani Sánchez, e o Presidente José Sarney encaminhou, assim como o Presidente...

(Interrupção do som)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – ...da CCJ, Demóstenes Torres, o convite pelo Senado, para que a Sr^a Yoani Sánchez possa vir ao Senado.

Quero aqui transmitir ao Presidente Lula, pelo que tenho lido do livro e das páginas da Sr^a Yoani Sánchez, as suas observações sobre o cotidiano da vida cubana não são mais ferinas do que os discursos que aqui, diariamente, a Oposição ao Governo do Presidente Lula faz com respeito ao que acontece no Brasil e, nem por isso, o Presidente Lula se vê ameaçado. Por isso, eu gostaria de transmitir ao Presidente Lula, como ainda na semana passada, quando esteve aqui a Sr^a Hillary Clinton, tive a oportunidade de dialogar com o Ministro Celso Amorim, que falou que esse é um assunto muito delicado em Cuba, mas é um assunto suficientemente deliciado para nós, amigos de Cuba, dizermos a eles: “Ah! Como será bom se também em Cuba não houver mais prisioneiros de consciência, prisioneiros de natureza política, prisioneiros que não tenham cometido efetivamente roubos, crimes de sangue e assim por diante”.

E que possamos nós, brasileiros, transmitir aos cubanos: “Vamos abrir as fronteiras, vamos colaborar para que os americanos possam ir a Cuba e sair de Cuba na hora em que desejarem, bem como que os cubanos possam visitar quaisquer países das Américas, inclusive o Brasil e, inclusive, a Sr^a Yoani Sánchez.

Quero aqui agradecer, porque me sinto amigo de Cuba, das vezes em lá estive – e já estive lá quatro vezes desde os anos 80 – e sempre fui muito bem recebido. No ano passado mesmo, fui a Cuba para fazer uma exposição sobre a Renda Básica de Cidadania no Congresso de Economistas de Cuba e do Caribe.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Peço um aparte a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Eduardo Supply, V. Ex^a aborda um tema interessante. Eu acho que V. Ex^a deveria pedir ao Presidente Lula – e eu posso até me colocar à disposição para fazer isso, assim como os Presidentes amigos de Cuba – que peça aos irmãos Castro, ao Fidel e ao Raul, que façam a abertura democrática em Cuba. Não há país no mundo que resista a 50 anos de ditadura. Eu estive lá na época em que V. Ex^a lá esteve. Cuba está se deteriorando. Tudo bem, há os embargos econômicos, mas o regime é muito fechado e os problemas estão ocorrendo. É como o Chávez na Venezuela, que está começando a enfrentar problemas também. Não há mais espaço no mundo para regime ditatorial. O que o que o Presidente Lula tem que fazer é aconselhar o Raúl Castro, que agora está no comando de Cuba, a fazer a abertura democrática naquele país.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a relembra o dia em que o nosso querido embaixador nos convidou para jantar na embaixada em Havana e pode testemunhar que há como que um anseio de todos os povos para que Cuba possa avançar na construção do socialismo, mas também na ampliação das liberdades democráticas, liberdade para todos os seres humanos e liberdade inclusive de ir e vir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Supply, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vamos passar à Ordem do Dia. Antes de conceder a palavra aos Senadores Alvaro Dias e Flávio Arns, vou colocar em votação, se houver concordância das lideranças, a indicação de algumas autoridades e acordos internacionais. São indicações para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), que, inclusive, já estão com o prazo expirado, e para o cargo de representante do Brasil junto à comunidade dos países da língua portuguesa e acordos internacionais, Brasil-Honduras e Convenção Internacional.

Então, não havendo objeção das lideranças, colocarei essas matérias em votação. Há também os requerimentos em globo que estão pendentes aqui.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes

de ouvir o ilustre Senador Gerson Camata, eu queria explicitar a V. Ex^a alguns pontos.

Em primeiro lugar, essa Medida Provisória é, de fato, relevante, pois, por exemplo, prorroga incentivos para uma iniciativa que tive ocasião de apoiar como Líder do governo do Presidente Fernando Henrique, que é a instalação da Ford na Bahia. Imagino que, para a bancada baiana, seja de enorme importância ver a matéria votada e aprovada. Do mesmo modo, há incentivos para a Troller, do Ceará. Isso sensibiliza todos nós que temos uma ligação com o Ceará, pois nós, amazonenses, sobretudo, somos, no fundo, netos da civilização cearense.

Há uma dúvida em relação, por exemplo, ao Polo Industrial de Manaus, e explicitarei ao Líder Romero Jucá que eu não poderia conviver com a dúvida, que eu teria de ter certeza. E o Líder, prontamente, disse: “Retiro essa parte que tem a ver com o distrito industrial de Manaus”.

Há ainda algumas outras questões muito relevantes e muito neurálgicas. O Líder está preocupado com a questão do tempo para aprovar a Medida aqui e enviá-la à Câmara dos Deputados. Porém, o vencimento é no dia 23 de março, e hoje estamos no dia 10. Tenho a impressão de que, se fizessemos amanhã uma reunião dos Líderes e das pessoas que têm dúvidas sobre a matéria, poderíamos votar as autoridades. Mas não votaríamos a matéria hoje, deixando para a próxima terça-feira a decisão final.

Todos queremos votar, mas, obviamente, só posso querer votar sem prejuízo para a Zona Franca de Manaus. E, obviamente, quero votar, porque é importante para a Bahia, para o Ceará e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Para Goiás também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a lembra Goiás. Há também lá uma montadora, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Mitsubishi e Hyundai. Esse assunto não está pacificado também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, tenho a impressão de que seria mais sensato se votássemos as autoridades hoje e se deixássemos para votar essa matéria na terça-feira, mas não vegetativamente. Temos de, amanhã, reunir o Líder Romero Jucá, os Líderes e mais os Senadores todos que tenham dúvidas sobre a matéria, para discutirmos o ponto de vista técnico, para ver o que há de errado, o que há de vício a ser corrigido. A Senadora Lúcia Vânia e o Senador João Tenório têm dúvidas importantes a abordar e me relataram isso por telefone. A Senadora Lúcia Vânia relatou isso pessoalmente ao

Líder Romero Jucá. Finalmente, eu gostaria de ouvir o Líder Agripino, os demais Líderes, o Líder do PMDB sobre a questão.

Em seguida, após a votação das autoridades, pretendo fazer um pronunciamento sobre algo muito grave que está acontecendo no sul do meu Estado, no Município de Lábrea, algo que começa a dar uma fricção, com perigo de choque social. Isso se deve a certo radicalismo de funcionários do Instituto Chico Mendes, que não estão entendendo que os tubarões, os que prejudicam a floresta, atuam no sul do Estado e estão perseguindo tolamente os pequenos. Isso é intolerável. Acabei de recomendar muita calma à população que está amotinada na frente do hotel onde estão hospedados os funcionários do Instituto Chico Mendes. É um radicalismo, uma mania de tratar mal os pequenos, desobedecendo a Daniel Krieger, que dizia: “Seja humilde com os humildes e arrogante com os poderosos”. E o certo não é ser arrogante com ninguém, o certo é ser humilde com os humildes e altivo com os poderosos. Parece que eles não estão ouvindo muito essa tese. E isso tem de ter um cobro. Confundir política de meio ambiente – e sou ambientalista – com perseguição ao caboclo que quer sobreviver não vai ter meu aval, não vai ter minha chancela, não vai ter meu silêncio nunca.

Então, após a Ordem do Dia, eu gostaria de estar inscrito como Líder do Partido para fazer uma menção sobre essa questão envolvendo um problema que pode realmente dar em tragédia – espero que isso não aconteça, e a recomendação foi de calma, de paz, de tranquilidade – e que merece muita atenção.

No mais, com a argumentação que fiz – já estão aqui o Líder Jucá e o Líder Agripino –, podemos perfeitamente nos entender.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Antes de conceder a palavra aos Senadores que já a estão solicitando pela ordem, vou abrir o painel para a votação do Parecer nº 1, referente à escolha de autoridades.

Senador José Agripino, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, apenas vou abrir o painel, para votarmos, se V. Ex^a permitir.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou de acordo com isso, Sr. Presidente.

Acabei de conversar com o Senador Romero Jucá, que me fez um apelo em torno da Medida Provisória nº 470. Eu disse a S. Ex^a que, logo hoje, pela manhã, chamei minha assessoria, o PSDB convocou a assessoria do Partido, e fizemos uma reunião, um entendimento entre as duas assessorias. Mantemos

as pendências de esclarecimento em relação a alguns pontos que vou relatar – o Senador Romero pode até dizer que eles estão superados, mas, para todos os efeitos, isso ainda não aconteceu. O crédito-prêmio, que a Senadora Lúcia Vânia suscitou – e me parece que S. Ex^a viajou, sem que houvesse uma definição –; o Refis; a renegociação do crédito rural; as concorrências do Serpro com o Ministério do Planejamento, todas essas são questões fulcrais, para não falar na questão que o Senador Arthur Virgílio acabou de mencionar que envolve a Zona Franca de Manaus, a Kia, a Hyundai.

O que sugiro? Sugiro aquilo que o Senador Arthur Virgílio disse, que votemos, mais do que as autoridades, até os acordos internacionais que estão sobre a mesa; que nos reunamos com o Líder Romero Jucá, que acabou de chegar, para, num clima de cordialidade e de entendimento, de busca de entendimento, esclarecermos todos os pontos que estão pendentes; e que, num espaço de tempo menor possível, votemos, por consenso, a Medida Provisória nº 470. Mas, neste momento, não há consenso, não há posição do meu Partido com relação à votação hoje para a Medida Provisória nº 470.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Antes de conceder a palavra ao Senador Romero Jucá, vou abrir o painel para colocar em votação o Parecer nº 1, referente à escolha de autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

PARECER Nº 1, DE 2010

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 290, de 2009 (nº 1.026/2009, na origem), cujo Relator é o Senador Romeu Tuma, pelo qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado Federal o nome do Almirante-de-Esquadra Alvaro Luiz Pinto para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga do Almirante-de-Esquadra José Alfredo Lourenço dos Santos, que irá se aposentar em 1º de março de 2010.*

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acolho as observações do Senador Arthur Virgílio e do Senador José Agripino, mas gostaria de fazer uma ponderação.

Há uma data-limite para que a Medida Provisória nº 470 perca a validade: dia 23 de março. Nessa matéria, há uma série de modificações que foram debatidas no Senado e que, portanto, necessitarão de apreciação na Câmara dos Deputados. A próxima semana é a única que se terá para apreciar a matéria na Câmara dos Deputados, tendo em vista que, na terça-feira, dia 23 de março, perderá a validade a referida Medida Provisória. Portanto, não haverá semana seguinte para essa Medida Provisória.

Entendo essas questões. Muitas delas já foram vencidas, como a questão suscitada pela Senadora Lúcia Vânia. Quanto a outros pontos, preciso sentar com os da oposição para equacionar seus questionamentos.

Eu sugeriria, então, que suspendêssemos essa matéria e que votássemos as indicações das autoridades. Poderíamos observar as matérias. E, talvez, tivéssemos a condição de votar amanhã essa matéria por entendimento, até numa sessão pela manhã, se houvesse algum tipo de dificuldade, para que pudéssemos, enfim, amanhã, remetê-la à Câmara. No dia 23 de março, cai a Medida Provisória, mas temos de fazer com que a matéria retorne à Câmara, para se votarem essas modificações. Então, na verdade, nosso prazo limite para votar com modificações é amanhã.

Gostaria de fazer essa ponderação e de solicitar à oposição que nos reuníssemos na área de reuniões ali atrás, para verificar se é possível fazer esse entendimento. Se for possível fazer esse entendimento hoje, ainda votaríamos hoje. Se isso não for possível, votaremos amanhã, mas buscaremos esse entendimento imediatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Estamos em processo de votação. Eu gostaria de convocar todos os Senadores e Senadoras a virem ao plenário para exercer o dever de voto.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a vai falar sobre a matéria?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Também quero falar sobre a matéria, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Não vou falar sobre a matéria, mas sobre o processo de votação. Os Líderes mostraram aqui seus pontos de vista...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vou só encerrar esse assunto relativamente à matéria e aí passo a palavra aos Srs. Senadores Alvaro Dias e Flávio Arns.

Tem a palavra o Líder Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabei de chegar aqui e, portanto, não participei dessa discussão. Não tive oportunidade de ver a intervenção do Senador José Agripino e a do Senador Romero Jucá, mas, Sr. Presidente, algo faz com que eu venha à tribuna. Vamos votar uma medida provisória importante, muita coisa está sendo negociada, e penso que é fundamental resolvermos o problema do cacau da Bahia. Temos compromisso com isso e já resolvemos isso em outras oportunidades. É fundamental também que possamos dar uma solução definitiva no texto dessa Medida Provisória para o problema da renegociação das dívidas do Centro-Oeste, mas, Sr. Presidente, não vamos poder fazer isso com legitimidade se não resolvermos o problema das dívidas dos pequenos agricultores do semiárido do Nordeste. Eu já disse isso ao Senador Gim Argello e ao Senador Romero Jucá. Concorde com o Senador José Agripino. Já votamos muitas medidas provisórias, mas, lamentavelmente, esse problema não foi resolvido. Precisamos prorrogar a renegociação das dívidas ativas, precisamos suspender as execuções judiciais, precisamos fazer a remissão das pequenas dívidas, Sr. Presidente. O que estamos vendo no Nordeste é um clamor.

O Presidente Lula tem compromisso com a solução desse problema, já disse isso e reafirmou em várias circunstâncias. Então, é fundamental que, no bojo dessa Medida Provisória, possamos tratar definitivamente da solução dessas pequenas dívidas do Nordeste, dos pequenos agricultores, dos assentamentos também. O PMDB coloca essa condição como fundamental, inclusive, para que possamos votar essa Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também vou falar sobre a matéria. Primeiramente, quero contraditar o Senador Romero Jucá, já que ainda há quinze dias para a apreciação dessa matéria. Somente no dia 23 de março é que cairá a Medida Provisória. No entanto, há

questões essenciais, e não considero que seja possível equacioná-las hoje numa reunião de Líderes.

Temos vários pontos a considerar, Sr. Presidente, e um deles, já referido pelo Senador Arthur Virgílio, diz respeito à Zona Franca de Manaus. Além desse ponto, há questões como a do crédito-prêmio de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Mais uma vez, essa matéria retorna à pauta; parece-me que esse assunto é interminável. Vamos concluir vários mandatos, e, a cada medida provisória, esse assunto aparece, desaparece e reaparece. Temos de equacionar a dívida ativa dos produtores rurais; esse é um assunto que tem de ser discutido. Há também a questão do Refis; também não há entendimento sobre esse ponto ainda. Há questões referentes ao Serpro e questões referentes ao Conselho de Contabilidade e ao Conselho de Representantes Comerciais. Portanto, Sr. Presidente, são vários pontos que devem ser analisados com um cuidado maior.

O Governo chega com uma medida provisória, apresenta um relatório repentinamente e deseja que a oposição aceite engolir goela abaixo o prato feito empurrado pelo Governo. Empurrando, não dá, Sr. Presidente!

Portanto, essa questão do prazo é muito mais um problema do Governo, que não planeja com competência, que não adota as providências em tempo. Esse não é problema da oposição. Cabe à oposição zelar por uma legislação que seja compatível com as necessidades da população. Não nos podemos acostumar a essa prática, aceitando-a passivamente, de votarmos aqui sempre sem saber o que estamos votando. Na verdade, se formos votar essa Medida Provisória hoje, votaremos matéria que não conhecemos e que queremos conhecer.

Por isso, que o Líder do Governo nos desculpe! Creio que não é assim, repentinamente, com tanta pressa, que vamos resolver os problemas do País.

Por isso, Sr. Presidente, não vejo como fazer isso. Não entendo assim. É claro que se pode fazer esse esforço, que as Lideranças podem se reunir, mas não acredito que as Lideranças possam fazer a mágica de solucionar todas essas questões em poucos minutos, antes do término desta sessão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Logo após, falará o Senador Valdir Raupp. S. Ex^a já havia solicitado a palavra antes.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou tratar de um requerimento.

Requeiro que o Senado Federal encaminhe voto de felicitação ao Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais (Ilece), entidade de referência na educação da pessoa com deficiência intelectual, por ocasião do cinquentenário da instituição, a ser comemorado no dia 12 de março, portanto na próxima sexta-feira.

Atendendo hoje a mais de quatrocentos alunos, o Ilece foi fundado como resultado de iniciativa da comunidade londrinense, parte dela composta por rotarianos, que não mediram esforços para estruturar a escola e torná-la um grande centro de ensino. No Ilece, os alunos recebem gratuitamente atendimento multidisciplinar, aulas de Informática, prática esportiva e encaminhamento profissional. Realizando importante trabalho, a instituição Ilece mantém-se firme nos ideais e objetivos estabelecidos pela primeira diretoria da escola, nos idos dos anos 60, entre os quais o amparo e a defesa da criança com deficiência intelectual, compromissos claramente estabelecidos na ata de fundação da entidade. Pelo transcorrer desses cinquenta anos de dedicação, de respeito e de amor à pessoa com deficiência intelectual, é justo que o Senado Federal manifeste seu rejúbilo com o Ilece, que serve de exemplo e de modelo para todo o Brasil.

Quero destacar, Sr. Presidente, que conheço pessoalmente a entidade. Já estive lá por diversas vezes. É uma referência no Estado do Paraná, uma referência no Brasil, pela competência e pela dedicação e entusiasmo da diretoria, dos professores, dos

funcionários, dos pais dos alunos. Os alunos também têm grande participação na entidade, e a comunidade está muito envolvida. O Ilece, a exemplo das Apaes e das Pestalozzis, oferece atendimento ao cidadão desde o seu nascimento até quanto for necessário. É o que chamamos de atendimento integral, completo, à família e à pessoa com deficiência.

Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando este requerimento de voto de felicitação do Senado Federal pelos cinquenta anos – são cinco décadas! – de trabalho voluntário, como acontece em muitos lugares do Brasil, por parte de muitas pessoas e da comunidade de Londrina a favor do Ilece.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Flávio Arns, esta Presidência registrará em ata sua palavra pela ordem. O requerimento será encaminhado à Secretaria da Mesa.

Senador Antonio Carlos Valadares, estamos aguardando apenas o registro do voto de V. Ex^a. (*Pausa*.)

Vou encerrar a votação e solicitar a abertura do painel.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votarão ainda o Senador Wellington Salgado e o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Encerrada a votação. Vamos abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

PARECER N° 1, DE 2010 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ALVARO LUIZ PINTO, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	1	Abertura:	10/3/2010 17:07:35
Data Sessão:	10/3/2010	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	10/3/2010 17:19:57

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
---------	----	-----------------	------

Primeiro-Secretário

Flávio Arns
(Marconi Perillo)

Senador Mão Santa
3º Secretário

PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	TO	SADI CASSOL	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: MARCONI PERILLO

Votos SIM : 40
Votos NÃO : 04 **Total : 44**
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votaram SIM 40 Srs. Senadores; e, NÃO, 04. Não houve abstenções.

Total: 44 votos.

A matéria foi aprovada. A autoridade está aprovada: o Dr. Alvaro Luiz Pinto.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 2, DE 2010

Discussão em turno único do Parecer nº 2, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 291, de 2009 (nº 1.027/2009, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do General-de-Exército Antônio Apparício Ignácio Domingues que irá se aposentar em 4 de fevereiro de 2010.*

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp e, logo após, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para discutir a MP nº 470. Havia sido feito um acordo – do Governo Federal, do Instituto Chico Mendes, Ibama, Ministério do Meio Ambiente e Governo do Estado de Rondônia – para que houvesse permuta de uma área ocupada, de uma reserva de um parque nacional, por uma reserva estadual na mesma proporção de área.

O Governo pediu para que os três Senadores da Rondônia – a Senadora Fátima, o Senador Acir e eu – apresentássemos uma emenda a essa medida provisória, o que foi acatado pelo Relator, Senador Gim Argello. Mas eu fui informado agora há pouco, pelo Governador do Estado, que o acordo não está

sendo cumprido nessa emenda cuja minuta veio da Casa Civil.

O pedido foi feito da Casa Civil do Governo Federal. Então, de forma que, não sendo contemplado no acordo, se a medida provisória for votada hoje, se não houver mais prazo para esperar, eu não irei me opor a essa votação. Eu só pediria que fosse retirado o texto que foi pedido que fosse colocado, contemplando esse acordo da União com o Governo do Estado de Rondônia, para que possamos inseri-lo logo, imediatamente, numa outra medida provisória, ou até que seja emitida uma medida provisória. Esse era o acordo. O acordo era que o Governo Federal editasse uma medida provisória. Mas para diminuir, para contribuir com o fim do excesso de edição de medida provisória, tinha sido acertado que se pegasse um espaço nessa MP-470, para colocar esse acordo feito com o Governo do Estado.

Então, eu peço ao nobre Relator, que não está presente, que, se for votada hoje a MP, que retire essa emenda apresentada pelos três Senadores de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB–GO) – V. Ex^a tem razão, e certamente a matéria terá de ser muito debatida. Pelo que vejo da manifestação de inúmeros Líderes, o Senador Romero Jucá ainda terá muito trabalho no dia de hoje até conseguir consenso em relação a essa matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. *Fora do microfone.*) – Nós estamos aqui para isso mesmo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Presidente Marconi.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sobre a matéria, Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio havia solicitado antes. Logo depois, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Presidente Marconi, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Geraldo Mesquita. Com a palavra, o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu estava ausente na votação anterior e gostaria que V. Ex^a registrasse meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Será registrado em Ata.

Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O General Cerqueira Filho é um militar de folha profissional irrepreensível, chefe de Operações Especiais e do Comando de Operações Terrestres do Exército, uma figura respeitada entre seus pares, que tem a recomendação, inclusive, desse patriota, que eu admiro muito, que é o General Heleno.

Sua declaração polêmica e descontextualizada resultou na barafunda em que resultou. Ela não pode desqualificar toda uma vida profissional. Eu não costumo falar em reunião secreta, até porque já estou aqui a dizer que sufraguei o nome do General Cerqueira Filho.

Eu faço parte, eu integro aqui, tanto quanto o Senador Suplicy, um grupo de Parlamentares que é a favor da livre opção sexual, até porque entendo que a opção sexual faz parte do rol das liberdades de que deve dispor o ser humano, homem ou mulher. Portanto, eu não falaria como voz do preconceito, até porque integro essa frente parlamentar, que não é tão comumente integrada pelos homens aqui da Casa. Eu a integro.

Dou, então, este depoimento que é insuspeito. Eu consideraria uma profunda injustiça se nós impedíssemos, primeiro, o General Cerqueira Filho de continuar prestando grandes serviços ao País como Ministro do Superior Tribunal Militar e, segundo, uma grande injustiça para com o Superior Tribunal Militar se nós o privássemos da companhia, dos ensinamentos e do patriotismo do General Cerqueira Filho, que, tenho certeza, se o Congresso votar qualquer lei aqui, se votar uma lei que permita qualquer avanço em relação a comando de tropa por homossexuais, ele acatará isso como militar disciplinado, que respeita a Constituição e que acata a Constituição e as leis brasileiras, em todos os seus termos.

Portanto, eu não poderia deixar o meu voto escondido. Apesar de a declaração, no início, ter me chocado e depois eu ter procurado saber da descontextualização dela, eu voto a favor da indicação, para o STM, do ilustre e digno General Cerqueira Filho, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vou encerrar a votação.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu quero falar antes de encerrar a votação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vou encerrar a votação e passar a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Suplicy.

Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu fui o Relator da indicação do General Cerqueira, na Comissão de Constituição e Justiça. Quero aqui, também, fazer as referências devidas pela sua ampla folha de serviços prestados ao País. Está plenamente capacitado a desempenhar as novas funções. De maneira que eu peço, apesar de ser secreto, aos colegas o voto favorável ao General Cerqueira.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sobre a discussão e votação das mensagens de indicação tanto do Almirante-de-Esquadra Álvaro Luiz Pinto, que já votamos a favor, e do General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho para exercerem o cargo de Ministro do STM, deve-se, em primeiro lugar, destacar o excepcional *curriculum* de ambos os indicados. Eles nos enchem de orgulho pelo serviço prestado ao nosso País.

Não obstante, durante a tramitação das mensagens na CCJ, quando todos os Senadores já haviam proferido seus votos, o Senador Demóstenes Torres perguntou a eles se eram favoráveis ao ingresso de homossexual em qualquer das Forças e se essa polêmica tem razão de ser.

Eu pedi a palavra e, tentando melhor esclarecer a questão, perguntei se ambos tinham rejeição a que qualquer pessoa, inclusive de orientação com comportamento homossexual, desempenhasse atividades militares e se, caso constatado, a pessoa deveria ser excluída.

O Almirante Álvaro Luiz respondeu que não tem nada contra, mas impõe condicionantes no sentido de que a pessoa “mantenha a dignidade da farda, do cargo, do trabalho que executa”. O General Cerqueira Filho afirmou ser incompatível a presença de homossexuais nas Forças Armadas. Segundo ele, naquela ocasião, “o indivíduo não consegue comandar”. Para o General, os homossexuais só devem ser aceitos nas Forças Armadas “se mantiverem a opção sexual em segredo”. Após a fala dos oficiais, os votos foram apurados e a reunião foi encerrada.

Após analisar o tema com atenção, pedi, em comunicação inadiável, que o Presidente da Casa não colocasse as mensagens para votação em plenário, concedendo aos oficiais a oportunidade de esclarecer melhor seus pontos de vista.

Por intermédio do Senador Eduardo Azeredo, Relator da Mensagem de indicação do General Cerqueira Filho na CCJ, tomei conhecimento dos esclarecimentos do General sobre a polêmica estabelecida com as suas declarações. Ele afirma que não teve a intenção de discriminar ou ferir a dignidade de qualquer pessoa e que nunca perseguiu, discriminou ou puniu qualquer militar por ter se declarado homossexual.

Esses esclarecimentos francos e honestos de Sua Excelência, coerentes com a formação social de nossa nacionalidade, que tem como fundamento o respeito à dignidade da pessoa humana, me deixaram muito tranquilo para proferir o meu voto, que é favorável.

Avalio, todavia, como oportuno fazer uma curta digressão sobre a afirmação dita pelo General Cerqueira Filho de que “cabe ao Ministério da Defesa, juntamente com as três Forças, estudar e, se for o caso, propor projeto de lei que permita o ingresso de homossexuais nas Forças Armadas”. Por essa assertiva, o *caput* do art. 5º da Constituição da República, que trata dos direitos e garantias individuais, seria uma norma de eficácia limitada, necessitando de uma lei originária de anteprojeto do Ministério da Defesa para que o dispositivo constitucional tivesse eficácia nas Forças Armadas, permitindo o ingresso e a permanência de homossexuais.

Essa visão, penso arraigada em muitos, é um grave engano, um desconhecimento mesmo, pois o *caput* do art. 5º do Texto constitucional é, no dizer do Professor José Afonso da Silva, uma norma constitucional de eficácia plena, ou seja, desde a entrada em vigor da Constituição da República, em 1988, ela produz todos os efeitos essenciais relativamente aos interesses, comportamentos e situações que o legislador constituinte, direta e normativamente, quis regular.

A Professora Maria Helena Diniz, em sua classificação, considera os direitos e garantias individuais como normas constitucionais de eficácia absoluta, pois, além de produzirem efeitos imediatos, são normas intangíveis, contendo força paralisante de toda legislação que, explícita ou implicitamente, contrariá-las.

Assim, se uma pessoa se declarar homossexual no ato de ingresso nas Forças Armadas ou durante o seu tempo de serviço, ela não pode sofrer qualquer tipo de discriminação. Não há necessidade de legislação infraconstitucional suplementar para regular esse direito.

O que o Código Penal Militar proíbe, no seu art. 235, é a “prática de ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar”. Como se vê, trata-se de um dispositivo que vale para todas as pessoas, sem qualquer distinção.

Como o General Cerqueira Filho teve a humildade de se retratar, mostrando que não encarna qualquer intenção de discriminar ou ferir a dignidade das pessoas, avalio que ele não pode ser penalizado por um desconhecimento que parece generalizado nas Forças Armadas.

Votei “sim”, Sr. Presidente.

Todos precisam compreender que as pessoas não devem ser julgadas por sua orientação sexual,

mas sim pelos atos que praticam. O respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana deve prevalecer em todas as situações, principalmente ao julgarmos o comportamento de nossos semelhantes.

É isto o que está no Texto constitucional, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – RR)

– Vou proceder à apuração. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 2, DE 2010 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **10/3/2010**

Num.Votação: **2**
Hora Sessão: **14:00:00**

Abertura: **10/3/2010 17:20:55**
Encerramento: **10/3/2010 17:32:19**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	Votou
PMDB	AP	JOSE SARNEY	Votou
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Votos SIM :		46	
Votos NÃO :		05	Total : 53
Votos ABST. :		02	

Primeiro-Secretário

Senador Mão Santa
3º Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB-AP) – Votaram SIM 46 Sr^{as} e Srs Senadores; e, NÃO, 05.

Houve duas abstenções.

Total: 53 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do General Raymundo Nonato de Cerqueira Filho para compor o Superior Tribunal Militar.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Ouvi atentamente a fala do Senador Eduardo Suplicy e S. Ex^a não me surpreendeu, porque agiu sob a mesma lógica que orientou o meu voto, até porque pensa sobre o tema parecido comigo. Se fosse uma manifestação clara, empedernida, irretratável de preconceito, eu também não votaria a favor.

Mas as justificativas apresentadas pelo ilustre General Cerqueira foram muito bem compreendidas pelo Senador Suplicy, que revelou honestidade intelectual e revelou capacidade de retroagir para chegar a se fazer justiça, justiça que, tenho certeza, o espírito lúcido, correto do General Cerqueira haverá promover bastante ao lidar com as questões de Justiça Militar, lá no principal foro dessa própria Justiça, que é o Superior Tribunal Militar.

Portanto, parabéns ao General e também ao Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 256, DE 2009

Mensagem nº 256, de 2009 (Nº 981/2009, na origem), *submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).* Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Relator Senador Augusto Botelho.

O Parecer nº 146, de 2010 – CRE é favorável

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo, que a pediu primeiro; em seguida, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sendo eu Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quero dizer que o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, que inclusive é do meu Estado, Minas Gerais, estava à frente da Embaixada brasileira em Israel e tem todas as condições para exercer mais essa função.

Assim sendo, peço aos Colegas o apoio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando esse momento de votação, quero encaminhar à Mesa um requerimento com pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Previdência Social sobre a aplicação de recursos de fundos de pensão de estatais na Cooperativa Habitacional dos Bancários do Estado de São Paulo, a Bancoop.

Hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania esse tema foi debatido.

A Comissão rejeitou um requerimento de nossa autoria, que pretendia ouvir o Dr. José Carlos Blat, que é o promotor encarregado da investigação, por um voto apenas. Já que o autor da proposta do requerimento não poderia votar, ficamos impossibilitados de ouvir na Comissão Constituição, Justiça e Cidadania o promotor encarregado desse inquérito.

Mas, faço cinco perguntas essenciais ao Sr. Ministro da Previdência Social:

1) A Secretaria de Previdência Complementar foi informada sobre o grande volume de recursos injetados pelos fundos de pensão de estatais na Bancoop?

2) A Secretaria de Previdência Complementar recebeu alguma informação contendo argumentos que justificassem a aplicação desse grande volume de recursos por parte de fundos de pensão de empresas estatais na Bancoop?

3) A Secretaria de Previdência Complementar assegurou aos participantes e assistidos de planos de benefícios operados por esses fundos de pensão

de empresas estatais o pleno acesso às informações sobre a aplicação desses recursos?

4) Os fundos de pensão de empresas estatais sofreram algum prejuízo em razão da imprudente aplicação de recursos na Bancoop?

5) A Secretaria de Previdência Complementar determinou abertura de investigação ou instaurou inquérito para identificar possíveis responsáveis pelos prejuízos causados aos participantes e assistidos de planos de benefícios operados por fundos de pensão de empresas estatais em função da imprudente aplicação de recursos na Bancoop?

São as perguntas que encaminhamos, pedindo à Mesa agilização dos procedimentos para aprovação desse requerimento, bem como do requerimento em que proponho ao Tribunal de Contas da União auditoria nos fundos de pensão que repassaram recursos à Bancoop.

Se há um escândalo divulgado, se há um escândalo denunciado, o Senado Federal tem a responsabilidade de apurar os fatos, de esclarecer em que circunstância esses fatores ocorreram e, sobretudo, de contribuir para que o Ministério Público possa promover a responsabilização civil e criminal.

Aliás, Sr. Presidente, queremos, mais uma vez, declarar o nosso inconformismo em relação à tentativa de desqualificar um promotor competente, de conceito

e respeitabilidade, não só no Estado de São Paulo. O Dr. José Carlos Blat é um Promotor Público da maior importância para o Ministério Público do Brasil, e o Senador Romeu Tuma, que o conhece de perto, sabe muito bem do que estou falando. Por isso, essa tentativa de desconstruir a sua imagem é desonesta, e nós não podemos admitir, ao contrário, valorizar o seu trabalho é o nosso dever. Ele está operando a favor do Brasil, nós não podemos admitir mais essa estratégia de se desqualificar quem denuncia, para proteger o denunciado. Dessa forma nós não podemos conquistar credibilidade junto a opinião pública brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, esse requerimento, como o de ontem, é da maior importância para que o Senado possa estar presente e não se omita diante de fato de tamanha gravidade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Na forma regimental o requerimento de V. Ex^a vai à Mesa para decisão.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Eu vou proceder à apuração, já temos número regimental.

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 256, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. PEDRO MOTTA PINTO COELHO, PARA EXERCER O CARGO DE REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP).

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 10/3/2010

Num.Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 10/3/2010 17:34:02
Encerramento: 10/3/2010 17:39:03

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	PE	MARCÓ MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto

<i>Jaimé</i>			
Primeiro-Secretário			
<i>(Armando)</i>			
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 39
Votos NÃO : 05
Votos ABST. : 01
Total : 45

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 39 Sr^{as} e Srs. Senadores; e, NÃO, 05 Houve uma abstenção.

Total: 45 votos.

A indicação está aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente José Sarney, eu queria manifestar o meu voto “sim”, porque não deu tempo de registrá-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Ata registrará o voto de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 208, DE 2009

Mensagem nº 208, de 2009 (nº 809/2009, na origem) *submetendo à apreciação do Senado Federal no nome do Sr. Flávio Hugo Lima Rocha Júnior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia.*

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para registrar o meu voto na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Ata registrará o voto de V. Ex^a

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Relator Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O Parecer nº 147, 2010-CRE, é favorável. Foi Relator o Senador Antonio Carlos Valadares.

Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero só fazer aqui um registro, em meu nome e em nome do Senador Gerson Camata, do falecimento da Sr^a Maria Ribeiro Rezende.

A Sr^a Maria Ribeiro Rezende, Senador José Sarney, era esposa do ex-Governador, ex-Senador e Líder de Governo Eurico Rezende, que foi um brilhante Senador desta Casa, um importante e influente Senador.

Então, estamos também fazendo homenagem à Sr^a Maria Ribeiro Rezende, que foi sepultada ontem, aqui, em Brasília, pela sua importância junto ao Senador e Governador Eurico Rezende.

Lamentamos o seu falecimento e enviamos aos familiares a nossa solidariedade pela perda que tiveram com o falecimento da Sr^a Maria Ribeiro Rezende.

Faço este registro em meu nome e em nome do Senador Gerson Camata, que está aqui presente junto conosco.

Sr. Presidente, obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Mesa associa-se ao pesar da Bancada do Espírito Santo e do povo do Espírito Santo pelo falecimento da esposa do Senador Eurico Rezende.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras já podem votar.

Eu pediria aos Senadores e Senadoras que votassem. Esta é a última autoridade que vamos votar. (*Pausa.*)

Peço aos Senadores e Senadores que votem...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para confirmar, estou inscrito como Líder do PSDB para após...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Após a Ordem do Dia, V. Ex^a está inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E qual é a ordem, Sr. Presidente? Em que lugar estou?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Infelizmente, temos, Senador Arthur Virgílio, uma lista de líderes inscritos, como o José Nery, Valdir Raupp, Mão Santa, Senador Dornelles – o primeiro –, Magno Malta, Crivella e Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Aguardarei, Sr. Presidente. Mas, enquanto V. Ex^a espera que se adense mais o painel de votação, gostaria de fazer aqui uma denúncia muito grave.

No Município de Lábrea, no sul do Estado do Amazonas, estabeleceu-se hoje uma desnecessária tensão. Funcionários do Instituto Chico Mendes chegaram, sem nenhum diálogo com Prefeitura, com Vice-Prefeitura

ou com Câmara Municipal, fechando estabelecimentos pequenos, pequenas serrarias e pequenos estabelecimentos, ignorando os tubarões do desmatamento, que estão localizados no sul do Município e que merecem o repúdio de toda a comunidade labreense. Lábrea, por sinal, é a terra do nosso querido Governador, falecido, Senador Gilberto Mestrinho.

Eu recebi um comunicado, hoje, das autoridades de Lábrea em pânico, porque o povo está amotinado à porta do hotel onde estão hospedados os funcionários do Instituto Chico Mendes.

Falei nas rádios, nas duas rádios de lá, pedi calma, nada de violência física ou violência de qualquer espécie. Violência é a que o povo sofreu e não deve responder com violência. As autoridades policiais devem ser respeitadas, as autoridades judiciais devem ser respeitadas igualmente. Mas o fato é que é preciso se pôr um cobro nisso.

Antes de mais nada, eu prestigiei o Ibama, votando contra a criação do Instituto Chico Mendes, eu achava que aquilo era um penduricalho de empregos a mais. Mas o Ibama também tem se portado dessa mesma forma. Quando se trata do grande, as atitudes não são tão fortes; quando se trata do pequeno, é aquela humilhação constante, encontra alguém pescando e retira o peixe, toma o motorzinho rabeta, o motorzinho de popa do caboclo, do ribeirinho.

Outro dia, eu vi um episódio grotesco: uma cobra sucuriju enlaça o cidadão, morde-o à altura do baço, suas presas transmitindo bactérias para o cidadão e esse rapaz está com febre em casa, vendo se tinha tratamento médico adequado ou não, quando chega o Ibama querendo multá-lo em R\$800,00. Algo grotesco e ridículo, que eu reportei ao Ministro Minc. Ele ficou de tomar as providências cabíveis, as providências necessárias, sob pena de o Ministério dele mergulhar, como dizia o Stanislaw Ponte Preta, no perigoso terreno da galhofa.

Bem, hoje estabeleceu-se uma situação grave. Recusaram, esses funcionários do Instituto Chico Mendes, o diálogo com os Vereadores. Como é que alguém recusa o diálogo com o Poder Legislativo de algum lugar? Não deram satisfações ao Prefeito Gean e ao Vice-Prefeito Nelson Amud e criaram um quadro de revolta por parte daqueles que vivem dos empreendimentos pequenos que tocavam e por parte dos que dependem desses empreendimentos para garantir seus empregos e o sustento de suas famílias.

Portanto, fica aqui o meu protesto muito claro, a minha recomendação à população de Lábrea para que não tome nenhuma atitude atabalhoada, atrapalhada, nem violenta, mas não é possível continuar como está. Vou fazer os requerimentos necessários para trazer

ao Senado as pessoas que têm que explicar essas sucessivas violências contra o povo humilde do interior do Estado.

Agora, há algo, Sr. Presidente, que eu devo dizer com muita tranquilidade. Eu sempre fui ambientalista, é só ouvir meus discursos de 20, 30 anos para trás, sempre tive uma consciência ambiental muito grande, eu não estou na moda, não sou Al Gore *boy* não, eu penso nisso, em casar desenvolvimento econômico com desenvolvimento ecológico, com respeito à ecologia, desde que comecei a me preocupar com ecologia e com economia. Não entendo de outra forma. Sinto-me com muita autoridade moral, portanto, para dizer que, se é verdade que a devastação é uma tragédia – e eu a evito, eu não a quero, ela atentaria contra a própria soberania nacional sobre a região –, é verdade também que os pequenos, os moradores tradicionais da região não atentam contra a integridade da floresta, porque eles vivem dela, desde seus tetravós, desde seus trisavós. Eles não têm tecnologia, não têm desejo e não têm esquema econômico para depredar floresta. As madeiras perigosas, que chegam até clandestinamente por lá, devem ser reprimidas, nem sempre o são. Os grandes proprietários de terra, como o Sr. Johan Eliasch, que comprou terras no Amazonas às barbas do Governo Estadual e do Governo Federal, comprou terras maiores do que alguns países europeus... Ele está lá sem ser incomodado, e não sei se ele não é um biopirata, como chegou a sugerir, em um aparte a mim, o nosso saudoso e inesquecível amigo, Senador Jefferson Péres.

Por outro lado, eu queria finalizar, Sr. Presidente, dizendo que vem aí uma lei do Presidente Lula que vou apoiar com entusiasmo. É aquela que está na Câmara, se não me engano, embora não saiba em que fase. É aquela que estabelece o limite para posse de terras a estrangeiros e condições para os estrangeiros adquirirem as terras. Evita a casa da mãe joana. Isso é uma medida salutar, porque houve absoluto relaxamento tanto por parte do Governo Estadual quanto por parte do Governo Federal no episódio da compra de terras amazonenses e amazônicas por parte desse sueco-britânico, que não sei quem é, não sei o que ele faz, não sei quais as suas intenções.

O fato é que existem dois pesos e duas medidas: os grandes sendo olhados com mais respeito, e os pequenos sendo humilhados todos os dias por agentes do Ibama, por agentes do Instituto Chico Mendes. Isso não passa por minha goela de conhecedor, modéstia à parte, profundo da realidade do meu povo e de alguém que tem compromisso com a saúde ambiental. A saúde ambiental não é perseguir o ribeirinho que pesca, não é perseguir o índio que caça. A saúde ambiental

é evitarmos que quem tem tecnologia, dinheiro e disposição de devastar floresta o faça. Temos de evitar isso, mas respeitando aqueles que estão pura e simplesmente tentando sobreviver e dar futuro decente aos seus filhos, lutando em condições muito adversas, Sr. Presidente.

Portanto, fica aqui o meu protesto. Eu vou providenciar as convocações necessárias de Ibama, Instituto Chico Mendes, o que for, para que venham aqui, ao Senado, explicar essas razões e ouvir que não há fidelidade à boa política ambiental em atitude violenta e que humilhe os nossos ribeirinhos.

O Senador Daniel Krieger, na minha casa, disse, uma vez, para o meu pai uma frase que eu nunca esqueci. Ele dizia: "Arthur, eu procuro ser humilde com os humildes e arrogante com os poderosos". Eu até adapto essa frase para um tempo talvez mais moderno: humilde com os humildes e altivo com os poderosos. Não tem que ser arrogante com poderoso nenhum. Mas eu prefiro mil vezes enfrentar um presidente da República, um ministro, uma figura muito poderosa a enfrentar alguém que não pode se defender. E o ribeirinho não tem como se defender, a não ser pela nossa voz, talvez. Não há Defensoria Pública, não há quem lhes resguarde os direitos. E eu considero uma covardia

brutal, uma maldade e uma falsa preocupação com a natureza essa atitude que é tomada, muitas vezes, por pessoas exageradas, sectárias, tolas, ignorantes de Amazônia, que são esses que falam em nome do Ibama e do Instituto Chico Mendes, por exemplo, violentando o povo de Lábrea, como tentaram fazer. E agora estão acuados, acoelhados num hotel, e eu aqui, recomendando calma, paciência e respeito à integridade física deles, porque essa é a vocação pacífica e ordeira do povo do meu Estado. Nada de violência.

Mas nós não podemos silenciar, porque senão o povo acaba achando que não tem quem aja por ele e acaba agindo por conta própria. E volto a pedir: não aja por conta própria, povo de Lábrea. Aguarde que providências serão tomadas, e essas pessoas radicais e tolas haverão de compreender que não há espaço para elas impedirem que 22 a 23 milhões de amazônidas sobrevivam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Darei a palavra, em seguida, pela ordem. Vou apurar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

MENSAGEM Nº 208, DE 2009 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ISLÂMICA DA MAURITÂNIA.

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 10/3/2010

Num. Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 10/3/2010 17:40:10
Encerramento: 10/3/2010 17:51:23

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON FRAIA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto
Votos NÃO : 06 Total : 50
Votos ABST. : 02

Jamur
Primeiro-Secretário
(mas Sarney)

Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 42

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e, NÃO, 6.

Houve duas abstenções.

Total: 50 votos

A indicação foi aprovada pelo Plenário.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– As lideranças aprovaram que nós votaríamos, simbolicamente, dois acordos.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Se V. Ex^a permitir, eu anunciaria os dois acordos para nós encerrarmos esta parte.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 47:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2009, (nº

666/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 104, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovaram queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2009 (nº 666/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Item 48:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 720, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2009 (nº 1.053/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios.

Parecer favorável, sob nº 105, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Cristovam Buarque.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 720, DE 2009
(nº 1.053/2008, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto encontra-se publicada no DSF, de 4-9-09.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência informa ao plenário que os **Itens 83 a 95** da Ordem do Dia de hoje tratam de requerimentos de audiência de outras Comissões.

Não havendo objeção do plenário, a Presidência passa à deliberação, em globo, desses requerimentos.

Votação, em globo, dos **Requerimentos n°s 8 a 10, 92 a 95, 97 e 98, 120 a 122 e 168, de 2010**, de audiência de outras Comissões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovarem queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovados.

A Secretaria da Ata individualizará a tramitação das proposições.

São os seguintes os itens aprovados:

83

REQUERIMENTO N° 8, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento n° 8, de 2010, do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado n°s 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (regulamenta a profissão de motorista).

84

REQUERIMENTO N° 9, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento n° 9, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado n°s 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

85

REQUERIMENTO N° 10, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento n° 10, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara n°

319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado n°s 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

As matérias vão às Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

86

REQUERIMENTO N° 92, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento n° 92, de 2010, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (cumprimento de pena privativa de liberdade).

87**REQUERIMENTO Nº 97, DE 2010**

Votação, em turno único, dos Requerimentos nº 97, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

88**REQUERIMENTO Nº 98, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 98, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

As matérias vão às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

89

REQUERIMENTO Nº 93, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nºs 93, de 2010, do Senador Adelmir Santana, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (regulamenta o exercício da atividade de gastrólogo).

90

REQUERIMENTO Nº 94, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nºs 94, de 2010, do Senador Adelmir Santana, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria vai às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Constituição, Justiça e Cidadania; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

91**REQUERIMENTO Nº 95, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 95, de 2010, da Senadora Rosalba Ciarlini, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (disciplina a cremação de cadáveres).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

92**REQUERIMENTO Nº 120, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 120, de 2010, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (limitar as contribuições pelo uso de obras musicais ou lítero-musicais).

93**REQUERIMENTO Nº 168, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 168, de 2010, do Senador Marcelo Crivella, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Constituição, Justiça e Cidadania; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

94**REQUERIMENTO Nº 121, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 121, de 2010, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (dispõe sobre a profissão de Compositor).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

95**REQUERIMENTO Nº 122, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2010, da Senadora Fátima Cleide, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 196, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (dispõe sobre a profissão de Pedagogo).

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Há Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

Em seguida, Senador José Agripino, nós encerraremos a Ordem do Dia e darei a palavra a V. Ex^a.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2009**

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello

(Sobrestando a pauta a partir de: 28.11.2009)

Prazo final prorrogado: 23.03.2010

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador César Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 17.02.2010)

Prazo final: 03.03.2010

3

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 280, DE 2009**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que

altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a Formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19.12.2009)

4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2010**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas triplíplex do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e – de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que

dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a Advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para

dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos

Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e

do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Re-

lador: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 – Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 2003 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 – Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003–Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 – Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004–Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio

de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 – Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004–Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 – Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta,

com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231

e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta,

com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313,

363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de

2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar),

Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 209, DE 2008**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684 de 2007–Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008–Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008–Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *¿b¿* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar

que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

76

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008–Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

78

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 117, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

79

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

80

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 190, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

81

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 441, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebi-

dos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

82

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 194, DE 2010

Nos termos do Art. 335, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer o sobrestamento do PLC 309, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.-Petro-sal, para aguardar decisão do Senado Federal sobre o Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, que trata do Marco Regulatório do Pré-sal e que se encontra em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados.

Justificação

O Projeto de Lei da Câmara 309/2009 que cria a Petro-Sal, encaminhado pelo Poder Executivo, encontra-se em trâmite no Senado Federal.

Recentemente, por iniciativa do Presidente da República e com fulcro no art. 62 da Constituição Federal foi estabelecido o regime de urgência para a votação do citado Projeto pelo Senado Federal.

Ocorre, entretanto, que o Projeto da Petro-Sal está inserido dentro do conjunto de 3 outros Projetos de Lei encaminhados concomitantemente pelo Poder

Executivo à Câmara dos Deputados em 31 de agosto 2009.

O objetivo dos referidos Projetos de Lei é o de estabelecer um novo marco regulatório para a exploração e produção de petróleo no Brasil, o que veio a surgir após as recentes descobertas de petróleo na camada do pré-sal na Bacia de Santos.

Em função da complexidade do tema e do alto grau de inter-relacionamento entre os projetos encaminhados, entende-se recomendável a tramitação do Projeto em tela, ocorra somente após a apreciação final do Projeto de Lei que trata do marco regulatório.

Como primeiro e mais importante argumento, temos o fato de que a aprovação da criação da Petro-Sal desacompanhada da análise e discussão do PL da Partilha (n.º 5938/09) não teria qualquer sentido, eis que estaria se criando uma empresa pública sem função.

A razão para a existência da Petro-Sal é o surgimento do modelo de partilha de produção. Se o Projeto de Lei que cria a partilha de produção não for aprovado, não existe qualquer motivo para que a Petro-Sal exista. Estaria se criando um ônus para os cofres públicos sem que houvesse qualquer contrapartida para a sociedade como um todo.

Afinal, conforme se observa pela leitura do art. 2º do referido Projeto de Lei, o objetivo da Petro-Sal é a gestão dos contratos de partilha de produção e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo e gás natural da União.

Ademais, pela leitura do art. 4º do mesmo Projeto de Lei temos que nenhuma de suas competências será exercida, se, conforme já dito anteriormente, o Projeto de Lei n.º 5938, referente ao marco regulatório, não for discutido e aprovado.

Adicione-se, ainda, o fato de que a parcela maior dos recursos necessários para a manutenção da Petro-Sal é oriunda das rendas provenientes da gestão dos contratos de partilha e gestão dos contratos que celebrará com os agentes comercializadores do petróleo e do gás natural da União.

Por estas razões impõe-se a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, – Senador **Tasso Jereissati**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infra-Estrutura)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – De acordo com o parágrafo único do art. 335, do Regimento Interno, encaminho o Requerimento nº

194, de 2010 às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura para proferirem parecer sobre o referido requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu faço aqui um apelo às Lideranças do Governo no sentido de negociarem com o Governo Federal a retirada dessa urgência urgentíssima. Nós todos aqui temos urgência urgentíssima em votar um bom marco regulatório para o pré-sal, mas essa pressa pode ser contra a verdadeira pressa, a pressa da sabedoria. O que acontecerá? Nós teríamos que provar, na prática, pela obstrução, que essa urgência urgentíssima não valeria. Nós não queremos isso. Nós queremos discutir como Nação e como parte integrante da Nação que somos, como uma parte expressiva dos votos da Nação, os que representa esta forte bancada de oposição aqui, no Senado. Nós queremos discutir, isso sim, com o mesmo patriotismo daqueles que têm no Governo a melhor das intenções, nem um pinga a mais, nem um pinga a menos.

Não quero desdenhar de ninguém, não admito que subestimem o meu próprio patriotismo. Mas o apelo que faço é no sentido de que não insistam nessa história da urgência urgentíssima, porque essa encontrará uma espartana resistência nossa, terminando e mostrando, na prática, que não terá valido a pena o gesto de atropelar os trâmites normais da matéria tão relevante que é, aqui, no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem Sr. Presidente. Permita...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, que está esperando, teve a compreensão de esperar que nós terminássemos a Ordem do Dia.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o que o Senador Suplicy quer é prestar uma homenagem aos cantores que aqui se fazem presentes: Jair Rodrigues e Sílvio César, que são velhos amigos...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Jair Rodrigues, Sílvio César, que é Diretor da Sociedade Brasileira de Proteção e Administração de Direitos Intelectuais; nosso Luiz Vieira, que é um dos grandes

cancioneiros populares brasileiro; Danilo Caymmi, filho do nosso saudoso Dorival Caymmi; Augusto César; Sérgio Reis; e a Dr^a Glória, do Ecad. São artistas, cantores e compositores que honram a música popular brasileira, muito bem vindos aqui no Senado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência ...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – ...aos artistas que nos visitam.

Está com a palavra o Senador José Agripino.

Em seguida, V. Ex^a usará da palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me associar, com esta questão pela ordem, a dois assuntos. Primeiro, fazer o registro de que, neste momento, na Liderança do Governo, estão reunidos técnicos ligados ao Governo e ligados às assessorias do Democratas e do PSDB, tratando da MP nº 470. Há alguns óbices que aqui já mencionei em relação à matéria, mas o principal de todos os óbices é que tanto o PMDB, pelo seu Líder, Renan Calheiros, como nós, Democratas, insistimos em que nessa matéria seja inserida – e esta é a nossa oportunidade, Presidente Mão Santa – uma cláusula ou um artigo que trate da reabertura de prazo para a renegociação das dívidas do crédito rural para o Nordeste, porque a região cacaueira já está contemplada. Há anos que muitos parlamentares – anos, há dez anos – de diversos partidos pugnam por esse assunto, sem conseguirem chegar a um entendimento.

Está na hora. A MP nº 470 pode ensejar a reabertura de prazo para a renegociação dos débitos do crédito rural do Nordeste, para agricultores que estão, inclusive, neste momento, ameaçados por uma nova seca, porque até agora não choveu, a estiagem está instalada. Que se abra uma perspectiva para que o agricultor que está sem poder tomar dinheiro emprestado porque está com seus débitos vencidos, e muitos deles com seu patrimônio ameaçado pelo sequestro pelos bancos oficiais, tenha o alento, através de lei, de reabertura do prazo, com novas condições – com novas condições – para renegociação dos débitos do crédito rural.

Essa é a demanda mais importante que está neste momento em negociação. Há um texto proposto pelo PMDB e pelo Democratas com, seguramente, o apoio do PSDB, para discussão com os técnicos do Governo.

E espero que se chegue a bom termo. Se chegarmos, poderemos votar até por consenso essa MP no dia de amanhã, independentemente de pedido de verificação de quórum.

O segundo assunto: o requerimento apresentado e lido pela Mesa, referente a essa juvenil colocação de tramitação em regime urgência urgentíssima, das quatro leis que tratam do pré-sal.

Sr. Presidente, a lei de 1999, que quebrou o monopólio do petróleo, foi discutida em 1999 e produziu grandes avanços, inclusive a autossuficiência do Brasil em petróleo. É decorrente dessa lei de 1999. Não houve nenhum pedido de regime de urgência urgentíssima. Ela foi debatida, à exaustão, durante mais de um ano, à época de Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República.

Agora, o que se deseja é, a toque de caixa, em 45 dias, meter goela abaixo do Senado quatro projetos de lei. Veja V. Ex^a: o primeiro deles, que está entregue à relatoria do Senador Tasso Jereissati, trata da criação da Petrosal, a empresa que vai, de forma estatal, pilotar, coordenar a extração, a exploração, a comercialização, a concessão, o regime de todo o pré-sal.

Não se votou nada do pré-sal, nada que regule o pré-sal, nem partilha, nem sistema de concessão, nada, e já se quer criar uma empresa que, criada, se o pré-sal não for aprovado, não vai ter função. Veja que contrassenso: está-se discutindo e se quer discutir, em regime de urgência, a criação de uma empresa que, se o regime de partilha ou o sistema de concessão, o disciplinamento da questão do pré-sal não for aprovado por alguma razão, não terá o que fazer.

Então, a racionalidade, o bom senso, o equilíbrio recomendam, pela via do diálogo, que se pare com esta infantilidade, com esta juvenilidade de se querer, em regime de urgência urgentíssima, discutir uma coisa que tem de ser debatida com pragmatismo, com responsabilidade, ouvindo-se quem tem o que dizer, quem conhece do assunto, para que produzamos, como em 1999, um diploma legal bom para a sociedade, bom para todos os brasileiros, e não uma coisa feita a toque de caixa, de afogadilho, que pode sair malfeita.

A nossa posição é absolutamente igual à externa aqui pelo Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, já recebi a inscrição do Senador Antonio

Carlos Júnior e inscrevo agora o Senador Tasso Jereissati.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto favorável nas três primeiras votações do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a será atendido.

Secretário João Pedro, o atendimento do registro da votação de Antonio Carlos Júnior.

O Senador Tasso Jereissati pediu a palavra pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É sobre o mesmo requerimento já tratado pelo Senadores Arthur Virgílio e José Agripino. Sou Relator desse projeto que cria a Petrosal e para o qual o Governo Federal entrou com pedido de urgência urgentíssima.

Ora, ratificando o que disse o Senador José Agripino, como podemos discutir e eu, pessoalmente, relatar um projeto sobre a criação de uma empresa, uma futura estatal, que teria como finalidade gerenciar o sistema de partilha, se este ainda não existe, não foi sequer aprovado na Câmara dos Deputados, ainda não chegou ao Senado? Não sabemos como virá esse sistema de partilha – se vai ser aprovado e, em sendo aprovado, como virá. Ela está inteira e diretamente inter-relacionada e pressupõe, portanto, a votação do sistema de partilha.

Ora, se o Governo Federal pede a urgência urgentíssima, cria uma situação inteiramente descabida, e é absolutamente surreal votarmos uma empresa para gerenciar aquilo que não existe, não sabemos como vai existir e se um dia vai existir.

Então, queria alertar a todos aqui para essa situação e pedir a todas as Lideranças, inclusive as aliadas da base do Governo, que sejamos razoáveis naquilo que exige um mínimo de bom senso de cada um de nós.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Mesa ouviu as ponderações sábias e responsáveis do Líder do PSDB, Arthur Virgílio, do Líder do DEM e, agora, do Relator, Senador Tasso Jereissati.

Há pouco, lemos o requerimento de V. Ex^a.

Continuando, como havíamos pactuado, pelo critério de alternância, agora vamos chamar um Líder. Eis a lista de Líderes:

O Senador Francisco Dornelles está presente? *(Pausa.)*

Então, passo para o próximo: Senador José Nery, do PSOL. S. Ex^a está presente? *(Pausa.)*

Está! Vai usar da palavra, José Nery? *(Pausa.)*

Mais tarde.

Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Não está.

Senador Raimundo Colombo.

Era eu, mas cedo para V. Ex^a. Estou cedendo.

Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Senador Marcelo Crivella. (*Pausa.*)

Senador Arthur Virgílio, todos cederam a V. Ex^a. V. Ex^a não é só Líder da oposição, não; é Líder absoluto da Casa. Há vários Líderes que cederam. Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a está muito forte. Todos cederam a vez para V. Ex^a falar como Líder. V. Ex^a pode usar da tribuna – eu cedi, e os outros, também.

Senador Arthur Virgílio, regimentalmente, depois da Ordem do Dia, V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador) – Obrigado, Sr. Presidente. É tempo mais do que suficiente para me desincumbir da missão partidária e da missão pessoal.

Sr. Presidente, aqui o Senador Alvaro Dias já abordou essa questão na segunda-feira, também o Senador Tasso Jereissati e outros parlamentares do meu partido e de outras agremiações tiveram a ocasião de fazer a mesma coisa. Mas não poderia, obviamente, como Líder do PSDB e como parlamentar que tem a obrigação de fiscalizar o Governo, deixar de emitir aqui minha opinião sobre a matéria da revista – como o fez também o Senador Flexa Ribeiro – *Veja* sobre o escândalo Bancoop.

Fico impressionado, Senador Tasso Jereissati, porque já há no Brasil uma certa tranquilidade, virou paisagem o escândalo, não choca mais ninguém.

Essa matéria, se tivesse sido veiculada no Governo do Presidente Kubitschek, daria uma ameaça de golpe de Estado; se tivesse sido veiculada no tempo do Presidente Fernando Henrique, teria dado uma agitação, o PT teria colocado barricadas aí na porta, enfim. Aqui, ela – o que é grave – não escandaliza mais quase ninguém, não comove mais quase ninguém, virou paisagem realmente, virou um fato corriqueiro, que se repete a cada instante. Isso é profundamente lamentável.

As explicações dadas pelo Partido dos Trabalhadores são protocolares. O Presidente José Eduardo Dutra declara que vai processar o Promotor Blat, em nome do PT. E mais: dizem vão processar o jornal *O Estado de S. Paulo*, que emitiu sua opinião no editorial.

Veja que sempre é recorrente nesse Governo o antagonismo com a liberdade de imprensa. Em vez de darem uma explicação ao jornal *O Estado de S. Paulo*, não se defendem e dizem que vão processar o jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja*. Ou seja, se Goebbels encarnar um pouco mais nas figuras que fazem a mídia do oficialismo no Brasil, daqui a pouco, parece que o escândalo foi promovido pelo Dr. Blat; que foi promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*; que

foi promovido pela revista *Veja*, e não por dirigentes do PT, com implicações graves, inclusive envolvendo suposto financiamento de campanha do próprio Presidente da República em 2002, quando ele enfrentou o atual Governador de São Paulo na eleição.

Já concedo um aparte a V. Ex^a. E apenas digo mais uma coisa. Fico espantado, porque, quando houve o episódio do mensalão... Não tenho nada, pessoalmente, contra o Presidente do PT, Senador José Eduardo Dutra, que me trata muito bem, uma figura muito educada, mas, obviamente, tenho um certo travo, uma certa dúvida, porque, para mim, soldado é aquele que não deserta, é aquele que fica na trincheira até o final. Por isso, nas guerras se criam aquelas comendas de honra ao mérito por bravura, enfim.

Quando houve aquele episódio do mensalão, S. Ex^a, obviamente que por coincidência, deixou de ser Presidente da Petrobras para ser Secretário Municipal em Aracaju. Obviamente, aquilo tinha de chamar atenção de alguém e chamou a minha atenção. Como alguém deixa de presidir a Petrobras para ser Secretário Municipal na sua cidade!? Eu pensei: esse Prefeito é um injusto, esse Prefeito devia renunciar para esse homem assumir a Prefeitura de Aracaju. Depois de Secretário Municipal de Aracaju, ao invés de se candidatar a Prefeito de Aracaju, já que ama tanto a sua cidade – e eu amo a minha...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com prazer, Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador, eu não quero me contrapor a V. Ex^a, mesmo porque o que V. Ex^a diz nesta Casa devemos levar em conta e em consideração pela responsabilidade que tem como Líder e homem público, consciente do seu papel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – O que ocorre é o seguinte: o Senador José Eduardo Dutra era Presidente da Petrobras e foi chamado pelo Presidente da República, assim como outros companheiros seus que estavam em órgãos do Governo, e o Presidente perguntou-lhe se ele seria candidato naquela eleição seguinte. O ex-Senador, então, disse que pretendia ser candidato ao Senado pelo Estado de Sergipe. Bom, como havia uma disposição de o Presidente não deixar ninguém no Governo que fosse candidato, o José Eduardo Dutra resolveu, então, pedir para sair e foi para Sergipe. Lá, em Sergipe, realmente, ele ficou como Secretário do Município, uma vez que,

quase um ano antes das eleições, ele teve de sair da Petrobras. E lá, realmente, ele ficou na Prefeitura de Aracaju sendo Secretário e, em seguida, se afastou e foi realmente candidato ao Senado; não ganhou, mas foi candidato ao Senado da República. Então, essa era a explicação que eu devia a V. Ex^a, a Casa e a opinião pública do Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a, que sabe a estima e o respeito que merece deste modesto parlamentar pelo Amazonas, mas eu queria colocar que nem todos os candidatos saíram nessa época. Esse episódio foi em 2005, havia ainda tempo para se desincompatibilizar. Por outro lado – aí é uma questão de gosto pessoal –, se eu tivesse tido a honra de dirigir a Petrobras, e eu não a dirigiria porque de petróleo eu não entendo nada, só entendo mesmo do abastecimento do meu carro, eu não sairia da Petrobras para ser Secretário Municipal em hipótese nenhuma. Se eu disputar uma eleição para Senador e perder a eleição, eu não disputaria, eu não aceitaria jamais ser Secretário Municipal; eu colaboraria com um amigo meu eventualmente prefeito em qualquer aconselhamento que pudesse dar. Assim, considere estranho, porque eu já acho estranho até depois de ter sido Presidente da Petrobras ser Presidente da BR, porque é uma coisa abaixo. Acho que a gente deve ter essa noção de compostura formal, enfim. Mas ele saiu bem antes.

Mas eu não quero me referir a isso; quero me referir ao fato, Senador Valadares, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que as atitudes foram protocolares, e se tem uma pessoa que eu respeito na Casa é V. Ex^a. V. Ex^a é um homem correto e sabe que, no meio de toda aquela confusão aqui no Senado, era o meu candidato e candidato do meu partido por unanimidade à Presidência da Comissão de Ética, e talvez nós tivéssemos até evitado tanta coisa que houve. V. Ex^a agiria com a independência que o caracteriza e que me faz respeitá-lo.

Agora veja, Senador Jereissati, o fato é que as atitudes propostas foram protocolares. Manda para o Ministério Público o Dr. Blat, tentando tornar o denunciante em culpado; processa os jornais. Atitudes que não se coadunam nem com a resposta ética que a Nação exige, nem com o efeito prático que, a meu ver, será nenhum, nem mesmo se coadunam com o respeito à democracia, porque os jornais passariam, se isso desse certo, a ficar impedidos de opinar com medo dos processos que lhes seriam movidos pela direção do PT ou de qualquer partido afim.

O fato é que é estarecedor. Vamos falar em português claro: milhares de famílias que acreditaram na Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo, a Bancoop, financiaram campanhas espúrias, milha-

res de famílias ficaram sem as suas casas, milhares de famílias ficaram falidas – pessoas doentes. Eu vi um depoimento na *Veja* de uma figura com câncer, um cidadão com câncer (52 anos) que disse: “Eu desisti de lutar porque o câncer acabou com a minha possibilidade de lutar”. E ele estava, ali, lutando, fazendo o seu piquete, exibindo que aquela imoralidade era algo que havia mexido com a vida de pessoas; que é corrupção para algumas pessoas que tratam a corrupção de uma maneira muito genérica, enfim, são contra a corrupção e parece até que estão fazendo uma poesia. É o poeta que, às vezes, acha que a palavra liberdade é para conquistar a mulher amada. A liberdade na prática, para mim, é muito mais do que uma poesia. É a poesia de nós darmos condições ao povo de lutar pelos seus direitos. Liberdade, para mim, transcende a retórica, assim como a luta contra a corrupção tem que ser mostrada nas suas cores mais cruas. Por exemplo: a corrupção é responsável pela miséria das pessoas que confiaram em jogar as suas economias na Bancoop. As crianças que estão ruas são frutos da corrupção. As meninas que se prostituem precocemente – e eu lamento as que se prostituem mesmo em idade mais avançada – são vítimas de um quadro de distribuição injusta de riqueza que concentra em poucas mãos a riqueza espúria. Quando um empresário prospera – e V. Ex^a, Senador Jereissati, é um exemplo de empresário, paga os seus impostos, procura crescer –, ele gera milhares de empregos. Eu me refiro àquele outro que é o sanguessuga; não gera emprego nenhum, está apenas tirando, apenas subtraindo.

E chegamos a um ponto em que percebemos... Na Câmara, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, perdemos de dez a nove – uma coisa apertada –, mas perdemos; não conseguimos ouvir ninguém aqui, porque aqui não funciona mais CPI, aqui não funciona mais comissão para ouvir quem quer que seja. A Comissão de Justiça convocou, depois veio uma maioria e desconvocou a Ministra Dilma para falar sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que é uma matéria afeta à Presidência da República, porque ligada à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e, portanto, afeta a autoridade dela. Não estou me referindo à candidata, que não me interessa; interessa-me, sim, o governo que ela tem de executar. Ela é responsável, sim, pela política de direitos humanos na medida em que ela é o principal braço, o braço direito do Presidente da República em relação aos assuntos todos afetos à Presidência da República. É assim que funciona na República brasileira uma Casa Civil.

Ouçõ V. Ex^a.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de adicionar ao seu pronunciamento algumas informações a mais que, a meu ver, complementam o seu raciocínio, tão lúcido, tão pertinente neste momento. Hoje, de manhã, na CCJ, o Senador Alvaro Dias propôs que convidássemos aqui o Procurador de Justiça José Carlos Blat para que ele viesse esclarecer a questão, do que se trata etc. E vimos a base aliado do Governo colocada em ordem unida, todos os Senadores comparecendo, fazendo um verdadeiro mutirão para não deixar que isso acontecesse. E alguns com o discurso de que isso não tem sentido, porque isso é eleitoral, tem um objetivo político-eleitoral e que isso não é possível. Eu gostaria de adicionar essa informação, porque é assim: a revista *Veja* tem algum interesse por trás daquilo, vai sofrer um processo do Governo; o Promotor Público, um processo do Presidente do PT; o jornal *O Estado de S. Paulo* está a serviço de não sei o quê... Tem sido uma constante nesta Casa uma série de problemas, alguns ligados à corrupção, outros ligados ao puro autoritarismo, outros ligados ao descaso com algumas questões públicas relevantes, em que o Governo ou o PT não defendem, não argumentam, não explicam seus motivos. Nós não vimos aqui, até hoje, nenhuma defesa forte sendo feita, dizendo que não aconteceu o mensalão, por exemplo, que os alopados não aconteceram. Enfim, uma série de outros que não vale aqui citar, porque senão a gente passa a tarde toda aqui. Mas, agora, de novo, se repete isso. Não estamos vendo aqui, agora, Senador Arthur Virgílio... Aqui nós estamos falando, como ontem o Senador Alvaro Dias falou sobre este assunto. Nós não temos sequer uma pessoa do Governo para dizer: “Não, isso não é correto. O Sr. Vaccari? Não, ele não tem nada a ver com o nosso Partido. Aquela nota está sendo explicada desta maneira”. Não, não tem ninguém. Eles só falam partindo para o contra-ataque, usam uma máquina de publicidade, de comunicação, colocando – como V. Ex^a disse muito bem – o acusador como réu, quem levantou a denúncia como culpado, e pedem o julgamento ao contrário. Tem sido uma tática claramente fascista e tem sido utilizada com frequência. Agora, especificamente sobre esse caso, Senador Arthur Virgílio, eu queria lembrar, porque talvez V. Ex^a... São tantos os casos que talvez V. Ex^a não lembre. Este caso agora, que vem à tona com toda a clareza, com provas, contraprovas, com argumentos absolutamente irrefutáveis, traz à tona o nome do Sr. Vaccari Neto. V. Ex^a lembra que o Sr. Vaccari Neto foi a pessoa que, pretensamente..., mas que foi também acusada de ter entregue o dinheiro dos alopados? V. Ex^a está se lembrando disso? Ou seja, não é uma novidade; ela se interliga com

outros fatores, ela se interliga com outros escândalos, deixando completamente a nu o PT, de uma forma absolutamente clara, deixando essa interligação também clara. Lembra-se V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, que na campanha do Governador Serra ao Governo de São Paulo, quando apareceu isso, a grande questão que nunca foi resolvida: “De onde veio esse dinheiro? De onde veio o dinheiro dos alopados? Aquela mala enorme?”. Senador Agripino, lembra-se disso? Uma mala enorme cheia de dinheiro, e até hoje não se explicou de quem era o dinheiro e de onde veio o dinheiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E um pessoal louco por dinheiro que, de repente, não vai buscar.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Que não vai buscar. Deixaram lá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso é inédito. Isso é inédito. Desde que os fenícios inventaram a moeda, é um dos casos raros em que alguém tem muita moeda e não foi buscar a moeda que lhe cabia.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Mas lembre-se de que quem foi acusado naquele tempo de ser o homem que mandou aquele dinheiro foi o Sr. Vaccari, justamente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, encerraram-se os 20 minutos. V. Ex^a disse que não iria utilizá-los e já utilizou. Então, a sua inteligência, com capacidade de síntese...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Se V. Ex^a me permitir, eu concederia o aparte ao Senador Tasso, ao Senador Sérgio e ao Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pronto. Dou três minutos, e *c’est fini*. Cristo fez o Pai-Nosso em um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É, mas nós estamos falando de pecadores e não de Cristo. Talvez, falar de Cristo demande menos tempo do que falar de pecadores.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – É mais fácil e mais rápido falar de Deus do que falar do diabo. Esse senhor explica a origem, de onde veio aquele dinheiro. É na mesma época, justamente na mesma época. E ninguém do Governo vem defender isso, ninguém do Governo vem explicar isso à opinião pública, a nós Senadores. E quando a gente chama o Ministério Público para vir aqui, eles não deixam que essa pessoa venha como convidado. Realmente precisamos dar uma virada nesta página da história do Brasil, porque ela está ficando cada vez mais lamentável, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati. O que não impede que façamos até uma coisa informal: que chamemos à sala da Liderança do PSDB ou à sala da Liderança do DEM o Dr. Blat, para que ele fale, e a imprensa ouça. Estamos chegando a este ponto. Se querem informalidade, vamos para a informalidade.

Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Arthur Virgílio, acho que nós vamos ter que desenvolver esta proposta agora de V. Ex^a. Na minha visão, o PT tomou a seguinte decisão: se o Congresso continuar aberto, quer dizer, se o Congresso continuar falando, nós podemos ter prejuízo, nós podemos ficar em uma situação constrangedora. Em um primeiro momento, o que eles fizeram? Acabam de dizer que a imprensa está contra eles, que a imprensa e as classes dominantes estão querendo comprometer o PT, requestrar denúncias já feitas, estabelecer novas denúncias sem fundamento, como se as denúncias que já foram feitas tivessem sido, em algum momento, esclarecidas. V. Ex^a lembrou o episódio dos recursos do chamado dossiê dos aloprados, que jamais foram explicados. O Vaccari estava lá naquela operação e, por isso e por outras razões, virou tesoureiro do PT; tinha experiência. Colocaram o Vaccari lá para fazer tesouraria e descobriram – aliás, foi descoberto de maneira pública – que ele estava envolvido em muitas irregularidades. Vão ter que salvar as aparências de algum jeito. Agora, o mais grave disso tudo é que não há discussão mais no Congresso. Nós podemos fazer aqui a denúncia mais grave, e ninguém do PT vai defender o Governo, nem o meu amigo Aloizio Mercadante, que era perito na chamada discussão qualificada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – No caso de hoje, para ser justo, ele fez uma cirurgia.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Aloizio está doente hoje. Mas não aparece ninguém, nem a aguerrida Senadora, hoje Líder do Governo, nem o meu amigo Romero Jucá, que também é um Líder importante.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Ninguém defende mais nada porque ninguém quer mais que a voz do Congresso seja ouvida. Já que não querem que a voz do Congresso, do Senado, seja ouvida, vamos ter de usar esses métodos, que são republicanos, democráticos, limpos, como V. Ex^a sugeriu. Vamos convidar esse pessoal aqui, convidar os que foram prejudicados. São tantos os que foram prejudicados. Vamos trazer as famílias dos prejudicados aqui. Vamos trazer o promotor que levanta a questão para fazer uma discussão aqui dentro, conosco mesmo. Vamos para um lugar, sentamos todos, ouvimos todos, e vamos ver

se a sociedade não vai prestar atenção a isso. Eventualmente, não vamos ter a TV Senado, mas outras tevês poderão estar lá. Os jornais estarão, as rádios estarão presentes. A imprensa ainda não foi sufocada; não fizeram nenhum controle social da imprensa ainda. Estão tentando, mas não fizeram. Então, vamos fazer isso e enfrentar essa questão. O que está prevalecendo agora é a mesma tecnologia que foi usada nas CPIs: gente que fala ou gente que fica calada e que apenas vota e impede. Discussão zero; democracia coisa nenhuma. Esse é um belo caminho para o Brasil, o caminho que está sendo plantado. O Presidente da República faz, agora à tarde, uma denúncia contra o Governador de São Paulo. Segundo ele, foi para inaugurar uma maquete. O Governador de São Paulo foi para um determinado conjunto de Municípios por conta de sete convênios que iam ser assinados, que resolvem um problema de muito tempo e criam um caminho para uma solução grave, importante e técnica de uma obra de infraestrutura. Nada de inaugurar maquete, nada de campanha eleitoral. Eles ficam dizendo que a gente faz campanha eleitoral. Eu sou o Presidente do meu Partido. Inúmeras vez convidei, chamei, o Governador Serra para sair na quinta, na sexta-feira, para os Estados e comparecer a eventos que nós promovemos, e ele não comparecia. Ele comparecia depois que terminava; na sexta-feira, quando ele já não estava na atribuição de responsabilidade administrativa. Essa era a conduta que nós tivemos e nós temos o dia inteiro. No mais, é o Presidente dizendo os maiores absurdos, comparando bandido com gente da oposição, com gente que faz política; crime de opinião com crime comum. E uma coisa absolutamente injustificável, irresponsável. E essa coisa passa aí, as pessoas podem protestar contra isso, mas o Governo não se manifesta. Por que se manifestar se a ordem é calar? A ordem deles é calar. Nós temos que falar com todas as formas que pudermos nos pronunciar, e a sua proposta é excelente: fazer uma convocação desse tipo, um convite desse tipo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Presidente Sérgio Guerra. E, se a moda de visitar maquetes pegar, no fundo, no fundo, ela vem de uma escola, tem uma matriz. Este Governo não tem feito outra coisa a não ser inaugurar pedras fundamentais. O exemplo vem de cima, mas não foi o que se aplicou ao Governo de São Paulo.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, eu não sei se V. Ex^a concorda comigo, mas essa história de popularidade em alta, ou eleição de Governador com 70% dos votos, eu já vi esse filme. Eu já vi Governador eleito com 70% dos votos ser um

desastre no desempenho do mandato, terminar em frangalhos. Política se faz com humildade, com salto baixo, com respeito à opinião pública, com respeito às instituições, e eu tenho certeza de que o que nós estamos assistindo – semana passada nós vimos a CCJ desmanchar uma convocação à Ministra Dilma, num ato inédito.

Hoje de manhã, a truculência da base do Governo derrotou a convocação, ou o convite, para que um membro do Ministério Público viesse explicar – explicar, nada mais do que explicar – um assunto que é capa da *Veja* e primeira página de jornais de circulação nacional há dias. O que é isso? Isso é audácia de quem se julga o dono da bola absoluto. É preciso que o Brasil pare para refletir sobre isso. O que o PT está fazendo com a acusação contra a Bancoop? Em vez de dar explicações – como nós fizemos, não com explicação, mas cortando na carne no caso do DEM de Brasília, caso Arruda –, eles entram com ação contra o Promotor Blat, eles tentam desqualificar quem está, desde 2006, investigando uma coisa de interesse de cooperativados que pagaram prestações e que foram lesados nas casas a que tinham direito. Em vez de dar explicações, eles, truculentamente, sob o peso da popularidade do chefe, o Presidente Lula, entram com uma ação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Prorrogo a sessão por mais uma hora para que todos os oradores inscritos usem da palavra. Peço brevidade porque há vários oradores inscritos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, como é um assunto importante, seria o caso de ouvir o Senador Eduardo Suplicy, que certamente defenderá o Governo, Senador Alvaro Dias e o Senador Antonio Carlos.

Peço brevidade a todos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, queria pedir a atenção do Senador Mão Santa. Hoje fui sacado da tribuna quando ia falar sobre esse assunto. Então, gostaria que V. Ex^a pudesse me liberar para fazer um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, a audácia do PT chega ao ponto de transformar o guardião da moralidade em nome da sociedade, que é o Promotor do Ministério Público, no acusado. Inverteram: estão acusando, estão denunciando o Promotor. Vejam a audácia da popularidade, a audácia da popularidade, que é má conselheira. Essa questão de o Vaccari ser indicado tesoureiro do PT é a ...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – ... manifestação exponencial da audácia, porque esse Vaccari era o homem envolvido, junto com o Fred Godoy, na questão dos aloprados, em que foi mencionada aquela montanha de dinheiro. Mesmo assim, mesmo assim ele é indicado, está exercendo as funções importantíssimas de tesoureiro do PT. Ele, que foi acusado pelo irmão do ex-presidente da Bancoop de ter desviado dinheiro, aquele dinheiro sacado na boca do cofre da Bancoop, para a campanha do Presidente Lula. Eles não temem nada e querem sufocar o Congresso. Eles não querem que se permita nenhuma discussão em nível congressual. Por isso é que, salvo honrosas exceções, o PT sumiu do plenário. Eles não querem debater, não querem discutir, eles querem que as coisas vão como vão, protegendo-se na popularidade do Presidente Lula, querem deixar que o mal fique esquecido. Não vai ficar esquecido. Vamos combatê-lo, porque essa é a nossa obrigação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E tem uma outra tática, Senador José Agripino.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Primeiro, resgatar o seu partido. Dizem: “O DEM ficou manchado no episódio do DF”. O DEM tomou todas as providências, cortando na carne, como V. Ex^a disse. O PT promove os seus acusados, não os coloca sequer de quarentena enquanto duram as investigações. Então, o seu partido pode andar tranquilamente de cabeça erguida. Essa é a minha opinião.

Em segundo lugar, aqui nós temos uma sessão que serve para discutir questões dos nossos Estados, mas que muitos aproveitam para vir e fazer o que não fazem na sessão normal, que é vir e defender para valer o Sr. Vaccari.

Queria ver alguém defender o Sr. Vaccari aqui e agora. Não vem. Às 9 da noite ou às 10 da noite, quem sabe, aparece alguém tentando dar justificativa – aquela justificativa típica do *Pravda*, do jornal oficial da ditadura enfim.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Eu cedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, ao Senador Alvaro e encerro com o Senador Antonio Carlos e o Senador Mário Couto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, Senador Arthur Virgílio, quero agradecer-lhe as palavras que citou a meu respeito na tarde de hoje. Gostaria também de fazer algumas ponderações sobre a observação que fez sobre o Senador José Eduardo Dutra, nosso colega. Primeiro, ele aceitou ser presidente da Petrobras, mas, depois, aceitou servir a Prefeitura de Aracaju, sua cidade, e também colaborar com Marcelo Deda, hoje Governador do Estado de Sergipe,

e também ser o presidente da Braspetro, porque era uma forma de continuar trabalhando numa empresa, num posto de grande responsabilidade, e em cooperação com José Sérgio Gabrielli, que havia sido seu companheiro na Petrobras – era, então, presidente da Petrobras, e foi muito bem-sucedido no cargo. Então, na verdade, ele seguiu caminhos de quem tem toda disposição de servir, de ajudar. E ele, até de muito bom humor, brincou e citou o que lhe disse sua mãe: “Puxa vida, mas como é que você aceita sair da Braspetro para ir para a presidência do Partido dos Trabalhadores? Será que você não está perdendo o juízo?”. Ele até nos explicou, assim como a todos os presentes no congresso nacional do Partido dos Trabalhadores, ocasião em que o presidente Ricardo Berzoini lhe passou o bastão, que ele avaliava ser importante servir como presidente do partido que hoje está no poder, o partido do Presidente Lula e que tem a missão de levar à vitória a nossa candidata Dilma Rousseff...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Faço este comentário com muito respeito e consideração pelo nosso colega José Eduardo Dutra. Ele, inclusive, fez um pronunciamento que foi muito aplaudido no congresso nacional do Partido dos Trabalhadores e todos nós demonstramos confiança no trabalho dele, na pessoa dele, em especial o próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Acho que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a está lendo um comunicado?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não, não. Tenho aqui apenas uma entrevista que ele acaba de dar para o *Terra Magazine*. Ele deu uma entrevista agora à tarde ao *Terra Magazine* afirmando que ele se sentiu ofendido pelo editorial do *Estadão* porque, como V. Ex^a sabe perfeitamente, ele...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Arthur Virgílio, são 32 minutos...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou concluir. Como ele – tenho certeza de que V. Ex^a tem a mesma opinião – não se considera bandido, ele ficou indignado e ofendido diante da forma como o jornal *O Estado de S. Paulo* qualificou o nosso partido. Eu, o Senador Augusto Botelho e o Senador Paulo Paim, todos nós, não nos sentimos bandidos. Então, a classificação feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo* não nos pareceu adequada e, por isso, ele reagiu com muita indignação. Com respeito ao assunto Bancoop, ele prestou, e está prestando, uma série de esclarecimentos. Mas como não quero abusar da bondade de V. Ex^a e do Presidente Mão Santa, encerro aqui minha

intervenção, senão teria de explicar todo o caso Bancoop. Haverá oportunidade para fazer isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De maneira bastante breve, agradeço o aparte de V. Ex^a e faço as seguintes observações.

Primeiro, eu só estranhei alguém deixar de ser presidente da Petrobras para ser secretário municipal. Eu não seria. Eu, depois de ser presidente da Petrobras – coisa que eu não aceitaria ser porque eu não entendo nada de petróleo –, eu não aceitaria mais ser nada, nem ser Ministro das Minas e Energia, porque eu teria dirigido a principal empresa do Brasil e eu tenho muita noção de hierarquia. Isso faz parte da minha própria forma de ser. Só estranhei, nada mais.

Agora, eu percebi já algumas defesas do Senador José Eduardo Dutra, que é figura de minha estima pessoal, mas ainda nenhuma do Dr. Vaccari Neto, nenhuma. Ainda não apareceu aquele que dissesse: “Olha, estou aqui para defender o Sr. João Vaccari Neto”. E o que eu queria era cotejar essas opiniões com as dos lesados do Bancoop, aqueles que perderam as suas economias e ficaram sem as suas casas. Essa é a preocupação que me traz a esta tribuna.

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Serei sucinto, Senador Mão Santa. Senador Arthur Virgílio, o que espanta é ver os governistas tentando afirmar que estamos preocupados com as eleições e que esse é um assunto meramente eleitoral. É como se dissessem: “O roubo existente antes das eleições, no ano eleitoral, deve ser perdoado e absolvido”. Então, no ano da eleição, temos de absolver os ladrões, aqueles que assaltaram dinheiro público no período anterior à eleição. Vamos absolvê-los. E, também no período da eleição, não se pode denunciar a corrupção. Portanto, estão liberados os marginais, os corruptos, os desonestos, para que assaltem durante o período eleitoral.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É tipo estação de caça ao dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador AD, peço síntese.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, vou concluir rapidamente. Portanto, essa é uma justificativa descabida, é um pretexto que não podemos admitir de forma alguma. É nossa obrigação não omitir isso, o Senado não pode calar-se. O Senador Romeu Tuma já entrou em contato com o Dr. José Carlos Blat, que concorda em vir oficialmente ou extra-oficialmente ao Senado para falar. Ele virá a uma Comissão da Casa e, se não permitirem isso, virá a qualquer auditório do Senado Federal para falar sobre esse inquérito. É preciso preservá-lo e a instituição que ele representa. Essa desconstrução de imagem que procuram é no-

civa aos interesses do País. Toda vez em que alguém denuncia, há de se desqualificar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Há de se desqualificar o denunciante, para se proteger o denunciado. Vou concluir, porque é impossível falar dessa forma. Vou passar a bola a V. Ex^a, para concluir seu pronunciamento. Mas digo que não podemos admitir mais isso. Quem denuncia é desqualificado. Para quê? Para acobertar o denunciado e suas falcaturas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. Endosso plenamente os termos do seu pioneiro e forte discurso dessa recente segunda-feira.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Júnior.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador Arthur Virgílio, o Governo do Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores parecem ter decidido adotar, definitivamente, a tese de que, “se lei não agrada nem atende seus interesses, mude-se a lei, ou pior, ignore-a!”. Primeiro episódio: o Ministro Luis Adams (da AGU) defendeu junto ao Conselho Federal da OAB projeto que, simplesmente, autoriza o Governo a quebrar sigilo bancário e fiscal, confiscar bens, executar dívidas fiscais e até invadir residências de contribuintes, tudo sem autorização judicial. Pelo projeto, o próprio Governo julgaria os processos tributários e decretaria as execuções fiscais. Apresentadas as intenções do Governo, ocorreu o esperado: o sentimento da OAB foi de perplexidade, de desaprovação a um projeto que mal disfarça o atual viés absolutista e antidemocrático do Governo petista. Segundo episódio: em uma demonstração do poder de determinados setores do Executivo, especialmente aqueles controlados pelo PT, a Petrobras viu triunfar no STF, ainda que liminarmente, sua renitente recusa em submeter-se à legislação que trata de licitações (a Lei nº 8.666). O Ministro Dias Toffoli decidiu deferir a favor da empresa contra condenação que lhe fora imposta pelo TCU – Senador Alvaro Dias, lembre-se da CPI! –, exatamente porque a estatal teima em desrespeitar a referida legislação. Com a decisão, a empresa está liberada para contratar fornecedores e prestadores de serviço à margem da Lei de Licitações. A liminar era previsível, vez que o Ministro Toffoli apenas trouxe para alçada do STF parecer da AGU, órgão que o Ministro já chefiou, parecer este que já era favorável à Petrobras. Terceiro episódio: este episódio é emblemático pelas reações que ensejou em lideranças do Partido dos Trabalhadores; refiro-me às denúncias do desvio de recursos de um banco cooperativo para o caixa dois da campanha do Presidente Lula. O que disse o Presidente do PT em relação às denúncias? Nada. Não apresentou dados

que refutassem as acusações, sequer demonstrou a intenção de apurar o que quer que fosse. E quanto ao Promotor José Carlos Blat, do Ministério Público de São Paulo, autor das investigações? Ah! O PT tentou, de todas as formas, desqualificá-lo. Chegou a rotulá-lo de “fonte primária de onde brotam as mentiras, as ilações, as acusações sem prova”. Sem prova?! Ora, após analisar milhares de documentos, o promotor constatou que milhões de reais foram desviados para bolsos petistas e para o caixa dois do PT. Cerca de R\$30 milhões foram desviados via saques na boca da caixa. Mesmo assim, confrontado com afirmações tão contundentes, o Presidente do PT ainda teve a ousadia de classificar as gravíssimas denúncias de meras “acusações desprovidas de qualquer base jurídica ou factual”. E, no Senado Federal, como reagiram as Lideranças do PT e da base governista? Basta vermos o que aconteceu hoje pela manhã na CCJ e que foi outra vergonha: lá, mais uma vez, a base governista pôs-se de joelhos aos interesses do PT e ao sepultamento de qualquer investigação sobre as denúncias ao negar aprovação ao requerimento da Comissão. É esta reflexão final que deixo aos senhores: é este Senado Federal, inerte, silente diante de fatos como esses que relatei, paralisado por medidas provisórias, desrespeitado até mesmo por parte de seus membros, que queremos? É isso o que queremos, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Incorporo o sábio e consistente aparte de V. Ex^a ao meu discurso, querido Senador Antonio Carlos Júnior.

Por último, Sr. Presidente, para encerrar mesmo, ouço o Senador Mário Couto, agradecendo a V. Ex^a a consideração que tem tido com este orador.

Senador Mário Couto, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Quero agradecer ao Senador Mão Santa, até porque, hoje, Senador Arthur Virgílio, eu ia falar desse tema, mas, infelizmente, na hora em que eu ia começar a fazê-lo, antes mesmo de terminar – não era o Senador Mão Santa que estava presidindo a sessão –, fui obrigado a descer dessa tribuna, porque não me deixaram continuar o pronunciamento. Mas vou ser rápido, Senador Arthur Virgílio. Apenas quero fazer um alerta a esta Nação. Este é um alerta a esta Nação! O DEM não pensou, em nenhum milésimo de segundo, em tomar a decisão de tirar dos seus quadros políticos o Senador Arruda. Foi rápida essa decisão. Outros partidos fizeram a mesma coisa. Corrupção? Rua! Ninguém quer isso dentro do partido. No PT, acontece o contrário, Senador Arthur Virgílio. É este o alerta que quero deixar à Nação: o PT blinda os corruptos dentro do Partido. Hoje, há uma grande vantagem em ser petista: qualquer político que vá para

lá pode praticar a corrupção. Quem quiser praticar corrupção neste País vá para o PT, pois nada acontece; ao contrário, o corrupto é amplamente protegido por todos, a começar pelo Presidente da República. Esse é o alerta que quero deixar a esta Nação. Que a Nação fique atenta a todas as acusações de corrupção que se fazem neste País! Se há políticos do PT, nada acontece. Faço e deixo a pergunta à Nação: quem do PT que praticou corrupção até hoje, que foi a maioria dos políticos brasileiros, está preso ou pelo menos foi detido?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem razão V. Ex^a, Senador Mário Couto.

De fato, parece à opinião pública um certo jogo de dois pesos e duas medidas. Tenho reclamado, aqui, que esse inquérito do mensalão deveria andar de forma mais célere. E já concluo, Sr. Presidente. Esse inquérito deveria andar de forma mais célere. Os crimes vão prescrevendo, um a um, e estamos sem explicações do porquê. O fato é que é muito duro alguém escapar, porque o crime prescreve pela lentidão. Isso não tem cabimento. É uma exigência que se faz, porque a ideia de escapar pela prescrição não significa declaração de inocência, mas significa esperteza de advogado. E, talvez, signifique uma certa lentidão de quem esteja a julgar o processo.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

Sr. Presidente, peço desculpas aos demais oradores pelo tempo que ocupei na tribuna a mais.

Esqueceram de processar, Senador Antonio Carlos Valadares, a jornalista Laura Diniz, que foi a autora da matéria. Foi a *Veja*, o *Estadão*, o promotor... Isso é incoerente. Então, que se processe também, logo, a autora da matéria, para ficar a pantomima completa!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a falou por 43 minutos, mas esse tempo foi bem utilizado em defesa da verdade, da austeridade e da moralidade, que são o fundamento da democracia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pego a culpa pelo excesso...

A SR^a PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim, que a solicitou primeiro. Sei que são muitos os pedidos, mas

vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, que a solicitou primeiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estão aqui nas galerias jovens de todo o País, cerca de 250 jovens.

Esses jovens, Sr. Presidente, vieram aqui – o Presidente Sarney já os recebeu, e eu estive com eles – porque a Câmara dos Deputados já aprovou, por unanimidade, a PEC da Juventude, que se encontra pronta para ser votada aqui no plenário. Então, essas palmas que eles estão batendo, tenho certeza de que são para todos os Senadores, num movimento unitário, na busca, Sr. Presidente, pela aprovação no Senado – tenho certeza de que todos os partidos a aprovarão – da PEC da Juventude.

Encerro, cumprimentando o jovem Davi Barros, que deixa a presidência do Conjuve, e, ao mesmo tempo, cumprimento o Danilo Moreira, o novo presidente que assume, e o João Vidal, que é o vice, que vai comandar daqui para frente. Eu pediria aos jovens que citei que se levantassem para que os Senadores conhecessem quem no momento assume o Conjuve.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Posso dizer para vocês, sem medo de errar, que a PEC da Juventude vai ser aprovada por este Senado por unanimidade. Parabéns a vocês!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Que os aplausos da juventude se somem aos nossos aplausos na crença da melhoria da democracia do nosso Brasil!

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamento que, após uma notícia tão boa e tão aplaudida, eu tenha de aqui apresentar um requerimento de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cláudio Barbosa de Araújo, que foi um excelente funcionário público, Grão-Mestre da Maçonaria da Grande Loja de Roraima.

O requerimento já foi encaminhado à Mesa, para que sejam apresentadas as condolências à família do falecido.

Portanto, registro, infelizmente, o falecimento de um homem muito importante para meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Também serei muito rápido.

Quero fazer coro e apoiar as palavras do Senador Paim.

Estive recebendo uma comissão do Conselho Nacional da Juventude minutos atrás. Nós estamos com uma PEC pronta para ser votada, e acho que é fundamental, importante que V. Ex^a, pela influência que tem junto à Mesa Diretora, peça que a PEC seja colocada em pauta, pois está pronta para ser votada aqui na Casa.

Quero parabenizar a posse da nova diretoria do Conselho Nacional da Juventude, que aconteceu na data de hoje, e também dizer que tenho a mesma crença de que nós votaremos essa PEC por unanimidade. O Senador Romero Jucá está aqui, Líder do Governo, os demais líderes estão presentes, acho que nós temos condições de, rapidamente, votar essa PEC, uma vez que ela já está pronta para ser apreciada em primeiro turno.

Obrigado, Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Patrícia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Fora do microfone.) – Primeiro a Senadora Patrícia, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu me controlei muito para obedecer ao Regimento, porque eles estavam na frente.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu quero fazer minhas as palavras do Senador Paulo Paim e do Senador Casagrande em relação à PEC da Juventude, ao apelo que fizeram. Quero, portanto, parabenizar a juventude que assume mais esta missão de lutar pelos nossos sonhos, pelos nossos ideais, de cada um de nós aqui, que já teve a idade de vocês, a alegria, a esperança, a força e a coragem de lutar por um lugar muito mais justo, por um lugar muito melhor. E essa PEC, Senador Mão Santa, vai fazer jus justamente a essa luta, a esse trabalho, a essa alegria, a essa energia que a juventude tem no nosso País e que passa para cada um de nós.

Portanto, eu quero aqui, como o Senador Paulo Paim e o Senador Casagrande, parabenizar e desejar muito sucesso aos dirigentes do Conjuve e dar um beijo muito especial nos meus conterrâneos cearenses, o Júlio Brizzi e o Jose Bertini, que também estão aqui, e a todos vocês que estão aí na galeria.

Um grande abraço! A PEC vai ser votada e vai ser aprovada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela ordem, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu cedo a minha vez à Senadora Serys e falarei depois dela, Sr. Presidente. As mulheres têm prioridade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem também.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Hillary Clinton veio contratá-lo para ser líder lá do Barack Obama.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Só para saudar toda essa juventude que está aqui e dizer, como titular da CCJ, que já votamos lá por unanimidade.

Eu digo sempre que juventude não é o futuro do Brasil, é o presente, é já, é já que nós precisamos. Este momento é determinante no Senado da República, com as galerias cheias de jovens. Realmente o Senado dá o seu recado, votando a favor e resolvendo isso hoje, de uma vez por todas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, o Líder do Governo, que a Senadora Hillary Clinton tentou levar para lá para ser o líder do Barack Obama.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caros jovens, quero registrar a posição da Liderança do Governo, que é firmemente a favor da PEC da Juventude.

E, mais do que isso, vamos articular com o restante dos líderes, tanto da base do Governo quanto da oposição, a quebra de interstício, para que possamos votar, em um único dia, os dois turnos da proposta de emenda à Constituição que define rumos e define uma política para a juventude no País. Não há nada mais prioritário do que isso nesta Casa.

Portanto, vamos articular e, na próxima semana, espero que, com a pauta liberada, tenhamos condição de votar em primeiro e segundo turnos a PEC da Juventude.

Obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Isso é matéria já pacificada na Câmara dos Deputados e no concerto e conceito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Fico duplamente feliz. Primeiro, pela proposta, que aceito e que acato, de votarmos a PEC, que vem unanimemente respaldada pelo conceito, repito, e pelo concerto da Comissão de Justiça de votarmos, com quebra de interstício, num dia só, aqui, no plenário.

Em segundo lugar, eu estava muito feliz em ver tantos jovens na tribuna de honra, ocupando as galerias da Casa. Fiquei muito feliz de reforçar aqui denúncia de corrupção perante aqueles que têm de ter mais zelo pela coisa pública. Refiro-me precisamente aos jovens, que são o presente, como disse a Senadora Serys, mas são o futuro. E um país decente interessa a todos aqueles que querem planejar um futuro bom para os seus filhos, e eles serão pais e mães futuramente. Fiquei feliz pelos dois fatos.

Então, temos, com muita clareza, a posição do PSDB, que foi a favor na Comissão de Justiça, foi a favor na Câmara dos Deputados e será, sem dúvida alguma, a favor com este adendo: nós não votaremos aqui com delongas. Uma vez liberada a pauta das medidas provisórias que estão sendo discutidas, nós votaremos, em um dia só, os dois turnos da PEC da Juventude, como uma homenagem a quem representa, de fato, o futuro deste País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador Gim Argello; depois, o jovem Senador Flexa Ribeiro.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa. Senador Flexa Ribeiro, serei bastante breve.

No mesmo tom, na mesma toada, na mesma condição de Líder do meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB do Brasil, concordo, em gênero, número e grau, com o que foi colocado aqui pelo Senador Paulo Paim, pelo Senador Romero Jucá, pelo Senador Arthur Virgílio, pelo Senador Mozarildo, do nosso partido, o PTB.

A Câmara dos Deputados votou maciçamente a favor dessa unanimidade, mais do que isso, para dar dignidade aos nossos jovens, para que sejam realmente respeitados e para darmos condições a todos eles de continuarem sua juventude, essa fase fantástica, mas com mais dignidade, com mais seriedade.

Parabéns, Paim! (*Palmas.*)

Da mesma forma, assumindo o compromisso de quebrar o interstício desta PEC, para que, na semana que vem, quando tivermos lido as Medidas Provisórias nºs 470 e 471, que estão trancando a pauta, votemos, em um dia só, para que eles possam reconhecer que este plenário do Senado da República, Sr. Presidente Mão Santa, respeita esta juventude que hoje enobrece as nossas galerias.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro; depois, Flávio Arns; e, por último, José Nery, que representa o PSOL.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, na mesma linha dos Senadores que me antecederam, eu quero aqui reafirmar o que o Líder do PSDB disse. Nós vamos votar os dois turnos da PEC da Juventude, quebrando os interstícios, no mesmo dia, como fizemos com os aposentados, como fizemos com a PEC nº41 que remunera dignamente os soldados militares, os Policiais Cíveis e Militares e o Corpo de Bombeiros. Dessa forma, vamos homenagear a juventude do Brasil, mostrando que o Senado Federal vai fazer, em um único dia, tramitar o processo, quebrando os interstícios e dando a eles a PEC da Juventude como presente para que possam nos ajudar a continuar construindo o Brasil.

Antes, Presidente Mão Santa, quero fazer um registro da presença, no plenário do Senado Federal, da Vereadora e Professora Paula Andréa, do Município de Óbidos, no oeste do Pará. Esse Município tem polo. O Município de Santarém, do baixo Amazonas, foi beneficiado com a Ufopa.

Professora Paula, agradeço aos Senadores por terem aprovado, por unanimidade, o projeto que apresentei aqui no Senado para a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Juntamente com ela está o Deputado Federal Nilson Pinto, que foi Reitor da Universidade Federal

do Pará, levou a Universidade Federal para o *campus* no interior de todo o Estado e nos ajudou a levar a Ufopa para o oeste.

Precisamos, Presidente Mão Santa – o Senado já aprovou, mas a Câmara ainda não, e o Presidente ainda não autorizou –, da instalação da Universidade do sul e do sudeste do Pará, o que também é necessário para aquela outra grande região do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, também saudar os jovens que estão aqui e os jovens de todo o Brasil que não puderam, por uma razão ou outra, estar aqui presentes para um fato fundamental, que é a aprovação da chamada PEC da Juventude.

Eu diria que existe um consenso no Senado pela aprovação. Todos nós, todos os partidos, somos a favor não só da PEC, mas dos desdobramentos da PEC em termos de políticas públicas, de orçamento, de iniciativas, para que os direitos dos jovens sejam na verdade concretizados: direito à educação, ao trabalho, ao esporte, à cultura, à assistência, à saúde, quer dizer, o atendimento integral do ser humano jovem. A Constituição já falava em criança – prioridade absoluta, como se costuma falar –, adolescência e agora, também sem sombra de dúvida, fruto do debate, da discussão, do trabalho da Secretaria atualmente existente e da união dos jovens, a PEC da Juventude.

Se nós trabalharmos bem em relação ao brasileiro de zero aos 25 anos, nós teremos sem dúvida um futuro muito mais promissor porque estaremos valorizando a criança, o adolescente e esta representação da juventude do Brasil que está aqui nas galerias.

Parabéns a vocês e vamos aprovar a PEC da Juventude.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador José Nery, que representa o PSOL e é o Líder do Partido.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PSOL se manifesta no Senado tal qual fez a nossa pequena mas aguerrida bancada na Câmara dos Deputados, votando pela aprovação da PEC da Juventude. Dizemos à juventude brasileira, representada por várias delegações e por vários Estados que vêm aqui às galerias do Senado Federal para exigir a votação e a aprovação da PEC que trata de garantir direitos fundamentais, integração e respeito à juventude, através das diversas políticas públicas, que nós precisamos, e esperamos que seja este um dos compromissos e tarefas do novo Conselho Nacional da Juventude em

sua nova gestão: de que, entre as prioridades de suas tarefas, possam contribuir, efetivamente, para termos uma participação mais efetiva da juventude nos rumos da política brasileira, construída com ética, com cidadania e com compromisso por transformações sociais profundas de forma a garantir que nosso País seja mais justo e mais igual para todos e todas.

Recebam, da nossa parte, o abraço e os cumprimentos a todas as delegações que se fazem presentes em Brasília, neste momento; e o compromisso de aqui nos juntarmos a todo o Senado Federal para votarmos e aprovarmos a PEC da Juventude.

Contem com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra o Senador Jefferson Praia. Ele é do PDT e do grandioso Estado do Amazonas. Só não é maior do que o Piauí.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Neste momento em que temos a energia desses jovens que nos visitam e quebram um pouco o silêncio que temos aqui no plenário, o que eu tenho a dizer é que isso me faz cada vez mais acreditar em um País diferente, em um País com os jovens lutando por uma sociedade melhor.

Estão vocês aqui buscando um caminho que é o da votação da PEC da Juventude brasileira. Eu quero dizer que esse movimento, essa energia deve se traduzir de forma muito ampla para todos os problemas que nós enfrentamos na atualidade.

Contem conosco e vamos em frente, porque vocês já estão fazendo história e vão fazer muito mais do que todos nós que estamos aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Professor Cristovam Buarque, ainda quer usar a palavra pela ordem?

O professor Cristovam Buarque é Senador, representa o PDT e o Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador, não é preciso apoiar mais a PEC, porque ela hoje virou uma unanimidade. É claro, claro, obviamente que eu a apoio.

Quero ir mais longe e dizer que amanhã nós teremos uma audiência na Comissão de Direitos Humanos para discutir as políticas voltadas para a juventude. É uma sugestão do Senador Paim. Eu convido todos os jovens aqui para que estejam lá amanhã. Vamos debater juntos, como um direito humano, as políticas que sirvam à juventude. Então amanhã, às 10 horas, na Comissão de Direitos Humanos, estão todos vocês convidados.

A PEC já ganhamos. Vamos agora discutir as outras políticas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Atentai bem, meus jovens: acreditai, lutai, trabalhai, estudai e amai, que, com certeza, o amanhã vai ser muito mais lindo.

O Senador Tião Viana solicitou fosse consignado em Ata o seu voto nas votações nominais procedidas na presente sessão.

O Dr. José Roberto dará cumprimento à solicitação.

Agora, vamos ouvir um orador inscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem ainda..

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, ainda. Há um orador inscrito....

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu gostaria de solicitar que fosse...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu vou chamar um orador inscrito.

Valter Pereira está? (*Pausa.*)

Não está, depois ele chega.

Rosalba Ciarlini está? (*Pausa.*)

Não está. Então, Roberto Cavalcanti.

Pela ordem, Professor Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar que a Mesa considerasse e colocasse em discussão a convocação de sessões especiais de comemoração: uma para homenagear Joaquim Nabuco; outra para homenagear os 15 anos da transformação das Faculdades Integradas em Universidade Católica de Brasília; e, finalmente, para celebrar, ao mesmo tempo, o Dia de Tiradentes e os 50 anos de Brasília.

Então, esses são os três pedidos para a Mesa pôr em votação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra o Senador que está na tribuna.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Mão Santa, uma das grandes virtudes da vida é ter paciência, e, na verdade, se inscrever para falar nesta Casa é um grande treino, uma grande oportunidade de aprendizagem de vida, porque não é fácil você se inscrever, ter todo o mérito e assistir a todas as demonstrações de democracia, porém que levam minutos e minutos, estendendo-se por aquilo que era tarde e já virou noite.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, na tarde-noite de hoje, para retomar uma bandeira que marcou, definitivamente, a minha passagem por esta Casa em 2006 e permaneceu hasteada em todos os dias do meu mandato em 2009 e 2010.

Falo do Aeroporto Internacional Castro Pinto, na Paraíba. Em 2006, liderei, com sucesso, o destravamento das obras de reforma que estavam ameaçadas de embargo. Naquele tempo, era destravar ou continuar com o aeroporto transformado em canteiro de obras.

Mas agora, Sr. Presidente, é preciso avançar, seja ampliando ou mesmo construindo um novo aeroporto, mais compatível com a expansão da demanda e o potencial econômico da Paraíba.

A história mostrou que eu estava certo ao trazer a esta Casa uma demanda vital da população paraibana.

Dados da Infraero dão conta do extraordinário incremento no movimento do Aeroporto Castro Pinto neste verão.

O crescimento, Sr. Presidente, foi de 59%, se comparados janeiro de 2010 com janeiro de 2009, e é o maior entre os aeroportos nordestinos, segundo dados constantes do *site* da Infraero, que apropria a performance da Região Nordeste.

Ainda de acordo com a Infraero, o fluxo de passageiros, que havia crescido 33% em 2009, voltou a surpreender em janeiro de 2010, registrando uma alta de 59%, desbancando todos os seus “concorrentes” nordestinos.

Entretanto, os dados da Infraero mostram, também, que a capital paraibana ainda tem um longo caminho a percorrer, figurando bem atrás dos líderes do *ranking* nordestino.

Mantendo-se a média de janeiro, de 94 mil passageiros, podemos chegar a um milhão de embarques e desembarques neste ano, ainda bem longe dos sete milhões de passageiros embarcados e desembarcados em Salvador no ano passado.

Não podemos permanecer de braços cruzados. Para aproveitar o bom momento estampado na performance de 2009 e janeiro de 2010, precisamos unir a Bancada paraibana em Brasília em torno da inclusão da Paraíba na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ano passado, em audiência pública neste Senado, conversei com autoridades da Anac e com o Ministro Nelson Jobim, buscando efetivar a melhoria do nosso aeroporto e, sobretudo, a instalação de equipamentos de segurança já existentes nas vizinhas Natal, Recife, Salvador e Maceió, e ainda totalmente ausentes no Aeroporto Castro Pinto.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a franca expansão da demanda precisa ser apoiada na ampliação da infraestrutura aeroportuária, obedecendo um critério elementar: onde há procura, tem de ter oferta.

Ampliando a estrutura, as companhias aéreas ampliarão, também, as ofertas de voos. É inaceitável para nós que 20% dos passageiros que vão a João Pessoa precisem desembarcar no Recife ou em Natal, por falta de ofertas de vagas em nossos voos.

Nesse contexto, a ampliação da malha aérea na Paraíba fala por si só. A alta taxa de ocupação dos voos de João Pessoa explica o objeto da nossa demanda. Para reforçar esse raciocínio, é só observar que Aracaju dispõe de mais ofertas e, no entanto, está atrás de João Pessoa em número de embarques e desembarques, operando com capacidade ociosa.

As três capitais nordestinas com maior movimento aeroportuário – Salvador, Recife e Fortaleza – apresentaram crescimento inferior a 15%, menos da metade do incremento registrado pela Paraíba, que, volto a dizer, foi de espantosos 33%, em 2009, e 59%, em 2010, comparando-se os meses de janeiro desses anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meados deste ano, o Governador José Maranhão deverá inaugurar o Centro de Convenções, carro-chefe do Polo Turístico Cabo Branco, que deverá atrair grande número de hotéis e *resorts* no litoral sul de João Pessoa.

Com a operação desse complexo turístico, deixaremos de ter um fluxo turístico sazonal. O turismo de eventos ocorre durante todo o ano e virá se somar ao grande movimento de pessoas que buscam, nas ensolaradas praias paraibanas, o destino preferencial para o turismo de qualidade.

Assim, teremos de empunhar, mais uma vez, a bandeira da ampliação e da racionalização da malha aeroviária, eliminando, com a oferta de uma malha redesenhada racionalmente, a louca geografia aérea que nos submete, os paraibanos, a verdadeiros malabarismos aéreos quando demandamos, por exemplo, destinos na vizinha Região Norte do Brasil. Quando vamos a Fortaleza ou a Teresina – terra de V. Ex^a, Sr. Presidente –, vemo-nos obrigados a deslocamentos compulsórios até Brasília ou São Paulo, com custos financeiros e morais extremamente elevados, desnecessários e inaceitáveis à luz da nossa sede de crescimento.

Na manhã de hoje, tive oportunidade de me manifestar na CDR, durante audiência pública sobre aviação regional, em defesa dessa causa primordial para os interesses econômicos da Paraíba. Lá, apresentei requerimento de audiência pública sobre segurança nos voos, visando requalificar a discussão e fundamentar a cobrança de ações governamentais no tocante ao reaparelhamento da infraestrutura aeroportuária.

Nessa linha, Sr. Presidente, finalizando, registro aqui, de público, a minha intenção de procurar ime-

diatamente o Ministro Nelson Jobim para reivindicar a inclusão do Aeroporto Castro Pinto na próxima etapa do PAC, ao mesmo tempo em que conclamo os meus colegas de Bancada para que, juntos, desfraldemos a bandeira do crescimento sustentado do nosso aeroporto.

Sr. Presidente, na reunião de hoje da CDR, embora muito produtiva, tivemos a descortesia das ausências de pessoas que foram por nós convidadas: ausência da Diretora-Presidente da Anac, a Sr^a Solange Paiva Vieira, que pelo menos se fez representar, bem como a ausência de representantes da Infraero, o que nos traz profunda tristeza, razão pela qual convocaremos nova audiência pública na CDR e na CCJ, para podermos fazer com que os ternos voos regionais e malha aérea brasileira possam ser melhor discutidos nesta Casa, no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa PSC – PI) – O próximo orador inscrito é um líder: Francisco Dornelles. Mas, enquanto ele não chega à tribuna daremos a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar o Senador Paim e a juventude brasileira pela aprovação da PEC da juventude, por unanimidade, na Câmara. Quero parabenizar os líderes desta Casa que a assinaram e a documentaram no sentido de quebrar todos os interstícios para que haja celeridade na votação da PEC da juventude. Realmente precisamos salvar a juventude, salvar os nossos adolescentes, mostrar-lhes que o Parlamento, que o País tem interesse na vida deles. Está de parabéns o Senador Paim, está de parabéns o Parlamento, está de parabéns o Senado por essa decisão que toma.

Sr. Presidente, falei com o Senador Cristovam Buarque, que é o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e com o Senador Paim para, amanhã, determinarmos a data – não é Senador Cristovam? – da audiência com o Cônsul do Haiti, na Comissão de Direitos Humanos, para que ele nos fale da condição das crianças órfãs do Haiti, das crianças mutiladas e do processo de adoção para os brasileiros que se inscreveram no Consulado para adotar essas crianças. Fale também quando e como isso vai acontecer e quais serão os procedimentos, as regras para os brasileiros interessados – e são muitos – em adotar essas crianças, que perderam suas famílias no terremoto. Acho que será um gesto dos mais bacanas, dos mais bonitos da família brasileira que quer abraçar essas crianças como famílias suas. Portanto, amanhã

determinaremos, Sr. Presidente, a data dessa audiência com o Cônsul do Haiti.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Chamamos para a tribuna o nosso Francisco Dornelles, Senador pelo Rio de Janeiro e Presidente do Partido Progressista, que representa a família de grande grandeza política neste Brasil. Ele representa aqui Tancredo Neves, que se imolou pela democracia.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero congratular-me com o Governo brasileiro pela decisão tomada em fazer com que os Estados Unidos cumpram com as suas obrigações para com a Organização Mundial do Comércio e retire os subsídios irregulares que vêm concedendo aos seus produtores de algodão, porque esses subsídios se constituem práticas ilegais, praticas desleais de comércio.

Sr. Presidente, o Brasil e os produtores de algodão entraram na Organização Mundial do Comércio porque se sentiram prejudicados com os incentivos concedidos pelos Estados Unidos aos seus produtores de algodão. A Organização Mundial do Comércio julgou os argumentos apresentados pelo Brasil e decidiu que os Estados Unidos deveriam retirar os seus subsídios concedidos aos seus produtores de algodão.

O que aconteceu no caso? Os Estados Unidos não tomaram conhecimento da decisão da Organização Mundial do Comércio. Os Estados Unidos se recusaram a cumprir uma decisão da Organização Mundial do Comércio e decidiram não retirar os subsídios dados aos produtores de algodão.

O que decidiu a Organização Mundial do Comércio num segundo momento? Que o Brasil deveria estabelecer retaliação. Retaliação não é nem bem o nome apropriado, porque, na realidade, o Brasil poderia tomar algumas medidas que fizesse os Estados Unidos participarem do esquema de negociação. Foi o que ocorreu.

Através de medidas provisórias, o Brasil anunciou que poderá aumentar os direitos aduaneiros sobre uma série de produtos e colocar mesmo também algumas restrições ao pagamento de serviços. O objetivo do Governo brasileiro não é retaliar, é apenas dizer aos Estados Unidos que nós não concordamos com os subsídios desleais que eles vêm dando aos seus produtores de algodão. O que o Brasil deseja é o entendimento; o que o Brasil deseja é o consenso; o que o Brasil deseja é que sejam respeitadas as regras do comércio internacional. E o que está fazendo? Está dizendo aos Estados Unidos que ele será obrigado a

tomar algumas medidas na área do comércio, caso os Estados Unidos continuem desrespeitando uma decisão da Organização Mundial do Comércio.

Sr. Presidente, veja só o ridículo que ficaria o Governo brasileiro entrando na Organização Mundial do Comércio. A Organização Mundial do Comércio reconhecendo o direito brasileiro. Os Estados Unidos insistindo em não respeitar a decisão da Organização Mundial do Comércio se o Brasil ficasse de braços cruzados, simplesmente sem tomar qualquer decisão.

O Governo brasileiro agiu certo indicando produtos sobre os quais ele pode fazer a chamada retaliação, que nada mais é do que uma mensagem aos Estados Unidos: “Por favor, cumpram as decisões da Organização Mundial do Comércio, cumpram as decisões e eliminem os subsídios desleais que vêm sendo concedidos aos produtores de algodão dos Estados Unidos, que vêm desorganizando o comércio internacional, com graves prejuízos para o Brasil”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Ouvimos a palavra do Senador Francisco Dornelles, que traduz a grandeza deste Senado da República. Ele foi Ministro da Fazenda e, por duas vezes, um extraordinário Ministro do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência informa à Casa que o Supremo Tribunal Federal encaminhou ao Senado Federal ofícios em que comunica que foi declarada a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da **Lei Complementar nº 62, de 1989**, mantendo a sua vigência até 31 de dezembro de 2012.

Os expedientes vão à publicação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 11 – P/MC

Brasília, 8 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor

Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal

Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 875

Relator: Ministro Gilmar Mendes

Requerentes: Governador do Estado do Rio Grande do Sul e outros

Requeridos: Presidente da República Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 24 de fevereiro de 2010, julgou procedentes as Ações Diretas

de Inconstitucionalidade nº 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para aplicando o art. 27 da Lei nº 9.869/99, declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar nº 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012. Vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que julgou procedente apenas a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.987 e, no caso, não aplicou o art. 27 da Lei nº 9.868/99.

Atenciosamente – Ministro **Gilmar Mendes**, Presidente.

Of. Nº 13 – P/MC

Brasília, 8 de Março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 1.987
Relator: Ministro Gilmar Mendes
Requerentes: Estado de Mato Grosso
Estado de Goiás
Requerido: Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 24 de fevereiro de 2010, julgou procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para, aplicando o art. 27 da Lei nº 9.868/99, declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar nº 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012. Vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que julgou procedente apenas a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.987 e, no caso, não aplicou o art. 27 da Lei nº 9.868/99.

Atenciosamente, – Ministro **Gilmar Mendes**, Presidente

Of. nº 15 – P/MC

Brasília, 8 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 2.727
Relator: Ministro Gilmar Mendes
Requerente: Governador do Estado de Mato Grosso do Sul
Requeridos: Presidente Da República Congresso Nacional
Tribunal de Contas da União

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 24 de fevereiro de 2010, julgou procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para, aplicando o art. 27 da Lei nº 9.868/99 declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar nº 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012. Vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que julgou procedente apenas a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.987 e, no caso, não aplicou o art. 27 da Lei nº 9.868/99.

Atenciosamente – Ministro **Gilmar Mendes**, Presidente.

Of. nº 18 – P/MC

Brasília, 8 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal.
Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 3.243
Relator: Ministro Gilmar Mendes
Requerente: Governador do Estado de Mato Grosso
Requeridos: Presidente da República

Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 24 de fevereiro de 2010, julgou procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para, aplicando o art. 27 da Lei nº 9.868/99, declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, inciso I e II, §§ 1º, 2º e 3º, e do Anexo Único, da Lei Complementar nº 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012. Vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que julgou procedente apenas a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.987 e, no caso, não aplicou o art. 27 da Lei nº 9.868/99.

Atenciosamente, – Ministro **Gilmar Mendes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Continuamos com a lista de oradores inscritos.

Chamamos para ocupar a tribuna o Senador Augusto Botelho, que representa o Estado de Roraima e é do Partido dos Trabalhadores e é uma grandeza da classe médica do nosso Brasil.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente gostaria de comunicar que firmei também o requerimento apresentado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti de nota de pesar à família do Sr. Cláudio

Barbosa, que, além de todos os predicados citados pelo Senador Mozarildo, também era um grande músico. Ele era saxofonista. Cresci vendo o Sr. Cláudio Barbosa tocar saxofone lá no meu Estado de Roraima. Ele era muito amigo de meus pais. Trabalhador já aposentado, estava doente há algum tempo. Lamento não ter podido falar com ele nos últimos meses antes de sua partida.

Mas hoje vim aqui tratar de um outro assunto de saúde também e que interessa a todos os brasileiros e brasileiras. O Ministério da Saúde iniciou agora em março a vacinação contra a gripe suína em todo o Brasil. Em Roraima, a vacinação teve início no dia 8.

De acordo com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, cerca de 90 milhões de brasileiros deverão ser vacinados contra a *Influenza A*, durante os dois meses de duração da campanha.

Na campanha de vacinação, que já começou e termina no fim de maio, serão imunizados profissionais de saúde da rede de atenção básica e envolvidos na respostas à pandemia indígenas, gestantes, crianças de seis meses a dois anos, jovens de 20 a 29 anos, adultos de 30 a 39 anos e pessoas com doenças crônicas, como diabetes, obesidade, asma e cardiopatias.

A população do Estado de Roraima, Sr. Presidente, começou a receber a imunização contra o vírus *Influenza A* (H1N1), mais conhecido como o vírus da gripe suína, nos postos de saúde da rede pública de nosso Estado a partir de 8 de março. O lançamento da Estratégia Nacional de Vacinação dos Povos Indígenas contra o vírus *Influenza A* (H1N1) aconteceu nesta quarta-feira, na Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casai), localizada na colônia de Monte Cristo. Durante o evento, cerca de 400 indígenas, pertencentes a dez etnias existentes no Estado, que se encontram na Casa do Índio – dentre as quais Yanomami, Taurepang, Way-way, Macuxi, Xiriana, Xirixana, Ye'Kuana –, serão imunizados.

O objetivo do Ministério da Saúde é preparar a população brasileira como um todo para o enfrentamento da segunda onda da epidemia, que, segundo os estudiosos do assunto, deverá acontecer a partir do início do inverno no Brasil.

A vacinação será dividida em quatro etapas, conforme calendário definido pelo Ministério da Saúde, e vai priorizar determinados grupos populacionais. Já estão disponíveis 59 mil doses da vacina para Roraima. Até o final da campanha, a Secretaria de Saúde do Estado de Roraima, sob o comando do médico Rodolfo Pereira, pretende imunizar 214 mil pessoas em nosso Estado.

Na primeira etapa de vacinação, serão imunizados os trabalhadores da saúde e indígenas das aldeias em

todo o Estado. A justificativa em priorizar os servidores da saúde no início da vacinação é a de que isso servirá para proteger os profissionais que atuarão diretamente no controle da doença. Os indígenas também serão os primeiros a serem vacinados por serem os mais expostos. Eles também custam a chegar aonde há recursos e, assim, serão mais suscetíveis de morrer devido à Gripe A (H1N1).

De acordo com declarações de Tatiana Saemi Seo, Coordenadora de Imunização do Estado de Roraima, na primeira onda pandêmica do vírus A, que aconteceu no ano passado, os casos mais graves da doença e a maioria dos óbitos registrados no País foram de crianças que tinham entre seis meses e dois anos de idade e de adultos entre 20 anos e 29 anos, além de gestantes e de pacientes com doenças crônicas.

Durante a segunda etapa da vacinação, que está prevista para acontecer – vou citar o calendário, para as pessoas prestarem atenção – entre os dias 22 de março e 2 de abril, a Secretaria de Saúde pretende imunizar as mulheres gestantes, os portadores de doenças crônicas e as crianças de seis meses a dois anos de idade. A terceira etapa será realizada de 5 a 23 de abril, e serão imunizados homens e mulheres entre 20 anos e 39 anos de idade. A quarta e última etapa, para o ano de 2010, vai acontecer no período de 24 de abril a 7 de maio, coincidindo com a campanha de vacinação dos idosos. Serão vacinadas pessoas com mais de sessenta anos e pessoas portadoras de doenças crônicas.

No ano passado, foram notificados 82 casos de *Influenza A* (H1N1) em Roraima; destes, 21 casos foram confirmados laboratorialmente ou por vínculo epidemiológico. Infelizmente, dois doentes foram a óbito por complicação. Este ano, até agora, nenhum caso foi registrado.

De acordo com o Informe Técnico do Ministério da Saúde, a maior estratégia de enfrentamento da pandemia já vem sendo desenvolvida e inclui, entre outras medidas, o fortalecimento da Atenção Básica de Saúde, a ampliação do número de leitos de terapia intensiva e o aumento do estoque de medicamentos para o tratamento da doença.

Desde dezembro de 2009, Sr. Presidente, a atual pandemia de gripe suína apresenta impacto moderado. De acordo com avaliação da Organização Mundial da Saúde (OMS), somente será possível definir as taxas de morbidade e mortalidade depois de um ou dois anos do pico de ocorrência de casos no mundo.

Apesar de confirmar que o vírus H1N1 não se mostrou tão perigoso como se temia, a OMS defende a campanha de vacinação que será realizada no Bra-

sil e apela para que grande parte da população seja imunizada.

Por isso, Sr. Presidente Mão Santa, faço um apelo para que os brasileiros e brasileiras de todo o País estejam atentos aos prazos de vacinação, para cumprir suas etapas e proteger toda a população. Temos de colaborar para evitar a disseminação dessa gripe, que ameaça a vida de todos nós.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador Augusto Botelho? Estou aqui atrás.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Senador, com todo o prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Eu só queria indagar a V. Ex^a sobre três preocupações. A primeira delas diz respeito ao fato de que recebi um *e-mail*, um endereçamento eletrônico, uma correspondência eletrônica, de um profissional da saúde de Campinas que alegava que ele não estava incluído nessa vacinação, que ele não conseguiria tomar a vacina, porque ele estava trabalhando na rede particular de saúde. Aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para dizer que estive em contato com o Ministério da Saúde, hoje cedo, e fui informado de que todos os profissionais de saúde, independentemente de atuarem na rede pública ou na rede particular, têm o direito, nessa etapa, de tomar a vacina contra a Gripe A (H1N1). Então, quero esclarecer a questão para essa pessoa e para todos os profissionais de saúde, porque a possibilidade de contágio deles é maior. Por isso, eles têm de tomar a vacina. O segundo aspecto que gostaria de abordar é: por que não se vacina toda a população? O que está faltando? Essa informação ainda precisa ser mais bem dada, porque as informações que temos são as de que, em outros países, não se ocupou todo o estoque de vacinas por que, de fato, não houve também a intensidade esperada para a segunda onda da epidemia. Então, não sei se V. Ex^a tem alguma informação de por que não será dada a vacina a todas as pessoas. A terceira pergunta que faço a V. Ex^a – não sei se V. Ex^a tem alguma informação – é a seguinte: além da vacinação, como está a organização do estoque de medicamentos, do Tamiflu particularmente ou de congêneres, para a abordagem do problema, se ele vier a acontecer? No ano passado, sofremos muito no Brasil pela falta do medicamento, apesar de o medicamento estar disponível nos laboratórios. Trago ainda uma quarta preocupação: falando com médicos infectologistas com os quais a gente debate esse e outros assuntos, eles nos informaram que já existe a solução para os casos graves, para os casos em que há internação. No ano passado, morriam praticamente todos os que eram internados. Mas, neste ano, isso não acontecerá. Já existe a medicação para os casos graves, para os que

vão, provavelmente, ser internados. Então, eu gostaria de saber do Ministério da Saúde qual a posição em relação ao medicamento que será dado nesses casos mais graves também. Sei que V. Ex^a é médico. Estamos juntos na Comissão de Assuntos Sociais. Mas, caso não haja essas informações, penso que, na semana que vem, poderemos fazer com que essas informações sejam dadas para a Comissão, para que possamos, no plenário e nas reuniões, repercutir isso e tranquilizar a população em relação a esses aspectos todos. Aí fecharíamos o cerco, de maneira mais adequada, nesse problema. Temos de estar preparados. Não sabemos o que vai acontecer, mas temos de estar preparados para o pior. Esperamos que o pior não aconteça, mas temos de estar preparados para isso.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Senador Flávio Arns, em relação ao primeiro questionamento de V. Ex^a, sobre os trabalhadores da saúde, o plano do Ministério da Saúde é vacinar, primeiro, esses trabalhadores, independentemente de onde trabalhem, porque o trabalhador da saúde pode ser um vetor da doença. Se ele pegar a doença, ele tem mais facilidade de transmiti-la, porque lida com pessoas cujo sistema imunológico está baixo. Qualquer pessoa que está com uma doença está gastando suas defesas. Então, ela tem menos defesa do que a que está sã. Então, essa é uma forma de diminuir a propagação da doença.

Quanto à vacinação das outras pessoas, o foco, agora, é atingir as mais suscetíveis: as crianças de seis meses a dois anos, as gestantes, as pessoas imunodeprimidas, as pessoas que estão na faixa etária em que ocorreram mais casos no ano passado, entre 20 anos e 29 anos. Então, não há a necessidade de vacinar 180 milhões de pessoas de imediato.

Também existe outro fator: o Ministério da Saúde aumentou o número de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI), aumentou o sistema de apoio para o caso das doenças graves. As pessoas com doenças graves que morreram foram as que não tiveram, realmente, acesso a um recurso maior, e houve o caso de algumas em que ninguém conseguiu controlar a doença mesmo.

A quarta indagação de V. Ex^a diz respeito ao medicamento. É certo que o medicamento já está sendo adquirido em quantidade suficiente para conter uma epidemia que possa acontecer.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Essa é uma indagação. Esclareço que fiz a pergunta também em relação ao medicamento dado nos casos graves.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Nos casos mais graves...

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Gostaria de saber sobre o medicamento no caso dos pacientes

que forem internados em UTIs. No ano passado, essas pessoas, infelizmente, morriam, mas, agora, existe o tratamento. Então, não digo propriamente dos casos em que a UTI está disponível, mas do tratamento disponível na UTI para o caso específico.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Essa pergunta não posso responder, porque, realmente, não tenho informação a respeito dela. Mas creio que já se deve encaminhar para isso também. Será bom fazermos a indagação, na semana que vem, na Comissão de Assuntos Sociais, para podermos esclarecer esses fatos.

Senador, eu gostaria de alertar, mais uma vez, todos os brasileiros que estão citados aqui, para que tomassem providências. Não é direito do trabalhador da saúde se vacinar, Senador, mas, sim, é dever do trabalhador da saúde se vacinar, porque, assim, ele protege a si mesmo, protege sua família, os pacientes e o ambiente de trabalho.

Por isso, eu gostaria de fazer, mais uma vez, um apelo para que todos cumpram o calendário, para evitar que haja sobrecarga em uma faixa ou em outra.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, a respeito da Gripe A (H1N1).

Muito obrigado, Senador, pelo tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora vamos chamar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É com grande satisfação que anuncio aqui na nossa tribuna de honra dois piauienses ilustres: um é Zé Filho, Vereador de Nazaré do Piauí e Presidente da Associação dos Vereadores do Piauí, com perspectivas invejáveis na política daquele Estado; e o outro é o Dr. Edvar Santos, um dos mais renomados e afamados advogados do Piauí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, enquanto chega à tribuna um orador, um líder, V. Ex^a ou então Colombo... Mas V. Ex^a está na frente. O Colombo ia viajar...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. *Fora do microfone.*) O Colombo... Já concordei com ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a vai... Então, V. Ex^a se aproxima da tribuna, enquanto ouvimos um pela ordem, bem breve, do Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Bem breve.

Sr. Presidente Mão Santa, V. Ex^a, como médico, vai, com certeza – assim como o Senador Nery e o Senador Mário Couto –, subscrever o requerimento que apresentei à Mesa, de aplauso à Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – Avao, no Estado do Pará.

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso à Avao, pelo transcurso dos seus onze anos de história. Requeiro, ainda, que seja dado conhecimento a todo o seu quadro de voluntários, na figura de sua Presidenta, Maria da Conceição Fischetti.

A Avao surgiu – e existe em vários Estados – da vontade de um grupo de voluntárias que já atuavam nas visitas às enfermeiras do Hospital Ofir Loyola, que, preocupadas em humanizar e apoiar o tratamento dos pacientes portadores de câncer, resolveram organizar-se para melhor desenvolverem suas atividades. A Associação foi constituída em assembleia geral no dia 10 de março de 1999, passando a funcionar em um espaço muito restrito dentro do próprio Hospital.

O grande suporte da Avao é o voluntariado. Pessoas das mais diversas áreas, que utilizam seu tempo livre para ajudar no dia a dia nas campanhas e atividades da Associação, buscando parcerias, agilizando as doações de alimentos, remédios, garantindo o bom funcionamento e a continuidade dos propósitos da Associação.

Senador Mão Santa, já falamos aqui, várias vezes, que o Hospital Ofir Loyola passa por uma grave crise no Estado do Pará, que é um hospital com especialidade em oncologia. O Senador Nery tem conhecimento da realidade, os pacientes estão sendo mandados para o Piauí, por falta de condições de tratamento no Pará.

Neste momento, é importante que a Avao seja reconhecida pelo seu trabalho. Ela inclusive fez veicular um anúncio nos jornais mostrando o número de atendimentos executados por ela nesses dez anos. Foram 200 mil visitas a internados, 300 mil fraldas descartáveis doadas, 240 mil refeições oferecidas, 3.698 materiais ortopédicos doados, quase 13 mil participantes de oficinas e cursos, 23.322 cestas básicas distribuídas.

Isso prova...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Flexa Ribeiro, o Senador está na tribuna.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ele é do Pará e sabe o que representa a Avao.

Isso prova o trabalho do voluntariado feito pela Avao em benefício daquelas pessoas que, lamentavelmente, contraíram essa doença, que é o câncer.

Agradeço a paciência do Senador Nery e convindo S. Ex^a para subscrever, juntamente com o Senador Mário Couto, este voto de aplauso para a Avao.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Nery, use a tribuna.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero dizer ao Senador Flexa Ribeiro que subscrevo com satisfação o requerimento que reconhece o trabalho da Avao junto aos doentes de câncer do meu Estado do Pará. Com certeza, essa manifestação do Senado Federal será um estímulo importante para que continue realizando aquele importante trabalho voluntário.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste pronunciamento, eu quero me referir especialmente à instalação da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo, que, em reunião realizada na tarde de hoje, no plenário 19 da Ala das Comissões do Senado Federal, reuniu Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas para a aprovação do Estatuto da Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo, bem como elegeu a direção da Frente Parlamentar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa Frente Parlamentar visa colocar o tema do trabalho escravo e as diversas iniciativas que tramitam nas duas Casas do Congresso Nacional como centro de sua prioridade de atuação, visando a que projetos de lei e projetos de emenda à Constituição sejam apreciados e votados neste ano de 2009, porque é necessário um ordenamento jurídico que dê maior legalidade e combatividade, sem dúvida, para o enfrentamento dessa chaga social.

Segundo o Ministério do Trabalho, nos últimos quinze anos, 36 mil brasileiros foram libertados da condição análoga à de escravos no território nacional, sendo que mais de 10 mil desses 36 mil foram libertados em meu Estado, o Pará.

A Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo desenvolverá uma atuação articulada para acompanhar a tramitação das diversas matérias nas duas Casas do Congresso Nacional. Porém, envia todos os esforços e priorizará, em um primeiro momento, a luta pela aprovação da PEC n^o 438, de 2001, de autoria do ex-Senador paraense Ademir Andrade. Essa PEC trata da expropriação e do confisco de terras ou de propriedades onde a prática criminosa do trabalho escravo for constatada e comprovada. Nesse sentido, adquire prioridade absoluta, tendo em vista que aguarda votação em segundo turno na Câmara dos Deputados desde o ano de 2004.

Comunico ao plenário a eleição da Mesa Diretora dos trabalhos da Frente Parlamentar, que ficou constituída da seguinte forma: coube a mim, por indicação dos membros da Frente Parlamentar presente, Sr. Presidente, a tarefa de coordenação dos trabalhos, tendo como Presidente o Deputado Federal Paulo Rocha, do PT do Pará; como 2^o Vice-Presidente o Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal; como 3^o Vice-Presidente o Senador Flávio Arns, do PSDB do Paraná; como Secretário-Geral da Frente Parlamentar o Deputado Federal do PT do Maranhão, Domingos Dutra.

Suplentes da direção da Frente: Senador Paulo Paim, do PT do RS; Deputada Janete Capiberibe, do PSB do Amapá; Senadora Serys Slhessarenko, do PT do Mato Grosso; e Deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo.

Estiveram presentes vários outros Srs. Senadores e Srs. Deputados. Lembro especialmente a presença dos Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Antonio Carlos Valadares, dos Deputados Antonio Carlos Biscaia e Carlos Abicalil, do Mato Grosso, entre outros Parlamentares que se fizeram presentes à sessão de instalação da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Concedo um aparte à Senadora Marina Silva.

A Sr^a Marina Silva (PV – AC) – Primeiro, quero parabenizar V. Ex^a pelo esforço que vem fazendo aqui, neste Senado, na defesa dos direitos e contra o aviltamento do ser humano na situação de maior degradação, que é quando ele é submetido à escravidão, ou seja, à perda da liberdade de sua própria condição humana, subjugado por outro ser humano, que o explora da forma mais radical, ainda mais quando essas pessoas são indefesas e muitas vezes subjugadas pelas condições econômicas, materiais, o que faz de tudo isso uma dupla escravidão. V. Ex^a me convidou para que eu estivesse lá, mas, infelizmente, por mais que eu me esforçasse, já tinha um compromisso do qual não tive como desvencilhar-me. Mas saiba V. Ex^a que pode contar comigo no esforço dessa Frente de Combate ao Trabalho Escravo. V. Ex^a nomeou aqui as pessoas que estarão à frente, na direção do processo, pessoas altamente relevantes e comprometidas com a agenda de defesa dos direitos humanos, da vida, da liberdade, da dignidade. É algo terrível que as leis que favorecem o combate ao trabalho escravo não consigam tramitar como deveriam neste Congresso Nacional, neste Senado, em função da pressão daqueles que seriam os maiores beneficiados com o combate ao trabalho escravo. Muitos são prejudicados. Às vezes, o agronegócio brasileiro é prejudicado por duas coisas – e não temos por que sofrer esse prejuízo –:

a questão do desmatamento e o trabalho escravo. Na hora em que tivermos desmatamento zero e trabalho escravo zero, estaremos criando uma nova narrativa para os nossos produtos. Além de sermos grandes produtores de grãos, além de sermos grandes produtores de carne, além de sermos grandes produtores de madeira, seremos portadores de uma nova narrativa: a de que respeitamos a legislação trabalhista; a de que respeitamos a legislação ambiental; a de que agregamos aos nossos produtos muito mais que qualidade técnica, apresentação estética e custo. Nós agregamos valores, e ninguém pode ser contra isso. De sorte que V. Ex^a dá uma grande contribuição com o esforço que faz. E todos nós aqui reconhecemos sua liderança, seu esforço na Comissão de Direitos Humanos, em todos os espaços. E V. Ex^a sabe que vai ter sempre meu apoio, minha solidariedade nesse esforço, para que possamos acabar, debelar, de uma vez por todas, com todas as formas aviltantes de uso do trabalho humano – que deve ser reconhecido. O trabalho é um espaço de elaboração do indivíduo como sujeito, é um espaço de reconhecimento da sua capacidade e é um lugar de encontro, em que ele contribui para a sua própria sobrevivência e para a sobrevivência e existência dos seus semelhantes, pela força transformadora do seu trabalho, que deve ser remunerado, reconhecido e respeitado. De sorte que acabar com a escravidão em pleno século XXI é um esforço mais que tardio, é irmos para as nossas origens. Não queremos sequer que esse trauma da escravidão seja esquecido, mas que ele seja reelaborado. E a melhor forma de reelaborá-lo é acabando com a sua sobrevivência ainda hoje, em pleno século XXI.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço...

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Senador José Nery...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço o aparte da Senadora Marina Silva. Sei, como todos nós aqui, das lutas por liberdade, justiça social, respeito aos direitos humanos. A luta contra o trabalho escravo é apenas uma dessas frentes de atuação do Congresso Nacional e da Comissão de Direitos Humanos. Sei que teremos sempre a participação e a voz combativa da Senadora Marina Silva nessas frentes de luta. Claro que V. Ex^a está sempre presente a qualquer reunião para tratar desse tema. V. Ex^a é sempre uma presença reconhecida e relevante para as causas de defesa dos direitos humanos.

Mas sei que, em toda e qualquer atividade que possamos realizar no Congresso Nacional ou fora desta Casa, sempre contaremos com a sua solidariedade. Por isso, meu agradecimento pela manifestação de V. Ex^a, bem como pela manifestação e pela presença

de vários dos nossos Pares que lá compareceram. E aproveito a oportunidade para agradecer essa presença e essa participação solidária na luta para erradicar essa chaga social.

Concedo um breve aparte ao Senador Flávio Arns, que, presente à reunião inclusive, fez sugestões bastante adequadas, para que possamos realizar o trabalho dessa Frente Parlamentar.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Quero, em primeiro lugar, Senador José Nery, parabenizá-lo pela aclamação na função de Presidente da Frente Parlamentar Mista – Câmara e Senado – de Combate ao Trabalho Escravo, quer dizer, de investigação, de reflexão e de posicionamentos claros contra o trabalho escravo. Só quero lembrar que de fato sugerimos, além do que já foi dito por V. Ex^a no pronunciamento, que temos de olhar para dentro e para fora do Brasil. Para dentro, porque ninguém quer no Brasil o trabalho escravo. Nós queremos dignidade, cidadania e oportunidade. Se as pessoas estão no trabalho escravo é porque nós, como sociedade, também falhamos. Trabalho escravo significa falta de educação, de acesso à escola, de assistência, de saúde, de apoio, de qualificação para o trabalho, de fiscalização, de punição para os responsáveis pelo trabalho escravo. Nós não queremos, e para isso tem de haver a consciência do povo, a legislação, a fiscalização, tudo que for necessário. Mas temos de olhar para fora também, como V. Ex^a mencionou, porque o Brasil, por exemplo, abre as suas fronteiras, o seu comércio, dá todas as chances possíveis, isenção de tributos e tudo mais, para países que praticam trabalho escravo e que vendem produtos baratos. Aquilo que consideramos trabalho escravo no Brasil acontece lá e não é punido. Não podemos interferir na legislação de outro país, por sua independência, mas podemos dizer, na identificação de situações externas de trabalho semelhante ao trabalho escravo, que é combatido e penalizado no Brasil, que não se importem produtos desse país, porque, com a importação, estamos também dizendo ao empresário do Brasil que ele não estará em condições de competir; que será desvalorizado, porque não tem como competir com o trabalho escravo de lá. Não queremos isso aqui. Não podemos admitir, como País, como Nação, abrir as nossas portas para outros países que não respeitem a dignidade e a oportunidade que deve ser dada para todos. Então isso ficou deliberado também nessa reunião – e V. Ex^a e os outros concordaram –, ou seja, que será um dos objetivos falar com o Governo do Brasil: “Olha, está certo aqui para nós o combate, mas abrir as fronteiras para quem tem trabalho escravo lá, que não é permitido no Brasil, aceitando que venham os seus produtos? Não, isso não é possível também”. Então, isso nós vamos

ver com muito cuidado. Mas quero parabenizar V. Ex^a novamente e toda a sociedade; e que a gente possa fazer um belo trabalho em conjunto.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço, Senador Flávio Arns. Sem dúvida, V. Ex^a está coberto de razão ao colocar para o debate na Frente Parlamentar essa preocupação expressa por V. Ex^a, em razão das importações feitas pelo nosso País de produtos em cuja cadeia produtiva há, sem dúvida, trabalho análogo a escravo.

E aproveito para comentar aqui algumas manifestações de alguns parlamentares, hoje, na CPI Mista que trata dos problemas agrários e, especialmente, do MST, que, ao convidar alguns Deputados Federais, tive a tristeza de ouvir algumas manifestações que, a meu ver, diminuem o papel e a grandeza do Congresso nessa luta, na medida em que alguns parlamentares me perguntaram: “Existe trabalho escravo no Brasil? Onde é que isso acontece?”

Eu perguntei aos nobres colegas parlamentares se eles não viajam pelo País, se eles não constatarem essas situações em seus Estados, se eles não leem os relatórios do Ministério do Trabalho que apontam que 36 mil brasileiros foram libertados dessa condição nos últimos quinze anos, se eles não acompanham a fiscalização que é feita pelo Ministério do Trabalho e se eles não conhecem a deliberação do Governo brasileiro que, ainda sob o Governo do Presidente Fernando Henrique, reconheceu perante a ONU – Organização das Nações Unidas, a existência de trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

Portanto, agradeço a manifestação de V. Ex^a, que fez lá, naquele momento, também um pronunciamento muito entusiasmado, mostrando o seu engajamento junto com os demais Parlamentares na Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu pedi o aparte um pouco antes, mas eu vou começar pelo que o senhor falou referindo-se a esses parlamentares que fazem essa pergunta. Eu acho que está na hora de dizer a eles que toda criança que está trabalhando em vez de estar na escola é um escravo, que todo trabalhador que recebe uma remuneração inferior àquilo que ele precisa para comer é um escravo, porque os escravos recebiam comida suficiente para terem força, porque senão era uma perda de investimento do seu dono. Todo escravo recebia atendimento médico nos limites das possibilidades técnicas daquela época, porque, se morressem, o dono perdia. Então, é inacreditável que ainda haja pessoas que tenham essa visão do Brasil. Mas, eu quero dizer que hoje, na hora em

que estávamos criando a comissão, por sua iniciativa, eu me lembrei que faz quase exatamente 100 anos da morte de Joaquim Nabuco, esse brasileiro que é capa desta revista aqui – 100 anos! Eu imaginei o que Joaquim Nabuco pensaria se ele visse, 100 anos depois de sua morte, uma reunião no Congresso, que aprovou a Lei Áurea 122 anos atrás, se ele soubesse que nós estamos reunidos para lutar contra o trabalho escravo. Provavelmente ele ficaria muito frustrado, mas ele iria sentir uma pontinha de satisfação ao dizer “eu bem que avisei”, porque ele disse: “Não basta acabar com a escravidão. É preciso acabar com a obra da escravidão”. E esses, que perguntaram ao senhor se ainda há escravos, eles são parte da obra da escravidão. E ele disse, mais de cem anos atrás: “É preciso acabar a escravidão que existe neste País e garantir terra e escola para os escravos e seus filhos”. E nós não fizemos isso. Nós não completamos a abolição. Ele iria ficar muito triste com o Brasil, mas com ele próprio ele iria pensar: “Poxa, eu percebi que isso poderia acontecer. Eu sabia que a obra não estava completa”. O senhor, com a sua iniciativa, está tentando completar a obra. Agora, para isso, além da luta contra o trabalho escravo explícito que a gente tem, sim, no Brasil, é preciso lutar também contra aquele não explícito. E aí é preciso incorporar à nossa luta – é uma sugestão que não quis fazer ali – o trabalho infantil como parte do trabalho escravo. Trabalho infantil...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador José Nery, para concluir. Há muitos oradores inscritos.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Vou concluir em um minuto o aparte, Senador. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pode.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Já se contam ali 45 segundos. Eu vou precisar de quinze a mais. É preciso incluímos o trabalho infantil em horário de aula e durante os meses de escola como trabalho escravo e lutarmos por aquele que é o grande instrumento da abolição da escravidão, que é a escola de qualidade para todos. Sem isso, essa comissão vai continuar por ser reconstruída daqui a cem anos, nos duzentos anos da morte de Joaquim Nabuco.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, acolhi aqui, com satisfação, a manifestação do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, que faz essa reflexão tão importante para que possamos, todos nós, pensar e, sobretudo, estabelecer compromissos muito claros para aprovarmos uma legislação mais eficiente e mais

eficaz no combate ao trabalho escravo, inclusive desenvolvendo todos os esforços para aprovar a PEC nº 438, que trata da expropriação, do confisco de terras, do confisco de propriedades. Acreditamos que a aprovação dessa PEC representa uma segunda abolição da escravidão no Brasil.

Portanto, agradeço a manifestação de V. Ex^a.

Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor me concedesse mais três minutos para que eu pudesse concluir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador José Nery, todos estão inscritos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Eu quero dizer a V. Ex^a que todos estavam inscritos antes de mim. Lembro aqui – o senhor também presidia a sessão – quando o meu colega, Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, manifestou-se desta mesma tribuna, e que deveria ser igual para todos, com a condescendência com o tempo, por 43 minutos, inclusive anunciados por V. Ex^a mesmo. Então, eu queria pedir só três minutos para concluir. Tenho certeza de que conseguirei a condescendência de V. Ex^a e a compreensão dos demais inscritos.

Quero ler uma rápida manifestação da Deputada Iriny Lopes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que assim se manifestou perante a instalação da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo:

Na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, apresento minha saudação a todos os integrantes dessa Frente e manifesto meu interesse em contribuir para que possa atingir seu objetivo.

Erradicar o trabalho escravo pode parecer uma luta típica do século 19, mas a verdade é que é uma pendência a ser resolvida, uma marca do que o Brasil tem de mais atrasado e violador dos direitos humanos.

Erradicar o trabalho escravo é uma luta que se associa com os esforços para um desenvolvimento com sustentabilidade socioambiental e a implementação mais rápida da reforma agrária. Razão pela qual, não podendo estar presente, comunicarei a esta Comissão de Direitos da Câmara a instalação da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo transmitindo o convite a todos os membros desse Colegiado da Câmara para se integrarem aos trabalhos da Frente Parlamentar.

Por último, Sr. Presidente, agradecendo a condescendência de V. Ex^a e dos demais inscritos, quero agradecer todas as manifestações de solidariedade que recebi desde ontem quando, juntamente com um grupo de mais de vinte pessoas, sofremos um assalto em Belém, capital do meu Estado.

O hotel onde estávamos hospedados foi assaltado por uma quadrilha de mais de vinte pessoas, todas as pessoas foram submetidas a um grave constrangimento. Felizmente não houve violência física, mas os pertences pessoais – aparelhos celulares, cheques, dinheiro – que estavam com os hóspedes do hotel, próximo ao Aeroporto Internacional de Belém, na madrugada de ontem, foram levados, sob a mira de arma de grosso calibre. Era um grupo de mais de vinte pessoas e assaltaram os dois hotéis, Senador Renan, próximo ao Aeroporto Internacional de Belém, na madrugada de ontem, impedindo inclusive a viagem – deveríamos voltar a Brasília no início da manhã de ontem.

É um fato tão grave! E, de certa forma, vivenciamos ali o que milhares de brasileiros têm enfrentado nas cidades, especialmente os grandes centros urbanos: uma situação de violência incontrolável e sem limites a que todos nós estamos submetidos.

A Secretaria de Segurança Pública do Pará envida esforços neste momento para identificar os criminosos, prendê-los e para que, sem dúvida, todos os hóspedes dos dois hotéis que foram vitimados por esse assalto possam recuperar os seus bens. Mas há algo que é possível de recuperar: uma certa tranquilidade, porque todos, submetidos àquela situação de constrangimento, com certeza carregarão por muito tempo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Nery, para concluir.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... o trauma de uma violência que só pode ser compreendida por aqueles que em nosso país infelizmente – e são muitas pessoas – que são submetidos a esse tipo de violência.

Portanto, quero agradecer todas as manifestações que recebi, desde o dia de ontem, quando do ocorrido, e torcer para o completo esclarecimento desse crime, a punição dos envolvidos; e, sobretudo, reforçar a nossa convicção de que acabar com a violência só será possível se nós adotarmos políticas sociais de inclusão, de educação, de prioridades às questões sociais, criando um novo padrão de desenvolvimento, um novo modelo onde as pessoas sejam incluídas e que ninguém possa associar-se ao crime, para praticar assaltos, sequestro, ou qualquer tipo de violência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Estamos compactuando: ele falou como Líder, e temos orador inscrito.

O orador inscrito é Sérgio Zambiasi,

Depois chamaremos como Líder, no meu lugar – estou inscrito e cedo –, o Líder Renan Calheiros, do PMDB.

Então, estamos alternando.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa. Agradeço a sua gentileza.

Venho à tribuna, colega Mão Santa, para buscar aqui, através desse pronunciamento, através de um projeto de lei que estou apresentando aqui nesta Casa, de uma proposta que estou apresentando aqui no Senado, tentar resgatar um nome que espero ver na galeria dos heróis brasileiros.

Nós já estamos acostumados a ouvir que o Brasil é um grande “celeiro de craques” para o futebol. Isso porque se trata de uma paixão nacional, e há muita divulgação em torno de tudo o que acontece nesse esporte. É algo realmente espetacular. Imaginem agora, em 2010, com a Copa do Mundo, lá na África do Sul!

Porém, o que não desperta o interesse da mídia e, portanto, não consegue chegar ao conhecimento do público, acaba muitas vezes caindo no esquecimento. É bom sempre lembrar que o Brasil produz também um grande número de cientistas, de inventores, do porte de Carlos Chagas, que descobriu o “mal de Chagas”; Osvaldo Cruz, por seu trabalho na saúde pública; Manuel Dias de Abreu, que inventou um método rápido e barato de radiografia do tórax – V. Ex^a, que é médico, Senador Mão Santa – e que leva seu nome e que se espalhou pelo mundo inteiro, a abreugrafia, levando-o a ser indicado inclusive ao Prêmio Nobel; Bartolomeu de Gusmão, o “Padre Voador”, inventor do balão movido a ar quente, 300 anos atrás; Santos Dumont, o Pai da Aviação, inventor do balão dirigível e do avião.

A lista poderia estender-se muito mais; porém, nesta oportunidade hoje, eu quero mostrar o valor de um outro grande homem, de um gaúcho: o Padre Roberto Landell de Moura. Ele foi um dos pioneiros na descoberta do rádio, precursor da radiotelefonia, como ficou conhecido em sua época, descobridor das ondas landellianas, e abriu caminho para a própria televisão.

Infelizmente, o Padre Landell de Moura não ficou tão conhecido como os outros que mencionei, mas quero aproveitar esta oportunidade para divulgar algumas descobertas ou invenções desse ilustre religioso gaúcho, desse ilustre brasileiro.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Roberto Landell de Moura nasceu em Porto Alegre, no dia 21 de janeiro de 1861, em plena época imperial. Aprendeu as primeiras letras com o pai e, depois, frequentou a Escola Pública do Profes-

sor Hilário Ribeiro e o Colégio do Professor Fernando Ferreira Gomes.

Com 11 anos de idade, em 1872, entrou para o Colégio Jesuíta de Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, na região metropolitana de Porto Alegre, onde concluiu o Curso de Humanidades. E aí, então, para o Rio de Janeiro, com o intuito de estudar na Escola Politécnica.

Depois, foi para Roma. Ingressou no Colégio Pio Americano, em 22 de março de 1878, estudando em seguida na Universidade Gregoriana, onde foi ordenado padre em 28 de outubro de 1886, já com 25 anos de idade.

Nesse mesmo ano, retornou para o Rio de Janeiro, onde passou a residir no Seminário São José. Em algumas oportunidades, substituiu o coadjutor do capelão do Paço Imperial e manteve longas palestras de caráter científico com Dom Pedro II. Em fevereiro de 1887, foi nomeado capelão da Igreja do Bonfim e professor de História Universal no Seminário Episcopal de Porto Alegre.

Sua vida de pastor de almas o levou a exercer o sacerdócio em diversas cidades e regiões brasileiras, mas o que vale destacar aqui não é apenas a sua vida religiosa e, sim, a sua atividade de cientista e de inventor.

Uma das maiores criações do engenho humano para facilitar e agilizar as comunicações e a difusão dos conhecimentos, tendo revolucionado o envio e o recebimento de mensagens há pouco mais de um século, sem dúvida, foi a invenção do rádio. O rádio tem pouco mais de 100 anos, Senador Mão Santa. É muito recente, é muito novo o rádio e a comunicação. Essa descoberta foi atribuída ao físico italiano Guglielmo Marconi, que acabou por tornar-se conhecido como o Pai da Radiodifusão e inventor do primeiro transmissor de ondas eletromagnéticas em 1895.

Entretanto, o Padre Landell de Moura já tinha apresentado publicamente seu transmissor de ondas em 1893, com um aparelho que cobria a distância de oito quilômetros – mais do que o dobro da distância alcançada pelo invento de Marconi, dois anos depois – e trazia em seu sistema duas novidades: o microfone eletromecânico e o alto-falante-telegráfico, que não existiam na experiência do italiano.

Na realidade, o padre brasileiro foi mais longe: em 1893, muito antes da primeira experiência de Marconi, realizou em São Paulo, do alto da Avenida Paulista para o alto de Santana, as primeiras transmissões de telegrafia e telefonia sem fio, com aparelhos por ele inventados, cobrindo uma distância de aproximadamente oito quilômetros em linha reta entre o aparelho transmissor e o aparelho receptor. Outra experiência,

dessa vez em 3 de junho de 1900, chegou a ser presenciada pelo Cônsul Britânico em São Paulo, Percy Charles Parmenter Lupton.

Marconi só veio a iniciar suas experiências um ano depois, podendo-se comprovar, dessa forma, que ocorreu uma grande injustiça histórica com esse grande gaúcho.

O Padre Landell, em decorrência dos êxitos incontestáveis, obteve, em 9 de março de 1901, a patente brasileira para um “aparelho destinado à transmissão fonética a distância, com ou sem fio, através do espaço, da terra e do elemento aquoso”, patente que recebeu o número 3.279. E ele executava tudo sozinho. Era, ao mesmo tempo, o cientista, o engenheiro e o operário.

Ciente do valor de suas descobertas, o Padre Landell foi para os Estados Unidos. Lá, acabou por conseguir, em 11 de outubro de 1904, a patente americana para o seu Transmissor de Ondas, precursor do rádio. E, em 22 de novembro de 1904, foram conferidas a ele as patentes para o Telefone sem Fio e para o Telégrafo sem Fio. Nessas patentes, ele já havia incorporado vários avanços técnicos, como a transmissão por ondas contínuas, por meio da luz (princípio da fibra ótica) e por ondas curtas; e a válvula de três eletrodos, elemento fundamental no desenvolvimento da radiodifusão, para o envio de mensagens.

Ainda em 1904, o Padre Landell começou a projetar a transmissão de imagem, abrindo as possibilidades para a transmissão televisiva e para a transmissão de textos, teletipo, a distância.

Apesar de vários jornais da época terem noticiado os feitos no final do século XIX e início do século XX, como *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Commercio* (RJ) e outros jornais internacionais, Landell de Moura jamais foi reconhecido oficialmente, sendo ignorado aqui, em seu próprio país.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero ressaltar aqui a importância das ondas landellianas para o desenvolvimento da radiodifusão. Conquanto aparentemente possam ser equiparadas às ondas hertzianas, são bem diferentes. As hertzianas são ondas mais ou menos amortecíveis e produzidas por movimentos vibratórios elétricos sem constância nem uniformidade, que vão decrescendo pouco a pouco. O Padre Landell conseguiu produzir ondas que não estão sujeitas a essas transformações e são produzidas por movimentos vibratórios elétricos, com movimentos vibratórios contínuos, que permanecem sempre iguais.

Padre Landell de Moura retornou ao Brasil no final de 1904, mas não lhe deram a oportunidade de expor suas invenções ao governo brasileiro. Por isso, em 28 de fevereiro de 1905, a nossa Marinha de Guerra rea-

lizou experiências com a telegrafia por centelhamento no encouraçado Aquidabã com aparelhos importados da Telefunken, da Alemanha. Portanto, a Marinha é a pioneira, no País, no uso da radiotelegrafia permanente, mas, infelizmente, não se utilizou da tecnologia do brasileiro.

Estou concluindo, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a ainda tem nove minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Agradeço imensamente sua gentileza, mas não vou utilizá-los. Preciso de apenas dois ou três minutos, porque quero complementar esta exposição que estou fazendo a respeito de um brasileiro, Senador Renan Calheiros, que quero, com a sua ajuda, com a ajuda desta Casa, colocar entre nossos heróis. Quem sabe possamos iniciar um grande movimento de resgate de sua imagem, a exemplo do que precisa ser feito com muitos outros brasileiros que a gente esqueceu com o passar dos anos, com o passar do tempo? Houve a inteligência de Santos Dumont, que, ainda hoje, sofre contestações exatamente por que o Brasil não soube reagir à altura à época, talvez porque ele estivesse em Paris fazendo suas invenções e nós estivéssemos aqui. Mas Landell de Moura fez suas invenções no Brasil, todas as suas experiências foram feitas aqui. E, de repente, vimos um engenheiro italiano, dois anos depois das experiências do padre brasileiro, ganhar mundialmente o título de Pai da Radiodifusão.

Queremos ver Landell de Moura reconhecido. Em janeiro de 2011, vamos comemorar os 150 anos do nascimento de Landell de Moura. Ele teve apenas um reconhecimento em toda a sua história de vida e de trabalho: os radioamadores, uma classe que presta enormes serviços à sociedade em situações difíceis, escolheram-no para “Patrão dos Radioamadores Brasileiros”. Foi o único reconhecimento público que Landell de Moura recebeu.

Mas a genialidade desse padre não estava restrita apenas à área das telecomunicações. Em 1907, com a designação de “O Perianto”, descreveu minuciosamente os efeitos eletro-luminescentes da aura humana e a possibilidade de registrá-los em filme fotográfico. Os russos, que hoje são reconhecidos como grandes especialistas nessa área, só vieram a tomar conhecimento dessa técnica em 1939. Somente a partir daí, tornaram-se mais comuns as denominadas “fotos Kirlian”.

Landell de Moura estudou também os efeitos da acumulação de eletricidade no comportamento humano, deixando interessantes e minuciosos relatos nessa área, que denominou “Estericidade”. Escreveu

ainda orientações sobre a maneira de controlar esses efeitos.

O Padre Roberto Landell de Moura é muito pouco conhecido se consideramos a importância de suas contribuições científicas para a humanidade. Além das ciências físicas, sua mente laboriosa e incansável transitava pela Química, pela Biologia, pela Psicologia, pela Parapsicologia e pela Medicina. Foi ele o primeiro cientista brasileiro a obter o registro internacional de invenção pioneira.

Porém, ele não se descuidou de sua vocação religiosa. Em 17 de setembro de 1927, foi elevado pelo Vaticano a Monsenhor e, seis meses antes de sua morte, recebeu o posto de Arcebispo. Faleceu em 30 de junho de 1928.

Sr. Presidente Mão Santa, seu microfone está ligado. Apenas quero alertá-lo e destacar essa invenção que também passou pelas mãos de Marconi e que hoje nos permite muitas facilidades na comunicação.

O que faço aqui hoje é pedir justiça para esse grande gaúcho, para esse grande brasileiro, pela importância do seu legado científico, para torná-lo conhecido do grande público. Minha intenção, com este pronunciamento, é exatamente a de divulgar os feitos desse grande inventor brasileiro, prestando minha homenagem ao ilustre rio-grandense que foi o Padre Roberto Landell de Moura.

Na condição de comunicador, de radialista e de jornalista, eu me senti privilegiado ao receber um grupo de profissionais que compõem uma publicação chamada *Jornalistas & Cia*. São eles os grandes colaboradores deste meu momento na tribuna do plenário do Senado. Inspirado por esses profissionais que nos permitem receber publicações e posicionamentos de jornalistas de todo o Brasil, pude, na condição de conterrâneo, oferecer ao Brasil, pelos veículos de comunicação do Senado, um pouco da história do Padre Landell de Moura.

Nesse sentido, apresentei também o PLS nº 51, de 2010, que tem o objetivo de inscrever o nome do Padre Landell de Moura no *Livro dos Heróis da Pátria*. Creio que essa iniciativa é o início do resgate da memória desse ilustre brasileiro. Proponho ainda, Sr. Presidente Mão Santa, que o Senado Federal, pela nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, possa idealizar a realização, no próximo ano, de uma semana comemorativa do sesquicentário de nascimento de Landell de Moura, que se dará no dia 21 de janeiro de 2011. Queremos conclamar as entidades que representam o setor de comunicação do Brasil, tais como Abert, ABI, Fenaj e muitas outras, a se engajarem nessa campanha de reconhecimento, ainda que tardio, dos feitos desse brasileiro que, sem

dúvida, merece estar inscrito no livro dos nossos heróis, no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Era esse meu pronunciamento.

Agradeço, mais uma vez, a toda a equipe da publicação *Jornalistas & Cia*, que me privilegiou com informações e com uma riquíssima contribuição, para que pudéssemos produzir este momento de homenagem à memória de um brasileiro que merece este espaço. Espero que o Senado, em 2011, aceite essa sugestão que deixo aqui como contribuição para esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Senador Sérgio Zambiasi enriquece a nossa história de ciência e tecnologia. Com o avião, para o mundo, os irmãos Wright passaram na frente. Agora, V. Ex^a resgata a inteligência do Padre Moura, um gaúcho que antecedeu Marconi. V. Ex^a, então, merece os aplausos por resgatar essa competência na área de ciência e tecnologia do Brasil.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, pela ordem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, gostaria de pedir a V. Ex^a que faça consignar na Ata dos nossos trabalhos o meu voto durante as votações realizadas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –

V. Ex^a será atendido. O Secretário, Dr. José Roberto, atenderá.

Está na tribuna, falando pela Liderança do PMDB, o Senador Renan Calheiros, que pertence ao Estado de Alagoas.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Previdência Social brasileira já não é mais aquele elefante branco de décadas passadas. O gigante indomável, enfim, foi domesticado e tornou-se eficiente, cumprindo bem a sua importante missão de promover o bem-estar coletivo, garantindo proteção ao trabalhador atingido, entre outros infortúnios, pela invalidez, pela idade avançada, pelo desemprego involuntário.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresento os meus cumprimentos, como consequência de tudo isso, ao Ministro José Pimentel.

O sistema protege a família do trabalhador brasileiro também por meio de benefícios de maternidade e de pensão por morte do segurado.

O INSS administra essa imensa e sempre crescente demanda de benefícios deferidos a milhões de segurados ou aos seus dependentes. Para isso, estrutura-se em cerca de 100 gerências executivas e mais de 1.200 agências – fixas e móveis – que registram uma média mensal de 3,5 milhões de atendimentos.

Além disso, Sr. Presidente, a Previdência Social conta com quiosques de auto-atendimento, com a Internet, com os núcleos de reabilitação profissional e com as pequenas unidades montadas em parceria com as prefeituras municipais.

Dando sequência a esse bem sucedido programa de expansão, conduzido com muita competência, repito, e espírito público pelo Ministro José Pimentel, nos dias 17 e 18 de março vamos inaugurar, em Alagoas, mais oito agências previdenciárias. Dessa vez, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos Municípios de Pão de Açúcar, Santana do Ipanema, Maribondo, Viçosa, São Sebastião, Girau do Ponciano, Campo Alegre e Murici.

São ações de extrema importância e alcance social, principalmente quando observamos que Alagoas atualmente conta com 45 agências modernas e bem instaladas, quando, em 2002, havia apenas 11 unidades, 11 agências em Municípios de Alagoas. Estamos ampliando esse número para atender – com a merecida dignidade – os trabalhadores e as trabalhadoras do meu Estado.

Por indeclinável dever de justiça, desejo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, expressar o meu sincero reconhecimento ao excelente trabalho do professor Ronaldo Medeiros, eficiente e dedicado servidor dos quadros do INSS, que soube dirigir a instituição nos últimos sete anos, sempre preocupado em garantir ao segurado e à sua família a proteção que lhe é devida pelo Poder Público.

A Superintendência do INSS em Alagoas tem obtido um dos melhores indicadores de desempenho institucional do Brasil. E esses significativos avanços também devem ser creditados aos servidores que fazem o INSS de Alagoas, que deram sua insubstituível colaboração para desenvolver e implantar as políticas públicas que melhoram significativamente a vida dos menos favorecidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou verdadeiramente honrado por ter trabalhado e colaborado para as melhorias registradas na Previdência Social, especialmente na ampliação da rede de agências do INSS em Alagoas em mais de 400%.

No Governo do Presidente Lula, a Previdência Social desempenhou como nunca o seu papel de grande significação na vida dos aposentados, pensionistas e demais beneficiários da seguridade social.

São do passado as humilhações das filas sem fim e a injustificável demora e sacrifícios de toda ordem para obter um sempre urgente benefício previdenciário ou o reconhecimento de direitos.

Essa mudança decorreu do comprometimento de todos na formulação de uma nova, moderna, ágil e sólida Previdência Social. A concessão de aposentadorias em poucos minutos é uma realidade. Em Alagoas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foram registradas concessões em apenas sete minutos, cumprindo um procedimento que em outros tempos faria o trabalhador esperar normalmente por quase um ano.

É expressiva e muito importante a participação dos recursos da Previdência Social, que somam 10% do Produto Interno Bruto, PIB, de Alagoas. O pagamento, Sr^{as} e Srs. Senadores, não atrasa e funciona como garantia de crédito junto ao comércio. Em Alagoas, é importante citar este fato, foram injetados, em fevereiro, na economia, mais de R\$245 milhões, pagos a 415 mil aposentados e pensionistas.

Essa proteção social equivale ao Programa Bolsa Família, que alcança 400 mil famílias em Alagoas. Em valores absolutos, Sr. Presidente, coloca na economia R\$39 milhões por mês e R\$476 milhões por ano.

Aqui, Sr. Presidente, peço licença para abrir um pequeno parêntese e anunciar que mais 14 mil famílias serão cadastradas e assistidas pelo Programa Bolsa Família em Maceió.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam que o pagamento de benefícios da Previdência Social foi responsável por tirar mais de 21 milhões de brasileiros da linha da pobreza no nosso País.

No ano passado, sustentei que a boa sequência dos indicadores socioeconômicos, num momento de crise mundial, era o prenúncio de um excepcional ano de 2010 para todos os brasileiros. E, a cada dia, estou mais convencido de que o número de postos de trabalho com carteira assinada, sem dúvida, irá aumentar e que o PIB, Produto Interno Bruto, poderá chegar a 5%, 6% ou 6,5%.

Lembro que, confiante nos resultados, batalhei muito pela inclusão dos microempreendedores individuais na seguridade social para reduzir os níveis de informalidade, que deixavam milhões de brasileiros sem proteção previdenciária devida. Com a aprovação da proposta de lei complementar pelo Congresso Nacional, foram beneficiados 10 milhões de trabalhadores autônomos, como os feirantes, os camelôs, os sacoleiros, os pipoqueiros, os cabeleireiros, os borracheiros e outros profissionais totalmente desprotegidos.

Nesse contexto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, merece registro a redução do déficit da Previdência Social no início de 2010, que caiu 44% em relação ao mesmo período de 2009.

Com o sistema previdenciário cada vez mais sólido e equilibrado, volto a defender uma política mais ousada de atualização dos benefícios pagos pela Previdência Social como forma de coroar os esforços e as conquistas obtidas na linha da sugestão que brotou de uma comissão especial que criamos aqui, no Senado Federal, quando eu tive a honra de presidir esta Casa do Congresso Nacional.

Precisamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, avançar mais. É dever de todos nós, Senadores, trabalhar pelo bem-estar social e no sensível campo da Previdência e da Assistência Social, que reclamam um grande volume de recursos financeiros, é sempre urgente e necessário estabelecer melhores condições de vida para a população de baixa renda. Com o comprometimento de todos, certamente, Sr. Presidente, iremos obter mais êxitos em nossa missão.

Devo assinalar a contribuição séria e responsável desta Casa do Congresso Nacional para as conquistas alcançadas e para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado a V. Ex^a e aos Senadores pela atenção que dispensam a esse breve pronunciamento que tenho a honra de fazer perante esta tribuna do Senado Federal.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, estamos seguindo o pacto que fizemos, alternando. O orador inscrito era Jefferson Praia. Mas ele cedeu ao Senador Eduardo Azeredo, de Minas. Depois, é um Líder, o Raupp.

Então, convidamos o Senador Eduardo Azeredo, de Minas.

Minas tem uma história política muito bonita. Hoje, estive em uma sessão do PSC, que nasceu lá, por inspiração de Pedro Aleixo. Um dos oradores inscritos foi o seu filho, que é padre. Padre Aleixo leu a coisa mais bonita. Entre todos os pronunciamentos sobre a vida dele nos livros, ele pescou o que achava mais significativo: foi Juscelino Kubitschek se despedindo dele no sepultamento. Talvez V. Ex^a não conheça bem

sobre esse acontecimento. Foi emocionante porque estava acertado que Pedro Aleixo receberia Juscelino na Academia de Letras Mineira. Por dias, isso não aconteceu. Ele disse: “Ele ia me receber, mas eu é que estou me despedindo dele”. É uma peça literária extraordinária.

Monsenhor Aleixo perguntou sobre o seu projeto de lei de reconhecimento àqueles dois mineiros, de fato, Presidentes da República: Tancredo, que se imolou, que Deus chamou, e Pedro Aleixo, que, por coerência, por firmeza, afastou-se do regime ditatorial. Então, disse-lhe que tinha participado, com um aparte, do pronunciamento de V. Ex^a.

Queremos colocá-los na galeria de Presidentes da República. Foram dois mineiros que não assumiram: Tancredo Neves e Pedro Aleixo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, agradeço também ao Senador Jefferson Praia, que fez uma permuta comigo.

V. Ex^a tem razão, eu recebi ainda hoje o padre Aleixo, e é uma medida de justiça. O projeto já tem o relatório favorável do Senador Eliseu Resende, na Comissão de Educação, reconhecendo que Pedro Aleixo foi impedido de assumir a Presidência da República. Ele era o sucessor legal, mas, naquele momento do Ato Institucional, houve a opção de se colocar ilegalmente um trio – três militares – que fez aquele momento negro da história, digamos assim, porque foi realmente um momento contra a legalidade, já que Pedro Aleixo era o Vice-Presidente, e se Vice-Presidente existe é para assumir no impedimento do Presidente. Então, quando foi impedido o Presidente, o Vice-Presidente não assumiu, e nós tivemos, então, a junta militar assumindo o poder. É de justiça que isso seja reconhecido.

Mas, Senador Mão Santa, V. Ex^a, que é médico também, o que me traz à tribuna neste fim de dia são dois projetos muito importantes ligados à saúde dos brasileiros, aprovados hoje na Comissão de Constituição e Justiça, que seguirão agora o seu trâmite para aprovação ainda na Comissão de Assuntos Sociais.

O primeiro deles é o PLS nº 338, projeto do Senador Flávio Arns – houve também um projeto semelhante da parte do Senador Tião Viana –, que diz respeito à regulamentação do fornecimento de medicamentos especiais aos brasileiros através do SUS.

O que acontece, Senador Mão Santa? V. Ex^a sabe bem. Existem medicamentos que são muito caros, alguns deles até importados. E as pessoas que não têm condição de comprar, porque alguns desses remédios chegam a custar R\$1 mil, R\$2 mil, acabam

impossibilitadas de buscar o tratamento, mesmo sabendo que ele existe.

O que acontece é que muitos entram na Justiça, acionando o Secretário de Estado, os Secretários Municipais, e a Justiça acaba com mais processo e contrangendo os Secretários que têm, por força judicial, de fornecer esses remédios.

Então esse projeto busca dizer, com clareza, quais são as obrigações do Estado, quais são os tipos de medicamentos que serão fornecidos, mesmo custando mais caro ou ainda não sendo fabricados no Brasil, medicamentos que estejam dentro dessa regra de disponibilidade de recursos. Assim, acabam com esta pendenga, com esta dificuldade que temos hoje que deixa as pessoas desesperadas e elas acabam tendo que entrar na Justiça.

Então, nós temos problema com os Secretários, que são contrangidos, temos problema com a Justiça, que acaba tendo que se manifestar com dezenas, centenas de processos, e temos o problema principal, as pessoas que precisam do medicamento ficam dependendo dessas providências judiciais para ter o devido atendimento.

Portanto, é um projeto da maior importância, que foi proposto pelo Senador Flávio Arns. O Senador Tião Viana tinha um projeto semelhante. E nós hoje aprovamos o relatório apresentado pelo Senador Tasso Jereissati, que vem na linha de regulamentar o fornecimento dos chamados medicamentos especiais, portanto, a favor da saúde dos brasileiros. E é muito importante, nós sabemos qual o principal problema que existe hoje.

O segundo ponto, também aprovado, Presidente Mão Santa, diz respeito ao cigarro. Nós sabemos que as pessoas têm liberdade de tomar as suas decisões num País democrático, mas elas não têm a liberdade de interferir na saúde dos outros.

Então, se uma pessoa tem realmente o vício ou tem o gosto de fumar, que fume, desde que não prejudique os outros. Por isso o projeto que prevê a proibição do cigarro em locais fechados, públicos ou privados no Brasil, é da maior importância.

Um projeto semelhante foi implantado pelo Governador José Serra, em São Paulo; José Serra, que é conhecido como uma pessoa que realmente se preocupou com a saúde brasileira. Mesmo não sendo médico, foi um grande Ministro da Saúde, trouxe a realidade dos genéricos, trouxe a realidade dos medicamentos contra a AIDS. E agora, em São Paulo, ele teve essa iniciativa, no princípio combatida, mas depois as pesquisas de opinião mostraram que 95% ou 96% da população aprovou essa medida dentro do Estado de São Paulo, que busca exatamente proteger

aqueles que não fumam. Quem quiser fumar, que continue fumando na rua, continue fumando no passeio, continue fumando numa área aberta, mas não dentro de um restaurante, dentro de um local de trabalho ou dentro de uma repartição pública.

Assim, o projeto que foi aprovado hoje na Comissão de Constituição e Justiça vai no mesmo sentido: de que não apenas em São Paulo, não apenas em uma cidade ou outra, mas em todo o Brasil nós possamos ter essa proteção à saúde. Não há dúvida alguma com relação aos malefícios que o cigarro causa e por isso nós temos que entender o que acontece e respeitar, sim, quem queira continuar fumando. Não estou discutindo e não é da nossa responsabilidade discutir o que cada um define dentro do estado democrático. Mas, repito, ele não pode fumar, prejudicando a saúde de quem não fuma.

Por isso, eu quero, nesta noite, trazer a minha satisfação de ver caminharem esses dois projetos, ambos a favor da saúde dos brasileiros: a proibição de cigarro em locais fechados e a regulamentação do fornecimento de medicamentos especiais.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Muito obrigado, Senador Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos agora o Senador Jefferson Praia.

Para falar como Líder, o próximo seria eu. Assim, depois, eu convido V. Ex^a a assumir a Presidência, enquanto eu farei meu pronunciamento. *(Pausa.)*

Antes, porém, vejo que chegou um Líder. Como agora é a vez de um Líder, tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto hoje, desta tribuna, a abordar um tema que aqui já me trouxe diversas vezes, desde que assumi, em 2003, meu mandato como Senador. Eu me refiro, Sr. Presidente, à questão das rodovias do Estado de Rondônia, em especial a BR-364.

Já perdi a conta das vezes que tratei desse assunto aqui. Infelizmente, cada vez que volto a abordá-lo, é sempre para repetir o mesmo rol de problemas que esperam soluções definitivas. Desta vez, Sr^{as} e Srs. Senadores, não será diferente.

Em 2009, ocorreram 3.107 acidentes nas rodovias federais de Rondônia, 1.521 deles com vítimas: 100 pessoas morreram e mais de 2.500 ficaram feridas. Nos dois primeiros meses deste ano, já foram 19 mortos, 61 feridos graves e 236 feridos leves, em 362 acidentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alguma coisa está errada nas rodovias de Rondônia.

Levando-se em conta as BRs que cortam o Estado, em Rondônia estão os trechos mais perigosos para o motorista. Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, enquanto Rondônia registrava, em 2009, mais de três mil acidentes nas BRs, o Acre registrava apenas 18 – tudo bem que o Acre é menor, mas a diferença é muito grande –, o Amazonas, nenhum acidente; e o Mato Grosso, apenas seis, nas mesmas estradas que continuam em direção a esses Estados.

Por que isso, Sr^{as} e Srs. Senadores? Por que em Rondônia há um risco tão acentuadamente maior de acidentes? Não há diferenças geográficas ou topológicas tão grandes entre Rondônia, Amazonas, Acre ou Mato Grosso. O estado geral das estradas varia tão fortemente de uma unidade da Federação para outra, de modo que o mau estado de conservação das BRs, em particular a BR-364, justifica a particularidade de incidência de acidentes.

Acredito, Sr. Presidente, que a explicação para um maior número de acidentes em Rondônia esteja diretamente relacionada com as péssimas condições de tráfego no Estado.

Rondônia se tornou um corredor para a exportação de grãos. O início das obras das usinas do rio Madeira também trouxe para as estradas um número maior de veículos pesados, transportando material e máquinas para os canteiros de obras.

Hoje, Rondônia tem quase dois mil quilômetros de rodovias, com alto número de veículos circulantes, incluindo aí um grande número de caminhões pesados, com 74 toneladas e 30 metros de comprimento.

Em todo o Estado de Rondônia, existem apenas oito postos com três policiais cada um. Dois deles, Sr. Presidente, estão fechados por falta de policiais. Enquanto isso, os acidentes se multiplicam, os mortos tragicamente se acumulam, e os feridos carregam, às vezes pela vida inteira, as marcas de um instante que poderia, talvez, ter sido evitado por uma fiscalização mais presente, por um cuidado maior das autoridades responsáveis.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desenvolvimento econômico e social que desejamos e necessitamos precisa de uma infraestrutura adequada e funcional. Para isso, é imperativo que tenhamos prontos os meios e os recursos necessários para garantir esse funcionamento.

Sr. Presidente, eu sou da base do Governo, tenho apoiado o Governo, tenho agradecido ao Governo, porque tem realmente investido fortemente no nosso Estado, principalmente na construção das usinas do rio Madeira, Senador Jefferson Praia. Mais de 20 bilhões estão sendo investidos. Temos agradecido isso, porque tem empregado mais de 20 mil trabalhadores.

Recentemente, foi ao ar uma reportagem na Record, em âmbito nacional, no Dia Internacional da Mulher, dando conta de que mulheres que nunca tinham recebido um salário estavam lá, felizes da vida, porque estavam recebendo salários de 700, 800, 1.000 reais, podendo comprar roupas para suas filhas, comprar brinquedos para os seus filhos e alimentar melhor a sua família, por meio desses empregos.

Em Porto Velho há uma verdadeira revolução; é um verdadeiro canteiro de obras. São mais de um bilhão em obras do PAC, sendo investidos em drenagem, saneamento básico, água tratada, esgoto, construção de casas. Mas a nossa BR-364 está toda esburacada. É uma BR com quase 30 anos de construída e nunca recebeu um recapeamento geral. Ela precisa urgentemente de um recapeamento geral, de Vilhena, na divisa com o Mato Grosso, até Porto Velho, talvez até Rio Branco, no Acre. Mas o movimento maior é até Porto Velho.

Quando falo no recapeamento geral de Vilhena, na divisa do Mato Grosso até Porto Velho, é em razão de este ser o trecho mais movimentado. Porto Velho tem o porto graneleiro, que foi construído ainda na época do meu governo, há 15 anos. A estrada tem quase 30 anos, o porto foi construído há 15 anos, e ela não sofreu ainda uma recuperação pesada, um recapeamento geral.

Dizem que isso será feito agora com o PAC. Neste momento, o Diretor de Planejamento do Dnit está em Rondônia, visitando Ariquemes, Ouro Preto, Jaru, Ji-Paraná, Pimenta Bueno. Vou estar com eles, o Diretor e talvez até com o Ministro, em Vilhena, na sexta-feira à noite e no sábado, falando sobre a rodovia e também sobre a ferrovia.

Mas espero verdadeiramente que as obras, que a licitação, que o contrato saiam o mais rápido possível para evitar mais mortes. O que estou falando aqui são dados estatísticos da Polícia Rodoviária Federal. São dados verdadeiros. Está morrendo muita gente nessa BR, no trecho de Vilhena a Porto Velho.

Estou vendo aqui na galeria o prefeito de Presidente Médici, um Município do centro da BR-364. Estou vendo ali o vereador Rubi, estou vendo o assessor do Deputado Edson Martins, o Ciro. Eles transitam por essa estrada quase todas as semanas e sabem do que estou falando.

Tenho passado lá à noite, de dia, e a BR-364 está toda esburacada. É carro tombado, é carreta tombada, é ônibus batido, é carro batido, capotado, por causa dos buracos. É tanto buraco que não há como, muitas vezes, nem desviar dos buracos. Tem que estourar pneu, furar pneu nesses buracos.

As transformações das condições de circulação nas estradas de Rondônia são, por um lado, um índice eloquente de saúde econômica e de pujança. Por outro, os meios que garantem a segurança dessa circulação, como a presença da Polícia Rodoviária Federal, são limitados. Essas mesmas transformações são um índice de preocupação. Esses dois lados são incompatíveis. Como não podemos abrir mão do desenvolvimento, temos de garantir os meios para a segurança da circulação da população.

Esses meios, Sr. Presidente, são, evidentemente, estradas melhores, estradas recuperadas, bem conservadas, bem sinalizadas, mas envolvem também, de forma importante, a fiscalização, a segurança, o monitoramento, a orientação dos condutores, tarefas que cabem eminentemente à Polícia Rodoviária Federal.

Como disse, o contingente da Polícia Rodoviária em Rondônia não cresceu nos últimos anos. Concursos têm sido realizados em nível nacional, mas isso não tem alterado a situação de Rondônia. Tenho conversado com o Inspetor André, que é o Superintendente em Rondônia, e ele me disse que estão faltando, há muito tempo, policiais. Muitas vezes, os aprovados que tomam posse em Rondônia são de fora do Estado e logo pedem a remoção.

Como conclusão, quero deixar aqui, a título de sugestão, que o Departamento de Polícia Rodoviária Federal estude a possibilidade de fazer um concurso regional, para que aqueles que passem não venham, logo em seguida, pedir a remoção para outros Estados.

Com isso, Sr. Presidente, seria dado um passo importante para pacificar as mortes por acidentes de trânsito nas estradas de Rondônia, que têm consequências tão desastrosas, em todos os níveis, para a nossa sociedade. Quantas famílias já perderam seus entes queridos? Quantas famílias ficaram com pessoas acidentadas, com sequelas, dentro de casa? Quanto prejuízo material têm causado os buracos da nossa BR-364 em Rondônia?

Sr. Presidente, mais uma vez, espero que o Dnit faça, o mais rápido possível, a licitação dessa obra e que contrate as empresas vencedoras, colocando-as para trabalhar, a fim de recapear a nossa BR, para evitar mais mortes, para evitar mais acidentes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos a usar da palavra o orador inscrito Senador Jefferson Praia, do PDT do Amazonas.

Antes, porém, peço permissão, enquanto V. Ex^a sobe à tribuna, para saudar Luzilândia, que comemora 120 anos e que é uma importante cidade da região

norte do Piauí. É governada pela Prefeita Janainna Marques. Essa extraordinária líder já foi Prefeita de Joca Marques por duas vezes, uma cidade que criei quando Governador do Estado. Pela sua competência, o povo a elegeu Prefeita da cidade-mãe. Ela é uma extraordinária líder do Piauí. O pai de Janainna Marques e sua família têm tradição política. Seu pai é, hoje, o dinâmico Prefeito de Joca Marques. Aproveitamos para pedir que o Governo Federal conclua uma obra federal, a grande ponte de Luzilândia. Esse seria um grande presente do Presidente Luiz Inácio à cidade de Luzilândia.

Tem a palavra o Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, inicialmente, registrar a presença do Vice-Prefeito do Município de Rio Preto da Eva nesta Casa. O Vice-Prefeito Paixão esteve comigo, em meu gabinete, conversando sobre assuntos de interesse do Município de Rio Preto da Eva.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 24 de fevereiro último, o plenário do TCU apreciou uma auditoria realizada nas obras de pavimentação e recuperação da BR-319, solicitada pela Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado, da qual faço parte, a requerimento da nobre Senadora Marina Silva.

Essa BR, Sr. Presidente, liga Manaus a Porto Velho e as obras estão a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit).

A BR-319 possui uma longa história. Foi iniciada em 1968 e concluída em 1973. Hoje, parte da rodovia está quase desaparecida por falta de manutenção.

Recentemente, decisões políticas começaram a refletir-se em mudanças desse cenário. A obra foi concluída nos planos plurianuais de 2004-2007 e 2008-2011, com despesa prevista em R\$600 milhões.

No pedido de auditoria, foi solicitada análise de avaliação prévia de viabilidade técnica, socioeconômica, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade do projeto, considerando as demais alternativas de transporte na Região Amazônica.

A auditoria concentrou-se, Sr. Presidente, a pedido da Comissão, na análise do projeto em si e não apenas na dos seus aspectos de execução. Assim, examinou os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental da obra, o seu licenciamento ambiental, a avaliação dos seus benefícios frente aos custos e a comparação entre as vantagens de construir uma rodovia frente a outros modais alternativos, como a ferrovia ou a hidrovía.

Os resultados da fiscalização que sintetizo brevemente foram muito abrangentes e trazem informações relevantes para nós, gestores públicos.

Destaco, Sr. Presidente:

- a obra não teve estudos prévios de viabilidade socioeconômica, pois foi considerada de interesse de segurança nacional, caso em que a legislação permite dispensar esse estudo prévio; por outro lado, a auditoria constatou amplo apoio à obra por parte de representantes de Estados, Municípios e da sociedade civil da região por ela afetada;

- os projetos básico e executivo, bem como o Eia/Rima, continham estudos de viabilidade técnica, econômica e social adequados;

- usar a BR-319 permitirá a redução do tempo de trajeto de mercadorias do Sudeste a Manaus frente a todas as demais alternativas, exceto o frete aéreo; no que se refere a custos, a rodovia oferece nesse trajeto uma redução de cerca de 20% diante das atuais alternativas rodofluviais via Belém ou Porto Velho. Portanto, diante dos recursos atualmente existentes (que já levam em conta a hidrovía), a BR-319 abre uma possibilidade de transporte mais eficiente que a disponibilidade atual para uma grande variedade de cargas, sem impedir a utilização dos modais atualmente existentes;

- não há meios de se comparar com o modal ferroviário, uma vez que hoje não existe nenhum projeto de ferrovia, conforme o Plano Nacional de Logística de Transporte;

- parte da rodovia teve concedidas as licenças ambientais necessárias, nos termos de um compromisso celebrado entre o Dnit e o Ibama; no trecho central de 400 quilômetros, já foi feito o estudo de impacto ambiental, dependendo da emissão da licença definitiva do cumprimento de complementações determinadas pelo Ibama ao estudo;

- os empreendimentos realizados no âmbito da segurança nacional e de interesse público não podem ser avaliados apenas pelos aspectos econômicos, pois, de um modo geral, os projetos executados na Região Amazônica são de custos superiores aos benefícios gerados economicamente;

- a auditoria critica com severidade aspectos da ação do Ibama no processo de licenciamento, ao impor condicionantes de política ambiental e fundiária que não dependem do órgão empreendedor da obra, mas de outras instâncias do Governo Federal. O relatório considerou tais medidas “uma forma indireta de postergar a decisão sobre a viabilidade do projeto”;

- as críticas examinadas pela fiscalização à obra, formuladas por organizações não governamentais, revelaram-se inconclusivas ao não considerarem os aspectos de segurança nacional, interesse público e

demais benefícios que o empresariado e a população poderiam captar com a obra;

- dessa forma, o relatório aponta que a decisão pela rodovia deve sobrepor os custos e riscos ambientais frente aos benefícios decorrentes da obra, inclusive os efeitos da disponibilidade da via de acesso para viabilizar a própria fiscalização ambiental; não detectou, portanto, quaisquer elementos que permitam contestar a decisão de conveniência e oportunidade política pública, ou melhor dizendo, Sr. Presidente, de política pública adotada pela União ao considerar que os custos da obra são inferiores aos benefícios (inclusive ambientais) que poderá trazer.

Como providências imediatas, a Corte de Contas fez determinações ao Ibama para definir adequadamente os termos de referência dos estudos ambientais exigidos ao empreendedor, de modo a evitar pedidos de complementação posteriores, além de não exigir do empreendedor condicionantes que não estejam inseridas em sua competência. Sugere ainda à Casa Civil da Presidência da República, como supervisora do projeto de investimento, que adote medidas quanto às exigências do órgão ambiental chamadas de “pré-condicionantes temporárias”, que não impedem o licenciamento ambiental segundo a legislação vigente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho apresentar esse resultado com grande satisfação, por uma variedade de motivos. Primeiro, por tratar-se de um resultado de iniciativa de controle desta Casa. Saúdo a Senadora Marina Silva, autora do requerimento, pela importante contribuição que este permitiu. Sr. Presidente, conheço as preocupações da nobre Senadora Marina com a preservação da Floresta Amazônica, preocupações que também, Sr. Presidente, as tenho.

Esse é o papel do Legislativo: indicar os problemas mais importantes, definir quais os temas que são prioritários na atenção da fiscalização e da Administração Pública. E devo destacar que esse controle está tendo resultados em duas áreas de política pública nas quais eu tenho, como Parlamentar, uma atuação intensa e um envolvimento profundo: o controle de obras públicas e a defesa do meio ambiente, Sr. Presidente.

Em segundo lugar, esses resultados vêm da atuação integrada das instituições de controle: o Legislativo aponta as prioridades, define as questões a serem verificadas; o Tribunal de Contas vem em auxílio técnico, mobilizando seus recursos altamente qualificados para produzir informação e análise de alto nível para subsidiar o Parlamento e a sociedade. Neste sentido, nunca é demais lembrar a qualidade do trabalho que nos foi apresentado pelo Tribunal e a importância de sua contribuição ao Poder Legislativo.

Por fim, no seu conteúdo concreto, o relatório que recebemos permite contribuir significativamente para uma decisão tão importante e tão polêmica para a Amazônia como é esta obra. Os impactos da BR-319 são proporcionais à enorme proporção da obra. Nela há benefícios e riscos. Esta decisão política não pode ser travada a base de imprecações ideológicas ou achismos: é preciso fundamentar as posições em dados objetivos e análises equilibradas. O trabalho que recebemos é um ponto de partida fundamental para que o debate sobre a BR-319 dê um salto de qualidade e seja travado a partir de posições claras sobre os custos e benefícios reais da obra.

Este é o papel do Legislativo: tomar a si o debate sobre as políticas públicas fundamentais, especialmente aquelas que são polêmicas; ordenar a manifestação de todas as posições; esclarecer pela informação transparente e pelo argumento aberto; trazer para a mesma arena, sob a realidade dos fatos e não das versões, as posições conflitantes.

Nós, homens e mulheres, que dedicamos a vida ao povo, precisamos apresentar os esclarecimentos, de forma correta, sobre as decisões políticas à sociedade. Se fizéssemos isso com mais frequência, com certeza, evitaríamos vários desgastes causados por notícias, muitas vezes, infundadas.

Ao concluir, dirijo-me, em especial, aos amazonenses que tanto necessitam da presença da União, garantindo a sua ligação com o restante do País, o que permite a integração econômica e o acesso dos amazonenses aos serviços disponíveis ao resto do País.

Quero dizer aos meus conterrâneos que o trabalho que esta Casa iniciou permitirá que a BR-319 possa seguir o seu devido curso, ou seja, possa existir, prestar serviços, mas com os devidos cuidados ambientais. Essa é a nossa responsabilidade, Sr. Presidente. Os resultados até agora trazidos pela fiscalização são claros: a obra é viável, é possível, é razoável. Por outro lado, o cuidado ambiental tem que ser extremado e tem existido ainda problemas e fragilidades nesse controle. As medidas já adotadas pelo próprio Tribunal de Contas e a discussão que ainda ocorrerá intensamente no Legislativo vão permitir que a obra seja tornada realidade e que, ao mesmo tempo, o investimento e os cuidados necessários à preservação do meio ambiente sejam feitos até como condição absoluta para a realização da obra. Esse deve ser, Sr. Presidente, o nosso compromisso.

Como defensor da Amazônia, não posso adotar posição diferente. A região só vai se desenvolver se os investimentos na sua economia forem rigorosamente compatíveis com a preservação da Floresta. Tenho hoje a felicidade de prestar contas aos amazonenses

de um passo importante que aqui damos no Legislativo para trazer, por meio correto, a gestão das obras públicas da BR-319.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convido o nobre Senador Jefferson Praia para presidir enquanto faço o meu pronunciamento final.

Tenho prazer de anunciar que está na nossa tribuna de honra Agnaldo Muniz, que é do PSC, Partido Social Cristão, pré-candidato ao Senado por Rondônia.

Senador Jefferson Praia, gostaria de encerrar. Serei breve.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Não poderia, Senador Jefferson Praia, deixar de usar da palavra neste instante final desta reunião.

Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, o Senado é para ajudar, não é para atrapalhar. Somos os pais da Pátria. Então, eu gostaria de dar aqui uma ajuda ao nosso Presidente Luiz Inácio. Ele é o Presidente do País. Ele é o Presidente da República. Ele é o nosso Presidente. Portanto, me acho na obrigação, porque, em 1994, eu votei em Luiz Inácio; acreditei.

A gente sabe que está faltando praticamente nove meses, e eu, Presidente, ô Luiz Inácio, tenho noção exata do que são nove meses: eu sou médico, eu fiz muitos partos, passam ligeiro os nove meses até o parto. Então, faz-se muita coisa. Aliás, a própria natureza diz que dá para criar um ser humano. Mas não vamos perder tempo não, Luiz Inácio, o que eu quero é lhe dar uma ajuda: esqueça os aloprados. É muito fácil ser aloprado. É muito fácil ser puxa-saco dos governantes. Eu já fui Prefeito, já fui Governador de Estado, e sei como os aloprados funcionam. Então, Luiz Inácio, vamos nos livrar deles. Ó Deus, livrai esses aloprados que acompanham o Luiz Inácio. Então, o que pega mal está aqui no jornal *O Globo* de ontem. É uma ajuda que eu quero dar, nesses nove meses, ao Luiz Inácio, uma advertência, porque somos os pais da Pátria para isso.

Dom Pedro II dava o exemplo, Luiz Inácio, ele deixava o cetro e a coroa e adentrava o Palácio para ouvir os Senadores, lá no Rio de Janeiro. Então está aqui o jornal *O Globo*.

Olha o que diz aqui. Está aqui o Luiz Inácio, feliz. Alegria é bom, felicidade é bom, isso é um fato positivo do nosso Presidente. Ele é agradável, é afável. Está cercado aqui. “Sete minutos de inspeção e duas horas de palanque”.

Luiz Inácio, está certo, *errare humano est*. Senador Jefferson Praia, sete minutos de inspeção e duas horas de palanque. Duas horas, meu caro Presidente Luiz Inácio, são 120 minutos, 10% eram 12 minutos. Matematicamente, o senhor passou praticamente 5% do tempo dedicado ao trabalho, e os aloprados o induziram a perder 95% do precioso tempo do nosso Presidente da República em palanque. Atentai bem, Luiz Inácio, se for nessa proporção, não vai ter resultado. Vai ter isso e tal.

Olha o que diz o jornal:

Com Lula, Dilma e Cabral, vistoria a obras do Comperj ganha tom de campanha diante de três mil pessoas. Durou sete minutos a vistoria do Presidente Lula e da Ministra Dilma Rousseff ao canteiro de obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí. O Presidente, Dilma e o Governador Sérgio passaram, porém, duas horas no palanque montado pela Petrobras para assinatura de contratos. No Rio, numa festa popular paga pelo Governo Federal com Lula e Dilma, a Secretária Benedita da Silva pediu votos para a ministra.

Então, Presidente Luiz Inácio, olha o que diz o jornal:

“Benedita pede votos para Dilma em festa oferecida pelo Governo Federal. Eu quero uma Presidenta do Brasil. E o seu nome é Dilma Rousseff.” “Público gritou jingle eleitoral.”

O *Globo* faz outra reportagem, Bruno Villas Boas, Villas Boas, tradicionais jornalistas, há o pai, o filho da família. “Lula, vistoria relâmpago e presença longa em palanque no Comperj”. Então não é bom, não é bom, não é bom, Luiz Inácio.

Luiz Inácio, permita-me adverti-lo, e o Senado é para isso. Primeiro, como Senador do Piauí, a visita de Vossa Excelência é aguardada no final do mês. Não vamos fazer isso não, Luiz Inácio. Não vamos perder. Vossa Excelência está usando 5% em trabalho, 95% do precioso tempo do nosso Presidente da República, do nosso comandante em chefe, do nosso líder, em palanque. Então, eu pediria a Vossa Excelência – eu ia até acompanhá-lo – que não vá na onda dos aloprados. Quando Vossa Excelência for ao Piauí, vamos ver aquele porto de Luís Correia, que foi prometido e

está sendo terminado; é simples, com a presença. Os aloprados deviam a Vossa Excelência.

Vamos ver a ZPE, que foi prometida, e nada.

A estrada de ferro, que diziam que seria em dois meses, de Parnaíba para o litoral, e em quatro meses, de Parnaíba para Teresina, não tocaram.

O aeroporto internacional de que falo, Presidente Luiz Inácio, não para mais nem de noite. Não tem, foi um retrocesso. Eu era menino e pegava avião para ir para o Rio de Janeiro, saindo de Parnaíba.

Vamos olhar as obras do Tabuleiro Litorâneo, que estão andando. Vamos avançar. A ponte de Luzilândia. Hoje é aniversário de Luzilândia. Que bom se fôssemos lá e a obra fosse concluída nesses nove meses que faltam.

Presidente Luiz Inácio, tem uma ponte lá que é sesquicentenária, estão dizendo que vão terminar. Mas é uma vergonha. Eu fiz uma ponte no mesmo rio Poti em 87 dias. Essa era para comemorar os 150 anos, mas Teresina já vai fazer 159 anos. O Governo Federal, no mesmo rio. Eu e o Heráclito fizemos no mesmo rio – ele foi Prefeito de Teresina e eu, Governador –, ele fez em 100 dias e eu fiz, brincando, em 87 dias, com o engenheiro Lourival Parente, construtora do Piauí, dinheiro do Piauí. E convidei Fernando Henrique Cardoso para bailar pela ponte.

Falo ainda do metrô, sonhado por Alberto Silva; a Universidade do Delta, sonho da Parnaíba; o Hospital Universitário, sonhado, de Oncologia; a estrada do cerrado; a ponte de Santa Filomena, de Uruçuí.

Então, vamos gastar esse tempo. Aqueles projetos que nasceram de sua sensibilidade, lá do Fome Zero, não deram em nada. Nas cidades Guaribas e Acauã o que houve foi retrocesso. Aquela propaganda de aeroporto internacional em São Raimundo Nonato é tudo mentira. Não tem avião, não tem... Deu aqui uma polêmica aqui entre Heráclito e Suplicy, porque o Heráclito trazia a verdade e era contestado. Não por culpa do Suplicy, mas dos aloprados de lá.

Então, Luiz Inácio, peço que lá no Piauí... É isso que eu advirto: os aloprados e inconseqüentes estão aí; que V. Ex^a agora aproveite, faltam só nove meses, é rápido. Nove meses só dá uma gestação. Então, V. Ex^a tem que fazer gestação de milhares e milhares de obras neste Brasil. Se V. Ex^a for na onda desses aloprados que estão aqui, V. Ex^a estará usando matematicamente 5% do seu precioso e importante tempo, que não volta, já está terminando, isso passa rápido. Fui prefeito e governador, já está acabando. Isso é rápido.

Então, vamos aproveitar Luiz Inácio. Vamos esquecer esse negócio, essa soberba. A história dá o exemplo. Vamos aqui.

Eisenhower, ele que foi Presidente dos Estados Unidos, brilhante, herói de guerra, Eisenhower. O vice dele era Nixon. Ele se candidatou, Nixon, e apareceu John Fitzgerald Kennedy e ganhou. Eisenhower, respeitado, adorado, ilustre Presidente e herói de guerra, reconhecido não só nos Estados Unidos, mas no mundo, não fez.

Juscelino Kubitschek. Ô Presidente Luiz Inácio, esqueça esses aloprados, essas suas más companhias! Juscelino Kubitschek – ninguém maior do que ele neste Brasil – não elegeu o seu sucessor, o seu fiel amigo, o seu escudeiro, General Lott. Bom candidato, honrado, militar. Veio o Jânio Quadros e... Juscelino não se diminuiu, se engrandeceu, como um democrata, passando a faixa para o seu adversário.

E bem recente... Por isso que o Fernando Henrique Cardoso – a inveja e a mágoa corrompem os corações – saiu como estadista. O seu candidato, valoroso, competente, um extraordinário homem público, que é José Serra, não ganhou as eleições, foi Vossa Excelência. Mas ele ficou na História como o estadista que respeitou as regras do jogo, respeitou a alternância do poder, o que fortalece o regime democrático.

O Presidente Sarney está aqui, firme. Outro estadista. Está aí. Ele não elegeu... Ele era do PMDB, Presidente de Honra. O candidato do PMDB, Ulysses, ficou com o vice, que era governador da Bahia. Surgiu o Collor.

Presidente Luiz Inácio, atentai bem: bem aqui, hoje de manhã, eu vi. Ela está entregando amanhã o governo do Chile. Mulher heróica, competente, dinâmica, médica, 84% de aprovação. É isso. Equipara-se com o nosso Presidente. E o povo, o povo, que é soberano, o povo, que decide, o povo, que é sábio, decidiu que o candidato do partido dela não era melhor. Apareceu um empresário, com visão de futuro, de riqueza, e o bravo povo chileno, que elegeu Bachelet, votou no outro partido. Nem com isso ela está saindo diminuída. Heróica, com essa força, com o prestígio, com a história de estadista, enfrenta o terremoto e oferece ao seu povo a democracia.

Então, essas são as nossas palavras finais. E peço ao Luiz Inácio. Está aqui, é *O Globo*: “Sete minutos de inspeção e duas horas de palanque”.

Presidente, estão se aproveitando do seu valioso tempo. Tempo é ouro, diziam os ingleses. Tem um dado. E V. Ex^a está perdendo. Está perdendo. O povo é sábio, é soberano. Ele vai decidir. É legítimo que tenha essa participação, mas não sacrificando o tempo do Presidente da República, que não volta.

Então, essas são minhas palavras de colaboração.

“Lula: vistoria relâmpago e presença longa em palanque do Comperj.”

E no Piauí... V. Ex^a, com uma reflexão, porque eu estou oferecendo essa reflexão com amor ao nosso País. Que a visita no Piauí seja o inverso. Faça 5% do tempo de V. Ex^a em política, que é natural, deve orientar os aloprados de lá, mas, que utilize 95% em trabalho que traga o progresso e a riqueza ao Piauí, assim como a todo o nosso Brasil, nesses nove meses que faltam do Governo de V. Ex^a.

Então, essas são as nossas palavras.

E gostaria de uma reflexão – *errare humanum est* –, e que, após uma reflexão, V. Ex^a mudasse. E eu viria aqui aplaudir esse novo Presidente da República, que se comporta, no momento, como um magistrado, como um trabalhador número um.

As palavras, Presidente, voam; as obras ficam no coração do povo. Fé sem obras já nasce morta. Vamos terminar as obras do Governo Federal no nosso Piauí e no nosso Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)
– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N.º 195, DE 2010

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o PLC 315 de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista a sua competência de mérito nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, de março de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO N.º 196, DE 2010

Requeiro nos termos regimentais, com base no disposto no art. 255, inciso II, letra “c”, nº 12 do RISF, que o Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009 que, “Altera o art. 1º da lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH.”, seja encaminhado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para que esta se pronuncie sobre o mesmo. – Senadora Marisa Serrano.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.
São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 197, DE 2010

Requeiro que o Senado Federal encaminhe voto de felicitação ao Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais (ILECE), Entidade de referência na educação da pessoa com deficiência intelectual, por ocasião do cinquentenário da Instituição, a ser comemorado no dia 12 de março. Atendendo hoje a mais de quatrocentos alunos, o ILECE foi fundado como resultado de iniciativa da comunidade londrinense, parte dela composta por rotarianos, que não mediram esforços para estruturar a escola e torná-la em um grande centro de ensino. No ILECE os alunos recebem gratuitamente atendimento multidisciplinar, aulas de informática, prática esportiva e encaminhamento profissional. Realizando importante trabalho, a Instituição mantém-se firme nos ideais e objetivos estabelecidos pela primeira diretoria da Escola, nos idos dos anos 60, dentre os quais o amparo e a defesa da criança com deficiência intelectual, compromissos claramente estabelecidos na ata de fundação da Entidade. Pelo transcorrer destes 50 anos de dedicação, respeito e amor à pessoa com deficiência intelectual, é justo que o Senado Federal manifeste seu rejubilo com o Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais, que serve de exemplo e modelo para todo o Brasil.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Flávio Arns**.

REQUERIMENTO Nº 198, DE 2010

Requer Voto de Aplauso à jovem estudante amazonense Laura Corrêa Cavalcante Leite, de apenas 14 anos, pela sua estreia como escritora, com o livro “Belas Árvores”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Laura Corrêa Cavalcante Leite, que, aos 14 anos de idade, escreveu, em linguagem simples, livro com enredo versando sobre temas da Amazônia.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

Laura Leite, estudante, tem apenas 14 anos e já se revela como promissora escritora. Seu primeiro livro, impresso em Manaus, intitulado “Belas Árvores”,

conta a história de Anita, uma menina que se perdeu na Floresta Amazônica. Com tom de romance, aventura e suspense, essa personagem acaba descobrindo sua perfeita identidade com os segredos da Floresta Maior.

Sobre sua obra, diz a autora: “Com esse livro busco exaltar a floresta, pois sempre fui apaixonada por plantas e árvores”.

Filha do administrador Ricardo Cavalcante e da economista Socorro Corrêa, Laura teve direito até a tarde de autógrafos. Ela é aluna do primeiro ano do Ensino Fundamental.

A homenagem que ora formulo justifica-se pela dedicação de Laura, sem dúvida, um talento amazonnense precoce.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Artur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2010

Requer Voto de Aplauso às artistas plásticas de Brasília Marlene Godoy, Dilza Gomes, Nelci Baltah, Zelina Ventura, Nair Andrade, Tuca Morhy e Ambrozina Coradi, todas classificadas e premiadas na 8ª Biennale Internazionale Di Roma, realizada entre 16 e 24 de janeiro de 2010.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso às artistas plásticas brasilienses Marlene Godoy, Dilza Gomes, Nelci Baltah, Zelina Ventura, Nair Andrade, Tuca Morhy e Ambrozina Coradi, todas classificadas e premiadas na 8ª Biennale Internazionale Di Roma, realizada entre 16 e 24 de janeiro de 2010.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento das homenageadas.

Justificação

Brasília foi muito bem representada na 8ª Biennale D’Arte Internazionale Di Roma, que aconteceu entre os dias 16 e 24 de janeiro do corrente ano, na Sale Del Bramante, na Capital Italiana. O grupo de artistas plásticas brasilienses representantes da milenar técnica da encáustica, composto por Marlene Godoy consagrada mestra de artes plásticas radicada em Brasília desde os anos iniciais da nova Capital –, Dilza Gomes, Nelci Baltah, Zelina Ventura, Nair Andrade, Tuca Morhy e Ambrozina Coradi, lograram êxito e foram devidamente premiadas.

A homenagem, então, que ora formulo, justifica-se pela merecida premiação conferida a essas artistas plásticas.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. _ Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 200, DE 2010

Requer Voto de Aplauso à equipe de Jiu-Jitsu do SESI/AM, pela conquista do Ouro no 8º Amazon Open, promovido pela Federação Amazonense de Jiu-Jitsu.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à equipe de Jiu-Jitsu do SESI/AM, pela conquista do Ouro no 8º Amazon Open, promovido pela Federação amazonense de Jiu-Jitsu.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da equipe campeã.

Justificação

A equipe do SESI/AM foi a grande vitoriosa no 8º Amazon Open de Jiu-Jitsu, realizado em Manaus. Do campeonato, iniciativa da Federação Amazonense de Jiu-Jitsu, participaram 40 equipes.

No sábado, 6 de março, o melhor desempenho coube aos faixas-branca Lucas Rizi e Sarah Kelly Bezerra, ambos disputando a categoria juvenil meio-pesado. Rizi ficou em primeiro lugar e Kelly em segundo. No domingo, 7, classificaram-se os atletas Ennio Luzeiro, faixa branca, categoria master, peso médio, e André Hardy, faixa branca, categoria adulto, peso médio. Os dois levaram o ouro.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. _ Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, parecerer que passo a ler.

PARECER Nº 148, DE 2010

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2010 (nº 5.883/2009, na Casa de origem), que reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados; revoga o art. 4º da Resolução nº 28, de 1998, e o art. 1º da Resolução nº 39, de 2006, ambas da Câmara dos Deputados; e dá outras providências.

RELATOR: Senador MARCONI PERILLO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2010, de iniciativa daquela Casa, reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados, bem como ajusta o seu Plano de Carreira para dar efetividade as disposições da Lei nº 11.335, de 25 de julho de 2006, referentes ao Adicional de Especialização.

A proposição está tematicamente estruturada em quatro partes.

A primeira parte, art. 1º, trata dos valores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos

Deputados, que passa a ser calculada com base no Padrão 45 da Tabela de Vencimentos Básicos, aplicando-se a Tabela de Fatores constante dos Anexos I e II.

A segunda parte, art. 2º, reajusta a tabela de remuneração dos cargos de natureza especial, conforme disposto no Anexo III da proposição.

A terceira parte, art. 3º, torna obrigatória a exigência de graduação em nível superior para o ingresso no cargo efetivo de Técnico Legislativo do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, de nível intermediário especializado. A exposição de motivos do projeto original ~~apresentada~~ ^{apresentada} pela Câmara dos Deputados justifica a exigência dessa maior qualificação pela necessidade de aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos por aquela Casa. Essa tem sido a tendência de inúmeros outros projetos de lei submetidos ao Congresso Nacional.

A quarta parte, disposta em vários artigos da proposição, versa sobre o Adicional de Especialização a ser adotado pela Câmara dos Deputados. Não se trata de uma criação nova, pois essa parcela remuneratória foi estabelecida pela Lei nº 11.335, de 25 de julho de 2006. No entanto, até hoje, o Adicional de Especialização não é aplicado por falta de regulamentação que defina os parâmetros de seu cálculo.

Na sua parte final, a propositura condiciona a pretendida reestruturação à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual, e com efeitos somente a partir de 1º de julho de 2010.

II – ANÁLISE

O projeto não apresenta quaisquer óbices de natureza constitucional e jurídica, atendendo plenamente aos pressupostos constitucionais relativos à competência da Câmara dos Deputados para iniciar projetos de lei em matéria de remuneração de seus servidores. A proposição apresenta, ainda, boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, trata-se de proposição louvável. Ao realizar ajustes no Plano de Carreira dos servidores da Câmara, aprovado em 2006, a proposição equipara a remuneração das carreiras técnicas e de nível superior da Câmara dos Deputados com a grande maioria de carreiras

similares do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União. Cabe salientar que há uma real e significativa discrepância entre a remuneração do quadro de servidores da Câmara dos Deputados e a das carreiras típicas de Estado dos demais poderes da União. A remuneração inicial da carreira de nível superior da Câmara, por exemplo, está defasada em 32% em relação à remuneração inicial das carreiras no Executivo e no TCU. Já no que tange a remuneração final de tais carreiras, a defasagem da Câmara dos Deputados relativa às principais carreiras do Executivo e do TCU ultrapassa os 40%. Atualmente, a remuneração final da carreira de analista legislativo da Câmara é menor do que a remuneração inicial das principais carreiras do Poder Executivo e do TCU.

Vale Observar que a Câmara realizou sua última revisão salarial há quatro anos, juntamente com a revisão das carreiras do Poder Executivo. Entretanto, o Poder Executivo reestruturou novamente todas as suas carreiras em 2008 e o TCU teve seu plano de carreira aprovado em 2009. Se considerarmos todos os planos de cargos e salários aprovados pelo Poder Legislativo, desde 2007, veremos que nada menos de 56 planos foram promulgados, inclusive o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, que contemplou ajustes salariais de forma abrangente para todo o serviço público federal.

O bom desempenho de um Parlamento bem como a qualidade do trabalho por ele desenvolvido guarda estreita relação com a capacidade técnica construída na instituição por meio de recrutamento, do ingresso e da manutenção de quadros técnicos para assessorar os parlamentares. Até 2006, o parlamento brasileiro recebia o reconhecimento de organismos internacionais como um dos mais bem estruturados em termos de pessoal técnico. Em seu relatório de 2006, o Banco Interamericano de Desenvolvimento considerou o Brasil como exemplo entre todos os países da América Latina pela qualidade técnica das deliberações no Congresso (Banco Interamericano de Desenvolvimento. *A Política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina*. Relatório 2006. Ed. Campus, p. 169). Semelhantes conclusões foram divulgadas por relatório da OCDE, organismo de cooperação e desenvolvimento da Comunidade Europeia, que citou o Brasil como importante exceção no hemisfério por ter desenvolvido com sucesso capacidade técnica dentro do parlamento num nível comparado ao de democracias tradicionais como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos (OECD Development Centre. Working paper Nº 256. Sept. 2006, p. 20).

O ajustamento que se pretende tem por objetivo preservar a qualificação técnica da Câmara dos Deputados, hoje ameaçada pela defasagem da remuneração relativa às carreiras do Poder Executivo. Atualmente, o percentual de candidatos aprovados em concursos recentes que não tomaram posse na Câmara em razão da defasagem salarial chegou a 25%. O que se busca com o projeto é a concessão de remunerações compatíveis com a complexidade dos cargos exercidos e com isso reduzir evasão e garantir a capacidade técnica da Câmara dos Deputados. Por sua vez, os dispositivos referentes ao Adicional de Especialização, previsto na Lei aprovada em 2006, apresentam-se como um fomento ao contínuo desenvolvimento técnico dos quadros, estimulando nos servidores a busca de aperfeiçoamento e crescente profissionalização.

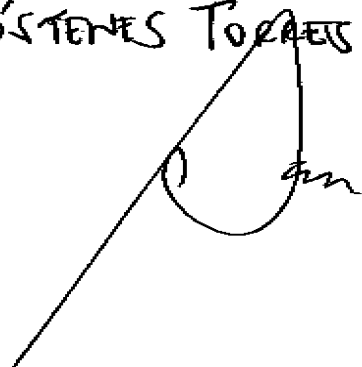
Por fim, o projeto, que implica um impacto de 15% na folha de pagamentos da Câmara dos Deputados, em nada desobedece às normas relativas às finanças públicas, tendo a devida previsão orçamentária.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2010.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES , Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO: PLC Nº 6 DE 2010****ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/03/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: SENADOR DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: SENADOR MARCONI PERILLO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYCY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GEOVANI BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 11.335, DE 25 DE JULHO DE 2006.

Reorganiza o Plano de Carreira da Câmara dos Deputados e aplica aos seus servidores efetivos, no que couber, Gratificação de Representação instituída pela Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, convalidada pela Lei nº 10.863, de 29 de abril de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 148, de 2010**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei Câmara nº 6, de 2010, (nº 5.883/2009, na Casa de origem), que *re-estrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados; revoga o art. 4º da Resolução nº 28, de 1998, e o art. 1º da Resolução*

nº 39, de 2006, ambas da Câmara dos Deputados; e dá outras providências.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3, DE 2010

Acrescenta o art. 178-A à Constituição Federal, para prever um percentual mínimo de aplicação de recursos federais em programas de infraestrutura de transportes.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 178-A:

“Art. 178-A. A União aplicará em programas de infraestrutura de transportes, anualmente, recursos não inferiores a meio por cento do valor do Produto Interno Bruto apurado no ano anterior.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Desde meados dos anos 1980, o setor de infraestrutura de transportes padece de constantes desinvestimentos. O resultado dessa falta de atenção para com o setor pode ser medido tanto em seus efeitos mais visíveis – como rodovias sem manutenção adequada e o crescimento dos acidentes e das fatalidades no trânsito – quanto naqueles menos visíveis, mas não menos

perniciosos – como as longas filas de caminhões carregados a espera do embarque nos portos e a falta de opções para escoamento das safras agrícolas. Em qualquer caso, esses são fatores que emperram o crescimento da economia e contribuem para o agravamento do chamado “custo Brasil”.

A média de recursos investidos ao longo dos últimos anos, independentemente dos governos, mal alcança 0,2% do PIB, montante que não faz frente às enormes necessidades de expansão da infraestrutura do setor, em função do crescimento, diversificação e pujança de nossa economia – em especial do setor do agronegócio, que apresenta enorme carência em termos de ferrovias, hidrovias e portos para que possa continuar a contribuir para o desenvolvimento da nação brasileira.

Vale lembrar que, nos últimos dez anos, nossa safra de grãos saiu do patamar de 80 milhões de toneladas para 145 milhões; crescimento de cerca de 80%. No mesmo período, nossa frota de veículos automotivos cresceu de pouco mais de 28 milhões para quase 60 milhões; incremento de 115%.

O próprio governo federal, entretanto, no Plano Nacional de Logística, estimou que seriam necessários pelo menos 290 bilhões de reais de investimentos no setor até 2023. Desse total, cerca de 70% deveriam vir de recursos do orçamento federal. Ou seja, seria necessária a aplicação de, no mínimo, 0,5% do PIB de 2009, de R\$ 1,8 trilhões, anualmente, para que o plano pudesse ser executado em sua plenitude.

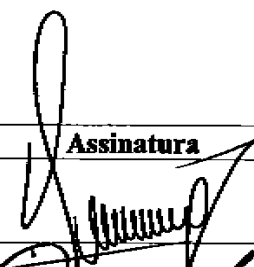

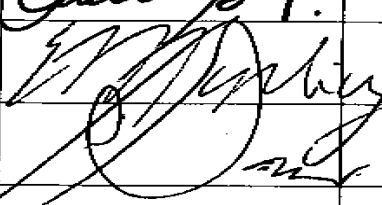
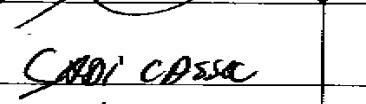
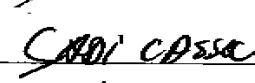
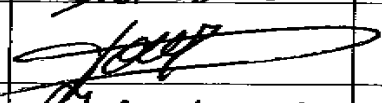
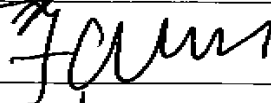
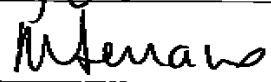







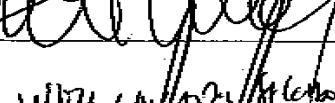
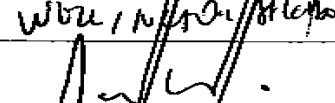
Assim, acreditamos ser necessário, a exemplo do que ocorre nos setores de saúde e educação, estipular o dispêndio mínimo que o governo federal deve destinar à infraestrutura de transportes, de forma a que nunca mais falem recursos para o setor e este deixe de representar um freio à expansão da economia brasileira.



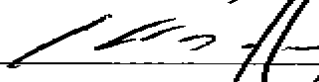





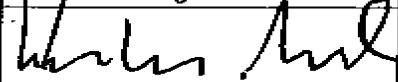


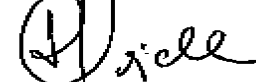
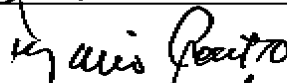
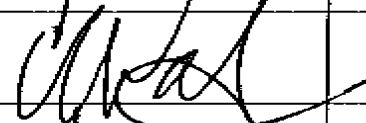

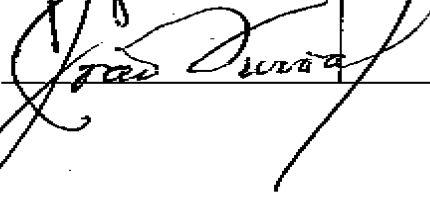
Certos do elevado mérito da proposta que ora apresentamos, contamos com a aprovação dos ilustres Pares do Congresso Nacional.

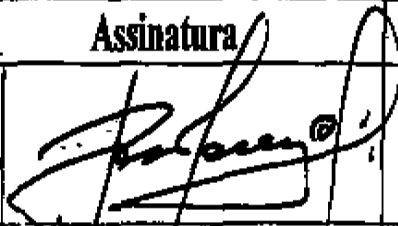
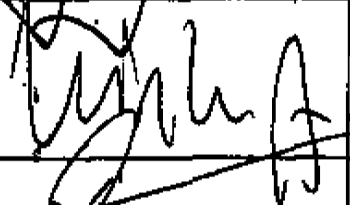

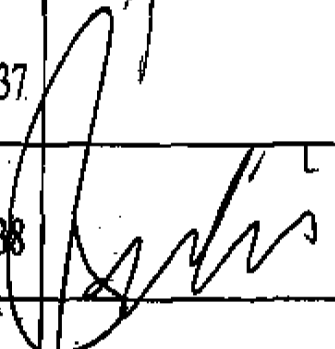
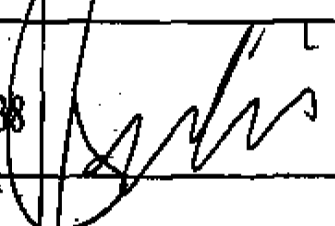



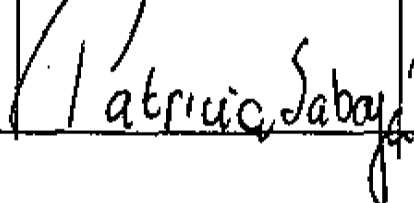
Sala das Sessões,

Senador ACIR GURGACZ



	Assinatura	Senador
1		Acir GUEBARA
2		Asmar DIAS
3		Carlos TINOCO
4		Marizete ZANETTI
5		Carlos CASSA
6		Fabiano
7		Manoel
8		Marizete ZANETTI
9		JEFFERSON
10		Flávio
11		Adilmar
12		Alvaro
13		Romero
14		DEMÓSTENES
15		Jacob
16		Wbu
17		Janir

	Assinatura	Senador
18		Erazmismo Dornelles
19		Flávio de Souza
20		Nelson Filho
21		MOZALILDO
22		Jovine Jovine
23		Magno Malta
24		Valdir Rompp
25		Marcelo Crivellon
26		MARCO AURÉLIO
27		EFRAIM MENDES
28		RICARDO
29		Fátima Leide
30		MARIA PEREIRA
31		AC VILADARES
32		José Nery
33		João Durval

	Assinatura	Senador
34		Raimundo Colombo
35		Cristovam Buarque
36		Rangel Almeida
37		CASAGRANDE
38		Fátima
39		EDUARDO AZEREDO
40		RENAN CALHEIROS
41		Paulo Vitor Fagundes
42		Patrícia Saboya

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno, e será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 60, DE 2010**

Estabelece condições de transparência pública na internet para a realização de transferências voluntárias e constitucionais às unidades federativas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo somente realizará transferências financeiras voluntárias e constitucionais para as unidades federativas que fornecerem ao governo federal informações suficientes para alimentar o Portal da Transparência, que garantam nível de transparência pública equivalente ao praticado na esfera federal.

Art. 2º Compete ao órgão federal encarregado de manter o Portal da Transparência regulamentar todos os aspectos operacionais relacionados com os dados a serem fornecidos pelas unidades federativas, incluindo sua composição, formatação e periodicidade de encaminhamento.

Parágrafo único Para considerar atendido o disposto no art. 1º, a unidade federativa deverá fornecer dados dos três últimos exercícios e do exercício corrente com defasagem máxima de 2 meses.

Art. 3º Para manter o enquadramento nesta Lei, a unidade federativa deverá empenhar-se em fornecer informações corretas, completas e de fácil compreensão.

Art. 4º Constitui infração ao disposto nesta lei:

- I – omitir, falsear ou deturpar dados;
- II – interromper por 6 (seis) meses o fornecimento das informações;
- III – atrasar em mais de 3 (três) meses o fornecimento das informações, injustificadamente.

Art. 5º As infrações ao disposto nesta lei terão como penalidade a suspensão das transferências de verbas federais.

Art. 6º Compete ao Tribunal de Contas da União dirimir dúvidas a respeito do cumprimento desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

Justificação

Em plena era da informática e da internet, a sociedade brasileira tem o direito de conhecer a execução financeira dos recursos provenientes dos impostos, seja na esfera federal, estadual ou municipal.

Em nível federal, está sedimentado um compromisso com a transparência pública, refletido no chamado “Portal da Transparência”, mantido na internet pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Esse portal permite ao público o acesso a informações detalhadas sobre as receitas, despesas e convênios realizados.

No entanto, nas esferas estadual, municipal e distrital a questão da transparência pública não vem sendo tratada de modo adequado. A execução financeira da maioria das unidades federativas é uma verdadeira “caixa-preta”, não dispondo da necessária transparência que deve marcar a administração pública.

No caso do Distrito Federal, por exemplo, foram realizadas contratações sem licitação, em valores vultosos, de empresas cujos sócios são ocupantes de altos cargos públicos ou pessoas a eles ligadas, fatos que a sociedade desconhecia. A fragilidade da transparência pública da execução financeira do governo distrital dificultava o controle social e a disseminação de informações essenciais para esse controle.

É inadequado que o governo federal faça transferências de recursos a unidades federativas que adotem uma postura contrária à transparência, ocultando da sociedade sua execução financeira. Considera-se que, para fazer jus a recursos federais, essas unidades devem manter um grau de transparência no mínimo equivalente ao existente em nível federal.

A unidade federativa deverá fornecer informações à CGU, que se encarregará de divulgá-las no Portal da Transparência, no mesmo formato que já adota para os órgãos federais, o que contribuirá para a centralização e padronização dessas informações.

O prazo de entrada em vigor desta Lei foi estabelecido em 180 dias, considerado suficiente para que os entes federativos adaptem seus sistemas de informação para atender ao disposto nesta Lei.

Senador **Raimundo Colombo**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 201, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2004, para que tenha tramitação autônoma das proposições legislativas a seguir relacionadas, por não versarem, em seu conjunto, sobre a mesma matéria: Projetos de Lei do Senado nºs 9, 61/2004, PLS nº 40 e 253/2006, PLS nº 45, 112, 223 e 739/2007, que tramitam em conjunto.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Gerson Camata**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– O requerimento lido vai à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.
São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 202, DE 2010

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a isenção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido hoje, 10 de março de 2010, do Sr. Claudio Barbosa de Araújo, e apresentação de condolências à família do falecido.

Justificação

O voto de pesar, ora pleiteado, justifica-se pelos relevantes serviços prestados, notadamente ao Estado de Roraima, como servidor público nesse Estado.

O Sr. Claudio Barbosa, foi também destacado membro da Grande Loja Maçônica de Roraima, tendo exercido as funções de Grande Secretário, Venerável Mestre e Grão-Mestre, ocasião em que desempenhou inúmeras ações, principalmente no campo social, para toda a população do Estado.

Por todos os serviços prestados, pelo distrito cidadão roraimenses a família merece, portanto, as condolências desta Casa.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Mozarildo Cavalcanti** – Senador **Gustavo Botelho**.

REQUERIMENTO Nº 203, DE 2010

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – AVAO, pelo transcurso dos seus 11 anos de história. Requeiro ainda que seja dado conhecimento a todo o seu quadro de voluntários, na figura de sua Presidenta, Maria da Conceição Fischetti.

Justificação

A Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – AVAO, surgiu da vontade de um grupo de voluntárias que já atuavam nas visitas às enfermeiras do Hospital Ofir Loyola – HOL, e que preocupadas em humanizar e apoiar o tratamento dos pacientes portadores de câncer, resolveram organizar-se para melhor desenvolverem suas atividades. A associação foi constituída em assembléia geral no dia 10 de março de 1999 passando a funcionar em um espaço muito restrito dentro do próprio hospital.

O grande suporte da AVAO é o voluntariado. Pessoas das mais diversas áreas, que utilizam seu tempo livre para ajudar no dia a dia nas campanhas e atividades da Associação, buscando parcerias, agilizando as doações de alimentos, remédios, garantindo o bom funcionamento e a continuidade dos propósitos da associação.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Flexa Ribeiro**.

REQUERIMENTO Nº 204, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso ao Ministério Internacional em Manaus – instituição religiosa descendente da primeira Igreja Batista da Restauração em Manaus – em especial gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho desenvolvido com as crianças.

Requeiro, ainda, que este voto de aplauso seja levado ao conhecimento do Apóstolo Renê Terra Nova e ao casal de Pastores Luiz e Regina Vasconcelos, responsáveis pela atividade “Rede de Crianças”.

Justificação

O Ministério Internacional da Restauração é uma instituição religiosa batista que iniciou seus trabalhos em Manaus em meados da década de 90 e, desde então, tem sido conduzida com muita fé e coragem pela família Terra Nova.

Dentre os inúmeros trabalhos essenciais desenvolvidos para os mais variados públicos, destaco a excelente iniciativa da “Rede de Crianças”, sob a liderança dos Pastores Luiz e Regina Vasconcelos, que realizam semanalmente, aos sábados à tarde, encontros com as crianças com o objetivo de tornar Deus mais próximo do cotidiano infantil e, conseqüentemente, auxilia na formação de melhores cidadãos no futuro.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Jefferson Praia**.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.
É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 205, DE 2010

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja o presente requerimento encaminhado ao Exmº Ministro do Ministério da Previdência Social, para que determine à Superintendência Nacional de Previdência Complementar que encaminhe cópia dos relatórios de fiscalização no fundo de pensão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) elaborados entre 2003 e 2009.

Justificação

Os relatórios solicitados fazem parte de um conjunto de informações requisitadas com o propósito de subsidiar o controle externo da empresa pública.

Sala das Sessões, 10 de março de 2010. – Senador **Raimundo Colombo**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– O requerimento lido vai à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Os Srs. Senadores Marconi Perillo e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso que ainda não me deixei contagiar pela euforia que tomou conta do Governo Lula com o potencial de exploração do petróleo da camada do Pré-Sal, porque continuo insatisfeito com as explicações técnicas e sobre o risco de a realidade das reservas não corresponderem às expectativas alardeadas, até porque pelo menos dois poços se revelaram carecas, para empregar a terminologia da prospecção.

Entendo, também, que não se poderia discutir uma matéria tão importante no regime de urgência como havia proposto o Governo inicialmente, até porque esse foguetório todo serve a um propósito inequívoco de fortalecer a combatida candidatura da Ministra da Casa Civil à Presidência da República, num processo em que os fins justificam os meios.

O Senado, pela envergadura das atribuições que lhe confere a Carta Magna, tem o dever e a obrigação de discutir cautelosamente os grandes temas da Nação, porque representamos os interesses de todas as unidades da Federação e, em última instância, os

interesses do povo brasileiro, em particular, das futuras gerações.

Como os debates têm evidenciado neste Plenário, há diversos pontos que carecem de esclarecimentos, como a criação da Petro-Sal, o monopólio do Estado na exploração do petróleo e o regime de partilha, isso sem contar com a forma como os dividendos serão repassados aos entes federados, sobretudo de que maneira os estados sem acesso à camada do Pré-Sal serão beneficiados, como é o caso de Goiás,.

Enfim, é preciso cautela para discutirmos e avaliarmos os marcos regulatórios, o modo de exploração e o regime de concessão das reservas do Pré-Sal

Surpreende mais neste debate a atitude visionária do Governo que age como se tivesse um bilhete premiado e quisesse compartilhar o prêmio com todo mundo, como um verdadeiro salvador da pátria. Mas a verdade é que a exploração do petróleo da camada do Pré-Sal continua envolta em uma série de questionamentos técnicos, para além desse otimismo eleitoireiro do atual Governo.

O que nós precisamos discutir aqui, neste Plenário, não é a exploração da camada do Pré-Sal de forma isolada, sobretudo porque, na prática, os possíveis resultados econômicos, se tudo der certo do ponto de vista técnico, são para um horizonte de dez ou vinte anos.

Exatamente por isso, entendo que nós precisamos discutir de forma mais ampla, nesta Casa de Rui Barbosa, as diretrizes para a segurança e a matriz energética do Brasil, num contexto regional e mundial. E a esse respeito, precisamos observar a tendência de se buscarem cada vez mais combustíveis limpos e renováveis.

Se é verdade que a matriz energética do mundo deva continuar a ser predominantemente fóssil, é inegável, também, que todas as nações rumam para a viabilidade de combustíveis alternativos, como o álcool e a bioenergia.

Não é que não atribuamos a devida importância à possível exploração do petróleo da Camada do Pré-Sal, porque qualquer nação que se preze precisa pensar em reservas estratégicas a longo prazo, sobretudo se, de fato, no caso do Pré-Sal, estas chegarem aos 50 bilhões de barris.

Mas os setores técnicos e científicos têm observado que, a exemplo do slogan o Petróleo é Nosso, a idéia de que o Pré-Sal também seja nosso esbarra em obstáculo semelhante: uma coisa é o petróleo no subsolo, outra coisa é o petróleo na superfície e pronto para ser beneficiado.

Mesmo quando se considera o desenvolvimento tecnológico da Petrobrás e a curva de conhecimento

obtida nas primeiras perfurações, a camada do pré-sal é um território novo, com vasos diferentes e geomecânica diversa.

Só esses fatores deveriam ensejar um profundo debate no âmbito da Comissão de Infra-Estrutura para verificar se, na prática, o Petróleo do Pré-Sal vai se tornar uma dádiva ou ilusão, como bem observa a revista *Época* da semana passada.

Será que, necessariamente, deveríamos mobilizar um montante tão expressivo de recursos para viabilizar a camada do Pré-Sal ou daríamos um passo bem mais significativo, do ponto de vista estratégico, se, no lugar de falarmos de uma exploração tão dispendiosa, sobretudo neste momento, discutíssemos o fortalecimento de fontes alternativas de energia como o álcool e o biodiesel?

Se considerarmos a amplitude das terras brasileiras e as parcerias que poderíamos viabilizar com nossos irmãos africanos, por exemplo, na exploração da cana-de-açúcar para a produção do álcool, poderíamos inverter o fluxo de subdesenvolvimento não só de bolsões de pobreza no Brasil, mas também no mundo abaixo da linha do Equador.

Não consigo acreditar que, da noite para o dia, a sociedade brasileira e o Congresso Nacional embarquem numa retórica oportunista e partidária que coloca o Parlamento a reboque do Palácio do Planalto.

Nós precisamos discutir a exploração da camada do Pré-Sal sim, mas não como uma bandeira redentora para apoiar a candidatura de quem quer que seja.

Nós precisamos discutir a exploração da camada do Pré-Sal sim, mas dentro de um programa de políticas públicas voltadas para todos os componentes da matriz energética.

O Petróleo da Camada do Pré-Sal chega à sociedade brasileira e ao Congresso Nacional como uma panacéia, da mesma forma que chegou o Plano de Aceleração do Crescimento.

Os números estão aí... as auditorias do Tribunal de Contas também estão aí para mostrar como o PAC continua empacado e se revela mais uma manobra de marketing do Governo Federal. Na prática, o PAC continua bastante aquém das expectativas, porque, no desejo de encontrar uma bandeira eleitoreira, o Governo pensou nos recursos, mas não arquitetou adequadamente as etapas para a execução dos projetos, que esbarram em licenciamentos, desapropriações e todas as sortes de obstáculos.

Com a camada do Pré-Sal não é diferente: o Planalto pauta as discussões desta Casa para regulamentar a forma de exploração, criar uma nova estatal com poder fabuloso e, se cochilarmos, não nos dá o devido tempo nem para discutir a pertinência dessas

medidas, nem para verificar os aspectos técnicos da exploração.

Atitudes como essas são irresponsáveis, porque fazem a sociedade embarcar num sonho e se distanciar da triste realidade de grande parte de nossas cidades, carentes de recursos e de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Atitudes como essas são irresponsáveis, porque fazem o povo acreditar na redenção de todos os problemas por um passe de mágica, mas numa promessa para daqui a dez ou vinte anos, quando se capitalizarem os recursos da camada do Pré-Sal.

E até colhermos estes tão falados dividendos, como fica a vida do cidadão comum carente de serviços públicos de qualidade? Como fica a realidade de nossos jovens ávidos por trabalho?

Queremos, portanto, deixar o nosso protesto quanto à forma como a questão do Pré-Sal está sendo colocada pelo Governo Lula. Por isso mesmo, estamos protocolando pedidos de informações aos Ministros Edson Lobão, por que nutrimos respeito e apreço, e fazendo levantamentos junto a entidades independentes para delinear uma quadro senão mais preciso, ao menos complementar sobre a questão do Pré-Sal.

Que fique clara e transparente, nesta Tribuna, a nossa posição: a exploração da camada do Pré-Sal não deve ser discutida isoladamente, mas como parte de um planejamento estratégico voltado à segurança e à definição da matriz energética do Brasil, mesmo porque essas reservas já eram conhecidas em governos anteriores e são um patrimônio da sociedade brasileira.

Nós ainda detemos a liderança mundial na exploração de combustíveis alternativos e devemos discutir com o conjunto da sociedade brasileira, em particular, com os setores técnicos e científicos se valerá a pena colocar um montante tão expressivo de recursos na exploração da camada do Pré-Sal.

Enfatizo, Sr. Presidente, não nego a importância do Petróleo da Camada do Pré-Sal, tampouco quero colocar o desenvolvimento dos combustíveis limpos em oposição à exploração dos combustíveis fósseis, mas reafirmo, com veemência, que o papel do Parlamento e do Senado em particular é discutir as questões da agenda nacional com cuidado e da forma mais ampla possível.

Reafirmo, também, a necessidade de se discutir o Pré-Sal como uma dos itens de uma agenda voltada à segurança energética do Brasil com foco no desenvolvimento sustentável e na viabilização do etanol e do biodiesel como os principais componentes de uma matriz limpa, ao lado dos combustíveis fósseis que devem predominar ainda nas próximas décadas.

Muito obrigado!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento, para fazer da matéria intitulada “De olhos bem fechados”, publicada pela revista *Veja*, de 3 de março de 2010.

A matéria destaca a visita do Presidente Lula a Cuba no dia da morte do dissidente político Orlando Zapata Tamayo, depois de 85 dias em greve de fome. Segundo a revista, o dissidente teve o mau gosto de morrer bem no dia em que Lula chegou a Cuba. Mas, se tivesse avisado antes, o presidente “teria pedido para ele parar a greve de fome”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DE OLHOS BEM FECHADOS

DUDA TEIXEIRA

Dissidente tem o mau gosto de morrer bem no dia em que Lula chegou a Cuba. Mas, se tivesse avisado antes, o presidente “teria pedido para ele parar a greve de fome”

O corpo atuebrado de Orlando Zapata Tamayo está chegando ao cemitério. Durante 85 dias, o homem humilde, um pedreiro que se transformou em defensor da liberdade, resistiu. Com a única arma de que dispunha, a greve de fome, ele resistiu. Condenado a 56 anos de prisão, “reduzidos” a 25, pelo crime de clamar pela democracia, foi enterrado vivo numa cela minúscula. Apanhava, era maltratado, xingado de verme. “O fato de ser negro contribuiu para a gana psicológica dos carcereiros. É o velho argumento de que por ser negro não se tem direito a protestar, porque a revolução te deu tudo”, contou outro resistente, Manuel Costa Morda. Supliciado em vida, nem na morte Zapata teve paz. Outros dissidentes que tentaram lhe prestar uma derradeira homenagem foram detidos. O caixão foi carregado por agentes da polícia política. O presidente Lula chegou a Cuba exatamente no dia da morte de Zapata. Suas declarações a respeito: “Temos de lamentar, como ser humano, sobre alguém que morreu porque decidiu fazer greve de fome, que vocês sabem que eu sou contra porque fiz greve de fome. Se essas pessoas tivessem falado comigo antes, eu teria pedido para ele parar a greve é quem sabe teria evitado que ele morresse. Lamento profundamente que uma pessoa se deixe morrer por uma greve de fome”.

Lula foi visitar os irmãos ditadores, Fidel, o afastado, e Raúl Castro, o ativo no comando. Ao receber o presidente e sua sorridente comitiva, Raúl, ao contrário de Lula, não culpou o morto. De quem foi a culpa? Dos americanos. “Isso se deve à confrontação que temos com os Estados Unidos. Aqui não houve nenhuma execução extrajudicial.” Mais sorrisos, mais alegria.

A morte de Zapata já era esperada por seus companheiros de oposição. Ele estava tão exaurido que não

haveria mais retorno. Mesmo assim, tentaram se comunicar por carta com o visitante ilustre para pedir ajuda. Mas cometeram um grave erro de etiqueta. As declarações do presidente Lula a respeito: “As pessoas precisam parar com o hábito de fazer cartas, guardar para si e depois dizer que mandaram para os outros. Quando uma pessoa manda uma carta para um presidente, no mínimo, só pode dizer que o presidente, a recebeu se protocolar a carta”.

O autor da carta em questão é o economista cubano Oscar Espinosa Chepe. Preso em 2003 com Zapata, foi solto mais tarde, por problemas de saúde. Chepe consultou 42 prisioneiros políticos e escreveu um apelo ao presidente brasileiro. Na quinta-feira, dia 18, ligou para a Embaixada do Brasil em Havana e apresentou o pedido de uma reunião com o embaixador para entregar a carta.

“Nossa política é de não receber dissidentes cubanos”, disse a secretária, segundo seu relato. “Eu achei que Lula, por ter sido um trabalhador preso injustamente, iria se solidarizar conosco. Sua reação foi uma surpresa para todos”, disse Chepe a *VEJA*.

Quando querem ser acolhidos, os dissidentes cubanos sabem que precisam bater na porta da Embaixada dos Estados Unidos ou de países da União Europeia, mesmo ao custo de serem rotulados de agentes do imperialismo. A ideia de que qualquer um que se oponha ao eixo cubano-venezuelano seja um servo dos interesses americanos tem uma história longa no arsenal de ofensas destinadas a desqualificar, por princípio, qualquer adversário. Veja-se o que o PT, através do documento “A política externa do governo Lula”, tem a dizer a respeito: “A política

externa implementada pelo governo Lula é uma política de estado. Mas parcela da classe dominante brasileira rejeita os fundamentos desta política, conferindo reduzida importância à integração regional, desejando menor protagonismo multilateral e preferindo maior subordinação aos interesses dos EUA”.

Antes de deixar Havana, Lula comentou a saúde de ferro e o vigor intelectual de Fidel, em especial seu notório saber econômico, que fez de Cuba a invejada potência mundial. Suas declarações a respeito: “Fiquei muito satisfeito, muito feliz ao encontrá-lo bem de saúde. Sua cabeça funciona melhor que a minha, falando de economia como se fosse um jovem”. Em protesto pela morte de Zapata, quatro presos políticos e um jornalista iniciaram greve de fome. Ah, sim: se desta vez conseguirem protocolar sua carta, talvez os oposicionistas cubanos consigam dar a desagradável notícia a Lula.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello (Sobrestando a pauta a partir de: 28-11-2009)

Prazo final prorrogado: 23-03-2010

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador César Borges (Sobrestando a pauta a partir de: 17-02-2010)

Prazo final prorrogado: 02-05-2010

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. (Sobrestando a pauta a partir de 19-12-2009)

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo

VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes

e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14**SUBSTITUTIVO AO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Meres), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15**SUBSTITUTIVO AO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16**SUBSTITUTIVO AO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator:

Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (nº 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007,

na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 –Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho –CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

37**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

38**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

39**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Pau-

lo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Rusomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 –Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator: Senador Romero Jucá.

47

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 77, DE 2007***(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do
Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

48

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009***(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do
Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do
Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Recurso nº 11, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 8, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para

tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob n°s 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda n° 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso n° 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei n° 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob n°s 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1° pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda n° 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2° pronunciamento (sobre as Emendas n°s 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 390, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n°s 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1° e 22 da Lei Complementar n° 64, de 1990 –Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob n°s 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1° pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado n° 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n°s 1

– 2° pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n° 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado n° 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n° 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 175, DE 2003–COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n°s 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1°, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob n°s 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1° pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado n° 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n°s 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2° pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n° 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado n° 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n° 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

(Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 269, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 274, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 313, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 363, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei

Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de

condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 684, DE 2007 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 17, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-

Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 84, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea *g* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363,

381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *b* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que

apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 –CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

76

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 –COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

78**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

79**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Se-

nador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

80**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 34 minutos.)

SENADO FEDERAL

ATA DA 246ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2009

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 200**, de 15 de dezembro de 2009)

RETIFICAÇÕES

À página 68294, no Sumário, 1ª coluna, item **2.2.7 – Mensagens do Presidente da República**,

Onde se lê:

Nº 997, de 2009, na origem, encaminhando, para exame e sugestões do competente órgão, o texto da proposta da Política Nacional de Inteligência, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, interino.

Leia-se:

Nº 198, de 2009-CN (nº 997/2009, na origem), encaminhando, para exame e sugestões do competente órgão, o texto da proposta da Política Nacional de Inteligência, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, interino.

À página 68749, 1ª coluna, republique-se, na íntegra, a Mensagem nº 198, de 2009-CN, por omissão dos anexos:

MENSAGEM
Nº 198 DE 2009-CN
(nº 997/2009, na origem)

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Nos termos do parágrafo único do art. 5^a, e do § 1^o do art. 6^o da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, encaminho a Vossa Excelência, para exame e sugestões do competente órgão, o texto da proposta da Política Nacional de Inteligência, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Interino.

Brasília, 9 de dezembro de 2009.



Brasília, 04 de novembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Apresento a Vossa Excelência proposta de Política Nacional de Inteligência (PNI) para remessa ao Congresso Nacional, com vistas ao exame preliminar e oferecimento de sugestões pelo órgão de controle externo da atividade de inteligência, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.
2. A referida Política foi resultado da instituição, por Decreto Presidencial de 18/2/2009, do Comitê Ministerial para Elaboração da PNI e Reavaliação do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).
3. A primeira reunião do Comitê Ministerial foi realizada em 4/3/2009, ocasião em que se defendeu que a PNI representasse um instrumento de Estado, capaz de apontar novos papéis a serem desempenhados pela inteligência, compatíveis com as exigências do mundo contemporâneo.
4. Conforme previsto no art. 3º do mencionado Decreto, foi editada a Portaria GSI nº 12, de 18/3/2009, que criou Grupo de Trabalho (GT) para assessorar o Comitê Ministerial, designou seus integrantes e estabeleceu prazo para a conclusão dos trabalhos.
5. Em 25/3/2009 ocorreu a 1ª reunião do GT, na qual foi estabelecida como metodologia de trabalho: (i) identificar inicialmente os interesses brasileiros e as ameaças à sociedade, ao Estado e às suas instituições; (ii) definir o papel da atividade de inteligência, em face das ameaças e dos interesses; (iii) elaborar e apresentar proposta de PNI; (iv) reavaliar o Sisbin; (v) identificar oportunidades de melhoria para o Sisbin; e (vi) apresentar os resultados finais ao Comitê Ministerial.
6. Ocorreram 40 reuniões até o dia 18/8/2009, sempre às terças e quintas-feiras.
7. O levantamento de situações potencialmente prejudiciais à sociedade e aos interesses estratégicos nacionais, mesmo não necessariamente relacionadas com a atividade de inteligência, foi realizado com base principalmente nos documentos das áreas de defesa nacional e política externa. Tais documentos foram utilizados como referenciais para construção do rol de ameaças em função do seu caráter normativo referendado pelas mais elevadas instâncias governamentais do País. Nessa linha de entendimento, procurou-se elaborar a PNI de modo a conformar-se com as demais políticas de Estado.
8. A temática foi tratada sem preconceitos ou ressentimentos, e reforça a noção de que a atividade de inteligência é matéria de interesse geral, que deve envolver toda a sociedade.
9. O processo foi consolidado em 11 ameaças: (i) espionagem; (ii) sabotagem; (iii) interferência externa; (iv) ações contrárias à soberania nacional; (v) ataques cibernéticos;

(vi) terrorismo e seu financiamento; (vii) atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis; (viii) armas de destruição em massa; (ix) criminalidade organizada; (x) corrupção; e (xi) ações contrárias ao Estado Democrático de Direito.

10. A síntese dessas ameaças foi acompanhada de breve descrição e indicação do papel da inteligência na prevenção ou mitigação de seus efeitos.

11. A PNI foi concebida de modo a viabilizar a definição de objetivos e diretrizes para a atividade de inteligência. O documento foi assim estruturado: (i) introdução; (ii) pressupostos da atividade de inteligência; (iii) o Estado, a sociedade e a inteligência; (iv) os ambientes internacional e nacional; (v) instrumentos da inteligência; (vi) principais ameaças; (vii) objetivos da inteligência nacional; e (viii) diretrizes.

12. Além de orientar a atuação dos órgãos nacionais de inteligência, a PNI contém vários aspectos de cunho estratégico.

13. Desde o primeiro momento houve consenso para produzir um texto de fácil entendimento, que servisse para dar ciência à sociedade sobre a atuação da inteligência, considerando ser função da atividade de inteligência fortalecer o Estado Democrático de Direito, em absoluta sintonia com os preceitos constitucionais.

14. O didatismo também foi preocupação evidenciada na definição dos instrumentos da PNI, para esclarecer à sociedade quanto às ferramentas para a implementação da Política. A busca de uma redação que primasse pela transparência consistiu desafio permanente para o GT, de forma a eliminar possíveis dúvidas quanto aos propósitos e limites da atividade de inteligência.

15. Foi reconhecida pelo GT a função preventiva como característica primordial da atividade de Inteligência. Esse caráter foi enfatizado por meio de verbos como cooperar, colaborar, apoiar e contribuir. Termos que denotassem reações foram admitidos apenas para descrever a contraposição da Inteligência à atuação de atores diversos em atividades contrárias aos interesses nacionais (contrainteligência).

16. Entendeu-se que o texto da PNI deveria conter elementos que aponhassem para a formulação de uma diretriz final, cujo conteúdo enfatizou a necessidade de cooperação e integração efetiva no âmbito do Sisbin. Para tanto, definiu-se que o intercâmbio de dados e conhecimentos no âmbito do Sisbin, nos termos da legislação, consistiria instrumento essencial da Política.

17. Foi ressaltada a necessidade do estabelecimento de pressupostos para a atividade de inteligência, entre os quais se buscou enfatizar que a inteligência atua sob estrita obediência à Constituição e ao ordenamento jurídico pátrio. Outro pressuposto importante diz respeito à definição de inteligência como atividade exclusiva de Estado.

18. Foi ressaltada a relevância de um controle externo efetivo e atuante para a atividade de inteligência, como forma de legitimar e favorecer a atuação dos órgãos de inteligência.

19. Os pleitos por mandatos específicos para a área de inteligência foram incluídos no rol dos parâmetros gerais para avaliação do Sisbin, entre os quais se destacam:

a) o sistema deve ser constituído em quatro subsistemas, a saber: inteligência de Estado, de defesa, de segurança pública e econômico-financeira;

b) criação de um colegiado de mais alto nível, a fim de deliberar sobre a implementação da política e das diretrizes do setor;

c) a execução da PNI deverá ser levada a efeito pelos órgãos do Sisbin, sob coordenação do GSI e supervisão de Câmara apropriada, atualmente a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), do Conselho de Governo; e

d) o controle externo continuaria a cargo do Congresso Nacional.

20. A essência da PNI, portanto, consistiria fundamentalmente em oferecer aos órgãos do Sisbin as condições indispensáveis para produzir conhecimentos visando ao aprimoramento, no plano estratégico, do processo decisório e da ação governamental, à prevenção de eventuais ameaças e ao aproveitamento das oportunidades oferecidas ao País.

21. Ademais, espera-se que a PNI seja um instrumento capaz de influenciar, de forma decisiva, na retomada da confiança na atividade e nos órgãos de inteligência, aproveitando-se da oportunidade única que se apresentou nos últimos anos de se construir uma inteligência do mais alto nível, preventiva e em condições de atender aos anseios da sociedade brasileira.

22. O trabalho do GT foi inicialmente apreciado pelo Comitê Ministerial, em 2 de setembro de 2009, e posteriormente reavaliado no âmbito do plenário do Conselho de Defesa Nacional (CDN), em 20 de outubro de 2009, com a presença dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, culminando na proposta de PNI agora consolidada.

23. São essas, Senhor Presidente, as considerações que apresento a Vossa Excelência para justificar a remessa, ao Congresso Nacional, da Política Nacional de Inteligência, visando ao exame e sugestões do órgão de controle externo da atividade de inteligência, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.

Respeitosamente,



JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança
Institucional da Presidência da República, Interino

POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Inteligência (PNI), documento de mais alto nível de orientação da atividade de Inteligência no País, foi concebida em função dos valores e princípios fundamentais consagrados pela Constituição Federal, das obrigações decorrentes dos tratados, acordos e demais instrumentos internacionais de que o Brasil é parte, das condições de inserção internacional do País e de sua organização social, política e econômica. É fixada pelo Presidente da República, após exame e sugestões do competente órgão de controle externo da atividade de Inteligência, no âmbito do Congresso Nacional.

A PNI define os parâmetros e limites de atuação da atividade de Inteligência e de seus executores e estabelece seus pressupostos, objetivos, instrumentos e diretrizes, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

Para efeito da implementação da PNI, adotam-se os seguintes conceitos:

Atividade de Inteligência: exercício permanente de ações especializadas, voltadas para a produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento das autoridades governamentais nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas de Estado. A atividade de Inteligência divide-se, fundamentalmente, em dois grandes ramos:

I – Inteligência: atividade que objetiva produzir e difundir conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado;

II – Contrainteligência: atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado.

2. PRESSUPOSTOS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

2.1 Obediência à Constituição Federal e às Leis

A Inteligência desenvolve suas atividades em estrita obediência ao ordenamento jurídico brasileiro, pautando-se pela fiel observância aos Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais expressos na Constituição Federal, em prol do bem-comum e na defesa dos interesses da sociedade e do Estado Democrático de Direito.

2.2 Atividade de Estado

A Inteligência é atividade exclusiva de Estado e constitui instrumento de assessoramento de mais alto nível de seus sucessivos governos, naquilo que diga respeito aos interesses da sociedade brasileira. Deve atender precipuamente ao Estado, não se colocando a serviço de grupos, ideologias e objetivos mutáveis e sujeitos às conjunturas político-partidárias.

2.3 Atividade de assessoramento oportuno

À Inteligência compete contribuir com as autoridades constituídas, fornecendo-lhes informações oportunas, abrangentes e confiáveis, necessárias ao exercício do processo decisório.

Cumprir à Inteligência acompanhar e avaliar as conjunturas interna e externa, buscando identificar fatos ou situações que possam resultar em ameaças ou riscos aos interesses da sociedade e do Estado. O trabalho da Inteligência deve permitir que o Estado, de forma antecipada, mobilize os esforços necessários para fazer frente às adversidades futuras e para identificar oportunidades à ação governamental.

2.4 Atividade especializada

A Inteligência é uma atividade especializada e tem o seu exercício alicerçado em um conjunto sólido de valores profissionais e em uma doutrina comum.

A atividade de Inteligência exige o emprego de sigilo, como forma de preservar sua ação, seus métodos e processos, seus profissionais e suas fontes. Desenvolve ações de caráter sigiloso destinadas à obtenção de dados indispensáveis ao processo decisório, indisponíveis para coleta ordinária em razão do acesso negado por seus detentores. Nesses casos, a atividade de Inteligência executa *operações de Inteligência* - realizadas sob estrito amparo legal -, que buscam, por meio do emprego de técnicas especializadas, a obtenção do dado negado.

2.5 Conduta Ética

A Inteligência pauta-se pela conduta ética, que pressupõe um conjunto de princípios orientadores do comportamento humano em sociedade. A sua observância é requisito fundamental a profissionais de qualquer campo de atividade humana. No que concerne ao comportamento dos profissionais de Inteligência, representa o cuidado com a preservação dos valores que determinam a primazia da verdade, sem conotações relativas, da honra e da conduta pessoal ilibada, de forma clara e sem subterfúgios.

Na atividade de Inteligência, os valores éticos devem balizar tanto os limites de ação de seus profissionais quanto os de seus usuários. A adesão incondicional a essa premissa é o que a sociedade espera de seus dirigentes e servidores.

2.6 Abrangência

A atividade de Inteligência deve possuir abrangência tal que lhe possibilite identificar ameaças, riscos e oportunidades ao País e à sua população.

É importante que as capacidades individuais e coletivas, disponíveis nas universidades, centros de pesquisa e demais instituições e organizações públicas ou privadas, colaborem com a Inteligência, potencializando sua atuação e contribuindo com a sociedade e o Estado na persecução de seus objetivos.

2.7 Caráter permanente

A Inteligência é uma atividade perene e sua existência confunde-se com a do Estado ao qual serve. A necessidade de assessorar o processo decisório e de salvaguardar os ativos estratégicos da Nação é ditada pelo Estado, em situações de paz, de conflito ou de guerra.

3. O ESTADO, A SOCIEDADE E A INTELIGÊNCIA

No mundo contemporâneo, a gestão dos negócios de Estado ocorre no curso de uma crescente evolução tecnológica, social e gerencial. Em igual medida, as opiniões, interesses e demandas da sociedade evoluem com celeridade. Nessas condições, amplia-se o papel da Inteligência no assessoramento ao processo decisório nacional e, simultaneamente, impõe-se aos profissionais dessa atividade o desafio de reavaliar, de forma ininterrupta, sua contribuição àquele processo no contexto da denominada "era da informação". Em meio a esse cenário, há maior disponibilidade de informações acerca de temas de interesse, exigindo dos órgãos de Inteligência atuação não concorrente, bem como a produção de análises com maior valor agregado.

O desenvolvimento das tecnologias da informação e das comunicações impõe a atualização permanente de meios e métodos, obrigando os órgãos de Inteligência - no que se refere à segurança dos sistemas de processamento, armazenamento e proteção de dados sensíveis - a resguardar o patrimônio nacional de ataques cibernéticos e de outras ações adversas, cada vez mais centradas na área econômico-tecnológica. A crescente interdependência dos processos produtivos e dos sistemas de controle da tecnologia da informação e comunicações desperta preocupação quanto à segurança do Estado e da sociedade, em decorrência da vulnerabilidade a ataques eletrônicos, ensejando atenção permanente da Inteligência em sua proteção.

Os atuais cenários internacional e nacional revelam peculiaridades que induzem a atividade de Inteligência a redefinir suas prioridades, dentre as quais adquirem preponderância aquelas relacionadas a questões econômico-comerciais e científico-tecnológicas. Nesse contexto, assumem contornos igualmente preocupantes os aspectos relacionados com a espionagem, propaganda adversa, desinformação, a sabotagem e a cooptação.

Paralelamente, potencializa-se o interesse da Inteligência frente a fenômenos como: violência, em larga medida financiada por organizações criminosas ligadas ao narcotráfico; crimes financeiros internacionais; violações dos direitos humanos; terrorismo e seu financiamento; e atividades ilegais envolvendo o comércio de bens de uso dual e de tecnologias sensíveis, que desafiam os Estados democráticos.

Ao desenvolverem o seu trabalho, os órgãos de Inteligência devem, também, atentar para a identificação de oportunidades que possam surgir para o Estado, indicando-as às autoridades detentoras de poder decisório.

A crescente complexidade das relações entre Estados e desses com as sociedades define o ambiente onde atua a Inteligência. Ameaças à segurança da sociedade e do Estado demandam ações preventivas concertadas entre os organismos de Inteligência de diferentes países, e desses com suas estruturas internas. Esse universo acentua a importância do compartilhamento de informações e do trabalho coordenado e integrado, de forma a evitar a deflagração de crises em áreas de interesse estratégico para o Estado ou, quando inevitável, a oferecer às autoridades o assessoramento capaz de permitir o seu adequado gerenciamento.

4. OS AMBIENTES INTERNACIONAL E NACIONAL

A conjuntura mundial tem alterado a percepção e a conduta dos Estados nacionais, das organizações e dos indivíduos, realçando os chamados temas globais e transnacionais. Alguns deles, já anteriormente citados, encerram desafios e graves ameaças, a exemplo de: criminalidade organizada; narcotráfico; terrorismo e seu financiamento; armas de destruição em massa; e atividades ilegais envolvendo comércio de bens de uso dual e de tecnologias sensíveis. Nenhum dos problemas associados a esses temas globais pode ser evitado ou enfrentado sem efetiva cooperação internacional.

No entanto, as relações internacionais não se resumem ao exame de temas de convergência e a ações cooperativas, e as denominadas ameaças transnacionais não logram unir e congregar os Estados em torno de interesses e objetivos comuns. O ambiente internacional caracteriza-se, ao contrário, pela contínua competição entre Estados. Cada um busca melhorar seu respectivo posicionamento estratégico.

O Brasil assume crescente relevância no cenário internacional. No campo econômico, integra um bloco de países que apresenta considerável potencial de crescimento e capacidade de atração de investimentos produtivos. Na área comercial, emerge como destacado exportador de produtos primários e de produtos de alto valor agregado. Conquistada a estabilidade econômica, sua moeda ganha credibilidade, seu sistema bancário goza de sólida reputação e sua estrutura regulatória sobressai entre as mais confiáveis do mundo.

No campo político-militar, o País contribui para a estabilidade regional, a construção de consensos e a conciliação de interesses, por meio de iniciativas de integração sulamericana. Concorre para o êxito das operações de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e dispõe-se a assumir novas responsabilidades no âmbito dessa organização.

Esse cenário projeta benefícios para a população brasileira sob todos os aspectos, especialmente nos campos político, econômico e social. Também torna o País suscetível à perpetração de ações adversas de vários tipos, quer no âmbito interno, quer externo.

Cumprе ressaltar que a complexidade global já não permite clara diferenciação de aspectos internos e externos na identificação da origem das ameaças e aponta, cada vez mais, para a necessidade de que sejam entendidas, analisadas e avaliadas de forma integrada.

Afigura-se, assim, imprescindível o delineamento de uma Política capaz de orientar e balizar a atividade de Inteligência do País, visando ao adequado assessoramento ao processo decisório nacional de forma singular, oportuna e eficaz. Esse instrumento de gestão pública deve guardar perfeita sintonia com os preceitos da Política Externa Brasileira e com os interesses estratégicos definidos pelo Estado, como aqueles consignados na Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa.

É necessário, ainda, ampliar o desenvolvimento de ações de proteção dos conhecimentos sensíveis e da infraestrutura crítica nacional, bem como contrapor-se ao surgimento de ameaças representadas tanto por serviços de Inteligência, quanto por grupos de interesse, organizações ou indivíduos que atuem de forma adversa aos interesses estratégicos nacionais.

5. INSTRUMENTOS

Para efeito da presente Política, consideram-se instrumentos da Inteligência os atos normativos, instituições, métodos, processos, ações e recursos necessários à implementação dos seus objetivos.

São instrumentos essenciais da Inteligência nacional:

I – Plano Nacional de Inteligência;

II – Doutrina Nacional de Inteligência;

III – diretivas e prioridades estabelecidas pelas autoridades competentes;

IV – SISBIN e órgãos de Inteligência que o integram;

V – intercâmbio de dados e conhecimentos no âmbito do SISBIN, nos termos da legislação em vigor;

VI – planejamento integrado do regime de cooperação entre órgãos integrantes do SISBIN;

VII – capacitação, formação e desenvolvimento de pessoas para a atividade de Inteligência;

VIII – pesquisa e desenvolvimento tecnológico para as áreas de Inteligência e Contrainteligência;

IX – ajustes de cooperação mediante instrumentos específicos entre órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Federal (APF), das Unidades da Federação ou da iniciativa privada;

X – recursos financeiros necessários à consecução das atividades de Inteligência;

XI – controle interno e externo da atividade de Inteligência; e

XII – intercâmbio de Inteligência e cooperação técnica internacionais.

6. PRINCIPAIS AMEAÇAS

A PNI, para efeito de balizamento das atividades dos diversos órgãos que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), prioriza as ameaças a seguir apresentadas.

6.1 Espionagem

É a ação que visa à obtenção de conhecimentos ou dados sensíveis para beneficiar Estados, grupos de países, organizações, facções, grupos de interesse, empresas ou indivíduos.

Ações de espionagem podem afetar o desenvolvimento socioeconômico e comprometer a soberania nacional. Há instituições e empresas brasileiras vulneráveis à espionagem, notadamente aquelas que atuam nas áreas econômico-financeira e científico-tecnológica. O acesso indevido a dados e conhecimentos sensíveis em desenvolvimento, bem como a interceptação ilegal de comunicações entre organizações para a obtenção de informações estratégicas, têm sido recorrentes e causado significativa evasão de divisas.

6.2 Sabotagem

É a ação deliberada, com efeitos físicos, materiais ou psicológicos, que visa a destruir, danificar, comprometer ou inutilizar, total ou parcialmente, definitiva ou temporariamente, dados ou conhecimentos; ferramentas; materiais; matérias-primas; equipamentos; cadeias produtivas; instalações ou sistemas logísticos, sobretudo aqueles necessários ao funcionamento da infraestrutura crítica do País, com o objetivo de suspender ou paralisar o trabalho ou a capacidade de satisfação das necessidades gerais, essenciais e impreteríveis do Estado ou da população.

A projeção internacional do País e sua influência em vários temas globais atraem a atenção daqueles cujas pretensões se veem ameaçadas pelo processo de desenvolvimento nacional. A ocorrência de ações de sabotagem pode impedir ou dificultar a consecução de interesses estratégicos brasileiros.

6.3 Interferência Externa

É a atuação deliberada de governos, grupos de interesse, pessoas físicas ou jurídicas que possam influenciar os rumos políticos do País com o objetivo de favorecer interesses estrangeiros em detrimento dos nacionais.

É prejudicial à sociedade brasileira que ocorra interferência externa no processo decisório ou que autoridades brasileiras sejam levadas a atuar contra os interesses nacionais e em favor de objetivos externos antagônicos. A interferência externa é uma ameaça frontal ao princípio constitucional da soberania.

Deve constituir também motivo de constante atenção e preocupação a eventual presença militar extrarregional na América do Sul, podendo ser caracterizada como ameaça à estabilidade regional.

6.4 Ações contrárias à Soberania Nacional

São ações que atentam contra a autodeterminação, a não-ingerência nos assuntos internos e o respeito incondicional à Constituição e às leis.

Deve constituir preocupação constante do Estado e de seus governantes, e requerer a atenção da Inteligência nacional, a violação: dos espaços territorial e aéreo brasileiros; de suas fronteiras marítimas e terrestres; da segurança dos navios e aeronaves de bandeira brasileira, à luz das Convenções em vigor no País; dos direitos exclusivos sobre sua plataforma continental; do seu direito sobre seus recursos naturais; e do seu direito soberano de regular a exploração e de usufruir de sua biodiversidade.

6.5 Ataques cibernéticos

Referem-se a ações deliberadas com o emprego de recursos da tecnologia da informação e comunicações que visem a interromper, penetrar, adulterar ou destruir redes utilizadas por setores públicos e privados essenciais à sociedade e ao Estado, a exemplo daqueles pertencentes à infraestrutura crítica nacional.

Os prejuízos das ações no espaço cibernético não advêm apenas do comprometimento de recursos da tecnologia da informação e comunicações. Decorrem, também, da manipulação de opiniões, mediante ações de propaganda ou de desinformação.

Há países que buscam abertamente desenvolver capacidade de atuação na denominada guerra cibernética, ainda que os ataques dessa natureza possam ser conduzidos não apenas por órgãos governamentais, mas também por grupos e organizações criminosas; por simpatizantes de causas específicas; ou mesmo por nacionais que apoiem ações antagônicas aos interesses de seus países.

6.6 Terrorismo

É uma ameaça à paz e à segurança dos Estados. O Brasil solidariza-se com os países diretamente afetados por este fenômeno, condena enfaticamente as ações terroristas e é signatário de todos os instrumentos internacionais sobre a matéria. Implementa as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. A temática é área de especial interesse e de acompanhamento sistemático por parte da Inteligência em âmbito mundial.

A prevenção e o combate a ações terroristas e a seu financiamento, visando a evitar que ocorram em território nacional ou que este seja utilizado para a prática daquelas ações em outros países, somente serão possíveis se realizados de forma coordenada e compartilhada entre os serviços de Inteligência nacionais e internacionais e, em âmbito interno, em parceria com os demais órgãos envolvidos nas áreas de defesa e segurança.

6.7 Atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis

São ameaças crescentes que atingem países produtores desses bens e detentores dessas tecnologias, em especial nas áreas química, biológica e nuclear. O Brasil insere-se nesse contexto. As redes criminosas e terroristas buscam ter acesso, na maioria das vezes de forma regular, porém dissimulada, a esses bens e tecnologias. Para tanto, utilizam-se, entre outros meios, de empresas ou instituições de fachada criadas legalmente ao redor do mundo para tentar burlar controles executados por órgãos de Inteligência e de repressão em

conformidade com a legislação brasileira e com os compromissos internacionais assumidos pelo País.

O trabalho da Inteligência nessa área é identificar essas redes, grupos, empresas ou instituições, seus *modus operandi* e objetivos ao tentar ter acesso a bens de uso dual e tecnologias sensíveis, assim como aos detentores desses conhecimentos.

O controle das tecnologias de uso dual deve dar-se de modo a preservar o direito ao desenvolvimento científico e tecnológico para fins pacíficos, de acordo com os instrumentos internacionais incorporados ao ordenamento jurídico nacional. O País adota legislação avançada de controle de transferência dessas tecnologias.

6.8 Armas de Destruição em Massa

Constituem ameaça que atinge a todos os países. A existência de armas de destruição em massa (químicas, biológicas e nucleares) é, em si mesma, uma fonte potencial de proliferação, além de representar risco à paz mundial e aos países que abdicaram da opção por essas armas para sua defesa.

Para contrapor-se à ameaça representada pelas armas de destruição em massa, sobressaem dois imperativos: a não-proliferação e a eliminação dos estoques existentes.

A implementação de ações de Inteligência nessa área é fator determinante e contribui para a proteção da população brasileira e das infraestruturas críticas em território nacional contra possíveis efeitos do emprego de armas ou artefatos produzidos a partir desses bens ou tecnologias.

6.9 Criminalidade Organizada

É ameaça a todos os Estados e merece atenção especial dos órgãos de Inteligência e de repressão nacionais e internacionais. A incidência desse fenômeno, notadamente em sua vertente transnacional, reforça a necessidade de aprofundar a cooperação. Apesar dos esforços individuais e coletivos das nações, não se projetam resultados que apontem para a redução desse flagelo global em curto e médio prazo.

A atuação cada vez mais integrada nas vertentes preventiva (Inteligência) e reativa (Policial) mostra ser a forma mais efetiva de enfrentar esse fenômeno, inclusive no que diz respeito a subsidiar os procedimentos de identificação e interrupção dos fluxos financeiros que lhe dão sustentação. Atualmente, a grande maioria dos países desenvolve e aprofunda o intercâmbio de dados e conhecimentos entre os órgãos de Inteligência e de repressão em âmbito nacional e internacional.

6.10 Corrupção

A corrupção é um fenômeno mundial capaz de produzir a erosão das instituições e o descrédito do Estado como agente a serviço do interesse nacional. Pode ter, nos pólos ativo e passivo, agentes públicos e privados.

Cabe à Inteligência cooperar com os órgãos de controle e com os governantes na prevenção, identificação e combate à corrupção em suas diversas manifestações, inclusive quando advindas do campo externo, que colocam em risco o interesse público.

6.11 Ações Contrárias ao Estado Democrático de Direito

Representam ameaça que deve merecer especial atenção de todos os entes governamentais, em particular daqueles com atribuições institucionais de garantir a defesa do Estado Democrático de Direito.

As ações contrárias ao Estado Democrático de Direito são aquelas que atentam contra o pacto federativo; os direitos e garantias fundamentais; a dignidade da pessoa humana; o bem-estar e a saúde da população; o pluralismo político; o meio ambiente e as infraestruturas críticas do País, além de outros atos ou atividades que representem ou possam representar risco aos preceitos constitucionais relacionados à integridade do Estado.

Identificar essas ações e informar às autoridades governamentais competentes é tarefa primordial da atividade de Inteligência, que assim estará proporcionando aos governantes o subsídio adequado e necessário ao processo de tomada de decisão.

7. OBJETIVOS DA INTELIGÊNCIA NACIONAL

Contribuir para a promoção da segurança e dos interesses do Estado e da sociedade brasileira, por meio de atividades e da produção de conhecimentos de Inteligência que possibilitem:

I – acompanhar e avaliar as conjunturas interna e externa, assessorando o processo decisório nacional e a ação governamental;

II – identificar fatos ou situações que possam resultar em ameaças, riscos ou oportunidades;

III – neutralizar ações da Inteligência adversa;

IV – proteger áreas e instalações, sistemas, tecnologias e conhecimentos sensíveis, bem como os detentores desses conhecimentos; e

V – conscientizar a sociedade para o permanente aprimoramento da atividade de Inteligência.

8. DIRETRIZES

8.1 Prevenir ações de espionagem no País.

O desenvolvimento de ações destinadas à obtenção de dados protegidos é fato usual e consolidado nas relações internacionais.

A diversidade de interesses e iniciativas com impacto regional e global vem aumentando continuamente.

Segredos militares, industriais (inovação e tecnologia) e de política externa são alvos preferenciais da espionagem estrangeira. Faz-se necessário identificar, avaliar e interpretar posturas externas, elencando aquelas que representem ameaças, prejuízos e comprometimento das políticas e planos nacionais.

8.2 Ampliar a capacidade de detectar, acompanhar e informar sobre ações adversas aos interesses do Estado no exterior.

O Brasil vem ampliando a sua atuação no cenário internacional e, não raro, ações de interesse estratégico para o País são executadas em regiões com elevado nível de tensão política e social ou em áreas de conflito.

Paralelamente, a cooperação técnico-científica mundial demanda a presença de especialistas brasileiros em vários pontos dos cinco continentes.

Nesse cenário, torna-se imprescindível para a Inteligência conhecer as principais ameaças e vulnerabilidades a que estão sujeitas as posições e os interesses nacionais no exterior, como forma de bem assessorar o chefe de Estado e os órgãos responsáveis pela consecução dos objetivos no exterior.

8.3 Prevenir ações de sabotagem.

A posição mais relevante do País no cenário internacional aumenta o risco de se tornar alvo de ações de sabotagem, que visam a impedir ou a dificultar a consecução de seus interesses estratégicos.

As consequências de atos de sabotagem podem situar-se em pontos distintos de uma ampla escala, que vão da suspensão temporária até a paralisação total de atividades e serviços essenciais à população e ao Estado.

Dessa forma, é necessário mapear os alvos potenciais para atos de sabotagem, com o intuito de detectar o planejamento de ações dessa natureza em seus estágios iniciais.

8.4 Expandir a capacidade operacional da Inteligência no espaço cibernético.

O funcionamento de um aparato estatal não pode prescindir da utilização de tecnologias da informação e das comunicações. O comprometimento da capacidade operacional do Estado e de sistemas computacionais essenciais ao provimento das necessidades básicas da sociedade deve ser preocupação permanente, exigindo constante aperfeiçoamento técnico dos entes públicos responsáveis pela integridade desses sistemas.

Por sua vez, a rede mundial de computadores, além de canal cada vez mais propício à perpetração de atos protagonizados por agentes do crime organizado ou por organizações terroristas, tem-se constituído, ainda, em espaço privilegiado de discussões, diversas das quais relativas aos interesses do País. Nesse contexto, é primordial acompanhar, avaliar tendências, prevenir e evitar ações prejudiciais à consecução dos objetivos nacionais.

8.5 Compartilhar dados e conhecimentos.

O êxito de uma atuação coordenada depende do compartilhamento oportuno de dados e conhecimentos entre os diversos organismos estatais, observadas as características específicas da atividade de Inteligência, em especial quanto aos usuários que a eles devem ter acesso.

As missões e atribuições da Inteligência devem ser realizadas, sempre que possível, com a disponibilidade sistêmica de acesso a dados e conhecimentos entre os órgãos do SISBIN.

8.6 Ampliar a confiabilidade do Sistema Brasileiro de Inteligência.

O acesso a conhecimentos de Inteligência é tão valioso quanto a sua confiabilidade, bem como a dos profissionais que integram o SISBIN. A disseminação de um conhecimento de Inteligência falseado ou impreciso pode comprometer a cadeia decisória do Estado que dele faça uso. A divulgação não autorizada de dados e conhecimentos classificados ou originalmente sigilosos também prejudica os órgãos de Inteligência, afetando diretamente a sua credibilidade.

Nesse contexto, a confiabilidade do SISBIN deve ser ampliada continuamente pelo aperfeiçoamento do processo de seleção de recursos humanos para a área de Inteligência, pelo treinamento de servidores públicos encarregados de temas e missões sensíveis e pela implementação efetiva de contramedidas de segurança corporativa indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento da atividade de Inteligência.

8.7 Expandir a capacidade operacional da Inteligência.

As ações de obtenção de dados sigilosos, visando a contribuir para a neutralização de ameaças à sociedade e ao Estado brasileiros, exigem equipes operacionais altamente capacitadas. Para o melhor aproveitamento e produção de resultados, é imprescindível que essas equipes disponham de recursos materiais, humanos, tecnológicos e financeiros, entre outros, compatíveis com a complexidade das missões que se lhes apresentem.

Desse modo, deve ser estudada a viabilidade de expansão da capacidade operacional da Inteligência, sobretudo no que diz respeito ao adequado efetivo de agentes especializados nessa atividade; aos recursos, capacitações e treinamentos necessários à sua execução; e à inserção, no ordenamento jurídico nacional, dos instrumentos que amparem suas atividades.

8.8 Fortalecer a cultura de proteção de conhecimentos.

O acesso não autorizado a técnicas, processos de inovação, pesquisas, planos e estratégias, bem como ao patrimônio genético e a conhecimentos tradicionais a ele associados, pode comprometer a consecução de objetivos nacionais e resultar em prejuízos expressivos no campo socioeconômico. A proteção dos conhecimentos sensíveis nacionais constitui fator essencial para o desenvolvimento do País. Os importantes resultados advindos de pesquisas científicas e tecnológicas requerem contínuo aperfeiçoamento de mecanismos de proteção nos meios acadêmicos e empresariais.

Torna-se, portanto, imprescindível e urgente fortalecer, no âmbito da sociedade, a cultura de proteção, visando ao estabelecimento de práticas para a salvaguarda de conhecimentos por parte daqueles que os detenham. A Inteligência deve concorrer para a disseminação dessa cultura como forma de evitar ou minimizar prejuízos ao País.

8.9 Cooperar na proteção das infraestruturas críticas nacionais.

Ameaças como terrorismo, organizações criminosas transnacionais e grupos de diferentes origens e com distintos interesses ligados a atos de sabotagem devem ser monitoradas, como forma de minimizar as possibilidades de sucesso das ações que visem a interromper ou mesmo comprometer o funcionamento das infraestruturas críticas nacionais.

Nesse cenário, a Inteligência deve participar do processo de avaliação de riscos e vulnerabilidades relativos a alvos potenciais daquelas ameaças, visando a concorrer para a proteção das infraestruturas críticas nacionais.

8.10 Cooperar na identificação de oportunidades ou áreas de interesse para o Estado brasileiro.

A atividade de Inteligência, pela sua atuação prospectiva e preventiva, auxilia o Estado na identificação de oportunidades e interesses para o desenvolvimento nacional.

Nesse cenário, a Inteligência deve desenvolver a capacidade de assessorar as instâncias decisórias por meio de instrumentos, estruturas e processos que possibilitem essa identificação nas diversas áreas do interesse nacional.

Aviso nº 1.044 - C. Civil.

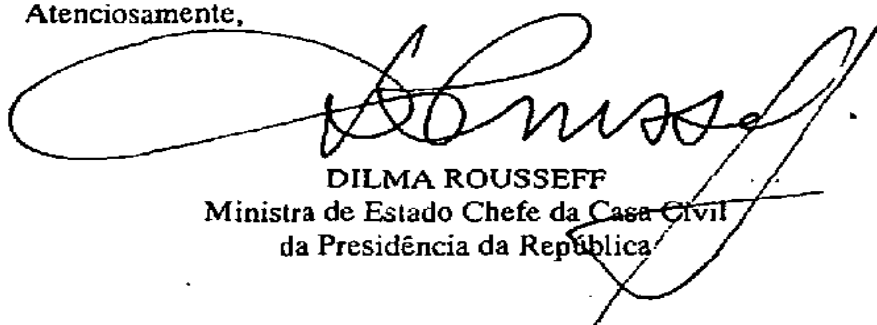
Brasília, 9 de dezembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Política Nacional de Inteligência.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, relativa ao exame e sugestões do competente órgão, o texto da proposta da Política Nacional de Inteligência

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.883, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999.

Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências.

.....

Art. 5º A execução da Política Nacional de Inteligência, fixada pelo Presidente da República, será levada a efeito pela ABIN, sob a supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.

Parágrafo único. Antes de ser fixada pelo Presidente da República, a Política Nacional de Inteligência será remetida ao exame e sugestões do competente órgão de controle externo da atividade de inteligência.

Art. 6º O controle e fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo na forma a ser estabelecida em ato do Congresso Nacional.

§ 1º Integrarão o órgão de controle externo da atividade de inteligência os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 2º O ato a que se refere o *caput* deste artigo definirá o funcionamento do órgão de controle e a forma de desenvolvimento dos seus trabalhos com vistas ao controle e fiscalização dos atos decorrentes da execução da Política Nacional de Inteligência.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

Ref.: MENSAGEM (CN) Nº 198, de 2009

(Proposta da Política Nacional de Inteligência, encaminhada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República)

Designo relator da presente matéria o Senador Renan Calheiros.

Em 22 de dezembro de 2009.



Deputado Damião Feliciano
Presidente

(À Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência)

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
10/03/2010
quarta-feira

- 12 h** Embaixador Roberto Jaguaribe indicado para a Embaixada no Reino Unido
Sala de Audiências
- 12:30h** Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho indicado para a Embaixada na Venezuela
Sala de Audiências
- 16 h** Ordem do Dia
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

Prazo prorrogado: 22/11/2008

Prazo prorrogado: 01/07/2009

Prazo prorrogado: 21/02/2010

Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,19)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
VAGO ^(5,29)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁸⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,21)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

- De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
- Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
- Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
- Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
- Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
- Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
- O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
- Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
- Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
- Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
- Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
- Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
- Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
- Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
- Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
- Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
- Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
- Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
- Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
- A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
- Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
- A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
- Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- **. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
 2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
 3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
 4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
 5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
 6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
 7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
 8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
 **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
 ***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).

4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of./GSFA/0801/2009).

6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).

4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾**PTB**

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)**Instalação:** 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone(s):** 3303.4638**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG).
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. João Pedro (PT) (11,41)
Tiã Viana (PT) (37)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. Sadi Cassol (PT) (4,39,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Geovani Borges (PMDB) (64,67,88,91)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,60)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (1,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,65,71)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,50)
Efraim Morais (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (51)
Geovani Borges (PMDB) (9,52,88,91)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of./GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. VAGO ^(2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (30,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (30)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (30)	5. César Borges (PR) (31,47)
João Pedro (PT) (34,47,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,32,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,67)
Almeida Lima (PMDB) (61,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,68,86,93)
Geovani Borges (PMDB) (54,64,96,99)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,69,78)
Francisco Dornelles (PP) (57,64)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,63,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (46,62,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,58,65)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (40)	1. Efraim Morais (DEM) (49)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Jayme Campos (DEM) (48,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,52)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (28,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,70,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (51)	1. Gim Argello (45)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
47. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
Sadi Cassol (PT) (35,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Geovani Borges (PMDB) (58,102,105)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (56)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Ideli Salvatti (PT) ^(7,13)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Paulo Paim (PT) ^(8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) ^(13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁶⁾	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,18)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) ⁽¹¹⁾	3. VAGO ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(1,6,20)
Marco Maciel (DEM) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) ^(10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ^(7,12)
PDT	
Cristovam Buarque ^(7,17)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Designação:** 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽²⁴⁾
Marina Silva (PV) ^(7,26,43,45)	2. César Borges (PR) ⁽²¹⁾
João Pedro (PT) ⁽²⁰⁾	3. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²⁵⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²²⁾	4. Delcídio Amaral (PT) ⁽²³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(40,47,48,49,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,11,38)
Geovani Borges (PMDB) ^(39,50,53)	3. Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽³³⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁵⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽³⁰⁾	2. Raimundo Colombo (DEM) ^(1,27)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁹⁾	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(3,31)
Eliseu Resende (DEM) ⁽³⁴⁾	4. Jayme Campos (DEM) ^(9,32,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(10,14)	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,19)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁷⁾	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁸⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁶⁾	7. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁵⁾
PTB	
Gim Argello ^(6,28)	1. Sérgio Zambiasi ⁽²⁸⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,13,37,41)	1. Cristovam Buarque ^(12,36,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁶⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIÁDAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
 3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
 4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
 5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- **. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Geovani Borges (PMDB) (34,68,72)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(15,17,18,20)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,7,19)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹²⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
19. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
20. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

**. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁰⁾	1. Aloizio Mercadante (PT) ^(39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(46,73)	2. Marina Silva (PV) ^(38,83,84)
João Ribeiro (PR) ^(44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(45,75)
João Pedro (PT) ⁽⁴⁷⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽⁴³⁾
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶¹⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Geovani Borges (PMDB) ^(10,21,62,92,93)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,54)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁸⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,51)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,57)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) ^(53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) ^(33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁷⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³³⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁵⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁶⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁹⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque ^(20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB n° 205/2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo**Telefone(s):** 3303-3496**Fax:** 3303-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Geovani Borges (PMDB) (53,76,79)	2. Lobão Filho (PMDB) (29,50)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (43)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ^(56,58)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²⁸⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,26)
Serys Shessarenko (PT) ^(2,27)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²³⁾	3. Tião Viana (PT) ^(24,54)
José Nery (PSOL) ⁽²⁵⁾	4. VAGO ⁽²⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) ^(32,45,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Valter Pereira (PMDB) ^(1,43)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁴²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴¹⁾
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴⁷⁾	4. Gerson Camata (PMDB) ^(44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽³⁴⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽³⁸⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁵⁾	2. Jayme Campos (DEM) ^(37,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁶⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,31)
Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁹⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,30)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁹⁾	6. Papaléo Paes (PSDB) ^(10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) ^(21,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁰⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³³⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³³⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,15,40)	1. João Durval ^(16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
32. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
35. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
36. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
Sadi Cassol (PT) (23,63,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO ^(5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (21)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,47)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (19,42)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (40)
Lobão Filho (PMDB) (34)	2. Romero Jucá (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,35)	3. Geovani Borges (PMDB) (8,9,36,45,48,59,61)
Valdir Raupp (PMDB) (38,46)	4. VAGO (2,53,56,58,60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)	1. Gilberto Goellner (DEM) (25)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,29)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (15,24)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15,24)	6. Papaléo Paes (PSDB) (16,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (14,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,15,43)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (30)	1. Fernando Collor (30)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
25. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
31. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

43. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of./GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o Of. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
61. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s): 3311-1120****Fax: 3311-2025****E-mail: scomcct@senado.gov.br**

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)			
VAGO (3)		1. Delcídio Amaral (PT-MS)	
João Pedro (PT-AM)		2. Ideli Salvatti (PT-SC)	
VAGO (1)		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE)		4. Augusto Botelho (PT-RR)	
Maioria (PMDB, PP)			
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)	
VAGO (14)		3. Mão Santa (PSC-PI) (13)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)		4. VAGO (5)	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)			
VAGO (9)		1. VAGO (6)	
VAGO (12)		2. VAGO (10)	
VAGO (7)		3. VAGO (8)	
VAGO (11)		4. VAGO (11)	
VAGO (11)		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
PDT			
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Romeu Tuma (PTB/SP)			

Atualização: 22/12/2009**Notas:**

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽⁴⁾**DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTBVAGO ^(2,11,12)**PDT**Patrícia Saboya (CE) ^(5,7,8)**PR**Magno Malta (ES) ^(1,6,9)**PSB**

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PPFrancisco Dornelles (RJ) ⁽¹⁰⁾**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 01/12/2009**Notas:**

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme Of.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
12. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 05.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Emanuel Fernandes¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 05.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03.03.2010.



Edição de hoje: 330 páginas

OS: 2010/11043